

CRÓNICAS

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRN

v. 24 n. 2
jul./dez. 2023



Dossiê
OS DILEMAS DO DRAGÃO:
PASSADO E PRESENTE
DA CHINA EM DEBATE

SUMÁRIO

v. 24, n. 2 (2023 – Julho/Dezembro)

**DOSSIÊ OS DILEMAS DO DRAGÃO:
PASSADO E PRESENTE DA CHINA EM DEBATE**

EDITORIAL 4-5

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ 6-9

DOSSIÊ

**A CHINA E O NEOLIBERALISMO: PARA ALÉM DA DICOTOMIA DE SE A CHINA
É OU NÃO NEOLIBERAL**

*CHINA AND NEOLIBERALISM: MOVING BEYOND THE CHINA IS/IS NOT
NEOLIBERAL DICHOTOMY*

Isabella Weber

10-37

**ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA OU NOVA ERA DE CONFLITOS ENTRE POTÊNCIAS?
CHINA'S PEACEFUL RISE OR A NEW ERA OF CONFLICT BETWEEN POWERS?**

André Augusto de Paula Barbieri

38-62

**CAUSAS SUBJACENTES DA ESCALADA DAS TENSÕES SINO-ESTADUNIDENSES
UNDERLYING CAUSES OF ESCALATING SINO-US TENSIONS**

Seiji Seron Miyakawa

Mariana Ribeiro Jansen Ferreira

63-83

**ALGUNS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO RECENTE DA CLASSE TRABALHADORA CHINESA
E SEUS DESAFIOS ORGANIZACIONAIS**

*SOME ASPECTS OF THE RECENT EVOLUTION AND ORGANIZATIONAL CHALLENGES
OF THE CHINESE WORKING CLASS*

Edison Urbano

84-101

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DE ADAM SMITH EM PEQUIM
A CRITICAL ANALYSIS OF ADAM SMITH IN BEIJING**

Simone Kawakami Gonçalves Costa

102-125

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM CARLOS EDUARDO MARTINS (UFRJ) – "HÁ CONTRADIÇÕES PROFUNDAS NO PRÓPRIO SISTEMA-MUNDO: A CHINA COLOCA EM QUESTÃO O PROTAGONISMO DAS POTÊNCIAS ATLANTISTAS"

André Augusto de Paula Barbieri

126-136

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

DEPRESSÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL
DEPRESSION IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE: SOCIAL WORK INTERVENTIONS

Sylmara Teixeira Pereira Mendes

137-158

FORMAÇÃO CIDADÃ E REFLEXIVIDADE: UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO HISTÓRICO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tiago Rodrigo Martins

Felipe Bueno Amaral

159-179

POIESIS

COROA E O PARAFUSO, ROSCA SEM FIM

Marcelo Calderari Miguel

180

RESENHAS

RISCOS & MONOTONIA: SEMIÓTICA DAS INTERAÇÕES
RISKS & MONOTONY: SEMIOTICS OF INTERACTIONS

Marcelo Bolshaw Gomes

181-186

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE

187-188

EDITORIAL

É com grande alegria que, no meu papel de novo Editor da Cronos, anuncio a publicação deste segundo número do volume 24 da revista (julho/dezembro de 2023), com o Dossiê “Os dilemas do Dragão: passado e presente da China em debate”, organizado pelo colega André Augusto de Paula Barbieri (Doutor em Ciências Sociais, formado recentemente no nosso Programa de Pós-Graduação). Sem dúvidas, o dossiê traz um tema de grande relevância não apenas acadêmica mas também política, neste novo e conturbado cenário mundial em que nos toca viver. São ao todo cinco os textos que o compõem: quatro de jovens pesquisadores brasileiros e um artigo de Isabelle Weber, destacada economista alemã que, gentilmente, nos autorizou a traduzir o texto “A China e o neoliberalismo: para além da dicotomia de se a China é ou não neoliberal?”, de sua autoria, para publicação nesta revista.

Contamos também, neste número, com uma interessante entrevista de Carlos Eduardo Martins, professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada pelo próprio organizador do dossiê. Nela, com perspicácia e senso crítico que o caracterizam, o entrevistado analisa os desafios que a China apresenta às potências euro-atlânticas e o novo quadro internacional que, a partir daí, vem se delineando.

Na sequência, oferecemos, ainda, dois artigos de temática livre: “Depressão na infância e adolescência: intervenções do Serviço Social”, de Sylmara Teixeira Pereira Mendes, e “Formação cidadã e reflexividade: um olhar sobre o movimento histórico do ensino de Sociologia no Brasil”, de Tiago Rodrigo Martins e Felipe Bueno Amaral. Os leitores também encontrarão, neste número, a resenha “Riscos & monotonia: semiótica das interações”, de Marcelo Bolshaw Gomes (professor de Comunicação na UFRN), sobre o livro *Interações arriscadas*, de Eric Landowski; e a *poiesis* “Coroa e o parafuso, rosca sem fim”, de Marcelo Calderari Miguel (multifacético profissional, formado na Universidade Federal do Espírito Santo). A bela arte da capa é de autoria de Joaci de Paula, estudante do Bacharelado em Design na nossa instituição.

Esperamos que as leitoras e os leitores possam desfrutar deste número, com o qual abrimos uma nova etapa da revista, prenhe de desafios. Entre eles, um dos mais importantes diz respeito ao cumprimento do compromisso publicamente assumido de dar um retorno célere aos autores: prazo máximo de 60 dias para comunicar a aceitação ou a rejeição de cada proposta. Isso, é claro, sem qualquer redução no grau de exigência nem diminuição na qualidade dos textos publicados, para o qual contamos – como sempre – com a inestimável colaboração dos nossos pareceristas, da nossa bolsista e do nosso Conselho Editorial. Um outro desafio, não menor, consiste em dar continuidade ao importante trabalho de atualização realizado, na gestão que me precedeu, pelos Professores José Antonio Spinelli e Lore Fortes: é nossa intenção publicar, nas próximas semanas, o número

que fica faltando para finalmente alcançarmos a completa posta em dia da *Revista Cronos*, sendo referente ao semestre em curso.

Cabe, por fim, registrar as boas-vindas aos novos integrantes da Comissão Científica da Cronos: António Correia e Silva (Professor da Universidade de Cabo Verde), Atilio A. Boron (Professor Consulto da *Universidad de Buenos Aires*), Céli Regina Jardim Pinto (Professora Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Jorge Luis Acanda (Professor da *Universidad Central del Ecuador*), Juan Carlos Monedero (Professor da *Universidad Complutense de Madrid*) e Vincenzo Pace (Professor da *Università di Padova*). A todos eles, o nosso muito obrigado por terem aceito o convite e virem, com sua presença, ainda dar mais brilho à Comissão Científica da revista.

Boa leitura!

Gabriel E. Vitullo - Editor

APRESENTAÇÃO

O mundo contemporâneo volta a navegar em águas turbulentas. Ares de esgotamento do velho ciclo neoliberal se combinam com o retorno da rivalidade entre as grandes potências. O panorama do mundo pós-Guerra Fria foi substancialmente modificado pelos efeitos da crise mundial de 2008. A contradição entre uma inédita internacionalização do capital, com a integração das cadeias globais de valor, e a renovada competição interestatal recolocam discussões sobre um mundo multipolar. Isso porque a situação mundial, que apresenta enormes obstáculos a um novo ciclo de acumulação capitalista, exhibe menores margens para saídas negociadas entre potências que, em seus territórios, aplicam ajustes econômicos contra a população e apresentam em seus regimes políticos traços cada vez mais autoritários.

Em certo sentido, o símbolo internacional das contradições internas enfrentadas pelas classes dominantes em seus respectivos países é a guerra da Ucrânia. Essa guerra, para além dos seus contornos particulares, inclui a participação de grandes potências em cada um dos bandos - mesmo que, no caso da sustentação dos esforços militares ucranianos, os Estados Unidos (EUA) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) participem por procuração, dirigindo o comando e a logística das operações. Pelo peso político dos envolvidos, e a posição de cada um expressa no conflito, trata-se de algo muito maior que um conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia. Estamos diante do questionamento (inclusive em termos militares) da antiga ordem globalizadora neoliberal estabelecida a partir do triunfo imperialista norte-americano no início da década de 1990. Sem ainda estarem presentes processos revolucionários triunfantes que marquem o cenário da luta de classes mundial - que exhibe inúmeras revoltas e rebeliões em distintos quadrantes do globo -, o esgotamento cada vez mais flagrante da dinâmica da globalização, liderada pelos EUA, tem como eixo principal a emergência da China como potência capitalista que busca disputar nichos de acumulação de capital com os EUA, o Japão e as potências europeias, para, com isso, melhorar sua posição no concerto de nações desse mesmo sistema. A ascensão da China, não apenas econômica mas também político-militar, passa a ser um dos fatores mais importantes da época.

Nesse cenário, a *Revista Cronos* lança o dossiê *Os dilemas do Dragão: passado e presente da China em debate*, que reúne artigos que abordam o tema da China contemporânea em distintos âmbitos e busca contribuir com uma reflexão crítica acerca da sua estrutura socioeconômica e política, em diálogo com referências internacionais sobre o assunto. Tem como objetivo proporcionar um mapa que ajude os pesquisadores, mas também todos os interessados que não são oriundos do mundo acadêmico, a compreender as discussões sobre a realidade chinesa. Os iniciados no tema não são um público-alvo exclusivo, uma vez que o conteúdo do dossiê busca contribuir para a reflexão - e a ação - dos segmentos socialmente subalternos, das camadas exploradas e

oprimidas interessadas por conhecer as reflexões atuais sobre a China, a crise mundial e a perspectiva de novos conflitos na luta de classes, à luz da necessidade de encontrar uma saída progressista para esse cenário.

Entre eles, Isabella Weber, uma importante economista alemã com seu artigo *A China e o neoliberalismo: para além da dicotomia de se a China é ou não neoliberal?* – traduzido exclusivamente para este dossiê – que se propõe a investigar se a China adota ou não o modelo econômico neoliberal, e as razões da relevância da temática do neoliberalismo para o caso chinês. A perspectiva da autora é a de superar uma dicotomia analítica entre a planificação estatal e a adoção do modelo neoliberal, examinando o desenvolvimento econômico do país asiático ao longo das últimas décadas em polêmica com autores clássicos do pensamento neoliberal, como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, assim como autores da tradição marxista. A autora aponta um avanço do neoliberalismo na China a partir da crise dos anos 1970 e a morte de Mao Tsé-Tung, analisando reformas promovidas pelo Estado chinês que combinaram esse modelo com a manutenção de aspectos de um gerenciamento estatal, como a manutenção da propriedade nacionalizada da terra, o Sistema de Responsabilidade Doméstica (HRS), e a reforma da política de manutenção de preços. Por fim, a economista resgata a teoria da crise em Marx e se propõe a investigar a sua aplicação na economia planificada chinesa.

O dossiê traz ainda a contribuição de pesquisadores marxistas para investigar o papel da China no cenário geopolítico atual, assim como o caráter da luta de classes interna desse país. Entre eles, o sociólogo André Barbieri, doutor em Ciências Sociais pela UFRN, que em seu artigo, *Ascensão pacífica da China ou nova era de conflitos entre potências?*, investiga as coordenadas da disputa entre os Estados Unidos e a China dentro da nova etapa de rivalidade entre potências após a crise de 2008 e o esgotamento do ciclo neoliberal. Trata-se de um artigo que polemiza com a tese de que a China serviria a uma suposta “multipolaridade benigna”. O pressuposto dessa tese é que a disputa hegemônica no capitalismo pode se dar sem o acirramento militar e revolucionário, e que a China de Xi Jinping seria uma alternativa progressista diante da violência do imperialismo estadunidense. O autor se opõe a essa tese e argumenta que se trata de um conflito entre potências capitalistas dissimilares, não progressista em termos sociais e econômicos, e que o fator da luta de classes na China e da solidariedade dos seus trabalhadores com os povos oprimidos no mundo é determinante para uma saída independente de ambos os campos em conflito.

Por sua vez, Seiji Seron Miyakawa e Mariana Ribeiro Jansen Ferreira abordam o tema da geopolítica e seus fundamentos econômicos em seu trabalho *Causas subjacentes da escalada das tensões sino-estadunidenses*. Os autores observaram as raízes históricas do acirramento crescente das tensões entre EUA e China no papel que a economia chinesa assumiu de motorizar a economia global após a crise dos anos 1970. Com o processo de restauração do capitalismo na China, a transferência da produção manufatureira dos países centrais para o seu território foi vital para criar novos nichos de acumulação. Dado seu superávit comercial, a China pôde ser parte central da sustentação dos déficits comerciais estadunidenses por meio da aquisição de títulos do Tesouro. Após o estouro da bolha imobiliária estadunidense, a China teria passado por um processo de transformação no seu padrão de acumulação, centrado no consumo das famílias e na inovação autóctone, buscando substituir a sua dependência das exportações e dos investimentos estrangeiros.

Apesar do desenvolvimento tecnológico, a China conservou debilidades em termos de produtividade, poderio militar, dependência financeira e até cultural e ideológico, e passou a rivalizar com a economia estadunidense de modo desigual, não sendo ainda capaz de superar a hegemonia norte-americana.

Também contido no dossiê está o trabalho de Edison Urbano, *Alguns aspectos da evolução recente da classe trabalhadora chinesa e seus desafios organizacionais*, que trata das novas formas de organização da classe trabalhadora chinesa, paralela aos sindicatos estatizados. Não obstante, observou o movimento de setores patronais de busca por novas formas de mediação para lidar com conflitos laborais, devido à incapacidade de esses sindicatos manterem o controle daquelas novas formas de organização e luta da classe operária chinesa. O autor parte de contestar uma leitura que diz que a China pôde superar desproporções e um atraso relativo, tratando das lutas operárias em seu território como uma das possíveis expressões da permanência desses fatores. O texto aborda, em uma seção especial, estudos sobre a província de Guangdong como epicentro de experiências relevantes de resistência, organização e busca por solidariedade para as lutas dos trabalhadores no país.

Contamos, ademais, com o artigo de Simone Kawakami Gonçalves Costa, que é doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e seu artigo *Uma análise crítica de Adam Smith em Pequim*. O artigo consiste em uma análise crítica da obra *Adam Smith em Pequim – Origens e Fundamentos do Século XXI*, escrito pelo economista e historiador italiano Giovanni Arrighi, publicado em 2007. A autora se propõe a abordar a tese de Arrighi de ascensão pacífica chinesa como potencial novo *hegemon* e provável promotor de uma nova ordem, multipolar e menos belicosa, por meio de uma crítica desenvolvida a partir das vertentes derivadas da teoria do imperialismo e de uma avaliação da constituição de classes da China moderna.

Para além desse conjunto de artigos, o dossiê traz uma entrevista com Carlos Eduardo Martins, que é professor associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A entrevista foi conduzida por André Barbieri, coordenador do dossiê, e recebeu o título *Há contradições profundas no próprio sistema-mundo: a China coloca em questão o protagonismo das potências atlantistas*, retirado da entrevista com o professor. Em seis perguntas que versavam sobre: 1) o impacto da crise da ordem global neoliberal, da pandemia da covid-19 nas taxas de crescimento chinesas e seu reflexo na dinâmica econômica global; 2) como esse impacto se expressa nas disputas entre potências e em particular na rivalidade entre os EUA e a China; 3) sobre a guerra na Ucrânia e a rearticulação em termos militares da rivalidade entre Pequim e Washington, observando o curso da política de Xi Jinping diante da guerra; 4) sobre as teses de Giovanni Arrighi de um suposto desenvolvimento pacífico da China em contraste com as tensões entre EUA e China com a guerra da Ucrânia, a militarização do mar do sul da China e o conflito sobre Taiwan; 5) sobre a 15ª cúpula dos BRICS e a iniciativa chinesa de torná-lo um possível organismo do “Sul Global”, que resultou na entrada de novos países, mas que não compartilham de um princípio coeso que fundamente esse objetivo; 6) e sobre a política exterior do atual governo brasileiro de Luiz Inácio Lula da Silva em relação à China, marcada por um não alinhamento automático, por conta da dupla dependência do Brasil dos EUA e da China. A perspectiva de Carlos Eduardo Martins é a da análise do

capitalismo como sistema-mundo, que hoje expressa renovadas expressões da decadência desse modo de produção, e uma impossibilidade de a China se constituir como uma contratendência nesse cenário.

Esperamos que este dossiê possa contribuir para que o leitor tenha uma maior compreensão dos principais temas em debate sobre a China contemporânea e a agudização das suas tensões com os EUA, e para que a classe trabalhadora e todos os segmentos subalternos possam velejar esse maremoto mundial, e conduzir a humanidade para longe dos eventos catastróficos que prepara o capitalismo mundial.

André Augusto de Paula Barbieri¹

¹ Doutor e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da rede pública estadual em São Paulo e editor do semanário teórico Ideias de Esquerda. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1300-791X>. Email: andreapbarbieri@gmail.com.

A CHINA E O NEOLIBERALISMO: PARA ALÉM DA DICOTOMIA DE SE A CHINA É OU NÃO NEOLIBERAL

CHINA AND NEOLIBERALISM: MOVING BEYOND THE CHINA IS/IS NOT NEOLIBERAL DICHOTOMY¹

Isabella Weber²

Traduzido por: Marie Castañeda e Ítalo Gimenes

RESUMO

O presente artigo busca debater como o neoliberalismo se tornou relevante para a China, procurando superar a irresolúvel dicotomia analítica encerrada na pergunta sobre se a China teria abraçado, ou não, o modelo econômico neoliberal. Consequentemente, o trabalho pretende examinar o desenvolvimento chinês ao longo das últimas décadas e as políticas adotadas, em debate com pensadores clássicos neoliberais e também marxistas. Partimos de uma análise do neoliberalismo como paradigma anti-coletivista em meio à crise do próprio coletivismo, do avanço do neoliberalismo na China após a crise dos anos 1970 e a morte de Mao. Em resposta à crise, foi implementada uma primeira grande reforma, o sistema de responsabilidade doméstica (HRS), que manteve o sistema de planificação e a terra nacionalizada, não integrada ao anti-coletivismo neoliberal. A segunda reforma analisada é a reforma que leva ao duplo monitoramento de preços na década de 1980, que foi desafiada pela mais alta liderança da China e chegou a se aproximar de uma liberalização de preços em grande escala. Em 1988, o país sofreu uma inflação histórica que está diretamente conectada aos protestos sociais e trágicos acontecimentos de 1989. Assim, Weber analisa o processo que levou a uma reavaliação crítica da economia planificada chinesa, cuja crise teria tornado o neoliberalismo relevante na medida em que o desenvolvimento econômico e a integração na economia global passaram a ser os principais objetivos do governo em Pequim. À luz disso, a autora busca comparar a implementação destas reformas com as “terapias de choque” implementadas em países do Leste Europeu, assim como a continuidade das políticas privatizantes nos anos 1990.

Palavras-chave: China; neoliberalismo; planificação; mercado.

¹ Artigo originalmente publicado em forma de capítulo na coletânea *The SAGE handbook of neoliberalism*. California: Sage Publishing, 2018. p. 219-233. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/the-sage-handbook-of-neoliberalism/book245419#contents>. Acesso em: 10/2/2024.

² Isabella Weber é Professora Associada de Economia na Universidade de Massachusetts Amherst e Professora Associada de pesquisa no Fairbank Center da Universidade de Harvard. É autora do livro *Como a China escapou da terapia de choque*. Email: imweber@umass.edu.

ABSTRACT

This article seeks to discuss how neoliberalism has become relevant to China, trying to overcome the insoluble analytical dichotomy of whether or not China has embraced the neoliberal economic model. Consequently, the paper aims to examine Chinese development over the last few decades and the policies adopted, in debate with classic neoliberal and Marxist thinkers. We start with an analysis of neoliberalism as an anti-collectivist paradigm in the midst of the crisis of collectivism itself, the advance of neoliberalism in China after the crisis of the 1970s and the death of Mao. In response to the crisis, a first major reform was implemented, the domestic responsibility system (HRS), which maintained the planning system and nationalized land, not integrated into neoliberal anti-collectivism. The second reform analyzed is the reform leading to dual price monitoring in the 1980s, which was challenged by China's top leadership and came close to large-scale price liberalization. In 1988, the country suffered a historic inflation that is directly connected to the social protests and tragic events of 1989. In this way, Weber analyzes the process that led to a critical re-evaluation of the Chinese planned economy, whose crisis would have made neoliberalism relevant to the extent that economic development and integration into the global economy became the main objectives of the government in Beijing. In light of this, the author seeks to compare the implementation of these reforms with the "shock therapies" implemented in Eastern European countries, as well as the continuity of privatization policies in the 1990s.

Keywords: China; neoliberalism; planning; market.

INTRODUÇÃO

A pergunta mais comum na literatura sobre a China e o neoliberalismo é se a China é neoliberal ou não, ou seja, se podemos classificar, de acordo com alguma definição, a economia política chinesa na sua totalidade ou alguns dos seus elementos como neoliberais. À luz do enorme e rápido desenvolvimento econômico sem precedentes da China, por um lado, e dos conflitos sociais e desafios ecológicos que isto implica, por outro, a resposta a esta questão é altamente disputada politicamente.

No entanto, a divisão entre aqueles que não consideram a China como neoliberal e aqueles que sim, não segue linhas políticas. Existem tanto estudiosos simpáticos como críticos do neoliberalismo que concluem que a China é neoliberal. Os primeiros atribuem geralmente o extraordinário crescimento econômico da China aos mercados cada vez mais livres e ao surgimento da propriedade privada³. Em contrapartida, os críticos

³ Por exemplo, Ronald Coase e Ning Wang (2012, p. 156) sugerem que a história de sucesso da China foi alcançada ao deixar "as forças da concorrência... fazerem a sua magia". A principal contribuição do Estado foi recuar, o que permitiu que as forças espontâneas do mercado assumissem o controle e produzissem avanços muitas vezes imprevistos.

consideram que a mercantilização e a privatização são a causa de uma crise social e ecológica de uma escala sem precedentes⁴. Ao mesmo tempo, há estudiosos de ambos os campos ideológicos que consideram que a China não é neoliberal. Os neoliberais culpam a China por não obedecer às leis do mercado e por não conceder proteção suficiente à propriedade privada⁵, enquanto se considera que as distorções resultantes de um papel excessivo do Estado são a causa de enormes desequilíbrios comerciais, bolhas, injustiça social e uma utilização excessiva de recursos naturais escassos⁶. Os críticos do neoliberalismo, pelo contrário, argumentam que a saída da China do subdesenvolvimento, a sua rápida industrialização e crescimento econômico só foram possíveis porque a China resistiu às políticas neoliberais, tais como determinadas no Consenso de Washington⁷. Isso permitiu à China tirar milhões de pessoas da pobreza, dar o maior contributo para os objetivos de desenvolvimento do milênio e, em última instância, desafiar a ordem mundial neoliberal.

Esse estado contraditório da literatura mostra que, independentemente da posição ideológica, há bons argumentos tanto para defender a tese de que a China seria neoliberal como para que não. Nesse sentido, a pergunta quanto à China ser ou não neoliberal permanece não resolvida e sua resolução pode que, na realidade, seja impossível. Pode ser uma tarefa completamente impossível classificar a totalidade da enorme e rápida mudança da economia política da China sob um rótulo único e claramente definido. Também é questionável se um exercício de classificação deste tipo é útil para compreender tanto o neoliberalismo quanto a China. Portanto, este texto oferece uma abordagem diferente sobre o tema da China e do neoliberalismo e coloca a seguinte pergunta de pesquisa: *Como e por que o neoliberalismo se torna relevante para a China?*

É comumente reconhecido que o neoliberalismo começou a sua ascensão para se tornar uma ideologia hegemônica como reação à crise do mundo capitalista na década de 1970. Embora a crise tenha tido origem nos centros ocidentais do capitalismo, verificou-se que a ascensão do neoliberalismo era de escala global. Por exemplo, David Harvey (2005, p. 1), num livro que deu o tom para uma vasta literatura sobre o neoliberalismo,

⁴ Para o campo da antropologia, Nonini (2008, p.145), na sua revisão de literatura, identifica Anagnost (2004), Greenhalgh e Winckler (2005), Rofel (2007) e Yan (2003) reivindicando a ‘universalidade, inevitabilidade e naturalidade do(s) neoliberalismo(s) no caso da China’. Wang Hui (2004), da *New Left Review*, é um exemplo de um proeminente historiador e estudioso literário que argumentou que uma hegemonia neoliberal emergiu na China e que está na raiz da desigualdade, das dificuldades no sistema de bem-estar social e de uma crise ecológica.

⁵ No *Economic Freedom Index* de 2017 (Heritage Foundation, 2017), a China é classificada como “maioritariamente não-livre” e situada no 111º lugar no mundo em termos da sua pontuação global em liberdade econômica.

⁶ Wu Jinglian, muitas vezes referido como “Wu do mercado”, é uma das principais vozes na China que alerta para os resultados de reformas inacabadas. Na sua perspectiva, aqueles que defendem um “consenso de Pequim” como alternativa ao Consenso de Washington (ver nota 5) estão empregando “slogans populistas e nacionalistas demagógicos para mal influenciar o público” (Wu; Ma, 2016, p. 8). Wu e Ma (2016) “acreditam firmemente que [...] os vários males sociais [são] causados pelos atrasos nas reformas” (ibid.). Portanto, para ele, “a única saída para a China é reiniciar e promover firmemente as reformas econômicas orientadas para o mercado” (ibid.)

⁷ Liew (2005) e Lo (2010), por exemplo, argumentam que, embora a China tenha por vezes adotado aspectos do Consenso de Washington, o seu modelo de desenvolvimento geral e o seu sucesso econômico baseiam-se em um tipo diferente de relações Estado-mercado. Esta abordagem alternativa é por vezes chamada de “modelo chinês” ou “Consenso de Pequim” (Ramo, 2004; Huang; Cui, 2005) e é caracterizada por um papel do Estado que vai muito além de definir as regras para uma economia de mercado.

observa: “Os futuros historiadores poderão muito bem olhar para os anos 1978-80 como um ponto de viragem revolucionário na história social e econômica mundial”. É vastamente analisado como as condicionalidades associadas aos empréstimos das instituições de Bretton Woods a países subdesenvolvidos e endividados sob o consenso de Washington impuseram um regime neoliberal nas economias e sociedades. O papel das mesmas instituições no contexto do colapso da Europa Oriental socialista e da Rússia também está bem documentado. As políticas de “big bang” aplicadas às economias outrora de comando planejado, que se assemelham à “terapia de choque” prescrita aos países subdesenvolvidos acima mencionados, provavelmente sejam a forma mais pura e violenta das políticas neoliberais. Em contraste, permanece uma questão em aberto quanto à forma específica com que o neoliberalismo se tornou relevante para a China, sendo ela um país que passou por uma crise profunda no final da década de 1970, mas não entrou em colapso de forma a permitir a implementação do neoliberalismo desde fora. Este texto pretende ser um primeiro passo para uma melhor compreensão desta peça na história da ascensão global do neoliberalismo. Mostrará como a China abraçou a crítica neoliberal ao coletivismo, ao mesmo tempo em que resistiu a uma viragem completa em direção ao neoliberalismo.

Para esse fim, a próxima seção esclarece teoricamente como o neoliberalismo, enquanto ideologia e paradigma teórico explicitamente antioletivista, fornece uma resposta possível à crise das economias mistas de tipo keynesiano de Estado de bem-estar social, bem como às economias de comando planejadas do chamado “socialismo realmente existente”, ambos os quais pretendem basear-se, em diferentes graus, numa forma coletiva de organização econômica. A terceira seção fornece um relato histórico da crise política e econômica da China no final da década de 1970 e mostra, de um ponto de vista teórico, até que ponto essa crise tornou as teorias neoliberais relevantes para a China. A quarta seção discute uma área-chave de reforma na qual se acredita frequentemente que a China adotou uma política neoliberal, nomeadamente a reforma agrícola do sistema de responsabilidade familiar. Discute também uma outra área-chave de reforma na qual a China é amplamente reconhecida por ter encontrado uma abordagem única, mas que tem sido duramente desafiada por uma modalidade de reforma mais neoliberal: o sistema chinês de dupla orientação de preços e as tentativas de tipo “big bang” nas reformas de preços na década de 1980. Isso demonstrará quão contestada tem sido a implementação de políticas neoliberais no curso da reforma da China e como as políticas que podem não ter sido baseadas numa ideologia neoliberal ainda assim serviram para integrar a China numa economia mundial neoliberal. Uma seção final conclui e fornece uma perspectiva sobre como as disputas em torno às políticas neoliberais na China, abordados histórica e teoricamente nas seções anteriores, são relevantes para o atual debate chinês a respeito do caminho correto de reformas.

NEOLIBERALISMO COMO PARADIGMA ANTICOLETIVISTA E A CRISE DO COLETIVISMO

O neoliberalismo é a tentativa liberal de responder às condições e desafios do século XX. Pode ser concebido como a reação liberal frente aos desafios intelectuais e políticos do socialismo e do marxismo. Mais amplamente, é um ataque contra qualquer forma de economia coletiva (*Gemeinwirtschaft*), como deixam claro o título no original em alemão do livro *Socialismo*, de Mises (2021), e de *O caminho da servidão*, de Hayek (1990). A importância do socialismo, e do marxismo especificamente, para a formação do pensamento neoliberal se vê refletida no grande número de escritos sobre o socialismo de vários dos pensadores centrais do neoliberalismo. As figuras de proa do neoliberalismo articularam a sua ideologia em oposição explícita à planificação e ao coletivismo. Organizados num “coletivo de pensamento”, eles visavam desafiar ativa e globalmente essa ordem social (Mirowski; Plehwe, 2009).

Marx, na tradição dos economistas clássicos, colocou a questão de como a distribuição do trabalho social se torna proporcional às necessidades da sociedade se a produção social é organizada pela busca do lucro e da troca de mercado (Weber, 2015, p. 1). Ou seja, ele buscou compreender como o capitalismo pode funcionar como modo histórico de produção e reprodução. Marx ficou fascinado pelas forças progressistas desencadeadas pelo capitalismo, mas ao mesmo tempo mostrou como o modo capitalista, contando com o mercado como mecanismo central de coordenação, se baseia na exploração da classe trabalhadora e acaba, como resultado da sua própria dinâmica, por entrar em crise. Na perspectiva de Marx, o capitalismo é uma “faca de dois gumes”, embora poderoso na promoção das forças materiais da sociedade termina finalmente por fracassar. Para os marxistas, uma economia planificada alcançada através de uma revolução e da socialização dos meios de produção oferece uma saída: a promessa de uma economia mais racional que supere a exploração⁸.

Os neoliberais desafiaram tanto a noção de que o capitalismo está destinado a criar a sua própria crise quanto a teoria do valor-trabalho, a qual mostra como o capitalismo se baseia na exploração. Na sua opinião, não há nada inerente ao capitalismo que possa levar ao seu fim. Dado que, para eles, o capitalismo se baseia na liberdade individual e não na exploração, também não existe um imperativo normativo para avançar rumo a um tipo de ordem econômica diferente. Em vez disso, para os neoliberais o que está condenado ao fracasso é a promessa de uma economia socialista racional.

Como afirma Mises (1935, p. 130, grifo nosso) na sua contribuição para o Debate do Cálculo Socialista: “a atividade econômica *racional* é impossível numa comunidade socialista”. Para Mises (2021, p. 26), são socialistas todos aqueles que “consideram a ordem socialista da sociedade como econômica e eticamente superior àquela baseada na propriedade privada dos meios de produção”. A ausência de propriedade privada implica,

⁸ O ABC do Comunismo (Bukharin; Preobrazhensky, 2022) é o clássico soviético que estabelece os objetivos do planejamento comunista.

para Mises, que a troca de mercado não seja possível como mecanismo de coordenação para a divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, ele sustenta que a planificação não pode ser racional, uma vez que não existe um padrão objetivo para os preços.

Sem a possibilidade de um mecanismo de mercado e dado que, para Mises, a planificação seria irracional, uma divisão racional do trabalho resulta impossível sob o socialismo. Robbins (1934) e Hayek (1935a, 1935b) recuam para uma “segunda linha de defesa” (Lange, 1936, p. 36) e reduzem o problema da possibilidade de planificação racional sob o socialismo a um problema de *praticabilidade* e não de possibilidade abstrata. O socialismo é possível em teoria, mas ainda não oferece uma alternativa viável, uma vez que não consegue resolver em um tempo cabível o grande número de equações necessárias para a planificação racional.

Os neoliberais não desafiam apenas a possibilidade e a viabilidade de uma alternativa revolucionária. Com base na desconsideração das instabilidades produzidas pela dinâmica inerente ao capitalismo, também não há lugar para uma economia mista. Na sua visão, uma política fiscal ou monetária consciente e ativa não pode melhorar o bem-estar numa economia de mercado ou atenuar o ciclo econômico. Por exemplo, em *Teoria Monetária e o Ciclo Comercial* (1933), Hayek – em linha com os monetaristas friedmanistas posteriores e outros tipos de proponentes contemporâneos da neutralidade monetária – sugere uma teoria puramente monetária do ciclo comercial, o que significa que qualquer tipo de “perturbação no bom curso do desenvolvimento industrial” (Adarkar, 1937, p. 267) só pode ser atribuído a uma política monetária que não consegue “deixar a produção e os preços relativos dos bens... ‘inalterados’, exatamente como ficariam se diretamente não houvesse dinheiro” (Sraffa, 1932, p. 42).

Dito de outra forma, a economia de mercado evoluiria de forma completamente suave e livre de crises, desde que a política monetária fosse tal que imitasse perfeitamente o estado natural das coisas, isto é, a ausência de dinheiro. Do ponto de vista dos neoliberais, ainda mais perigosa do que a política monetária é qualquer forma de planificação econômica direta. Hayek nega explicitamente em *O Caminho da Servidão* a possibilidade de combinar o mercado com o planejamento. Segundo ele:

Com efeito, à primeira vista nada parece mais plausível, ou tem maior probabilidade de atrair as simpatias dos homens sensatos, do que escolher como meta não a extrema descentralização da livre concorrência nem a centralização completa representada por um plano único, mas uma judiciosa combinação dos dois métodos. Não obstante, o simples senso comum não se revela um guia seguro neste campo. Embora a concorrência consiga suportar certo grau de controle governamental, ela não pode ser harmonizada em qualquer escala com o planejamento central sem que deixe de operar como guia eficaz da produção (Hayek, 1990, p. 67).

Na visão de Hayek, um tipo de política monetária que não se assemelhe à ausência de dinheiro é suficiente para causar uma crise. Isso pois tal política criaria desproporcionalidades entre os diferentes setores industriais em relação ao resultado natural da concorrência entre indivíduos autointeressados. Mais ainda, qualquer tipo de planejamento direto da atividade econômica que vá além do planejamento que cada indivíduo

faz para si mesmo destruiria o resultado natural e racional da “competição como princípio de organização social” (Hayek, 1990, p. 63).

Tendo descartado qualquer atividade coletiva que vá além da criação de “condições em que os próprios indivíduos disponham de um grau de conhecimento e iniciativa que lhes permita planejar com o maior êxito” (Hayek, 1990, p. 62), ficamos com a doutrina neoliberal da propriedade privada e da concorrência irrestrita como única alternativa viável e desejável para a organização social da economia. O intercâmbio mercantil que requer a proteção da propriedade privada é a única maneira de resolver racionalmente a coordenação social da produção sob a divisão social do trabalho. A sucessiva “extensão da divisão do trabalho”, por sua vez, é o próprio progresso social, uma vez que é o único meio que aproxima “a produção do seu objetivo – a maior satisfação possível das necessidades” e “envolve a intensificação da relação social” (Mises, 2021, p. 299). Para Mises, e para o neoliberalismo de forma mais ampla, a evolução da divisão do trabalho não se limita à escala da nação.

Em vez disso, o comércio une o globo e “quem quer que defenda a autossuficiência econômica das nações e dos Estados, busca desintegrar a sociedade ecumênica” (Mises, 2021, p. 29). Dado que o mecanismo de preços é o que regula o intercâmbio entre os indivíduos e esse intercâmbio é a única forma de facilitar as relações sociais e organizar livremente a economia, a não distorção dos preços é fundamental para o neoliberalismo. O Estado não precisa ser pequeno, pode ser grande e violento, mas a sua única missão é proporcionar condições para uma concorrência irrestrita em todas as esferas. Qualquer tentativa de moldar coletivamente a economia que não seja através de trocas de mercado deve conduzir a uma ordem irracional, a uma crise e ao colapso.

Como está bem estabelecido na literatura, a crise das economias mistas nos centros capitalistas, bem como a dos países da periferia que tinham seguido políticas ativas de planejamento do desenvolvimento, proporcionou o terreno para um relançamento da ideologia neoliberal que, inicialmente, não tinha conseguido impedir a disseminação global de políticas coletivistas na era pós-Segunda Guerra Mundial⁹. A crise da década de 1970, enquanto crise de uma ordem econômica que permitiu políticas coletivas conscientes – como a organização do trabalho, a política monetária, o controle de preços, a substituição de importações e o planejamento industrial – forneceu o terreno para a ascensão do neoliberalismo.

A economia mista foi vista como um fracasso. A economia planificada era o modelo do inimigo na Guerra Fria, por isso, havia chegado o momento da doutrina econômica que há muito rejeitava ambas como ordens econômicas irracionais. Também na China a ordem econômica coletiva estava em crise no final da década de 1970. No entanto, não está claro até que ponto essa crise tornou o neoliberalismo relevante para aquele país. Para esclarecer essa questão, vamos primeiro examinar mais de perto a natureza da crise da China na seção a seguir.

⁹ Neste sentido, o neoliberalismo não é essencialmente um novo projeto de classe, como sugere Harvey (2005), mas sim uma velha ideologia que ganha nova relevância sob uma nova constelação de classes.

A CRISE DA CHINA NO FINAL DOS ANOS 1970 E A REORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA BÁSICA

Na China, a ordem social, baseada em termos gerais numa economia de comando central e no paradigma da revolução contínua e dos movimentos de massa, entrou num estado de crise nos anos posteriores à morte de Mao, em 1976. Os estudos sobre o neoliberalismo na China tendem a relacionar esta crise às tendências de acumulação de capital. Por exemplo, So e Chu (2012, p. 170) argumentam que na “China, como em outros países do Norte, do Sul e do Leste, o impulso para realizar reformas neoliberais foi irresistível quando o Estado enfrentou uma crise de acumulação de capital nas décadas de 1970 e 1980”. Esse tipo de generalização não ajuda a compreender a dinâmica global da alegada crise de acumulação nem esclarece as circunstâncias históricas específicas que forçaram a China a entrar numa era de reformas.

Wu (2010) faz um esforço maior para compreender as especificidades da situação chinesa, ao mesmo tempo em que identifica a crise naquele país em termos de uma crise de acumulação de capital. Ele observa que o “estado adotou uma política de extração de capital agrário excedente para financiar a industrialização, enquanto na cidade o consumo foi suprimido e a produção priorizada” (Wu, 2010, p. 622). A razão pela qual “a acumulação efetiva apoiada pela industrialização liderada pelo Estado começou a atingir os seus limites” foi a “suburbanização” e a falta de “consumo de massa” (Wu, 2010, p. 622). É verdade que, na tradição stalinista, a China extraiu excedentes rurais para industrialização e priorizou a produção frente ao consumo. Ainda assim, Wu não leva em consideração a distinção entre indústria pesada e indústria leve. Enfrentando uma ameaça constante de guerra, a China priorizou o desenvolvimento das indústrias pesadas durante muito tempo e o sucessor designado de Mao, Hua Guofeng, pretendia intensificar ainda mais essa tendência num novo salto em direção a uma maior produção da indústria pesada (Naughton, 1995, p. 65). O consumo urbano foi limitado como resultado da ênfase excessiva na indústria pesada em detrimento da indústria leve.

No entanto, o problema fundamental foi o baixo fornecimento de bens de consumo para a população rural, o que resultou numa “crise das tesouras” do tipo que a União Soviética tinha vivido na década de 1920 (Erlich, 1967; Naughton, 1995; Nolan, 1995). O preço dos produtos agrícolas era demasiado baixo diante da escassez de produtos da indústria leve. Isso restringiu fortemente o interesse dos agricultores em produzir para o mercado urbano e contribuiu para os baixos rendimentos agrícolas.

No entanto, essa descrição das desproporcionalidades setoriais também não consegue dar conta plenamente da crise enfrentada pela China após a morte de Mao. Mais importante do que isso, a revolução percebeu que não tinha conseguido cumprir com as suas promessas materiais mais básicas. Quadros de alto escalão e revolucionários da primeira geração, bem como jovens intelectuais urbanos, passaram muitos anos no campo, vivendo como camponeses. O que as elites urbanas que regressavam aos centros

de poder tinham aprendido é que muitas pessoas ainda passavam fome e ainda temiam o frio do inverno¹⁰. Pelos padrões internacionais, a China havia abolido muitos dos aspectos mais feios da pobreza (World Bank, 1983). A mortalidade infantil havia sido reduzida graças a vacinações sistemáticas. A alfabetização aumentou enormemente, em parte com a ajuda daqueles enviados das cidades para o campo. Mas, passados 30 anos, a revolução havia falhado em garantir a satisfação das necessidades materiais mais básicas da maioria camponesa em cujo nome foi travada a amarga guerra de libertação.

Dois acontecimentos aumentaram o sentimento de fracasso da revolução. Desde a década de 1950, sucessivas ondas de camponeses fugiram de Shenzhen para a vizinha Hong Kong. Nos anos 1970, existiu mais uma vez uma nova onda de imigração. Os camponeses decidiram que estariam melhor na Hong Kong colonial e capitalista do que na República Popular (Fei, 2011). Em nítido contraste com o fracasso da própria China em resolver o problema da vida material da sua população rural, um grande número de delegações, encorajadas a viajar para o estrangeiro por Hua Guofeng, foram confrontadas com a prosperidade dos países capitalistas ocidentais, bem como com a dos vizinhos da China no Leste Asiático. É relatado que Deng Liqun, vice-presidente da Academia de Ciências e uma figura chave para as primeiras reformas rurais, “ao falar sobre a sua visita a países estrangeiros, [...] suspirou emocionado pelo fato de os países ocidentais serem agora prósperos, ricos, civilizados e educados” (Hua, Zhang; Luo, 1993, p. 23). E mais do que isso, ele é citado como tendo dito: “Não há nenhum sinal de revolução” (Hua; Zhang; Luo, 1993, p. 23).

A China estava numa crise profunda dada a persistência da pobreza no campo, a experiência de atraso industrial em relação ao mundo exterior e a ocorrência contínua de escassez e excesso de oferta. Neste contexto de crise, no final da década de 1970 foi lançado um amplo desafio ideológico tanto contra a ênfase maoísta na autossuficiência como contra o chamado idealismo da “gangue dos quatro” (*sirenbang*), que acabava de ser presa e fora acusada de ser responsável pela Revolução Cultural.

Durante os anos da Revolução Cultural, a ideologia dominante não era compatível com os fundamentos mais básicos do neoliberalismo. A crítica neoliberal às formas coletivistas da economia era irrelevante, uma vez que o próprio objetivo de criar uma ordem econômica racional de algum tipo tinha sido rejeitado por Mao. Os princípios políticos se sobrepunham ao que os economistas gostam de chamar de investigação econômica científica (Lin, 1981, p. 3). A abordagem apropriada era a da economia política, e não a da economia. Qualquer discussão de questões relativas às forças de produção, tais como a obtenção de uma alocação otimizada de recursos, eficiência, mudança técnica etc., independentemente das relações sociais de produção, era considerada “economicismo” (Riskin, 1987, p. 163).

¹⁰ Esse aspecto da crise da China foi repetidamente enfatizado em entrevistas de história oral que conduzi entre julho e novembro de 2016 com economistas que se tornaram influentes na década de 1980, muitos dos quais pertenciam à jovem geração que regressou do campo para a cidade como estudantes de pós-graduação com em torno de 20 anos de idade no final dos anos 1970.

Nesse sentido, a questão colocada pelos neoliberais sobre se uma ordem coletivista ou uma ordem de mercado seria superior na conquista de uma ordem econômica racional nem sequer foi cogitada. As formas de organização econômica eram julgadas pelo seu conteúdo político e não pela sua racionalidade econômica. Isto seria, no entanto, revertido no final da década de 1970, com um retorno ao materialismo histórico ortodoxo.

Em 1977, Lin Chun (1977), na época um jovem professor numa escola provincial do partido, escreveu um artigo convidado para a revista *Historical Research* que ecoava uma reorientação mais geral em direção ao materialismo de Marx, Engels, Lênin e Stalin (Meisner, 1985). Em contraste com a Gangue dos Quatro, que teria tentado acelerar a história aumentando a consciência das massas e revolucionando as relações de produção, Lin argumentou que seria o desenvolvimento material que decidiria o progresso histórico. O materialismo histórico ensina que as forças produtivas determinam as relações de produção, a base determina a superestrutura e, em última análise, as forças produtivas determinam todas as relações sociais e o desenvolvimento da sociedade (Chun, 1977, p. 4). Consequentemente, o desenvolvimento econômico é a tarefa mais urgente no desenvolvimento do socialismo.

Esta reavaliação do progresso histórico foi codificada na “Resolução [oficial] sobre certas questões da história do Nosso Partido desde a fundação da República Popular da China” (Resolution [...], 1981) e o próprio Mao foi submetido a avaliação. As teorias de Mao sobre a luta de classes sob o socialismo e sobre o desenvolvimento contínuo da revolução, a sua impaciência e a sua superestimação da vontade do homem foram apontadas como gravemente equivocadas, utópicas e não científicas. O que estava correto, de acordo com a “Resolução”, era algo que tinha sido decidido no VIII Congresso Nacional do Partido, realizado em setembro de 1956: “a principal contradição dentro do país já não era a contradição entre a classe trabalhadora e a burguesia, mas entre a exigência do povo de um rápido desenvolvimento econômico e cultural e o estado atual da nossa economia e cultura” (Resolution [...], 1981). Portanto, “toda a nação” tinha que “concentrar todos os esforços no desenvolvimento das forças produtivas, industrializando o país” (Resolution [...], 1981). Tal como Hu Qiaomu já salientou no seu relatório de 1978 ao Conselho de Estado, a tarefa da liderança chinesa consistia em “agir de acordo com as leis econômicas” (Resolution [...], 1981) para orientar a evolução da formação econômica da sociedade. Embora a eficiência tivesse sido até então condenada como um objetivo independente das relações sociais de produção, o primeiro-ministro Zhao Ziyang a incluiu no relatório de trabalho do governo de 1981: “A questão central é melhorar a eficiência na produção, construção, distribuição e outros aspectos da economia de todas as maneiras possíveis” (Zhao, 2010, p. 111). Em contraste com os últimos anos maoístas, essa mudança ideológica em direção ao determinismo econômico e à eficiência significou que a liderança chinesa encontrou alguns pontos comuns básicos com o neoliberalismo na sua compreensão da ordem econômica.

O paradigma de desenvolvimento maoísta também se opunha fundamentalmente ao neoliberalismo na sua rejeição básica da primazia da divisão do trabalho e na sua ênfase

na autossuficiência. Em parte por razões estratégicas e em parte por razões ideológicas, Mao rejeitou a visão soviética “de uma vasta oficina popular, que abrangerá toda a economia nacional” e na qual “as fábricas, oficinas, minas e outras instituições produtivas serão todas subdivisões” (Bukharin; Preobrazhensky, 1969, p. 114) para o vasto âmbito rural. Em vez disso, Mao promoveu uma abordagem de “‘muitas oficinas’, em que cada unidade e localidade, em grande parte independente das outras, distribuía recursos para si mesma”.

A viragem, no final da década de 1970, para uma ênfase na eficiência, contudo, favoreceu “unidades especializadas e divisão do trabalho”, enquanto “ao nível do trabalhador individual, a especialização e a divisão do trabalho significaram um sistema de responsabilidade individual estritamente aplicado, com ênfase nos incentivos materiais individuais” (Riskin, 1987, p. 164). Antes de abraçar a divisão do trabalho, a China desaprovava, até certo ponto, o próprio problema que a economia neoliberal procura resolver através da troca de mercado entre os detentores de propriedade privada e que os pensadores neoliberais consideram insolúvel através da planificação sob propriedade pública.

Pelo já exposto, poderíamos concluir que a crise da China do final da década de 1970 resultou numa reorientação para o desenvolvimento econômico e numa valorização de uma maior divisão do trabalho. No entanto, esses dois pontos focais não são específicos do paradigma econômico do neoliberalismo, mas antes marcam o que Lin (1981) chama de “restabelecimento da economia” como uma racionalidade específica. No final da década de 1970, a China restabeleceu a economia como ciência e designou-a como ferramenta central de governabilidade. No entanto, ainda era uma questão em aberto que tipo de economia seria aplicada para alcançar o progresso econômico e resolver o problema da coordenação da divisão social do trabalho. Na realidade, essa abertura resultou em dois desenvolvimentos contraditórios. Por um lado, sob o slogan de Deng Xiaoping de abrir as mentes ao mundo, muitos economistas estrangeiros representando toda a gama de escolas de pensamento foram convidados a ensinar e apresentar o seu trabalho na China a partir do final da década de 1970. Por outro lado, especialmente nos primeiros anos da reforma, vozes fortes sugeriram que a planificação tinha falhado na China devido à turbulência política e que o caminho mais promissor para o seu desenvolvimento econômico era uma versão melhorada da planificação, possivelmente a ser alcançada com a ajuda de computadores modernos (Naughton, 1995, p. 127).

Foi apenas três anos após o início da reforma, em 1980, que a crise foi proclamada pela primeira vez como uma característica inerente à economia planificada. Quatro jovens economistas e estudantes de pós-graduação em Pequim, Huang Jiangnan, Wang Qishan¹¹, Weng Yongxi e Zhu Jiaming, que regressaram do campo no final da década de 1970 e estavam preocupados com o futuro do seu país, passaram para o centro do processo de reforma da China e ficaram conhecidos como os “quatro cavalheiros reformistas” (*gaige si junzi*) (Liu, 2010). Em virtude de diversas coincidências históricas, eles foram convidados

¹¹ Wang Qishan é o único dos quatro cavalheiros cuja carreira o levou ao mais alto nível de liderança da China. Os outros três retiraram-se ou foram expulsos da cena política após os acontecimentos de 1989. Wang Qishan aposentou-se do Comitê Permanente do Politburo e da chefia da Comissão Central de Disciplina e Inspeção do partido em outubro de 2017.

pelo então primeiro-ministro Zhao Ziyang para o que ficou conhecido como o primeiro diálogo entre jovens e idosos (*diyi qinglao duihua*) (Fewsmith, 1994, p. 72)¹².

Os quatro jovens economistas aplicaram a teoria da crise do capitalismo de Marx à economia socialista planejada e argumentaram que a crise estrutural era tão inevitável numa economia planejada de comando como no capitalismo. A China enfrentava uma crise inerente ao sistema de planificação e não resultante de erros (Liu, 2016). Na sua opinião, o chamado “desenvolvimento planejado e equilibrado” era impossível de alcançar¹³. Marx apresentou uma análise da inevitabilidade da crise sob o capitalismo. Mas a economia planejada inicialmente imaginada pelos revolucionários comunistas como uma ordem que superaria a anarquia do mercado não cumpriu a promessa de estar livre de crises.

Daí que os “quatro cavalheiros reformistas” sugeriram que a tentativa dos países socialistas de estabelecer economias planejadas livres de contradições sociais era um idealismo equivocado. Dessa forma, a crítica ao idealismo que foi anteriormente mobilizada contra o “revisonismo da Gangue dos Quatro” foi agora estendida à forma básica da economia da China. A mensagem implícita era de que uma reforma do sistema econômico era inevitável. O ataque contra o idealismo estava em linha com o slogan de Deng Xiaoping “buscar a verdade a partir dos fatos” (*shishi qiushi*), que foi estabelecido como o princípio mais básico no chamado debate sobre o critério da verdade (Schoenhals, 1991). Pouco tempo depois, o editorial de ano novo de 1981 do principal jornal estatal, o Diário do Povo, reconheceu pela primeira vez uma crise econômica sob o socialismo¹⁴. Argumentou que o desenvolvimento rápido, mas desproporcional, que ocorreu após a queda da Gangue dos Quatro revelou um perigo anteriormente obscurecido.

Os “erros esquerdistas” do passado tinham de ser evitados, mas, mais do que isso, a China tinha de encontrar uma nova linha orientadora de pensamento. A China precisaria desenvolver essa linha de pensamento a partir de uma avaliação de circunstâncias concretas e com base em leis econômicas e outras leis objetivas. Mas num país pobre com uma população tão grande como a da China, não se deveriam esperar resultados rápidos, pois “não se pode esperar um milagre de um só golpe” (People’s Daily, 1981).

É nesse ponto que podemos dizer que a crítica neoliberal à impossibilidade de uma economia planejada racional tornou-se plenamente relevante para os reformadores chineses. Não no sentido de que esses jovens economistas chineses tivessem necessariamente lido qualquer um dos pensadores neoliberais, mas no sentido de que chegaram a uma conclusão cognata: em vez de concretizar o ideal prometido, a economia planejada resulta em crise. Contudo, ao contrário dos economistas neoliberais, eles não descartaram ao mesmo tempo a teoria de Marx sobre a crise do capitalismo. Eles inconscientemente alinharam-se com os neoliberais contra o ideal socialista de Estado de uma economia planejada e conscientemente com Marx contra o ideal neoliberal de uma economia de

¹² Entrevista da autora a Weng Yongxi em 18 de novembro de 2016.

¹³ O centro do argumento apresentado por Weng Yongxi, Huang Jiangnan, Zhu Jiaming e Wang Qishan em seu diálogo com a liderança central é analisado em Weber (2018b).

¹⁴ Entrevista da autora a Huang Jiangnan em 23 de novembro de 2016.

mercado sem limitações. A esse respeito, a China ficou sem um sistema ideal e só pôde seguir o famoso veredito de Deng Xiaoping de “atravessar o rio tateando em busca de pedras”, sem sequer saber onde poderia estar o outro lado do rio. A difundida interpretação da intervenção dos “quatro cavalheiros” como um mero apelo a mais mercado é sintomática de uma narrativa que reduz as reformas chinesas desde a década de 1980 a um movimento inacabado em direção a uma economia neoliberal.

Por exemplo, Mitchell (2017), reportando no *Financial Times* sobre a aposentadoria de Wang Qishan do Comitê Permanente do Politburo em outubro de 2017, depois de ter liderado a campanha anticorrupção de Xi Jinping durante cinco anos, descreve o objetivo do artigo dos “quatro cavalheiros” como “impulso para o Estado reduzir a sua interferência no mercado”. Mitchell (2017) fica, portanto, intrigado com a alegada contradição de que Wang tenha permanecido dedicado a “reafirmar a autoridade do partido sobre esferas das quais se tinha retirado lenta, mas firmemente”.

Interpretações do discurso reformista chinês como a de Mitchell tomam a crítica à economia planificada e os argumentos em favor de um papel maior para os elementos do mercado como um apelo a uma economia de mercado neoliberal. Porém, se não aceitarmos a visão neoliberal que considera a concorrência como incompatível com qualquer forma de coletivismo, perceberemos que defender um papel maior do mecanismo de mercado não implica uma retirada do partido ou da autoridade estatal. Na verdade, em Weber (2018b) mostro que a burocracia chinesa remonta a uma longa tradição de utilização consciente das forças espontâneas do mercado como instrumento da política econômica coletivista. Assim, a concorrência de mercado e o controle estatal não são modos de coordenação mutuamente excludentes. Em vez disso, o Estado utiliza o mercado como participante ativo no controle da economia.

No entanto, a rejeição tanto do ideal da economia planificada pura como do mercado puro subjacente a uma utilização tão consciente das forças de mercado pelo Estado não permaneceu sem contestação. Ao longo da década de 1980 e até o início da década de 1990, houve líderes do partido chinês e economistas que continuaram a advogar por uma economia planificada mais ou menos pura. Ao mesmo tempo, desde o início da década de 1980 e até hoje, muitos economistas e, em alguns casos, também líderes partidários, levantaram as suas vozes a favor de uma economia de mercado sem restrições. A advertência de que não se deve “esperar por um milagre de um só golpe” sugere tanto que pode ter havido vozes que defendiam mudanças rápidas, quanto que tais vozes eram minoria.

A posição dominante era favorável a uma mudança cautelosa, pragmática e orientada em torno de realidades materiais concretas, implicando que o ideal de uma economia planificada não deveria ser simplesmente substituído por outro ideal como o de uma economia de mercado perfeita do tipo neoliberal. Somente no contexto deste campo de forças podemos compreender a relação da China com o neoliberalismo e a relevância do pensamento neoliberal para a China. A próxima seção explorará episódios em duas áreas cruciais de reforma: a reforma agrícola e a reforma de preços, de modo a poder avaliar até que ponto o ímpeto reformista da China seguiu uma lógica neoliberal.

DOIS IMPORTANTES EPISÓDIOS DE REFORMAS: O SISTEMA DE RESPONSABILIDADE DOMÉSTICA COMO REFORMA DE MERCADO NEOLIBERAL?

O sistema de responsabilidade doméstica (HRS, pela sua sigla em inglês), que transferiu a responsabilidade pela produção agrícola da comuna para o agregado familiar e permitiu aos camponeses vender no mercado a produção excedente, foi a primeira grande reforma para enfrentar o desafio de fornecer alimentos suficientes para a vasta população chinesa. Só pôde ser aprovado quando Deng Xiaoping havia conquistado o poder total em 1980 e enfrentado a forte oposição tanto dos mais altos níveis de liderança como de uma série de quadros locais que queriam proteger o interior maoísta (Teiwes; Sun, 2016, p. 123-199). O sistema foi implementado espontaneamente por camponeses que enfrentavam uma seca em 1979, principalmente na província de Anhui, onde o governador Wan Li supervisionou essa experiência e, como resultado, foi promovido à liderança central em 1980 (Teiwes; Sun, 2016, p. 76–82). Em 1983, esse sistema resultou no desmantelamento das comunas, anteriormente a unidade social básica do campo da China e forma de organização coletiva que visava satisfazer todas as necessidades humanas, desde cuidados infantis, até escolaridade, habitação, cantinas e cuidados de saúde.

O HRS é frequentemente considerado como uma privatização e uma viragem para uma agenda de desenvolvimento neoliberal, tanto por aqueles que são críticos do neoliberalismo como por aqueles que são a favor de uma agenda econômica neoliberal. Os principais pensadores neoliberais invocaram-no como um excelente exemplo dos poderes mágicos do mercado e da iniciativa privada. Durante a sua visita à China em 1988, por exemplo, Milton Friedman observou, no que diz respeito ao HRS, que a “[i]ntrodução de um elemento considerável de privatização na agricultura produziu um aumento notável na produção e produtividade agrícolas” e que essa foi “a manifestação mais significativa do sucesso da China na ampliação da utilização do mercado” (Friedman, 1990, p. 1.333). Ronald Coase – membro da Sociedade Mont Pelerin (MPS) – e Ning Wang (2012) argumentam que a reforma da China seguiu o padrão de revoluções marginais espontâneas e que o HRS, como forma de agricultura privada, foi a primeira destas revoluções marginais.

O sucesso da política pode ser explicado pelo fato de ter se generalizado antes de se tornar uma política oficial e, como tal, não ter sido definida pelo governo, mas sim seguido o interesse privado dos agricultores independentes. Uma afirmação semelhante é defendida por Zhang Weiyong (2015, p. 14, grifo nosso), um dos principais economistas neoliberais da China, em um artigo apresentado na conferência da Sociedade Mont Pelerin de 2014, em Hong Kong: “Wan[Li] era então secretário do Partido na província de Anhui. Ele reconheceu que o sistema comunal não estava funcionando e que a única forma dos camponeses terem motivação para trabalhar arduamente era *privatizar* a produção agrícola”. Da mesma forma, para Huang Yasheng (2008), o “verdadeiro milagre da China” ocorreu na década empreendedora de 1980 e foi iniciado com o HRS. Foi o

HRS que libertou os poderes dos empresários rurais da China e deu origem às empresas municipais e rurais (TVEs, na sua sigla em inglês).

Há uma semelhança básica entre a ideologia neoliberal que sugere que a busca desenfreada do autointeresse é a melhor maneira dos indivíduos servirem à comunidade e o retorno aos incentivos econômicos individuais anteriormente condenados no âmbito do HRS. No entanto, existem também diferenças fundamentais tanto nas origens ideológicas como no funcionamento prático do HRS. Como Andreas (2010) salienta na sua análise de Huang (2008), embora o HRS exigisse a descoletivização da produção agrícola, também se baseou na reforma agrária do início da década de 1950. Na verdade, o HRS não privatizou terras; em vez disso, distribuiu direitos de uso da terra entre as famílias e impôs limites estritos à escala e ao arrendamento de terras, bem como à contratação de mão-de-obra agrícola. Além disso, o mercado agrícola interno permaneceu protegido das importações.

Como deixa claro Lin Zili (1983), um dos mais eminentes economistas chineses do século XX, o HRS exigia a separação entre direitos de propriedade e de gestão. Lin mostrou que o sistema combinava o princípio da propriedade centralizada nas mãos do Estado com a descentralização da gestão nas mãos dos indivíduos e das famílias. Tal esquema é incompatível com a premissa neoliberal de que os mercados só podem funcionar bem se os direitos de propriedade privada estiverem bem definidos. Na verdade, a oposição dos pais fundadores do neoliberalismo a qualquer forma de socialismo de mercado, ou seja, a qualquer regime que combine propriedade pública, planificação e mercado, torna-se evidente no debate sobre o cálculo socialista e na rejeição feroz da sugestão de Lange (1936) de que o problema do cálculo na planificação poderia ser resolvido utilizando o mercado (Lavoie, 1985, p. 173-174).

Além disso, embora a avaliação de Coase e Wang (2012) do HRS como uma privatização da agricultura seja questionável, eles estão certos sobre se tratar de uma revolução marginal, no sentido de que o mercado foi introduzido na margem, enquanto o anterior sistema de planificação foi deixado em segundo plano. Isto significa que os camponeses ainda tinham de produzir a cota planejada de bens antes de poderem recorrer a qualquer produção por conta própria. A este respeito, pode-se dizer que o HRS combina a planificação com a concorrência de mercado. Tal como discutido na segunda seção deste nosso texto, Hayek (1990, p. 46) rejeita explicitamente a possibilidade de a concorrência poder ser “combinada com a planificação em qualquer medida que quisermos, sem deixar de funcionar como um guia eficaz para a produção”.

Além disso, é altamente questionável a imagem que pinta os camponeses que regressaram às antigas técnicas de agricultura de subsistência, mantidas como conhecimento familiar durante muito tempo após a coletivização, como os empreendedores independentes e inovadores da fantasia neoliberal. Para a grande maioria destes agricultores, pelo menos nos primeiros anos da reforma, pareceria mais apropriado invocar a imagem de uma economia natural em que a produção visa principalmente a autossuficiência, um “comer completo”.

Em termos das origens ideológicas do HRS, é importante reconhecer que, longe de representar uma nova tendência no momento de uma viragem global para o neoliberalismo, Lênin (1977) já tinha sugerido uma forma de contratação agrícola no seu *O Imposto em Espécie*¹⁵ e que a coletivização já tinha sido desafiada por empenhados comunistas tanto na União Soviética na década de 1920 quanto na China na década de 1950 (Nolan, 1988). Já em 1956 havia desacordo entre os revolucionários chineses sobre a velocidade da coletivização e a possibilidade de contratação (Riskin, 1987, p. 87). O debate em torno da contratação agrícola foi reavivado após o fracasso catastrófico do Grande Salto Adiante e a Grande Fome. Chen Yun, que regressou ao centro do poder juntamente com Deng Xiaoping e foi responsável pelas questões econômicas nos primeiros anos da reforma, tinha sido também o funcionário de mais alto escalão do partido para assuntos econômicos na década de 1950 e esteve consistentemente em favor da contratação agrícola (Lardy; Lieberthal, 1983, p. 12-13).

Na opinião de Chen, o Estado não conseguia alocar de forma eficiente todos os recursos, o que significava que eram necessários mercados suplementares, particularmente na agricultura e na indústria leve. Mas, ao mesmo tempo, um Estado e uma planificação fortes deveriam manter a primazia para garantir o equilíbrio (Lardy; Lieberthal, 1983, p. 13-19). Em suma, as origens do HRS podem ser encontradas na tradição da Nova Política Econômica Soviética e nos primeiros anos do regime comunista da China. O HRS está aberto ao tipo de crítica que os neoliberais dirigiram contra qualquer tipo de economia mista. No entanto, o HRS permitiu à China ser reintegrada na divisão global do trabalho e, de um ponto de vista neoliberal, era preferível ao sistema comunal visto como uma forma mais pura de coletivismo. O HRS atraiu novos segmentos da população, como os jovens membros da família, para atividades produtivas, levando a um declínio nas taxas de escolaridade rural (World Bank, 1983). O rápido aumento da produção agrícola rapidamente resultou numa produção marginal dedicada a produtos não agrícolas, em particular na indústria leve.

Isso deu origem às famosas empresas municipais e rurais (TVEs). Wenzhou, por exemplo, foi particularmente bem-sucedida e tornou-se um centro de produção globalmente significativo para a indústria leve (Liu, 1992; Nolan; Dong, 1990). Grande parte do excedente de trabalho rural, libertado como resultado do HRS, migrou cada vez mais para as cidades e tornou-se uma força de trabalho flutuante barata – um fator importante na geração da competitividade de preços das indústrias urbanas da China até hoje. Assim,

¹⁵ Lênin (1977) escreve: “Como resultado, a situação política na Primavera de 1921 era tal que se tornaram urgentemente necessárias medidas imediatas, decididas e extraordinárias para melhorar a situação do campesinato e elevar as suas forças produtivas. Por que precisamente do campesinato e não dos operários? Porque para melhorar a situação dos operários é preciso pão e combustível.” Ele continua: “A peculiaridade do ‘comunismo de guerra’ consistia em que tomávamos de facto aos camponeses todos os excedentes, e por vezes mesmo não os excedentes, mas uma parte dos víveres necessários ao camponês, para cobrir o consumo do exército e da manutenção dos operários”. Esta situação deveria ser encerrada através da política do imposto em espécie: “Sabendo isto, introduzimos o imposto em espécie, isto é, tomamos sob a forma de imposto a mínima quantidade de cereais necessária (para o exército e para os operários) e o resto trocá-lo-emos por produtos da indústria”. Se considerarmos o imposto em espécie como uma quota planificada e considerarmos que Lênin também sugere que os camponeses podem produzir para além do imposto para os mercados locais, esta política é estruturalmente muito semelhante ao HRS.

embora o HRS não fosse em si um produto do neoliberalismo, permitiu que a China fosse integrada na ordem neoliberal global. Como política de transição, o HRS é apreciado pelos neoliberais, mas é visto como uma reforma incompleta e, como tal, tem sido repetidamente desafiado pelas vozes dentro da China que esperam uma forma mais desinibida de economia de mercado.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DUPLO DE PREÇOS OU “BIG BANG”?¹⁶

À luz dos grandes desequilíbrios setoriais na economia chinesa, a reforma dos preços esteve no topo da agenda dos reformadores desde muito cedo. Já em 1978, uma das primeiras políticas de reforma foi aumentar o preço dos cereais em 20% (Naughton, 1995, p. 75). Tanto na perspectiva daqueles que esperavam reformar o sistema econômico da China através do aperfeiçoamento da planificação central, como daqueles que queriam um papel maior para o mercado, era crucial um sistema de preços mais racional. No início da década de 1980, inspirado pelo exilado economista reformista tcheco Ota Šik, o foco estava no uso de técnicas de insumo-produto e computadores modernos para criar um conjunto completo do que se pensava ser um sistema de preços racional.

Ota Šik visitou a China no começo de 1981 (CASS, 1982, p. 45). Sustentou que o antigo regime de planificação não era compatível com o sistema de mercado e promoveu um aumento substancial da autonomia empresarial combinado com uma rápida liberalização dos preços. A liberalização dos preços seria idealmente prosseguida em duas etapas: primeiro, todos os preços deveriam ser ajustados a um nível de equilíbrio e, segundo, os preços deveriam ser liberalizados (Šik, 1982, p. 109). Embora Šik tenha caído em desgraça com a primeira grande reação contra a reforma em 1981, a “campanha antipoluição espiritual”, um Centro de Pesquisa de Preços foi criado sob o Conselho de Estado para conduzir pesquisas sobre a possibilidade de ajuste sistemático de preços e liberalização de preços no atacado (Weber, 2018b).

Nenhum consenso foi alcançado a favor de uma reforma de preços do tipo Šik no início da década de 1980. Em vez disso, em 1984, na primeira conferência nacional de jovens economistas, a Conferência de Moganshan, um debate acirrado sobre a reforma dos preços rejeitou tanto a ideia de ajuste dos preços com base num modelo matemático, quanto a ideia de alcançar um mercado livre de preços (Hua; Zhang; Luo, 1993; Weber, 2018b). Em vez disso, uma prática que já tinha sido implementada tanto na reforma agrícola como na forma de mercados negros foi apresentada e ganhou o apoio da liderança central. A ideia era implementar um sistema de dupla monitoração de preços, onde cada empresa tinha de entregar a sua cota planificada a um preço planificado, mas ao mesmo tempo era autorizada a vender tudo o que pudesse produzir além do plano a um preço de mercado livre.

¹⁶ Esta seção é baseada no meu livro *China's Escape from the 'Big Bang': The 1980s Price Reform Debate in Historical Perspective* (Weber, 2018a).

Além disso, os preços planejados dos produtos com escassez de oferta deveriam aumentar lentamente, enquanto os preços daqueles com excesso de oferta deveriam diminuir lentamente. Esta política serviria para reequilibrar as distorções setoriais e mover o sistema de preços numa direção mais racional. Ao mesmo tempo, a dupla via de preços permitiu ao Estado manter o controle sobre os componentes mais importantes do sistema de produção e de preços, garantindo a estabilidade política e social. Evitar um choque grande e repentino na economia, quer sob a forma de liberalização de preços, quer por um ajuste pontual dos preços, também serviria os interesses da estabilidade econômica (Weber, 2018b).

No entanto, o sistema de monitoramento duplo de preços logo ficou sob ataque. Por um lado, era visto como uma solução lenta para os desequilíbrios gritantes e óbvios da economia e não produziu grandes resultados a curto prazo (Weber, 2018b). Além disso, as diferenças, muitas vezes enormes, entre os preços planejados e os preços de mercado encorajaram a corrupção por parte dos funcionários que tinham acesso a produtos baratos a preços planejados e podiam vendê-los com lucro no mercado. Este fenômeno já existia sob a forma de mercados negros, mas com a disseminação dos mercados formais após a sua legalização sob o sistema de monitoramento duplo, o problema foi percebido como generalizado. Os economistas que se tinham familiarizado com a teoria neoclássica da procura de renda agora culpavam o sistema de monitoramento duplo por encorajar sistematicamente a corrupção¹⁷.

A teoria da “busca por privilégios especiais” (*rent seeking*) baseia-se na ideia de que cada fator de produção recebe um retorno que reflete a sua produtividade marginal. Enquanto a concorrência for perfeita, tanto o capital como o trabalho receberão a sua parte justa e o exercício da maximização individual resultará numa otimização social. No entanto, se houver procura de renda, isto é, se alguns receberem um retorno superior à sua contribuição marginal em virtude do seu poder político, o resultado ficará abaixo do socialmente ideal. A busca individual do autointeresse não pode gerar uma situação socialmente desejável devido às instituições políticas que permitem aos funcionários fazer mais do que apenas fornecer as condições para a competição. Isso porque os funcionários desempenham um papel ativo no mercado, tornando-se participantes nele. Isto está muito de acordo com a afirmação de Hayek de que qualquer forma de planificação acaba por destruir a concorrência e a consecução racional da produção.

Na procura de uma alternativa ao sistema de duplo monitoramento de preços, no início de 1986, o Primeiro-Ministro Zhao Ziyang criou o chamado Gabinete de Programas no âmbito do Conselho de Estado para desenvolver um plano para um pacote de reformas que abrangesse preços, salários e reforma fiscal. Seguindo a sugestão de Šik, o programa desenvolvido por essa equipe de economistas recomendou que os preços deveriam primeiro ser ajustados passo a passo de forma muito gradual e liberalizados de uma só vez

¹⁷ Ver, por exemplo, a coletânea *Corruption: The Exchange between Money and Power* (Comparative Socioeconomic Systems Editorial Department, 1989), que traz uma série de artigos sobre o *rent seeking*.

depois de alguns anos¹⁸. A reforma fiscal e salarial deveria ser concebida como complementar, para refletir as alterações resultantes nos preços. Como argumentam Lu e Feng (2012) e Wang (1998), se implementada, essa reforma teria constituído um “big bang” muito semelhante à terapia de choque posteriormente aplicada à Rússia e à Europa do Leste. Wang (1998) salienta que a privatização é um processo muito lento e complexo, enquanto a liberalização dos preços pode ser alcançada num período de tempo muito curto. Nesse sentido, o “big bang” na Rússia e na Europa Oriental foi levado adiante principalmente com a liberalização dos preços. As consequências de um “big bang” assim na China poderiam ter produzido o mesmo declínio econômico dramático que ocorreu nos outros países anteriormente socialistas (Weber, 2018b).

No entanto, a implementação do pacote de reformas do Gabinete de Programas foi interrompida no final de 1986. É uma questão de investigação em aberto saber quais as circunstâncias que levaram a liderança chinesa a mudar de ideia e a abster-se de promover uma reforma tão abrangente¹⁹. A evidência disponível sugere que um grupo de jovens economistas do *System Reform Research Institute (tigaisuo)*, que expôs as consequências potencialmente dramáticas dessa reforma utilizando análises teóricas e estudos empíricos aprofundados das empresas da China, da atitude das pessoas em relação à reforma e dos resultados de uma viagem de estudo à Hungria e à então Iugoslávia, desempenhou um papel crucial na prevenção da implementação desta reforma (China Economic System Reform Research Institute, 1987; Reynolds, 1987; Weber, 2018b).

O pacote de reformas proposto pelo Gabinete do Programa refletia tanto um forte elemento de planificação, como um imaginário neoliberal de mercados perfeitos. Em primeiro lugar, assumia-se que, através da utilização dos métodos de planificação central, seria possível calcular os preços de equilíbrio e ajustá-los em conformidade. Em segundo lugar, sugeria-se que os preços do mercado livre gerariam espontaneamente o equilíbrio do mercado, de modo que a liberalização dos preços não resultaria num grande choque (Weber, 2018b).

Dois anos mais tarde, em 1988, Deng Xiaoping assumiu a liderança na implementação de uma nova iniciativa no sentido da reforma dos preços. Sob o slogan de “atravessar a barreira” (*chuangguan*), que a reforma irracional dos preços supostamente representava para a reforma econômica sistêmica, Deng insistiu que “uma dor curta seria melhor do que uma dor longa” e que a China teria de ser corajosa e agir para avançar rigorosamente com uma reforma completa do sistema de preços (Fewsmith, 1994, p. 221; Weber, 2018b). A iniciativa de Deng deu origem a uma grande campanha de propaganda para popularizar a reforma dos preços e os economistas foram encarregados de preparar planos concretos para um programa de reformas que se assemelhasse ao que tinha sido descartado em 1986. Contudo, em 1988, a inflação na China subiu pela primeira vez para cerca de 20% (Naughton, 1995, p. 247).

¹⁸ Entrevista da autora a Wu Jinglian em 29 de julho de 2016.

¹⁹ Em Weber (2018b) esboço uma resposta ao porquê a China escapou de um tamanho “big bang” na reforma de preços.

Isso não tinha precedentes no período pós-1949 e, combinado com a incerteza sobre os efeitos da reforma, despertou o pânico público. As pessoas começaram a acumular todo o tipo de mercadorias, o que só fez subir ainda mais a inflação e, temendo perder as poupanças que tinham acumulado nos anos anteriores de elevado crescimento, iniciaram uma corrida aos bancos. A situação ficou tão fora de controle que a liderança chinesa teve de recuar nos seus planos de uma liberalização abrangente dos preços (Weber, 2018b). Analistas geralmente ligam a ira pública de 1988 ao movimento social de 1989 e ao seu trágico fim na Praça Tiananmen.

Assim, a China escapou por pouco de um processo de reforma radical que teria seguido a mesma lógica da terapia de choque aplicada em outros países. Embora esse plano de reforma se limitasse aos preços e não incluísse a privatização, teria, no entanto, sido baseado na ideia neoliberal de que a concorrência completa e perfeita é a única forma de manter um sistema de preços racional e, assim, fornecer sinais “corretos” para a atividade econômica individual. Essa reforma só foi evitada devido a uma grande explosão de conflito social e à sua abrupta supressão (Weber, 2018b).

CONCLUSÃO

Para ir além da questão aparentemente insolúvel de saber se a China é ou não neoliberal, perguntei como e por que o neoliberalismo se tornou relevante para a China. Vimos que foi a profunda crise econômica, a experiência do atraso econômico e a pressão para alimentar a grande população da China que resultou numa grande reorientação ideológica no final da década de 1970, após a morte de Mao. Durante a Revolução Cultural, foram desafiados dois dos princípios fundamentais da economia liberal – a ideia de que podemos julgar os resultados econômicos independentemente do seu conteúdo político e a noção de que a divisão social do trabalho é desejável para o progresso econômico. Juntamente com a reorientação para o materialismo histórico ortodoxo, a ideia de que o progresso era politicamente determinado foi substituída pela ascendência do determinismo econômico, enquanto o foco na autossuficiência deu lugar à ideia de que era necessária uma divisão social mais profunda do trabalho, a fim de libertar as forças produtivas.

Essas duas mudanças ideológicas básicas fizeram da economia uma importante ferramenta de governabilidade. Isso levou a um boom no estudo e utilização de todos os tipos de conhecimento econômico, incluindo, mas não somente, a escola de pensamento neoliberal. Rapidamente, a economia planificada da China foi submetida a uma reavaliação crítica. Utilizando a teoria da crise de Marx, descobriu-se que a promessa socialista de uma ordem econômica racional não se sustentava e que a economia planificada também era suscetível a crises estruturais. Assim, por outros meios, a liderança chinesa encontrou-se de acordo com os pensadores neoliberais que sempre sublinharam a impossibilidade de uma economia planificada racional.

A minha análise de dois grandes projetos de reforma ilustra os desafios e as lutas que a China enfrentou para estabelecer um novo tipo de ordem econômica. O sistema de responsabilidade doméstica foi a primeira das principais reformas da China. Numa sociedade em que a população rural era majoritária e o fornecimento de alimentos era um desafio básico, essa representou a reforma verdadeiramente crucial. Em contraste com muitos comentadores neoliberais, a minha análise demonstra que os princípios básicos deste sistema não estão de acordo com o antioletivismo neoliberal em dois aspectos importantes. Primeiro, na sua fase inicial, o sistema de responsabilidade doméstica não desmantelou o sistema de planificação. Em segundo lugar, ainda hoje, a terra não é propriedade privada na China, embora uma reforma de 2016 tenha levantado oficialmente os limites ao arrendamento de terras agrícolas²⁰. A lógica básica do projeto de reforma agrária era combinar a busca do interesse individual e o surgimento de mercados com a orientação consciente e ativa do planejamento estatal. Nesse sentido, representa precisamente o tipo de economia mista que tem sido recorrentemente alvo de duras críticas por parte dos neoliberais.

A minha discussão sobre as reformas de preços da década de 1980 (Weber, 2018b) mostra como o sistema de duplo monitoramento de preços, seguindo a mesma lógica básica do sistema de responsabilidade doméstica, foi pelo menos duas vezes diretamente desafiado pela mais alta liderança da China. Em 1986 e 1988, a China esteve muito perto de implementar uma liberalização de preços em grande escala que teria seguido o credo neoliberal de que apenas os preços do mercado livre podem fornecer sinais corretos e produzir o resultado mais socialmente desejável. A primeira tentativa nesse sentido foi ferozmente desafiada por um grupo de economistas reformistas chineses. A segunda tentativa gerou protestos sociais que estão intimamente ligados aos trágicos acontecimentos de 1989. Essa história demonstra que a China tentou reformas neoliberais abrangentes, mas nunca as terminou de abraçar.

Poderíamos apontar vários exemplos mais recentes de tentativas semelhantes de implementar uma agenda neoliberal. Por exemplo, na segunda metade da década de 1990, Zhu Rongji e Jiang Zemin pretendiam uma privatização abrangente de empresas estatais (Wu; Ma, 2016, p. 152–157). Embora muitas empresas estatais tenham sido privatizadas, um grande número de trabalhadores tenha sido despedido e a propriedade privada tenha sido oficialmente aceita como uma parte importante da economia socialista da China em 1997, um desafio organizado por parte dos intelectuais e dirigentes do partido chineses significou uma redução significativa da escala das privatizações em relação aos planos iniciais. Na década de 2000, a China registrou de fato uma recapitalização e um fortalecimento de empresas estatais estrategicamente importantes, o que foi denunciado como

²⁰ Essa reforma agrária, que liberaliza a política de arrendamento no campo, foi precedida por uma epidemia de desapropriações de terras camponesas, na virada do século XXI, alimentada tanto pela expansão do mercado imobiliário (inflado pela rápida urbanização e especulação) quanto pelas necessidades fiscais dos governos locais. Segundo Nogueira e Qi (2022), 70 milhões de agricultores perderam suas terras até 2006 em troca de uma compensação absolutamente insuficiente. Na era Xi Jinping, a política de expansão do grande agronegócio nos moldes norte-americanos continua essa mesma tendência, em nome da dita segurança alimentar (nota do organizador deste dossiê).

uma reversão da reforma pelos neoliberais chineses. O atual debate da China sobre o modelo de desenvolvimento apropriado, a reforma dos mercados financeiros e o papel da política industrial precisa de ser considerado nesse contexto histórico. Aqueles que afirmam que as reformas permanecem incompletas estão se referindo implicitamente a esse legado de tentativas fracassadas de uma viragem completa em direção ao neoliberalismo.

Em suma, o neoliberalismo tornou-se relevante na medida em que a economia planificada da China entrou numa crise profunda e a liderança chinesa reorientou os horizontes da revolução para o desenvolvimento econômico e a integração na economia global. Embora forças poderosas continuem pressionando por uma agenda neoliberal, até agora a China não abraçou totalmente este caminho²¹. O partido comunista e o Estado mantêm uma mão visível que não só procura proporcionar as condições para um jogo suave da mão invisível, mas que molda o desenvolvimento econômico da China de forma consciente e ativa. Nesse sentido, a China é um país misto. No entanto, embora a China siga uma lógica de governo distinta da do neoliberalismo, isso não significa que a concorrência capitalista seja menos feroz do que em outros lugares. Pelo contrário, o que encontramos é um sistema em que as entidades estatais entram na competição como participantes ativos e não como facilitadoras (Weber, 2018b). Finalmente, sendo uma economia mista, a ordem econômica da China está sujeita à crítica neoliberal, bem como aos desafios diretos vindos dos reformadores neoliberais.

²¹ Ver Lo (2016) para uma discussão sobre uma viragem no sentido de uma maior adesão às políticas econômicas neoliberais desde 2014–15 focada nas noções de reequilíbrio e reestruturação.

REFERÊNCIAS

- ADARKAR, Bhalchandra. Professor Hayek's Neutral Money Doctrine. **Indian Journal of Economics**, [s. l.], v. 18, n.1, p. 265–292, 1937.
- ANAGNOST, Ann. The Corporeal Politics of Quality (Suzhi). **Public Culture**, [s. l.], v. 16, p. 189–208, 2004.
- ANDREAS, Joel. A Shanghai Model? On Capitalism with Chinese Characteristics. **New Left Review**, [s. l.], v. 65, p. 63–85, 2010.
- BUKHARIN, Nikolai; PREOBRAZHENSKY, Ievguêni. **O ABC do Comunismo**. Rio de Janeiro: Elita de Medeiros, 2022.
- CASS. Chinese Academy of Social Sciences, Institute of Economics. **On Socialist Economic System Reform: Draft of the Scientific Report on the Visits of W. Brus and O. Šik to China**. Beijing: Law Press, 1982.
- CHINA ECONOMIC SYSTEM REFORM RESEARCH INSTITUTE. CESRRI. **A Difficult Search: A Study of the Reforms in Hungary and Yugoslavia (艰难的探索 — 匈牙利、南斯拉夫改革考察)**. Beijing: Economic Management Press, 1987.
- CHUN, Lin. Discussion of the Role of the Forces of Production in History (论生产力在历史发展中的作用). **Historical Research** 0, 15 out. 1977.
- COASE, Ronald; WANG, Ning. **How China Became Capitalist**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- COMPARATIVE SOCIOECONOMIC SYSTEMS EDITORIAL DEPARTMENT. **Corruption: The Exchange between Money and Power (腐败: 货币与权力的交换)**. Beijing: China Prospect Press, 1989.
- ERLICH, Alexander. **Soviet Industrialization Debate, 1924-1928**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.
- FEI, Michelle. The Great Exodus. **China Daily**, 20 abr. 2011. Disponível em: www.chinadaily.com.cn/hkedition/2011-04/20/content_12358785.htm. Acesso em: 25 mar. 2017.
- FEWSMITH, Joseph. **Dilemmas of Reform in China: Political Conflict and Economic Debate**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2011.

- FRIEDMAN, Milton. **Friedman in China**. Hong Kong: Chinese University Press, 1990.
- GREENHALGH, Susan; WINCKLER, Edwin. **Governing China's Population: From Leninist to Neoliberal Biopolitics**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2005.
- HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.
- HAYEK, Friedrich. **Monetary Theory and the Trade Cycle**. New York: Sentry Press, 1933.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HAYEK, Friedrich. The Nature and History of the Problem. *In*: HAYEK, Friedrich (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge and Kegan Paul, 1935a. p. 1-40.
- HAYEK, Friedrich. The Present State of the Debate. *In*: HAYEK, Friedrich (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge and Kegan Paul, 1935b. p. 201-244.
- HERITAGE. **Index of Economic Freedom**. 2017. Disponível em: www.heritage.org/index/. Acesso em: 24 mar. 2017.
- HU, Qiaomu. Act in Accordance with Economic Laws, Step up the Four Modernizations. **Renmin Ribao**, 11 out. 1978.
- HUA, Sheng; ZHANG, Xuejun; LUO, Xiaopeng. **China: From Revolution to Reform**. London: The Macmillan Press, 1993.
- HUANG, Ping; CUI, Zhi. **China and Globalization: Washington Consensus versus Beijing Consensus** (中国与全球化：华盛顿共识还是北京共识). Beijing: Social Sciences Academic Press, 2005.
- HUANG, Yasheng. **Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LANGE, Oskar. On the Economic Theory of Socialism: Part One. **Review of Economic Studies**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 53-71, 1936.
- LARDY, Nicholas; LIEBERTHAL, Kenneth. Introduction. *In*: LARDY, Nicholas; LIEBERTHAL, Kenneth (ed.). **Chen Yun's Strategy for China's Development: a non-maoist alternative**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1983. p. 11-43.

LAVOIE, Don. **Rivalry and Central Planning**: the socialist calculation debate reconsidered. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LÊNIN, Vladimir. Sobre o Imposto em Espécie (o significado da nova política e as suas condições). **Arquivo marxista na internet**, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LIEW, Leong. China's Engagement with Neo-liberalism: Path Dependency, Geography and Party Self-Reinvention. **The Journal of Development Studies**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 331–352, 2005.

LIN, Cyril. The Reinstatement of Economics in China Today. **The China Quaterly**, [s. l.], v. 85, p. 1–48, 1981.

LIN, Zili. **On the Contracting System of Cooperative Production**: considering the development path of agricultural socialism with Chinese characteristics (论联产承包制: 兼论具有中国特色的社会主义农业发展道路). Shanghai: Shanghai People's Press, 1983.

LIU, Alan. The 'Wenzhou Model' of Development and China's Modernization. **Asian Survey**, [s. l.], v. 32, n. 8, p. 696-711, 1992.

LIU, Hong. **The 1980s**: Glory and Dreams of Chinese Economists (八十年代: 中国经). Guilin: Guangxi Normal University Press, 2010.

LIU, Hong. What Kind of Period are the 1980s? (八十年代是怎么样的时代?). **Think Thinkers Think**, 2016. Disponível em: <http://chuansong.me/n/962404951901>. Acesso em: 20 mar. 2017.

LO, Dic. China Confronts the Great Recession: 'Rebalancing' Neoliberalism, or Else? *In*: ARESTIS, Philip; SAWYER, Malcolm (ed.). **Emerging Economies during and after the Great Recession**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. p. 232-269.

LO, Dic. China versus the Washington Consensus: the anomaly for World Bank Advocacy Research. **Working papers**, London, n. 164, 2010.

LU, Mai; FENG, Mingliang. The Evolution of China's Reform and Development Process. *In*: WANG, Mengkui (ed.). **Thirty Years of China's Reform**. Abingdon UK: Routledge, 2012. p. 27-69.

MEISNER, Maurice. The Chinese Rediscovery of Karl Marx: Some Reflections on Post-Maoist Chinese Marxism. **Bulletin of Concerned Asian Scholars**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 2-16, 1985.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

MISES, Ludwig. Economic Calculation in the Socialist Commonwealth. *In*: HAYEK, Friedrich (ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: Routledge e Kegan Paul, 1935. p. 87-130.

MISES, Ludwig. **Socialismo**: uma análise econômica e sociológica. São Paulo: Kiorim, 2021.

MITCHELL, Tom. China anti-graft tsar cut from top Communist party leadership. **Financial Times**, 24 out. 2017. Disponível em: <https://www.ft.com/content/9617d884-b894-11e7-8c12-5661783e5589>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NAUGHTON, Barry. **Growing out of the Plan: Chinese Economic Reform, 1978-1993**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NOGUEIRA, Isabella; QI, Hao. Estado e burguesia nacional na China: do grande compromisso à aliança tensa. *In*: MAJEROWICZ, Esther; PARANÁ, Edemilson. **A China no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 223-261.

NOLAN, Peter. **China's Rise, Russia's Fall: Politics, Economic and Planning in the Transition from Stalinism**. Basingstoke: Macmillan Press, 1995.

NOLAN, Peter. **The Political Economy of Collective Farms: An Analysis of China's Post-Mao Rural Reforms**. Cambridge: Polity Press, 1988.

NOLAN, Peter; DONG, Fureng (ed.). **Chinese Economy and Its Future: achievements and problems of post-Mao reform**. Cambridge: Polity Press; Basil Blackwell, 1990.

NONINI, Donald. Is China Becoming Neoliberal? **Critique of Anthropology**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 145-176, 2008.

PEOPLE'S Daily. **New Years Editorial** (元旦社), 1 jan, 1981.

RAMO, Joshua. **The Beijing Consensus**. London: The Foreign Policy Centre, 2004.

RESOLUTION on Certain Questions in the History of Our Party since the Founding of the People's Republic of China. Adopted by the Sixth Plenary Session of the Eleventh Central Committee of the Communist Party of China on 27 jun, 1981. **Chinese Communism Subject Archive**, 1981. Disponível em: www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/history/01.htm. Acesso em: 20 mar. 2017.

REYNOLDS, Bruce (ed.). **Reform in China: Challenges and Choices – A Summary and Analysis of the CESRRI Survey.** Armonk, NY; London: M.E. Sharpe, 1987.

RISKIN, Carl. **China's Political Economy: The Quest for Development since 1949.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROBBINS, Lionel. Restrictionism and Planning. *In*: ROBBINS, Lionel; WEIDENBAUM, Murray. **The Great Depression.** New York: Books for Libraries Press, 1934. p. 125-159.

ROFEL, Lisa. **Desiring China: Experiments in Neoliberalism, Sexuality, and Public Culture.** Durham, NC: Duke University Press, 2007.

SCHOENHALS, Michael. The 1978 Truth Criterion Controversy. **The China Quarterly**, [s. l.], v. 126, p. 243-268, 1991.

ŠIK, Ota. On the Model of a Socialist Economy (论社会主义经济模式). *In*: CHINESE ACADEMY OF SOCIAL SCIENCES. CASS. INSTITUTE OF ECONOMICS (ed.). **On Socialist Economic System Reform: Draft of the Scientific Report on the Visits of W. Brus and O. Šik to China.** Beijing: Law Press, 1982.

SO, Alvin; CHU, Yin-wah. The Transition from Neoliberalism to State Neoliberalism in China at the Turn of the Twenty-First Century. *In*: FINE, Ben; CHANG, Kyung-Sup; WEISS, Linda (ed.). **Developmental Politics in Transition: The Neoliberal Era and Beyond.** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012. p. 166-187.

SRAFFA, Piero. Dr. Hayek on Money and Capital. **The Economic Journal**, [s. l.], v. 42, n. 165, p. 42-53, 1932.

TEIWES, Frederick; SUN, Warren. **Paradoxes of Post-Mao Rural Reform.** Abingdon, UK; New York: Routledge, 2016.

WANG, Hui. The Year 1989 and the Historical Roots of Neoliberalism in China. **Positions: East Asia Cultures Critique**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 7-69, 2004.

WANG, Xiaoqiang. **Chinas Price and Enterprise Reform.** Basingstoke: Macmillan, 1998.

WEBER, Isabella. **China's Escape from the ...Big Bang:** The 1980s Price Reform Debate in Historical Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2018a.

WEBER, Isabella. On the Necessity of Money in Smith's Commercial Society and Marx's Commodity Producing Economy. **Working Paper**, Department of Economics, The New School for Social Research, 2015. Disponível em: https://cpes.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/Isabella_weber_OnTheNecessityOfMoney.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

WEBER, Isabella. **Reassessing China's Reform Debate, 1978-1988**: Market Creation and Price Regulation. Abingdon: Oxon; New York: Routledge, 2018b.

WORLD BANK. **The Economy, Statistical System, and Basic Data**: A World Bank Country Study. Washington, DC: The World Bank, 1983.

WU, Fulong. How Neoliberal is China's Reform? The Origins of Change during Transition. **Eurasian Geography and Economics**, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 619-631, 2010.

WU, Jinglian; MA, Guochuan. **Whither China?** Restarting the Reform Agenda. Oxford: Oxford University Press, 2016.

YAN, Hairong. Neoliberal Governmentality and Neohumanism: Organizing Suzhi/Value Flow through Labor Recruitment Networks. **Cultural Anthropology**, [s. l.], v. 18, p. 493-523, 2003.

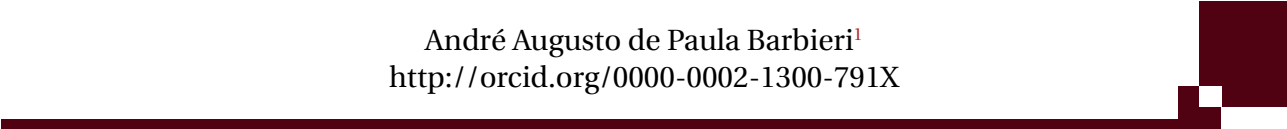
ZHANG, Weiyong. **Logic of the Market**: An Insider's View of Chinese Economic Reform. Washington, DC: Cato Institute, 2015.

ZIYANG, Zhao. **Prisioneiro do Estado**: O Diário Secreto de Zhao Ziyang. São Paulo: Casa das Letras, 2010.

ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA OU NOVA ERA DE CONFLITOS ENTRE POTÊNCIAS?

CHINA'S PEACEFUL RISE OR A NEW ERA OF CONFLICT BETWEEN POWERS?

André Augusto de Paula Barbieri¹
<http://orcid.org/0000-0002-1300-791X>



RESUMO

Neste artigo buscamos explorar as coordenadas concretas da disputa entre Estados Unidos e China. Examinamos as particularidades desse conflito como uma etapa da nova rivalidade entre potências, dentro do esgotamento do ciclo neoliberal herdado da Guerra Fria. Buscamos realizar um contraponto crítico à tese da suposta multipolaridade benigna, segundo a qual a disputa hegemônica no capitalismo pode se dar sem comoções militares e revolucionárias, e que apresenta a China de Xi Jinping como uma alternativa progressista diante da violência do imperialismo estadunidense. Sustentamos que a eventualidade de um conflito aberto entre ambas as nações, no contexto dessa rivalidade entre potências capitalistas dissimilares, apresenta um quadro retrógrado para a humanidade, e não exibe um campo progressista a defender. Indicamos, portanto, a importância do fator da luta de classes na China e da solidariedade dos seus trabalhadores com os povos oprimidos no mundo como componente irreduzível para uma saída independente das políticas levadas adiante em Washington e Pequim.

Palavras-chave: China; Geopolítica; Capitalismo; Socialismo.

ABSTRACT

In this article, we seek to explore the concrete coordinates in the dispute between the United States and China. We discuss the particularities of this conflict as a stage in the new rivalry between powers, within the framework of the exhaustion of the neoliberal cycle inherited from the Cold War. This conception provides a critical counterpoint to the thesis of supposedly benign multipolarity, according to which the hegemonic dispute

¹ Doutor e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da rede pública estadual em São Paulo e editor do semanário teórico Ideias de Esquerda. Email: andreapbarbieri@gmail.com.

in capitalism can take place without military and revolutionary upheavals, and which presents Xi Jinping's China as a progressive alternative to the violence of US imperialism. We maintain that the eventuality of an open conflict between the two nations, in the context of this rivalry between dissimilar capitalist powers, presents a retrograde picture for humanity, and does not show a progressive camp to defend. We point out, therefore, the importance of the class struggle as a factor in China, and the solidarity of its workers with the oppressed peoples of the world as an irreducible component for an independent way out of the policies pursued in Washington and Beijing.

Keywords: China; Geopolitics; Capitalism; Socialism.

COORDENADAS GERAIS DO PROBLEMA

Sendo tudo o que existe matéria em movimento, cada fenômeno aparece na história com certo grau de desigualdade constante consigo mesmo. Ou seja, uma coisa é diferente de si mesma, contradiz-se consigo mesma enquanto se move. Esse choque dos contrários é uma das características mais marcantes no desenvolvimento das sociedades humanas. O caso da China ajuda a dar coordenadas mais concretas a essa ideia abstrata. A República Popular surge em 1949 de uma revolução socialista; mas a estratégia que deu origem a ela se opunha decididamente ao desenvolvimento internacional da revolução, a tal ponto que ajudou a pavimentar o caminho da anulação das conquistas prévias do socialismo. A China, que se convencionou alcunhar de socialista hoje, é uma das mais poderosas economias capitalistas do mundo, ainda que ela preserve vestígios, já ressignificados, daquele velho controle estatal da economia, sendo por isso um modelo diferente do capitalismo ocidental. A China, com a trajetória colonial que teve a partir do século XIX, hoje adota posturas colonialistas com distintos países da periferia capitalista. O Partido Comunista Chinês, que nasceu em 1921 como partido da classe operária, é hoje um dos partidos que melhor atendem às necessidades do capital, podendo adquirir um caráter imperialista na medida em que os próprios traços imperialistas da estrutura socioeconômica que representa evoluam. A China é um país adiantado e atrasado ao mesmo tempo: se tomamos o ritmo de crescimento atual, nenhum país na história humana conseguiu se desenvolver industrial e economicamente nessa magnitude; mas se tomamos o coeficiente agregado de poder, a China parte de um grau de atraso substancial em distintos critérios. Ao mesmo tempo, mediante a *dura vantagem do atraso* a China se apropriou dos meios tecnológicos saltando etapas históricas, um processo de desenvolvimento desigual e combinado exacerbado que lhe permite desafiar certos parâmetros até agora intocados das grandes potências. E, como desfecho desse choque de extremos, a China tem uma classe trabalhadora jovem que, embora não tenha demasiada tradição de organização e autodeterminação na luta de classes, justamente por isso sente pouco a carga do conservadorismo socialdemocrata ocidental, o que lhe permite ser um fator decisivo no descortinamento de novas relações históricas de sociedade.

Neste artigo buscamos explorar essas coordenadas concretas no âmbito da disputa entre Estados Unidos e China, em contraposição à tese da suposta multipolaridade benigna, que encontraria em um dos contendentes a chave para a construção de uma nova ordem mundial mais benéfica, dentro do capitalismo. Sustentamos que a eventualidade de um conflito aberto entre ambas as nações *não nos depara um campo progressista a defender*; mesmo na diversidade taxativa de sua condição de nações capitalistas, uma conflagração direta comporia, não obstante, um quadro retrógrado para a humanidade. Diante da impossibilidade de uma saída progressista encarnada na orientação política do imperialismo norte-americano e no bonapartismo chinês, um terceiro sujeito, social e político, por fora da *cristalização dos Estados nacionais já organizados na contenda*, precisa ser levado em consideração na equação história do tempo. Em que medida a solução dos atritos entre Pequim e Washington, expressão da incompatibilidade entre o novo desenvolvimento das forças produtivas industrial-digitais e a estreiteza das fronteiras nacionais, poderia alcançar-se sem guerras destrutivas? A luta de classes ainda não deu a palavra final sobre essa complexa problemática, embora seja o fator decisivo na evolução do conflito.

Para fundamentar essa visão, buscamos partir dos elementos que transformaram a República Popular numa superpotência econômica que ingressou na arena da economia global subordinada aos ditames de Washington, mas que com a crise econômica mundial de 2008 se viu na injunção de converter seu poderio econômico em força de disrupção geopolítica. O velho *status quo* herdado do final da Guerra Fria já se erodiu em seus fundamentos, e a rota de choque que se estabelece entre as duas potências está inscrita tendencialmente na realidade das crises e guerras que se superpõem nesta etapa, tendo como expressão significativa a Guerra da Ucrânia. Por trás dos determinantes imediatos dessa conflagração militar no coração da Europa, existe a continuação da política de Washington e Pequim nesse momento híbrido em que a estabilidade da globalização neoliberal se desmancha no ar. Para investigar essa dinâmica, passaremos em revista o desenvolvimento da relação entre Estados Unidos e China, da segunda metade do século XX até a ascensão de Xi Jinping, um ponto de inflexão fundamental na relação bilateral e na postura da China no tabuleiro internacional, debatendo com a tese do economista italiano Giovanni Arrighi (2008), em seu *Adam Smith em Pequim*, sobre a ascensão harmônico-pacífica da potência chinesa e a hipótese de transição hegemônica sem conflitos militares no capitalismo.

O STATUS ECONÔMICO DA POTÊNCIA CHINESA

Do ponto de vista de sua estrutura econômica, é preciso entender que a China viu um longo processo de restauração do modo de produção capitalista ser concluído em seu território. Nesse processo, que caminhou de maneira tortuosa em meio aos conflitos de classes que no mundo envolveram o contexto da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética, a propriedade nacionalizada dos meios de produção, depois de 1949,

foi revertida, e restituída a forma social da propriedade privada. Como define o economista alemão Ralf Ruckus (2021), em seu *The Communist Road to Capitalism*, a República Popular apresenta fatores importantes que definem as relações capitalistas, todos evidentes desde a década de 1990: o conflito de classes entre os que controlam ou possuem os meios de produção e os que não os controlam, a extração de mais-valia e a exploração, a apropriação dos lucros pela classe dominante, além do uso ampliado de mecanismos de mercado na economia. Essa contrarrevolução econômica da restauração capitalista foi consumada sob a direção do próprio Partido Comunista Chinês (PCCCh), que não apenas permaneceu no poder depois de operar a regressão das bases nacionalizadas da economia, mas no século XXI impulsiona a projeção internacional desse capital nacional para disputar nichos de acumulação de investimentos com as principais economias do mundo, em primeiro lugar com os Estados Unidos. Esses são pontos vitais para compreender a relação que a República Popular da China estabelece com o mundo em sua geopolítica particular: melhorar as posições do seu próprio capital, dentro do presente sistema de Estados, em detrimento dos capitais rivais.

Antes mesmo da conclusão desse processo tortuoso de restauração capitalista, iniciado com Deng Xiaoping em 1978, a China já havia aberto sua economia para a entrada de inúmeras multinacionais estrangeiras, e isso deu origem no decorrer das últimas quatro décadas a um grau extraordinário de extração de mais-valia da sua classe trabalhadora e do seu campesinato. Na China de Xi Jinping, a morfologia do processo produtivo adquire as características essenciais do que Marx identificava no modo de produção capitalista, em seus *Grundrisse*: o capital atua como “domínio sobre a capacidade de trabalho”, e o trabalho objetivado, como propriedade privada alheia ao produtor, serve ao proprietário como instrumento de “domínio, comando sobre o trabalho vivo” (Marx, 2011, p. 372).

A China, entretanto, tampouco é uma economia capitalista assimilável ao modelo ocidental. A permanência do Partido Comunista Chinês na direção do Estado, operando a transição das bases nacionalizadas da economia para uma economia baseada na propriedade privada, inclui um forte elemento de *dirigismo estatal* que a distingue do capitalismo ocidental. Encontramos, por aproximações sucessivas, uma nova complexificação do caso chinês, porque os aspectos residuais da planificação burocrática da economia chinesa repousam agora sobre novas bases sociais. Nessas condições, uma combinação contraditória entre o rígido controle do Estado por uma burocracia conservadora e uma estrutura social fundada na forma privada de propriedade dá origem a uma formação complexa e particular, que projeta o poder crescente do núcleo mais forte dos capitalistas individuais da China, ao mesmo tempo em que disciplina esse grande capital à estrutura de poder do Partido Comunista.

Essa economia capitalista *sui generis* da China integra o sistema mundial atual, cuja velha ordem foi comandada pelos Estados Unidos desde o final da Guerra Fria e reverdeceu aproveitando as regras do jogo da globalização neoliberal. Não obstante, em sua nova fase de desenvolvimento, a República Popular, a fim de seguir o curso de sua evolução material a partir da crise econômica mundial de 2008, sentiu a necessidade de passar a

interferir em determinados assuntos globais para defender seus interesses particulares. Adquire com isso, no curso desse incrementado ativismo estrangeiro, e especialmente no processo de projeção internacional do seu capital, determinados *traços imperialistas* que transcendem a própria incompletude de seu *status* global, inferior em desenvolvimento àquele do imperialismo estadunidense ou das potências europeias. Tal disparidade não deve, entretanto, obscurecer o poder fático da realidade. Os acordos financeiros e comerciais em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas, a troca de créditos por direitos de exploração de recursos na África e na América Latina, sua incipiente vocação política de buscar ser um fator nas decisões internas de alguns países da periferia capitalista, o projeto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, BRI, no acrônimo em inglês), entre muitos outros aspectos, simbolizam esses traços imperialistas da China, que se afastou de qualquer “orientação socialista” há já muito tempo.

O PONTO DE INFLEXÃO DE 2008

O esforço da China em erguer-se como ator de importância preponderante na geopolítica, traduzindo o poder econômico em influência política e militar, encontra oposição em Washington e em todo o *establishment* bipartidário norte-americano. A partir das novas condições abertas pela crise mundial em 2008, exigências ainda mais prementes se impuseram ao objetivo da China em alçar-se como potência. Como resultado da convulsão no comércio e nas cadeias de valor globais, a China de Xi Jinping foi obrigada a se adaptar aos novos tempos da competitividade entre as potências, e aos menores espaços para cooperação internacional. Essa adaptação passou pelo distanciamento dos paradigmas industriais estabelecidos pela primeira onda de reestruturação produtiva realizada na República Popular, que coincidiu com a restauração do modo de produção capitalista e a eliminação da economia planificada burocraticamente pelo Partido Comunista. Esta primeira reestruturação produtiva se caracterizava pela dependência de trabalho intensivo, não-qualificado ou semi-qualificado, de reduzida remuneração salarial e baixa agregação de valor, num contexto industrial estimulado pela demanda externa de mercadorias. Mediante a privatização das pequenas e médias empresas estatais, e a realização de *joint ventures* com empresas de capital estrangeiro (particularmente de Hong Kong, Taiwan e Macau, mas também de capital ocidental), a indústria chinesa criava grande bolsões produtivos orientados à exportação, em detrimento do mercado interno, que permaneceu com capacidade latente devido aos baixos salários.

Com o modelo da indústria manufatureira orientada à exportação, surgida após a grande reestruturação produtiva oriunda da restauração capitalista ao final da década de 1990, a República Popular da China acumulou um massivo *quantum* de riqueza. O PIB anual da China cresceu, nas últimas três décadas, a uma média anual de 9,8% (Shengjun; TU; CANFEI, 2017). Mesmo nos anos imediatos pós-crise, esse PIB crescia em média entre 7-9% anualmente, com um incremento de oito vezes no PIB *per capita* no período

de 1991-2015, passando de US\$800 a US\$6500 (Chen *et al.*, 2018). Mais de 500 milhões de seres humanos foram retirados da linha de pobreza (Stenslie; Galtung, 2023). Esse rápido crescimento econômico fez da China um fenômeno superior ao representado pelo Japão na década de 1980, ou pelos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Singapura e Coreia do Sul) na década de 1990, numa célere passagem ao posto de segunda economia capitalista global. Esse avanço em termos técnicos, entretanto, consumiu vorazmente as energias internas da força social que o levou adiante, trabalhadores e camponeses. Os camponeses passaram por um longo processo de empobrecimento e despossessão de terras, obrigados a migrar para as cidades para fugir da fome. Os trabalhadores urbanos foram despojados dos direitos sociais adquiridos com a economia planificada no sistema do *danwei* (a “tigela de ferro de arroz”, que fornecia emprego vitalício e uma rede de benefícios sociais ligados com a unidade socialista da produção urbana), e passaram a ser submetidos a contratos de trabalho determinados, sem direitos, com baixos salários, por longas horas de trabalho, nas indústrias costeiras fomentadas por capital estrangeiro². Esse modelo de acumulação capitalista reposicionou o gigante asiático no centro da produção industrial global e transformou a China na “fábrica do mundo”, altamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste.

A partir da crise econômica mundial de 2008, entretanto, esse modelo já não podia subsistir. A redução da demanda externa e a depressão do comércio internacional obrigaram o governo chinês a reorientar o seu esquema produtivo, a fim de reduzir sua exposição econômica ao mercado estrangeiro. Ademais, o crescimento da média salarial e a escassez de força de trabalho na região costeira desafiava o velho padrão produtivo. Esses problemas exigiram do Partido Comunista um plano político reordenador, que buscava abandonar a dependência exclusiva do modelo exportador de manufaturas. Uma segunda reestruturação produtiva na China se deu nesse contexto. Ela teve como característica o estímulo da produção de alta tecnologia; a substituição do perfil localmente concentrado da produção por um esquema produtivo voltado à disputa de nichos de acumulação capitalista global com as grandes potências; e a substituição da ênfase na orientação exportadora pelo atendimento cada vez maior do mercado interno.

Essa segunda reestruturação produtiva está ligada ao início da era Xi Jinping, em 2013. Sua administração, que alcançou um inédito terceiro mandato no 20º Congresso do Partido Comunista Chinês em outubro de 2022, está marcada pelo intenso estímulo ao

² Entre 1994 e 1995, o PCCh encenou duas séries de legislações que desarticularam o velho sistema socialista da indústria estatal e abriram caminho para a liberalização do mercado de trabalho. A Lei Empresarial de 1994 regia que todas as empresas até então dirigidas pelo Estado passavam a ser liberalizadas, atuando como corporações acionárias cujo objetivo estava orientado à obtenção do máximo lucro. A partir daí, o Estado ficava desincumbido do ônus financeiro de todos os benefícios sociais anteriormente ligados à estrutura fabril urbana (o *danwei*, em que educação, moradia, previdência, saúde eram gratuitos), cujos custos eram transferidos para a responsabilidade das famílias individuais. Muitas pequenas e médias empresas estatais foram privatizadas e entregues a custo baixo para os administradores fabris, todos quadros políticos com amplas conexões no interior da burocracia do Partido Comunista Chinês. Já segundo a Lei Trabalhista, de 1995, os trabalhadores urbanos que gozavam no sistema *danwei* de empregos vitalícios e hereditários aos descendentes imediatos eram coagidos a terminar sua relação empregatícia com as empresas estatais. Uma vez finalizada a velha relação, que abrigava direitos e benefícios, esses trabalhadores se submetiam a novos contratos de trabalho, que descartavam a estabilidade e benefícios anteriores.

desenvolvimento endógeno de alta tecnologia e pela subordinação dos avanços econômicos às considerações de segurança nacional. O estímulo ao desenvolvimento de alta tecnologia – sintetizado no *Made in China 2025*, plano-insígnia de Xi Jinping que busca colocar a China na liderança de setores como robótica, semicondutores, biotecnologia, baterias para veículos elétricos etc. – implica mudanças drásticas na conformação do trabalho. A força de trabalho exigida pelo esforço tecnológico da nova reestruturação produtiva chinesa impõe uma maior qualificação do trabalho (Ernst, 2016), incluindo a problemática da robótica e a utilização de equipamentos sofisticados integrados na chamada Indústria 4.0 (Borjas; Freeman, 2019; Acemoglu; Restrepo, 2019). Sendo o trabalho humano, entretanto, insubstituível para a valorização do capital e determinante para o funcionamento da lei do valor, o fenômeno observável nesta etapa produtiva chinesa é o da adaptação da força de trabalho ao mundo digital, e sua subsunção a ele sob o comando do capital. No interior do sistema capitalista, a introdução de melhorias técnicas, ao contrário de facilitar o trabalho, torna seu dispêndio mais laborioso e precarizante, no intuito de maior absorção de trabalho abstrato convertido em mais-valia. No próspero setor tecnológico chinês, simbolizado pelas gigantes de internet Alibaba, Tencent e JD.com, jovens trabalhadores dedicam sua maior qualificação laboral a ritmos de trabalho intensos. O emblema dessa nova cultura de exploração do trabalho no setor da tecnologia é o sistema laboral “996”: das nove horas da manhã às nove da noite, seis dias por semana. A nova reestruturação produtiva, ademais, abriu ampla margem de desenvolvimento para as empresas de plataforma, particularmente as especializadas em entregas, como a Meituan ou Ele.me, e de carona, como a Didi Chuxing, que incrementam a exploração e precarização do trabalho.

A incorporação da tecnologia digital na morfologia do trabalho, na China como no mundo, resultou não na alegada “substituição do trabalho humano por máquinas”, mas em um maior uso do trabalho humano sob condições modeladas à nova fase de extração da mais-valia. Ademais, resultou não na suavização, mas na precarização do trabalho humano (Antunes, 2023). No caso da China, não apenas a nova classe proprietária, mas também o Estado, comandado pelo Partido Comunista Chinês, é um impulsionador da precarização das condições de vida dos trabalhadores, nas duas fases da reestruturação produtiva.

É mediante esse disciplinamento do trabalho, com a conseqüente precariedade laboral e destruição das condições de vida das classes subalternas, que o coeficiente global de poder econômico da China se incrementou, a ponto de poder transformá-lo em capacidade de influência política internacional. Sem tais práticas de exploração do trabalho – que são tendências verificáveis, em seus fundamentos, também nas economias estadunidense e europeia, guardadas as características distintivas específicas de disciplinamento laboral que o regime bonapartista chinês pode exercer, diante do imperialismo ocidental – seria impensável que a China pudesse disputar a primazia tecnológica e econômica com o colosso imperialista estadunidense. A evolução rápida da China não é, pois, resultado da ordenação virtuosa da política do Partido Comunista Chinês, e sim da expropriação das conquistas revolucionárias promovida pela burocracia restauracionista com o propósito

de alavancar sua posição no sistema capitalista. O Estado forte, a base operária e camponesa disciplinada pelas campanhas políticas permanentes e os mecanismos de controle sobre os dispositivos econômicos tiveram de se mesclar com a estrutura burocrática de um partido-Estado que não abonava a existência de organismos de democracia direta do tipo da Comuna de Paris de 1871, ou da democracia dos conselhos em 1917, nem buscava a expansão das conquistas de 1949 ao panorama internacional.

Essa combinação foi indispensável para a comunhão dos interesses do imperialismo norte-americano em restaurar o capitalismo na China, e a execução desse projeto pelo próprio organismo estatal da República Popular. Em sua configuração atual, entretanto, os Estados Unidos se veem em rota de colisão com uma economia que passou a estabelecer determinados desafios a sua hegemonia, ou ao menos a projetar esses desafios no horizonte com muito maior nitidez.

A RIVALIDADE ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA, DA GUERRA FRIA À QUEDA DO MURO DE WALL STREET

Apesar de apenas iniciar seriamente seu caminho ascensional a uma potência com capacidade disruptiva na ordem unipolar em agonia, a China alterou todos os contornos estratégicos dos Estados Unidos para o século XXI. Com efeito, não é a aliança com a Inglaterra, nem a rivalidade com a Rússia, o que caracteriza a chave das relações de cooperação-competição do *establishment* imperialista estadunidense nesta etapa. A principal preocupação geoestratégica dos Estados Unidos é a China, especialmente com a ascensão de Xi Jinping ao cume do Partido Comunista Chinês. A rivalidade entre Washington e Pequim vinha sendo desenhada há décadas e se tornou uma prioridade para os Estados Unidos a partir da restauração capitalista na União Soviética, de um lado, e do massacre da Praça Tiananmen em 1989, de outro. Tanto a Rússia quanto a China passaram por revoluções – muito distintas entre si – que expropriaram a burguesia e nacionalizaram os meios de produção. Mas, enquanto a restauração capitalista na Rússia, produto da atuação fragilizante da burocracia stalinista, significou um vertiginoso enfraquecimento das forças produtivas e da economia, com o desaparecimento do Partido Comunista, na China as coisas se deram de maneira distinta. Aproveitando as conquistas da Revolução Chinesa de 1949, e servindo-se de maneira parasitária dessas conquistas, a burocracia restauracionista em Pequim logrou alavancar um poderoso processo de acumulação primitiva sobre as bases do atraso econômico chinês, e restituiu a propriedade privada dos meios de produção sobre os pilares erguidos (e expropriados politicamente) da Revolução. O Partido Comunista Chinês, que assim como o Partido Comunista da União Soviética foi o encabeçador de todas as reformas restauracionistas na era Deng, ao contrário do seu análogo russo conseguiu se manter de pé, mediante a brutalidade da repressão nos turbulentos anos que encerravam a década de 1980.

Os Estados Unidos tiveram papel fundamental nesse desenlace, e a princípio concebiam o enriquecimento da China, mediante a restauração, como a melhor maneira de neutralizá-la e mantê-la sob sua supervisão. O otimismo devinha do contexto da dissolução da URSS, que o tornava senhor dos assuntos capitalistas no mundo, diante de uma China frágil economicamente à saída da década de 1990. Entretanto, o cálculo otimista não se viu realizado. Se a restauração foi um processo aclamado pelos Estados Unidos, o soerguimento da China de uma posição subalterna para o *status* de potência capitalista em rápida ascensão, esgrimindo hoje determinados traços imperialistas, como dissemos, alterou completamente o panorama projetado. As décadas de exorbitante crescimento econômico em colaboração simbiótica com os Estados Unidos se converteram, não em um “capitalismo ordinário ocidental” subordinado aos ditames de Washington, mas em um capitalismo agressivo e hostil ao ocidente, revisionista do *status quo* mundial e mirando como meta desafiar a preeminência política, tecnológica e militar dos Estados Unidos.

O caminho que nos trouxe até esta nova etapa da discórdia brilha pela inconstância. A Revolução Chinesa foi a razão do caráter gélido das relações entre Washington e Pequim a partir de 1949, a despeito das modificações na conduta dos dois países durante as vicissitudes da Guerra Fria. É importante levar em conta que a frieza da conduta de Washington responde hoje a razões diversas. Se na década de 1950 fundamentava-se no caráter operário do Estado, ainda que burocraticamente deformado, agora se fundamenta no *poder do capitalismo chinês de desafiar sua primazia em determinadas áreas econômico-tecnológicas e geopolíticas*.

Na década de 1950, Estados Unidos e China estiveram em guerra, ou em atritos diplomáticos, de forma praticamente permanente. A Guerra da Coreia, entre 1950-53, opôs diretamente os dois exércitos na península conectada territorialmente com a China continental, e foi a maneira encontrada pelo imperialismo estadunidense, em modo agressivo no pós-Segunda Guerra, de impedir que o Exército de Libertação Popular fizesse uma ofensiva decisiva contra Taiwan para reincorporá-la em seu território. Esse auxílio direto ao Kuomintang foi a continuidade do suporte conferido por Washington às forças de Chiang Kai-shek durante a guerra civil, de 1946-49. Taiwan passou a ser então uma espécie de protetorado dos Estados Unidos, gerando rusgas intermitentes. A intervenção imperialista no Vietnã, uma guerra por procuração que passou por várias fases desde 1955 até 1975, foi também uma maneira dos Estados Unidos bloquear a expansão, não apenas soviética, mas também da China maoísta pelo sudeste asiático. A acrimônia nas relações bilaterais dos dois países ficou sacralizada no encontro, com relatos disputáveis, entre o primeiro-ministro Zhou Enlai e o secretário de Estado norte-americano, John Forster Dulles, em 1954 na Conferência de Genebra, na qual Dulles se negou a cumprimentar Zhou Enlai (Sutter, 2018).

A década de 1960 representou uma fase de transição nas relações. A crescente dissociação entre a União Soviética e a China teve como símbolo o apoio soviético à Índia durante a disputa territorial com a China em 1962, e alcançou o ápice em 1969 com o grave conflito sino-soviético na fronteira, na Ilha Zhenbao sobre o Rio Ussuri. Tais ocorrências

foram interpretadas pelos Estados Unidos como uma oportunidade dourada para fragmentar o chamado “bloco comunista” durante a Guerra Fria (Saunders; Bowie, 2019). Esses fatos, por si mesmos, lançam luz sobre o nacionalismo conservador das burocracias no Kremlin e em Zhongnanhai, que operavam suas relações internacionais com o critério dos interesses de seus respectivos Estados nacionais, e não da expansão da luta de classes. Washington soube tirar proveito dessa situação, preparando em 1971, com a viagem secreta de Henry Kissinger à China através do Paquistão, a chegada de Richard Nixon a Pequim e seu encontro com Mao, em 1972. A reaproximação dos dois países, em detrimento da URSS (vista pela China como uma ameaça mais próxima do que o longínquo Estados Unidos) descongelou a relação mútua, e resultou na inclusão da China como membro pleno da ONU, à revelia de Taiwan – que permaneceu com relações extraoficiais, não por isso menos firmes, com os Estados Unidos.

Durantes as décadas de 1970 e 1980, a China tinha importância estratégica para os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, na medida em que debilitava a posição da União Soviética. Ademais, com a morte de Mao e a ascensão de Deng Xiaoping, iniciador do período das reformas de abertura pró-capitalista na China, Republicanos, Democratas e o Partido Comunista serviram-se em comunhão da exploração da força de trabalho chinesa, embora com objetivos específicos. Entretanto, sob o governo de Mikhail Gorbatchov na URSS, um estadista com quem Margaret Thatcher afirmara “ser possível fazer negócios”, a Rússia tornou-se menos problemática para Washington. O curso restauracionista na URSS estava caminhando a todo vapor, e culminaria em 1991 com sua dissolução. A partir desse momento, a China passava a não possuir mais a importância geopolítica que tinha na Guerra Fria, como contrapeso asiático a Moscou, o que enaltecia sua importância em termos econômicos, quanto à possibilidade de reintegrar sua vasta força de trabalho ao domínio da acumulação capitalista.

O eixo dos interesses dos Estados Unidos em relação à China passou a ser, portanto, de ordem socioeconômica: era preciso acelerar o processo restauracionista, que se concretizara na URSS, na China. A repressão da burocracia de Deng Xiaoping sobre os protestos na Praça Tiananmen, embora freassem temporariamente o curso das reformas, provaram-se apenas um interlúdio para o firmamento da autoridade do PCCh, que a partir de 1992 caminharia a passo certo para a recomposição do modo de propriedade privado. O *modus operandi* de Washington se inscrevia no plano da reintrodução da China em seu estilo habitual de sociedade, e a absorção de sua massa de trabalho potencial disponível para valorização do capital. Para o capitalismo mundial, tratava-se de um período de esperanças, com as décadas neoliberais oxigenadas pelo retorno à órbita da exploração capitalista de centenas de milhões de trabalhadores. A China não escaparia a esse destino. Mas a forma em que reingressou nas condições mundiais do mercado capitalista não foram aquelas esperadas por Washington, embriagado com o triunfo sobre a União Soviética.

A sobrevivência do Partido Comunista Chinês, como figura suprema da política chinesa, seria indissociável do processo de reinserção da China no mercado mundial. Efetivamente, a reintrodução do capitalismo como modo de produção dominante e

o forte disciplinamento da força de trabalho, à contrarrevolução econômica e laboral operada em favor dos investimentos estrangeiros, seriam impensáveis sem a condução férrea do PCCh. Essa combinação, ainda que desagradasse os Estados Unidos, mantinha a benevolência norte-americana ao lado do governo chinês, tendo como primeiro objetivo não estremecer o curso da regressão econômica com choques de ordem política. A elegia cantada por Washington, nas décadas posteriores, contra o alegado regime comunista chinês, não nos pode fazer escapar ao fato de que os Estados Unidos colaboraram grandemente com o fortalecimento não só do capitalismo chinês, mas também da burocracia do Partido Comunista.

Assim, vimos um processo de prorrogação letárgica da concentração das atenções dos Estados Unidos sobre a rivalidade com a China, depois da queda da União Soviética. Isso deu tempo para que Pequim robustecesse suas forças e diminuísse suas graves deficiências relativas. Os motivos combinaram múltiplos fatores internacionais, desde a cooperação econômica com a China até o envolvimento dos Estados Unidos em conflitos internacionais durante toda a década de 1990 e 2000.

A administração de George H. W. Bush (1989-93) acolheu as relações com a China como estratégicas para os Estados Unidos. Sustentava essa postura diante da possibilidade de um ressurgimento da “ameaça soviética”, mas também para fins de estabilização do panorama internacional, na medida em que os Estados Unidos intervinham militarmente na Guerra do Golfo, assaltando o Oriente Médio e bombardeando o Iraque entre 1990-91, pela questão do Kuwait. Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos de 1994 a 2000, também adotou a conduta de suavização das relações com a China, apesar de encontrar desafios como a Crise do Estreito de Taiwan de 1995-96, e a crise econômica asiática de 1997. Particularmente importante aos Estados Unidos era manter boas relações com a China diante da nova aventura militar de Washington, a agressão contra Kosovo em 1999. Essas ocupações militares dos Estados Unidos na década de 1990 deram fôlego à China, que não interveio nos conflitos e permaneceu concentrada em seus esforços de desenvolvimento interno.

Com a entrada de George W. Bush na presidência dos Estados Unidos, no ano 2000, projetava-se uma modificação drástica na relação com a China. Tratava-se de uma postura mais cética, em virtude da qual os Republicanos prometiam tratar o gigante asiático como um competidor estratégico, não mais como um parceiro estratégico. Essa atitude foi reforçada em abril de 2001, com a colisão acidental de uma aeronave de reconhecimento do Pentágono com um caça da Marinha chinesa, sobre as águas do Mar do Sul da China. Entretanto, os atentados da Al Qaeda ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, alteraram toda a projeção de Washington. As prioridades de segurança dos Estados Unidos foram reordenadas, substituindo a hostilidade com a China pelo combate ao terrorismo no Oriente Médio, materializadas nas catastróficas intervenções militares imperialistas no Iraque e no Afeganistão. Após 2001, a China não apenas havia conquistado o acesso desejado à Organização Mundial do Comércio, mas também uma relação amistosa com os Estados Unidos, que mais uma vez se caracterizava pela cooperação, agora no “combate

ao terror”. Embora os funcionários da administração Bush fossem cautelosos na adoção da conduta de parceria com a China, a nova aventura imperialista no Oriente Médio não deixava alternativa senão prorrogar o enfrentamento direto com Pequim. A ascensão ao poder de Hu Jintao foi premiada, assim, com a classificação da China, não como uma “competidora estratégica” dos Estados Unidos, mas como “parte interessada responsável” pela estabilidade global e a garantia da segurança diante das novas ameaças.

A RIVALIDADE EM TEMPO DE CRISE MUNDIAL

A administração Obama se iniciou em 2009 com complicações a nível internacional. No plano político-militar, os Estados Unidos estavam enlameados no panorama geopolítico do Oriente Médio. Com dezenas de milhares de soldados ocupando a região após o fracasso das ofensivas militares no Iraque e no Afeganistão, debilitava-se consideravelmente a figura internacional dos Estados Unidos, impulsionando o curso declinante de sua hegemonia. No plano econômico, 2008 representou o início da crise econômica mundial, com a queda do quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, e o choque em cadeia para toda a economia mundial. O epicentro da crise eram os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, a colaboração com a China seguia sendo sumamente importante para Washington. Barack Obama sustentou uma relação amistosa com o Partido Comunista Chinês especialmente até 2014, e mais em geral até deixar a presidência em 2017. A construção de melhores relações com as potências asiáticas, como China e Índia, despontava como produto da necessária realocação estratégica dos Estados Unidos, que ainda tendo laços relevantes no Oriente Médio, precisavam com urgência desincumbir-se desse teatro de operações, com a remoção gradual das tropas de ocupação. A aliança com a China foi utilizada para dar conta dos desafios colocados pelo programa nuclear de países como Coreia do Norte e Irã, e na mitigação dos efeitos da crise econômica mundial. O instrumento de diálogo bilateral entre Estados Unidos e China, chamado “Diálogo Econômico e Estratégico”, foi lançado pela administração Obama para materializar o sentido da “relação compreensiva, positiva e de cooperação” entre essas potências.

Mais uma vez, entretanto, a leitura que Washington fazia da situação era diferente daquela realizada em Pequim. As dificuldades dos Estados Unidos em lidar com os problemas no Oriente Médio e na economia global foram lidos pela cúpula do PCCh como manifestações de fragilidade da principal potência imperialista do mundo. A ninguém era segredo a decadência hegemônica de um país que era desafiado até mesmo por uma ditadura sanguinária como a de Bashar el-Assad, que utilizou gases tóxicos para eliminar rivais na Síria mesmo após a divulgação das “linhas vermelhas” de Obama. Diante dessa constatação, a China passou a agir segundo cálculos preparatórios mais assertivos. A partir de 2011, Pequim assumiu uma postura mais impositiva dentro das disputas territoriais no Mar do Sul da China, num momento em que a ascensão de Xi Jinping já estava assegurada, como vice-presidente da Comissão Militar Central no governo Hu Jintao.

A massiva crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos foi percebida como um fator adicional de fraqueza, junto ao declinante poderio estadunidense evidenciado nas longas guerras do Iraque e do Afeganistão. Por outro lado, a China emergiu da crise econômica com um crescimento pujante, fluxo de capitais e com maior confiança no seu modelo de crescimento econômico dirigido pelo Estado, em contraposição à desacreditada abordagem do livre-mercado patrocinada pelos Estados Unidos. Sob essas circunstâncias, a classe dominante chinesa e a opinião pública começaram a olhar com crescente desaprovação a conduta reativa e cautelosa de Hu Jintao. Nos assuntos externos, acomodar-se aos Estados Unidos e às potências regionais (como o Japão e a Índia) nas questões permanentes de interesse chinês, em termos de segurança, soberania, entre outros, parecia agora excessivamente equivocado e passivo. Embora a abordagem de Hu estivesse em sintonia com as instruções de Deng Xiaoping, acerca de que a China deveria manter um baixo perfil e concentrar-se no desenvolvimento doméstico, a opinião dos poderes fácticos na China favorecia uma abordagem mais robusta e proeminente nos assuntos internacionais. A resultante foi uma postura mais assertiva, com mais atividade e um uso considerável de coerção, geralmente próximo de uma atuação militar aberta, ao empregar o poder econômico, político e militar da China a fim de estabelecer os objetivos destacados naquele plano que Xi Jinping chamou de “Sonho Chinês” (Sutter, 2018, p. 146-47; tradução nossa).

Foi nesse contexto que Barack Obama lança a política de reordenamento da atenção dos Estados Unidos, o chamado “Pivô para a Ásia-Pacífico”. Esse rebalanceamento da concentração militar dos Estados Unidos para a Ásia-Pacífico não significava o abandono da conduta de cooperação com a China, nem uma intenção deliberada de desestabilizar as relações sino-estadunidenses. Não obstante, indicava que os Estados Unidos aceleravam a solução das pendências no Oriente Médio para atuar como uma força de contenção à China. A China desaprovou amargamente a decisão dos Estados Unidos de reorientar sua atenção estratégica para a Ásia-Pacífico, e a encarou como uma ameaça. A partir daí, a China de Xi Jinping buscou entabular uma nova etapa de interação global. Podemos identificar esse momento, e a entrada oficial de Xi Jinping como líder supremo em 2012, como o início do novo acirramento na disputa estratégica entre os dois países. Em sua visita oficial à Califórnia em 2013, para encontrar Barack Obama, Xi Jinping se referiu ao paradigma que considerava apropriado para a regulação da relação bilateral, o “Novo Tipo de Relações entre Grandes Potências”. Na definição proposta pela China, essa nova forma de relação se daria mediante três elementos: nenhum confronto entre ambas as potências, respeito mútuo pelos interesses estratégicos de cada parte e cooperação bilateral. A fórmula em si aparenta uma continuidade com o passado, mas já é expressão da nova conduta internacional impressa por Xi: tratava-se de uma contrapartida ao “Pivô” de Obama. A China exigia poder continuar seu desenvolvimento econômico de maneira desimpedida, sem que os Estados Unidos buscassem freá-lo.

A prorrogação da abordagem do “problema chinês” pelos Estados Unidos, envolvidos em conflitos e aventuras militares já entrada a década de 2010, cobrava seu preço em espécie. Nos bastidores da relação de cooperação bilateral, surgia uma China cada vez mais reticente em participar de forma subalterna das regras do jogo estabelecidas em Washington. As questões de segurança se tornaram mais proeminentes, com a

acumulação de forças militares capazes de desafiar os interesses imperialistas em Taiwan e mais em geral na Ásia-Pacífico. Foi justamente nos anos finais da administração Obama, a partir de 2014, que Xi Jinping desencadeou uma campanha de colonização dos recifes mais importantes do Mar do Sul da China mediante a construção de ilhas artificiais militarizadas. Também nesse ano se incrementaram as relações da China com a Rússia, ao mesmo tempo em que o presidente Vladimir Putin anexava *manu militari* a península da Crimeia, oito anos antes da invasão militar russa em território ucraniano. A China via a Rússia como um contrapeso útil aos Estados Unidos na Ásia, assim como a Rússia encarava a China como um aliado útil contra Washington e a OTAN no Leste europeu – algo que se provou na Guerra da Ucrânia.

Os movimentos agressivos dos braços de Efiartes da China soaram um alerta ao *establishment* imperialista em Washington. Como espelhos simétricos, a opinião pública, construída pelos conglomerados midiáticos nos Estados Unidos, era cada vez mais contrária à postura diplomática de Obama diante da agressividade chinesa. Quanto à postura internacional, o prestígio colhido pelo nacionalismo de Xi se traduzia nos Estados Unidos em percepção de fraqueza por parte do presidente Democrata. Com efeito, a política de rebalanceamento ou “Pivô” para a Ásia-Pacífico começava a delimitar uma nova postura que se tornou muito mais agressiva. Nos anos finais de sua gestão, Obama autorizou o Pentágono a concentrar sua força naval nas águas do Indo-Pacífico, com constantes operações de patrulhamento pela “liberdade de navegação” no Mar do Sul da China, para deter a militarização chinesa da área – mediante militarização estadunidense da mesma. Para incrementar os laços comerciais dos Estados Unidos com as nações da Ásia-Pacífico, Obama lançou a proposta do chamado Acordo Trans-Pacífico, que reunia 11 países (Japão, Austrália, Canadá, México, Peru, Chile, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Cingapura e Brunei) junto aos Estados Unidos, excluindo a China. A retórica dos Estados Unidos acalentava a nova atmosfera crítica ao avanço chinês, como evidenciaram a cúpula sino-estadunidense em setembro de 2015 e a cúpula de segurança nuclear, em março do ano seguinte (State Council, 2016).

DONALD TRUMP, PONTO DE INFLEXÃO NA AGRESSIVIDADE DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

O Republicano Donald Trump representou uma mudança clara de conduta diante da administração Obama. Venceu as eleições, em uma medida não menor, pela agressividade da retórica empregada contra a China. Um demagogo de extrema direita como Trump, que emergia no bojo de um fenômeno daquilo que o marxista italiano Antonio Gramsci (2007) classificava como crise orgânica, ou crise de autoridade estatal, em inúmeros países – em que o *establishment* político dos partidos tradicionais era repudiado por amplos setores sociais em nome de figuras carismáticas consideradas oriundas de fora

do sistema – também tinha pontos de contato que o aproximavam de Xi Jinping. Ambos representavam o anseio das respectivas classes dominantes, em situações diversas, diante da diminuição dos espaços de acumulação no mercado mundial; no caso dos EUA, a fim de assegurar sua preponderância contra o novo rival, no caso da China, com o fim de erguer-se contra os obstáculos a sua emergência como competidor.

Trump buscou tecer boas relações pessoais com Xi, em seus encontros em Mar-a-Lago em abril de 2017, e em Pequim em novembro de 2017. O presidente Republicano até buscou a cooperação da China para a aprovação de sanções contra a Coreia do Norte. Essa simpatia entre figuras politicamente reacionárias, que gozavam em exhibir um comportamento de “homem forte” a nível internacional, coexistia com uma crescente animosidade na relação sino-estadunidense. Donald Trump respondia à necessidade do bipartidarismo imperialista em frear a ascensão chinesa, acelerada no pós-crise mundial de 2008. Para assumir essa figura preponderante, Trump exibia a autoconfiança petulante que Cervantes deu a Dom Belianis da Grécia, “Façanhas dei à Fama imperatriz/ Fui comedido e regalado amante/ Para mim foi anão todo gigante, / E ao duelo em todo ponto satisfiz” (Cervantes, 2021, p. 26). Egocêntrico, Trump se portava como insubstituível na política de contenção do gigante asiático que, com efeito, por vezes, tratava como um anão, mas que deveria ser bloqueado a qualquer custo. A divulgação de dois documentos oficiais, o de Estratégia de Segurança Nacional, em dezembro de 2017, e o de Estratégia de Defesa Nacional, em janeiro de 2018, assinalaram essa nova abordagem provocativa da administração Trump.

Em ambos os documentos, a China ficara classificada como uma competidora estratégica dos Estados Unidos, o que oficializava *a posteriori* a postura que quisera adotar o governo George W. Bush, antes dos atentados de 2001. O documento de Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy, 2017) descrevia a China e a Rússia como “potências revisionistas” e grandes potências competidoras que desejavam edificar um mundo avesso aos valores e interesses dos Estados Unidos. Advogava esforços redobrados para preservar as posições primazes dos Estados Unidos enquanto principal potência militar no mundo, assim como nos terrenos nuclear, aeroespacial, cibernético e tecnológico. O documento de Estratégia de Defesa Nacional afirmava a China e a Rússia como prioridades militares para os Estados Unidos, com a noção da era de competição entre grandes potências como eixo norteador. Os documentos buscavam descobrir a intenção real da China: deslocar os Estados Unidos de sua posição preeminente na região do Indo-Pacífico, e reordená-la de acordo com os interesses chineses.

Economicamente, Trump iniciou um conflito aduaneiro e comercial com a China, em abril de 2018, com o alegado objetivo de reduzir o déficit comercial dos Estados Unidos na relação bilateral. Em junho de 2018, Trump impôs tarifas às importações de bens chineses que totalizavam US\$50 bilhões; em setembro do mesmo ano, alcançavam US\$200 bilhões. A “guerra tarifária” entre as potências teve implicações diretas na desaceleração do comércio mundial, mas pouco efeito sobre o próprio déficit estadunidense. De fato, o verdadeiro objetivo não era comercial. Os Estados Unidos utilizavam a “guerra tarifária” com dois fundamentos essenciais. Como afirma Paula Bach:

Em primeiro lugar, as tarifas funcionam como um ‘mecanismo de pressão’ com duplo objetivo. Serviam, por um lado, para frear a corrida da China no desenvolvimento de novas tecnologias e na expansão de suas próprias empresas e capitais, que a posicionam como um competidor global cada vez mais perigoso tanto em termos econômicos como geopolíticos; por outro, melhorar as condições de entrada das transnacionais estadunidenses na China. [...] Em segundo lugar, as tarifas eram um “mecanismo de propaganda” de Trump para sua base eleitoral, na medida em que sugeria que tanto as empresas estadunidenses prejudicadas em sua relação comercial direcionariam seus investimentos para o território estadunidense, o que recomporia os postos de trabalho perdidos durante as últimas décadas (Bach, 2019, tradução nossa).

O ponto mais importante desse conflito comercial era sua característica de fachada para a verdadeira pulsão política dos Estados Unidos de *preservar sua preeminência industrial-tecnológica frente ao avanço da China*. Essa preocupação em manter-se na posição suprema de potência tecnológica no mundo se traduziu na punição de inúmeras empresas de tecnologia chinesas, emblematicamente os vetos à Huawei que lhe prejudicavam o desenvolvimento do 5G, ou punições à ZTE, ao TikTok, ao aplicativo WeChat da empresa Tencent, ou mesmo a proibição da compra da Lattice Semiconductor Corporation pela chinesa Canyon Bridge Fund (Exame, 2017).

Nesse processo, a política ofensiva de Trump contra a China dificultava e objetivava, ao mesmo tempo, isolá-la no panorama internacional. A idiossincrasia geopolítica trumpista, que assediava ao mesmo tempo os aliados transatlânticos tradicionais dos Estados Unidos e as principais potências da União Europeia, atuava contraditoriamente aos objetivos do próprio governo, isolando os EUA ao invés da China. Trump também rompia com a conduta bipartidária dos Estados Unidos de preservar suas alianças estratégicas, movendo-se num terreno de múltiplas relações bilaterais, alérgica a grandes acordos multilaterais. Trump ameaçava aplicar tarifas comerciais contra países como França e Alemanha, junto à Inglaterra os principais aliados europeus de Washington nos organismos da ONU e da OTAN. Fazia, ademais, uma campanha sistemática para que a Alemanha, a Inglaterra e a França aumentassem sua contribuição orçamentária para o fundo de defesa da OTAN, afirmando que os Estados Unidos não poderiam garantir sozinhos a segurança global. O cancelamento do Acordo Trans-Pacífico e a renúncia de Trump a participar do Acordo Nuclear com o Irã foram movimentos que indispueram diversos parceiros tradicionais da Casa Branca. Essa orientação política obedecia a sua concepção segundo a qual os Estados Unidos deveriam afastar-se da posição de guardião dos assuntos do mundo, e concentrar-se em seus próprios interesses. Essas divisões facilitavam a fragmentação da postura de cada potência diante do desafio chinês, e permitiam a Xi Jinping figurar como defensor da globalização e do multilateralismo, em detrimento dos Estados Unidos, em eventos internacionais como o Fórum de Davos.

A concentração da atenção de Trump sobre a Coreia do Norte era parte da sua política de causar incômodos a Xi Jinping. A Coreia do Norte, que faz fronteira com a China, é utilizada por Pequim como uma zona de amortecimento contra a presença militar dos Estados Unidos na Coreia do Sul e no Japão. A reunião histórica ocorrida entre Donald Trump e Kim Jong-un, em março de 2018 em Pyongyang, marcou um dos movimentos

mais insólitos na história política recente dos Estados Unidos para tentar enfraquecer a China na Ásia, mediante o incentivo de discórdias entre os vizinhos. O temário de debate, um acordo para frear o programa nuclear norte-coreano, era apenas um pretexto, aliás com um longo histórico³. A China respondeu na mesma moeda, e deixou claro que nada se faria na região sem a estrita autorização de Xi Jinping. Depois do espetáculo de autopromoção, Trump relegou a segundo plano as tratativas com Kim Jong-un.

Na administração Trump, o eixo da disputa passou a se situar em termos mais estratégicos nos campos da tecnologia, das telecomunicações, do ciberespaço, e da potência militar. Foi Trump, efetivamente, quem reativou as capacidades navais dos Estados Unidos, cujo exército havia se concentrado em operações terrestres e aéreas no Oriente Médio durante muitos anos. Apesar de negar o “Pivô” para a Ásia-Pacífico, promulgado por Obama, Trump foi quem deu passos decisivos para a concentração das atenções militares no Indo-Pacífico, concedendo nova relevância para a Marinha dos Estados Unidos. Como um Ulisses na *Divina Comédia*, antes que as águas se fechassem sobre Washington, o Republicano com aspirações de almirante buscou aventurar-se por águas desconhecidas, a fim de colocar em xeque as aspirações de domínio marítimo da China. Trump negou repetidamente as alegações da China sobre seus direitos históricos de posse sobre o Mar do Sul da China, opôs-se vigorosamente à construção de ilhas artificiais a partir dos recifes do arquipélago Spratly, e robusteceu as patrulhas para liberdade de navegação, junto com operações militares para conter a assertividade chinesa sobre Taiwan⁴. É possível dizer que, por baixo do dilúvio retórico que assombrava a imprensa diariamente, as movimentações de Trump com a Marinha dos Estados Unidos tenham sido o principal legado do Republicano na competição com a China. Fortalecia, assim, a frota estadunidense, mediante a finalização do processo de retirada das tropas dos Estados Unidos de importantes teatros de guerra no Oriente Médio, como na Síria.

Joe Biden emergiu no cenário internacional como presidente dos Estados Unidos após o primeiro ano da pandemia do coronavírus assolar o mundo e agravar os problemas herdados da crise econômica mundial de 2008. Opondo-se à reeleição de Trump, a figura conservadora de Biden, partícipe do mesmo sistema bipartidário imperialista em crise, fora alçada como uma válvula de “restauração da democracia” pelos poderes fácticos de

³ Em 1994, três anos depois de remover suas armas nucleares do território sul-coreano, o governo Clinton acertou um acordo com o governo da Coreia do Norte, o “*Agreed Framework*”, em que Pyongyang aceitava congelar seu programa de enriquecimento de plutônio com fins militares, inclusive dois reatores, em troca de ajuda financeira. Esse acordo colapsa em 2002, em meio à crescente hostilidade entre Washington e Pyongyang, momento em que George W. Bush inclui a Coreia do Norte no chamado “Eixo do Mal”, junto a países do Oriente Médio como Iraque e Afeganistão. Em 2005, fruto de nova rodada de negociações entre um rol de países (Estados Unidos, as duas Coreias, China, Rússia e Japão), Pyongyang anunciou abandonar seu programa nuclear; entretanto, no ano seguinte, o regime de Kim Jong-Il testa seu primeiro dispositivo nuclear, o que recrudesce a crise até o fim das relações diplomáticas em 2009, com a condenação internacional após o lançamento do míssil balístico Taepodong-2. Em 2017, já sob Kim Jong-un, a Coreia do Norte lança três mísseis balísticos intercontinentais, abrindo a pior fase da crise diplomática com Donald Trump.

⁴ A título de exemplo, os navios de guerra da Sétima Frota dos Estados Unidos passaram a realizar exercícios militares no Mar do Sul da China, em março de 2018, com a participação do porta-aviões *USS Carl Vinson*, junto à Marinha japonesa; nos meses seguintes, entre 2018 e 2019, Trump autorizou o envio regular de caças bombardeiros B52 para sobrevoar o Estreito de Taiwan e o Mar do Sul da China, incrementando a militarização da área.

Wall Street, até então encantados com Trump, mas preocupados com a deslegitimação das instituições do regime estatal. A postura “benévola” de Biden estava condicionada à pressão de setores de massas dos Estados Unidos, que junto à juventude negra foram parte do fenômeno do *Black Lives Matter* de 2020, com as maiores manifestações de massas da história dos Estados Unidos, após o assassinato policial de George Floyd. A operação de contenção da luta de classes na maior potência imperialista do mundo envolveu a reconstrução de um Biden aparentemente afastado do bipartidarismo tradicional em crise, oposto à extrema direita Republicana. Desejoso de resgatar as alianças internacionais tradicionais de Washington e recompor a figura dos Estados Unidos como baluarte da segurança capitalista mundial, em oposição ao isolacionismo nacionalista de Trump, Biden tomou medidas para desfazer a herança trumpista em determinados segmentos da vida política e social. Entretanto, ficou notória a linha de continuidade marcante que Biden estabeleceu com Trump em relação à China. A agressividade trumpista foi tomada pela nova administração Democrata como algo a ser aprofundado, ainda que nos marcos definidos pelo complexo equilíbrio entre cooperação e competição na relação simbiótica entre as potências.

No breve documento intitulado “Guia Provisório de Estratégia de Segurança Nacional” (*Interim National Security Strategic Guidance*), divulgado em março de 2021 sob os auspícios da administração Biden, a China é mencionada nada menos que 15 vezes (a Rússia é citada 5 vezes, e o Irã apenas 4). Nele, a Casa Branca afirmava taxativamente, em sua primeira formulação dessa natureza desde o documento de Segurança Nacional de 2017, que a “China é o único competidor potencialmente capaz de combinar o seu poderio econômico, diplomático, militar e tecnológico a fim de opor um desafio sustentado a um sistema internacional aberto e estável” (White House, 2021). Sobre as alianças estadunidenses, o documento afirma o compromisso de fortalecer e defender a rede de aliados dos Estados Unidos, um objetivo central para enfraquecer as alianças chinesas. Assim, os vizinhos asiáticos da China não ficam de fora do relatório: Washington promete defender as nações de qualquer coerção chinesa. Nomeadamente, o documento enfatiza Taiwan como uma “importante democracia e parceira econômica e de segurança crucial” dos Estados Unidos, que será protegida “de acordo com os duradouros compromissos dos EUA”, assim como os interesses da população de Hong Kong, de Xinjiang e do Tibete. Já no primeiro documento oficial de Estratégia de Segurança Nacional da administração Biden, divulgado simultaneamente ao 20º Congresso do PCCh em outubro de 2022, o Partido Democrata destaca a China como o principal rival estratégico dos Estados Unidos, abrigando “a intenção e, cada vez mais, a capacidade de remodelar a ordem internacional em favor de uma ordem que incline o campo de disputa global em seu benefício”. Embora Biden tenha afirmado não apoiar a independência de Taiwan, com a recente eleição do independentista Lai Ching-te, em mais de uma oportunidade insinuou que os Estados Unidos viriam em auxílio de Taipei caso o governo chinês definisse a reincorporação da ilha por meios militares, contrariando a ambiguidade estratégica da política de “Uma só China”.

No terreno da segurança tecnológica, Biden foi ainda mais agressivo que Trump no bloqueio do acesso da China à tecnologia estadunidense que implicasse pesquisa e desenvolvimento na área científico-militar. Aí reside o tema dos semicondutores. Sob os novos controles de exportação anunciados em outubro de 2022 pela administração Biden, semicondutores fabricados com tecnologia estadunidense para uso em inteligência artificial, computação de alto desempenho e supercomputadores só podem ser vendidos à China com uma licença de exportação⁵. O objetivo é aumentar a dificuldade para as empresas chinesas obterem ou fabricarem *microchips* de computação avançada, desenvolver supercomputadores com aplicações militares (desde a modelagem de armas nucleares até o desenvolvimento de armas hipersônicas), além de retardar seu progresso no ramo da inteligência artificial. Os controles atingem as empresas chinesas de várias maneiras, impedindo o acesso a ferramentas críticas a grupos como o *Semiconductor Manufacturing International Corp.* (SMIC) e o *Yangtze Memory Technologies Co.* (YMTC).

Diante dessa pressão, o discurso inaugural de Xi Jinping ao Congresso que entronizou seu terceiro mandato foi atravessado pela necessidade de apresentar uma postura firme ao público doméstico e internacional. O mandatário chinês assegurou que estariam em curso no cenário internacional “mudanças drásticas”, especialmente tentativas externas de chantagear, conter, bloquear e exercer a máxima pressão sobre a China. As incertezas e fatores imprevisíveis estariam aumentando, a China deveria estar pronta para “resistir a ventos fortes, águas agitadas e até mesmo tempestades perigosas”.

Todos esses elementos apontam a um acirramento das tensões no contexto de uma nova situação de competição entre potências, que em perspectiva pode sair do controle. Nem todos parecem ver dessa forma. Mahbubani (2020) argumenta que, pela natureza da competição entre potências nucleares da importância de EUA e China, e a previsível destruição mútua que adviria de um enfrentamento entre ambos, poder-se-ia prever que o desenlace do conflito não seria sacramentado em termos militares. Ademais, pelos custos de manutenção do seu imenso aparato militar, o aumento do orçamento andaria na contramão de um plano racional sintonizado aos interesses do imperialismo estadunidense (Mahbubani, 2020). É certo que os riscos avultados que endereçam uma conflagração militar aberta entre EUA e China modulam os cálculos de ambas as potências, em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. Entretanto, Mahbubani parece secundarizar as tendências inscritas na época de decadência capitalista, e que resultam na forma característica em que as disputas entre grandes potências por novos espaços de acumulação de capital passaram a se dar a partir do ponto de inflexão do século XX. Não é nova a concepção de que as guerras entre Estados estariam obsoletas, quer pelas forças de destruição alcançadas pelo aparato militar, quer pelos mecanismos diplomáticos supraestatais. A guerra da Ucrânia, entretanto, recolocou no panorama histórico a

⁵ Sublinhando o escopo dos controles de exportação, a administração Biden lançou mão de um mecanismo usado pelo governo Trump contra a companhia chinesa Huawei, a “regra do produto direto estrangeiro”, proibindo qualquer empresa de dentro ou fora dos Estados Unidos de fornecer hardware ou software a entidades chinesas visadas cuja cadeia de fornecimento contenha tecnologia estadunidense.

possibilidade das guerras interestatais em territórios geopolíticos centrais. O desenvolvimento da indústria tecnológico-militar no século XX, inédito até então, foi um veículo para o desencadeamento das campanhas destrutivas de massas nas grandes guerras, e não um bloqueio a elas.

A TESE DA MULTIPOLARIDADE

Esses elementos jogam nova luz na tese da multipolaridade capitalista supostamente benigna diante da desordem mundial. Segundo esta aproximação teórica, como contraponto à bestialidade da ordem mundial unipolar comandada pelos Estados Unidos, existiria um valor intrinsecamente positivo na proliferação de potências capitalistas, que atuariam como atenuadoras das tendências militaristas estadunidenses, modelando uma espécie de integração global não-beligerante. À testa desse novo bloco de potências, a China teria lugar de destaque. Esse tipo de concepção é tributária de uma corrente de interpretação que enxerga na China um desenvolvimento com características essencialmente pacifistas, presente em sua história nacional. Um expoente dessa visão foi o economista italiano Giovanni Arrighi (2008), que em sua obra *Adam Smith em Pequim*, buscou demonstrar uma tradição não hegemônica da cultura imperial oriental, que dava contornos muito particulares à atual ascensão econômica chinesa. Circunscrevendo o argumento central, Arrighi considerava que, ao contrário das potências mercantis e imperialistas anteriores, a China teria gozado uma tradição milenar antimilitarista, que marcava diferenças substanciais com o sistema de Estados europeu. Enquanto esse sistema esteve marcado por uma incessante competição militar e por tendências à expansão geográfica, o sistema de Estados asiático (em cujo centro estava a China) se caracterizava por ausência de competição militar e também de tendências à expansão (Arrighi, 2008, p. 323). Isso habilitaria a China, segundo o pensamento de Arrighi, a emergir pacificamente como novo *hegemon* econômico, sem impor sua vontade pela força. De fato, afirma que estaríamos diante da possibilidade do surgimento de “uma nova ordem mundial centrada na China, mas não necessariamente dominada por ela” (Arrighi, 2008, p. 320), uma definição que exerce certa separação taxativa entre a dominação econômica e a imposição da força militar para garanti-la. Nesse sentido, a evolução da China interessaria o mundo porque implicaria o crescimento de todos, dissolvendo a unipolaridade norte-americana e restaurando uma ordem multipolar de equilíbrio de poderes capaz de soffrear as tendências mais beligerantes dos EUA.

Esse pensamento foi a base de uma ampla gama de elaborações contemporâneas, que embora dissímeis entre si e não coincidindo imediatamente com as conclusões de Arrighi, aderem ao que se poderia chamar de “multipolaridade benigna” do capitalismo chinês. Ou seja, a ideia, relativamente popular, de que o crescimento da China tal qual é diminuiria as tensões mundiais. Essa tese sofre de sérios percalços. Talvez o problema mais chamativo seja esquecer que na nossa época *os processos de decadência e ascensão de*

potências hegemônicas não acontece de maneira harmônica, e sim através de meios militares. A transição das incumbências hegemônicas entre Inglaterra e Estados Unidos não atendeu às prerrogativas alegadamente pacíficas da substituição de potências dentro de ciclos normais de ascensão e decadência. Duas guerras mundiais foram necessárias para definir que Washington dominaria os assuntos capitalistas no Ocidente. Enquanto isso, uma terça parte do planeta se situava fora da esfera de acumulação do capital durante a Guerra Fria. Grandes comoções sociais se estenderam por toda a segunda metade do século XX até que, através dos resultados da luta de classes na arena global, o desfecho triunfante ao neoliberalismo embriagasse historiadores como Francis Fukuyama (2015) com a ilusão do fim da história. Atualmente, a Guerra da Ucrânia, ou aquela entre Azerbaijão e Armênia, ou mesmo o massacre da população palestina em Gaza, conflitos muito distintos entre si – mas contemporâneos todos à disputa entre EUA e China – não indicam nada parecido com a ampliação de tendências antimilitaristas.

Essa competição entre grandes potências, sendo os Estados Unidos a força imperialista incontestada diante de uma China capitalista apenas em rápida ascensão, *por ora não se manifestou em termos bélicos*. Entretanto, não se deduz daí que o perigo do choque direto entre ambas as forças armadas seja um inibidor universal de conflitos. Mais uma vez, a mais avançada tecnologia militar de então, com capacidade destrutiva inigualável comparada com as eras anteriores – e provada no campo de batalha – não impediu a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A acumulação de atritos e a permanência em um caminho ríspido de choques, no contexto de uma insanável crise de acumulação do capital, pode terminar em conflagrações que vão além dos cálculos dos Estados nacionais – e mesmo derivada deles, uma vez que a guerra segue sendo a continuação da política por outros meios (a saber, pela violência física).

É conhecido aquilo de que é capaz o imperialismo norte-americano para permanecer na cúspide do poder. Mas, qual a contribuição da China para esse panorama de desordem mundial? Estaria o governo chinês preparando uma ascensão pacífica, alheia aos métodos espoliadores que durante séculos ligaram, no Ocidente, a ascensão econômica à dominação militar? Do ponto de vista econômico, seria impossível imaginar a exploração do trabalho no século XXI sem incluir a voraz extração de mais-valia nos países da África, da Ásia e da América Latina por parte dos conglomerados chineses, tanto estatais como privados (que se enriqueceram muito na era Xi Jinping). Podemos identificar tal tendência nos acordos financeiros e comerciais que a China realiza em troca de acesso privilegiado à pilhagem de matérias-primas, como lítio, cobre e petróleo, explorando força de trabalho dos países oprimidos, quando não exportando a própria força de trabalho chinesa, como nas obras da Nova Rota da Seda.

Do ponto de vista geopolítico, muito se fala das intervenções pacificadoras da China no Oriente Médio, como entre Arábia Saudita e Irã (ou sua proposta de paz na Ucrânia), mas pouco se fala do apoio de Pequim ao golpe militar em Myanmar, em 2021, ou da sustentação compartilhada com os Estados Unidos de múltiplos governos autoritários na África. Além disso, ao se tratar da “multipolaridade benigna”, é de hábito fazer certa

desconstrução ou desvalorização dos aspectos repressivos do Estado chinês, que desabam sobre as nacionalidades oprimidas, em especial os muçulmanos.

Do ponto de vista ambiental, a própria voracidade do capital chinês nos setores agrícola, energético ou da mineração a converte num agente de degradação do meio ambiente, junto com as potências Ocidentais. Em nosso subcontinente, enquanto os EUA destroem a Amazônia há décadas, os capitais chineses entraram na corrida extrativista na Amazônia equatoriana, extraindo cobre na mina de Mirador, ou construindo hidrelétricas poluentes como a de Rucalhue no Chile, além de disputar o triângulo do lítio – que envolve Argentina, Bolívia e Chile – com os EUA. E do ponto de vista militar, a militarização do Mar do Sul da China, os exercícios militares conjuntos com a Rússia ou as ameaças a Taiwan desautorizam qualquer noção de “ascensão pacífica” por parte da China.

Ou seja, segundo essas coordenadas básicas tratadas em seu *Adam Smith em Pequim*, as teses do Arrighi que fundamentam o que hoje se pode chamar de “multipolaridade benigna chinesa” não se verificam na realidade.

CONCLUSÃO

Vimos que o cenário de um conflito aberto entre Estados Unidos e China, apesar de não ser ainda uma realidade, está inscrito como tendência na situação de crise de acumulação de capital e atritos geopolíticos na disputa pela primazia tecnológica. A crise econômica de 2008, cujas consequências não resolvidas foram agravadas pela pandemia da COVID-19 e pela Guerra da Ucrânia, restringe os espaços de valorização do valor e abre caminho ao retorno da competição entre potências. A instabilidade e o acúmulo de choques entre Washington e Pequim compõem um quadro de maiores, e não menores, tendências militaristas, de todas as partes envolvidas. A própria história recente revela que a animosidade entre os Estados Unidos e a China possui décadas de existência, ainda que, diferentemente do período da Guerra Fria, a atual rivalidade esteja fundada num mundo de esgotamento do ciclo neoliberal e de desafio da potência chinesa ascendente à atual ordenação desse mesmo sistema de Estados, controlado pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial, e com mais propriedade desde a dissolução da URSS e a restauração na China. A possibilidade de impedir novas catástrofes militares está reservada não à potência dissuasiva das armas imperialistas, mas à dinâmica entre revolução e contrarrevolução, ou à capacidade de triunfos revolucionários que superem a ordenação capitalista e abram caminho à reorganização socialista em uma civilização historicamente superior. Esta definição se aplica conseqüentemente à disputa entre os Estados Unidos e a China, que deixados à lógica particular de sua competição, pode alcançar uma dimensão inesperada. Como conceito, não estamos ainda diante da realidade de uma guerra sino-estadunidense. A Guerra da Ucrânia, não obstante, confirma que com a crise de 2008, que pôs fim à prolongada hegemonia neoliberal, agravada pela pandemia e pela crise ambiental, reduzem-se as margens para um desenvolvimento evolutivo

da situação de competição entre potências. As tendências profundas de guerras, crises e revoluções, próprias da época, reatualizam-se na etapa. Para além dos ritmos, a disputa sino-estadunidense obedece a essa dinâmica da qual não pode escapar.

Diante desse cenário, cumpre restabelecer as coordenadas da luta de classes que poderiam apresentar um horizonte diferente do desenlace bélico. Antonio Gramsci, nos escritos carcerários, afirma que o modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade de outros Estados a sua influência, incluindo o artifício da força (Gramsci, 2007, p. 55). Ao mesmo tempo, trata da possibilidade do sujeito social subalterno, cuja preponderância hegemônica concedia aos trabalhadores enquanto classe, de evitar com seus próprios métodos as soluções catastróficas dos setores dominantes, quer sejam suas disputas internas de classe, quer sejam suas disputas internacionais. Entre os elementos para calcular o poder entre os Estados, Gramsci acrescenta o fator imponderável do movimento de massas na transformação do equilíbrio de forças, e sua posição ideológica no mundo, aludindo ao exemplo da França durante a Revolução de 1789 e o período napoleônico (Gramsci, 2007, p. 54). Não esgotar os conflitos na pura geopolítica é uma maneira fina de entender todas as implicações que os anos de provocações políticas e militares entre as potências podem gerar nas forças sociais sujeitadas, que já não aceitam viver como até aqui. As rebeliões dos últimos anos que atravessaram o mundo, com a limitação de ainda não se terem convertido em revoluções – que questionam o conjunto da ordem estabelecida por um determinado poder de classe, e que se propõem a alterá-lo – mostram que o fim de ciclo neoliberal não conterà apenas atritos estatais, mas também imponentes choques entre projetos de sociedade incorporados em seus sujeitos de classe. A greve histórica dos trabalhadores metalúrgicos das três principais automotrizes estadunidenses (Ford, General Motors e Stellantis) e a rebelião dos trabalhadores da maior fábrica de iPhones do mundo, a Foxconn de Zhengzhou – que desafiou a política central de Xi Jinping – são parte dessas tendências. Os trabalhadores chineses e estadunidenses, junto aos povos do mundo, terão ocasião de apresentar sua palavra na mesa da história.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; RESTREPO, Pascual. Automation and New Tasks: How Technology Displaces and Reinstates Labor. **The Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 3-30, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XX. São Paulo: Boitempo, 2008.
- EXAME. Trump proíbe compra de empresa americana por estatal chinesa. **Exame**, 13 set. 2017. Disponível em: <https://exame.com/negocios/trump-proibe-compra-de-empresa-americana-por-estatal-chinesa/>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BACH, Paula. Reflexiones sobre la “guerra comercial”, la economía mundial y sus derivaciones latinoamericanas. **Ideas de Izquierda**, 8 dez. 2019 Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Reflexiones-sobre-la-Guerra-comercial-la-economia-mundial-y-sus-derivaciones-latinoamericanas>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BORJAS, George; FREEMAN, Richard. From Immigrants to Robots: The Changing Locus of Substitutes for Workers. **RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences**, [s. l.], v. 5, n. 5, p. 22-42, 2019.
- CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Porto Alegre: Clube de Literatura Clássica, 2021.
- CHEN, Mengni; KWOK, Chi Leung; SHAN, Haiyue; YIP, Paul. Decomposing and Predicting China’s GDP Growth: Past, Present, and Future. **Population and Development Review**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 143-157, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26622796>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ERNST, Dieter. Advanced Manufacturing and China’s Future for Jobs. Innovation and Economic Growth Series. **East-West Center Working Papers**, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MAHBUBANI, Kishore. **Has China Won?** The Chinese Challenge to American Primacy. New York: Public Affairs, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA. United States of America, dez. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2024.

RUCKUS, Ralf. **The Communist Road to Capitalism**: How Unrest and Containment Have Pushed China's (R)evolution Since 1949. New York: PM Press, 2021.

SAUNDERS, Phillip; BOWIE, Julia. US-China Military Relations: Competition and Cooperation in the Obama and Trump Eras. *In*: BITZINGER, Richard A.; CHAR, James. **Reshaping the Chinese Military**: the PLA's Roles and Missions in the Xi Jinping Era. New York: Routledge, 2019. p. 88-108.

SHENGJUN, Zhu; TU, Lan; CANFEI, He. New Generation, New Path: Industrial Restructuring Led by China's "Notorious" Fuedai Generation. **China Review**, China, v. 17, n. 3. p. 1-30, 2017.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China, U.S. agree to expand common interests, control differences. **Xinhua**, abril de 2016. Disponível em: http://www.scio.gov.cn/news_0/202209/t20220921_413737.html. Acesso em: 20 mar. 2024.

STENSLIE, Stig; GALTUNG, Marte Kjaer. **Xi Jinping's China**: the Personal and the Political. London: Lynne Rienner Publishers, 2023.

SUTTER, Robert. **US-China Relations**: Perilous Past, Uncertain Future. London: Rowman & Littlefield, 2018.

WHITE HOUSE. **Interim National Security Strategic Guidance**. 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAUSAS SUBJACENTES DA ESCALADA DAS TENSÕES SINO-ESTADUNIDENSES

UNDERLYING CAUSES OF ESCALATING SINO-US TENSIONS

Seiji Seron Miyakawa¹

<http://orcid.org/0009-0006-4384-7668>

Mariana Ribeiro Jansen Ferreira²

<http://orcid.org/0000-0002-3209-8511>

RESUMO

O presente artigo visa salientar algumas das causas do acirramento crescente das tensões entre EUA e China nos últimos anos. A restauração do capitalismo na China foi essencial para a superação da crise capitalista internacional da década de 1970, possibilitada pela transferência de boa parte da atividade manufatureira situada, até então, nos países centrais para a Ásia. Até 2008, o crescimento econômico mundial foi motorizado pelas exportações manufatureiras asiáticas – chinesas, sobretudo – para os EUA, e pela sustentação dos *déficits* comerciais estadunidenses por meio da aquisição de títulos do Tesouro deste país pelas economias comercialmente superavitárias. A forte retração do comércio mundial que se seguiu ao estouro da bolha imobiliária estadunidense açodou a transição da China a um novo padrão de acumulação, cujo dinamismo provenha mais do consumo das famílias e da inovação autóctone do que das exportações e dos investimentos, além de ocasionar uma drástica expansão das exportações de capital chinesas. Este aumento da internacionalização do capital, e também das capacidades tecnológicas da China, contrasta com a baixa produtividade da economia chinesa e com outras vulnerabilidades que o país ainda sofre nos âmbitos financeiro, militar e até cultural e ideológico. Assim, a China ainda não é capaz de contestar a hegemonia estadunidense, embora já se equipare aos EUA e a outras potências mundiais em vários aspectos parciais.

Palavras-chave: República Popular da China; Estados Unidos da América; guerra comercial; imperialismo.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Email: seijism@outlook.com

² Economista. Doutora em Saúde Pública – Universidade de São Paulo (USP) (c/ período sanduiche em *Université Paris-Ouest Nanterre la Défense*). Professora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: mrferreira@pucsp.br

ABSTRACT

The present article intends to highlight some of the underlying causes of the growing tensions between the US and China over recent years. The restoration of capitalism in China was essential for the overcoming of the international capitalist crisis of the 1970s, an overcoming which was made possible by the transfer of most of the manufacturing activities previously located in core countries to Asia. Until 2008, the world economic growth was driven by Asian manufacturing exports, mostly from China, to the US, and by the sustainment of US trade deficits enabled by the demand for US Treasury bonds stemming from trade surpluses accumulated elsewhere. The severe contraction of global trade that followed the burst of the US housing bubble sped up China's transition to a new pattern of accumulation, under which household consumption and indigenous innovation are to play a greater dynamic role than exports and investment, and a drastically expansion of China's capital exports also followed. The upsurge in the internationalization of Chinese capital, and in China's technological capabilities, contrasts with the low productivity of the Chinese economy and other vulnerabilities China still possesses in the financial, military and even cultural and ideological realm. China thus cannot yet challenge US hegemony, even though, in a number of partial aspects, China has already matched the US and other world powers.

Keywords: People's Republic of China; United States of America; trade war; imperialism.

A eclosão da guerra russo-ucraniana, em fevereiro de 2022, alçou a um novo patamar as tensões geopolíticas mundiais, que já recrudesciam nos anos precedentes. Como se sabe, a invasão russa da Ucrânia foi precedida pelo anúncio de uma “parceria sem limites” entre Rússia e China, que assinaram uma declaração conjunta interpretada por alguns, como Fiori (2022), como uma proposta de refundação da ordem mundial. Por volta do sexto mês da conflagração, uma visita intempestiva da então líder da câmara baixa estadunidense, Nancy Pelosi, a Taiwan, motivou exercícios militares provocativos da China próximos à ilha, acirrando ainda mais as tensões internacionais. Dois meses mais tarde, os Estados Unidos da América (EUA) proibiram a exportação de toda a sorte de insumos da cadeia de produção de chips e semicondutores para a China, proibição essa que afeta não só empresas estadunidenses, mas quaisquer empresas cujos produtos contenham tecnologia estadunidense (Manning, 2022). As repercussões da derrubada de um suposto balão espião chinês em espaço aéreo estadunidense, logo no começo de 2023, marcaram a relação entre os dois países durante quase todo o ano.

O presente artigo visa salientar algumas das causas subjacentes desse acirramento das tensões sino-estadunidenses. A esta introdução, seguem-se três seções, além das considerações finais. A primeira versa sobre a importância do reestabelecimento de relações diplomáticas entre Washington e Pequim e da subsequente restauração do

capitalismo na China para a superação da crise capitalista internacional da década de 1970. A segunda concerne às transformações do padrão de acumulação chinês no curso do século atual e, sobretudo, a partir de 2008, ano em que outra crise internacional foi deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária estadunidense. Na terceira, a China e os EUA são comparados segundo um conjunto de indicadores e critérios econômicos, tecnológicos, geopolíticos-militares, no intuito de determinar que posição internacional a China ocupa, qual é a natureza da economia e do Estado chinês e das disputas entre este país e os EUA e em que medida a China já seria capaz de questionar a hegemonia global estadunidense.

A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Em 1972, a China é visitada pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon. Tal visita resulta no reestabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países e no reconhecimento da República Popular, isto é, do regime de Pequim, como legítimo representante da nação chinesa na Organização das Nações Unidas (ONU), ao invés de Taiwan. O acordo entre Nixon e Mao Tsé-tung foi fundamental para o processo de restauração capitalista da China, muito embora este processo só se inicie em 1978, dois anos após a morte de Mao, quando a Terceira Sessão Plenária do XI Congresso do Partido Comunista da China (PCCh) aprova a política das Quatro Modernizações: agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia. Nas fileiras do Partido, uma ala pragmática que preconizava a aceleração do crescimento econômico do país por meio da aquisição de tecnologia estrangeira tornou-se, assim, cada vez mais preponderante. Uma das várias medidas deste primeiro estágio de reformas pró-capitalistas da China³ foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), visando a atração de investimento estrangeiro direto (IED) na indústria manufatureira, a promoção das exportações de manufaturados e a consequente obtenção de tecnologia e de divisas (Costa, 2014; Mercatante, 2021b; Salvador Chamorro, 2008).

Grosso modo, as Zonas Econômicas Especiais se destacariam por atuarem como totalmente de acordo com as exigências do mercado, sob uma lógica tipicamente capitalista, diferenciando-se dessa forma da economia embasada no planejamento central, até então dominante. A atração de investidores estrangeiros foi obtida como o produto de uma equação rara, que combinava mão de obra abundante, extremamente barata e habituada a jornadas ilimitadas de trabalho, além de vantajosas políticas de impostos (Costa, 2014, p. 88).

Posteriormente, as ZEEs e outras formas análogas de abertura regional da China ao capital estrangeiro foram estendidas a quase todo o país, a despeito de as primeiras ZEEs não terem proporcionado transferências de tecnologia relevantes e de o conjunto das reformas pró-capitalistas terem provocado *déficits* externos, em razão do aumento das

³ Ana I. Salvador Chamorro (2008) descreve mais detalhadamente os sucessivos estágios do processo de reformas pró-capitalistas da China, e o conjunto das medidas adotadas em cada estágio.

importações. O impacto da construção da infraestrutura necessária ao funcionamento das ZEEs sobre as contas públicas também foi elevado (Costa, 2014; Mercatante, 2021b). “As tentações criadas pela exposição ao Ocidente e pelo controle político relaxado nas Zonas Econômicas Especiais provocaram ondas de atividade criminosa: contrabando, comércio ilegal, corrupção, suborno, e roubo de bens do Estado” (Martí apud Costa, 2014, p. 89). As consequências deletérias das reformas geraram revolta, não só entre trabalhadores e camponeses, mas também entre estudantes e intelectuais, revolta esta que culminou no infame Massacre de Tiananmen, ou Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989, mesmo ano da desintegração do bloco soviético (Costa, 2014; Mercatante, 2021b).

A leitura de cunho tipicamente liberal de que tal episódio de importância significativa para a história contemporânea teve um sentido marcado pelo anseio de amplos setores da população de adentrarem no capitalismo, encontra correspondência plena nas declarações de Deng Xiaoping sobre a natureza do movimento. Mas é absolutamente questionável frente a uma análise mais detida. Em primeiro lugar porque os próprios restauradores, tendo Deng Xiaoping à frente, tiveram que impor uma repressão ao movimento para poderem avançar nesse sentido. Em segundo, porque as reivindicações do movimento atestam que o seu objetivo era a conquista de direitos, e não apenas os democráticos, como também de controle sobre a casta governante, que diante dos olhos de todos enriquecia sem que houvesse nenhum tipo de controle (Costa, 2014, p. 94-95).

Dentre essas reivindicações, uma das principais era a publicização da renda familiar dos membros de tal casta. A verdadeira índole do movimento de Tiananmen, contra o aumento da desigualdade, a carestia de vida, a piora das condições de trabalho, a corrupção e os privilégios, ainda é corroborada, segundo Simone Costa, pela semelhança deste movimento com outros que o precederam, como o Democracia. Este movimento havia sido suscitado pela fracassada intervenção militar chinesa de 1979, ao lado do Camboja, em uma quimérica conflagração entre este país e o Vietnã, apoiado, este último, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Tal ação foi alvo de diversas discussões entre analistas marxistas e de outras orientações teóricas, já que pela primeira vez na história um Estado operário, mesmo que profundamente deformado pela casta burocrática governante, se lançava militarmente contra outro. A importância desse fato transcende as implicações do conflito militar tomado em si mesmo, e assume a característica de ter sido uma verdadeira transformação qualitativa no abandono da estratégia da revolução internacional, e na primazia da política tipicamente marcada pelos interesses nacionais tão alheia a toda a orientação historicamente presente na tradição política contida no marxismo clássico (Costa, 2014, p. 86).⁴

⁴ Leon Trótski (2023) havia caracterizado a URSS como um Estado operário burocratizado, em que a revolução proletária havia triunfado, a burguesia havia sido expropriada, os principais meios de produção, nacionalizados, e a economia, planejada, mas o processo de transição ao socialismo interrompeu-se em razão da conformação de um estrato social privilegiado e parasitário, que se desprende do proletariado e adquiriu interesses próprios, distintos dos desta classe, por causa do isolamento da revolução em um país economicamente atrasado e devastado pela Primeira Guerra Mundial e pela guerra civil (contra-)revolucionária. Para Trótski, a transição da URSS ao socialismo só poderia se completar se, em paralelo à expansão internacional da revolução socialista, os trabalhadores soviéticos reconquistassem, por meio de uma “revolução política”, o poder de Estado que esse estrato burocrático havia tomado dos trabalhadores. Caso contrário, a burocracia destruiria as conquistas revolucionárias e, enfim, restauraria o capitalismo. Como assinala Simone Costa (2014), essa caracterização de Trótski foi estendida aos Estados operários que se instauraram já de forma burocratizada, como o chinês e o vietnamita, depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, as interpretações de Costa e de Esteban Mercatante (2021d) acerca da restauração capitalista da China partilham desse marco teórico.

Embora os protestos de Tiananmen tenham fortalecido temporariamente as alas do PCCh mais temerosas dos possíveis efeitos disruptivos de um aprofundamento das reformas pró-capitalistas, as forças sociais que resistiam à restauração do capitalismo na China foram derrotadas. A mudança qualitativa do caráter de classe do Estado chinês se consumou três anos mais tarde, no XIV Congresso do PCCh, no qual a designação da China como uma “economia mercantil-socialista planejada” foi substituída pela de “economia socialista de mercado” (Costa, 2014; Mercatante, 2021b; Saich, 1992). A supressão do caráter planejado da economia chinesa da nova designação visava, assim,

[...] mascarar da melhor maneira possível o fato de Deng haver virtualmente rejeitado o marxismo ao concluir que uma saudável política socialista era qualquer política econômica que melhorasse a qualidade de vida do povo. Em vista dessa percepção, o capitalismo, uma vez que melhorava o padrão de vida, não era mais capitalismo, mas socialismo embora com características chinesas (Marti *apud* Costa, 2014, p. 103).

A natureza capitalista imbuída à China após a derrota de Tiananmen transparece na constatação de que “[...] a chegada do capital estrangeiro à economia [chinesa] superou todas as expectativas: de 1990 a 2003 ingressaram mais de 480 bilhões de dólares, o que constitui 97% do IED desde 1979” (Chingo *apud* Costa, 2014, p. 105). A partir de 1995, é implementada a política de “segurar o grande, soltar o pequeno”, ou seja, o setor estatal da economia chinesa é reestruturado segundo critérios capitalistas de desempenho (Mercatante, 2021b; Nogueira, 2018; Salvador Chamorro, 2008), reestruturação esta da qual participaram, inclusive, bancos de investimento estadunidenses, como Goldman Sachs e Morgan Stanley, que “[...] fizeram do setor corporativo de propriedade estatal chinês o que este é hoje” (Walter e Howie *apud* Mercatante, 2021b, p. 162-3 – tradução nossa⁵). Algumas estatais são transformadas em “campeãs nacionais” por meios como facilitação de crédito, restrição à concorrência, enquanto outras são privatizadas, engendrando uma nova classe capitalista doméstica, umbilicalmente atrelada à burocracia do Partido-Estado chinês (Mercatante, 2021b; Nogueira, 2018; Salvador Chamorro, 2008).

Para os novos capitalistas que se tornaram proprietários dos ex-ativos estatais, as privatizações [...] foram feitas de maneira absolutamente favoráveis [sic], num processo que muitas vezes se pareceu mais com a transferência de ativos do que propriamente com a venda. Os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais. Geralmente, eles próprios precificavam o valor dos ativos, o que implicava em preços irrisórios ou muito baixos, perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio – um processo que, na literatura, foi resumido como uma “privatização para os de dentro”. Há inclusive inúmeros registros de ex-gerentes ou lideranças que não desembolsaram nada, tendo levado a compra adiante por meio de empréstimos a serem pagos com a lucratividade futura da própria empresa privatizada (Nogueira, 2018, p. 8).

De 1995 a 2003, a quantidade de empresas estatais e de propriedade coletiva diminuiu de 118 mil para 54 mil. As proporções do setor estatal e coletivo da economia chinesa

⁵ “Goldman Sachs y Morgan Stanley hicieron del sector corporativo de propiedad estatal chino lo que este es hoy”.

se reduziram de cerca de 90% da produção industrial, em 1990, para 27%, em 2011, e de 73% do investimento em ativos fixos, em 1994, para 28%, em 2015. Por sua vez, as empresas do setor privado doméstico cresceram de 5% para 30% da produção industrial e de 11% para 30% do investimento em ativos fixos nos anos respectivos.⁶ Como resultado dessas privatizações, aproximadamente 50 milhões de trabalhadores foram demitidos entre 1993 e 2003. Em 2003, as estatais haviam se tornado responsáveis por apenas 4% do emprego total da China, e o setor público do país como um todo, por 7%. Ademais, a reestruturação do setor estatal chinês acarretou a “quebra” da “tigela de arroz de ferro”, isto é, a dissolução do antigo sistema de proteção social maoísta, sob o qual o Estado garantia emprego a todos os trabalhadores e organizava a provisão de serviços e direitos, como educação, saúde, moradia, aposentadoria, creches, a partir dos locais de trabalho (Braga; Nogueira; 2020; Maciel; Moura, 2014; Mercatante, 2021; Nogueira, 2018).

Enquanto a classe trabalhadora chinesa socialista minguava, aparecia [...] um exército de cem a duzentos milhões de emigrantes camponeses muito mais parecidos a uma “classe trabalhadora” no sentido de Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica chinesa dos anos 1990, essa classe não conheceu aumentos de salários, nem horários de trabalho, e sofreu uma grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de trabalho. Essa classe trabalhadora rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro à China, ocupou os postos nas fábricas de manufaturas para a exportação, e os andaimes da grande urbanização e obras de infraestruturas (Poch-de-Feliu *apud* Costa, 2014, p. 110).

Essa dualização da classe trabalhadora chinesa foi consubstanciada pela Lei do Trabalho de 1994, que priva de direitos os migrantes informais, cujo registro domiciliar, ou *hukou*, é de uma localidade distinta daquela onde estes trabalhadores estão empregados (Braga; Nogueira; 2020; Costa, 2014; Maciel; Moura; 2014; Mercatante; 2021; Nogueira; 2018). O baixo custo do trabalho migrante chinês foi crucial para a ocorrência do fenômeno que o ex-economista-chefe do Morgan Stanley Stephen Roach denominou “arbitragem global do trabalho”: um nivelamento por baixo dos níveis salariais globais efetuado por meio da realocação de atividades manufatureiras das empresas multinacionais. A restauração do capitalismo, tanto na China quanto na URSS e nos países do Leste Europeu, e a expansão das relações capitalistas de produção em países como a Índia, dobraram a oferta global de força de trabalho, sujeitando 1,5 bilhão de novos trabalhadores à exploração capitalista (Costa, 2014; Chingo, 2007-2008.; Mercatante, 2021d).⁷

⁶ Sobre a presença de capitalistas no PCCh e no governo chinês e a suposta constrição do setor privado da economia do país sob a presidência de Xi Jinping, cf. André Barbieri (2023).

⁷ Se se pondera o número de trabalhadores de cada país pela respectiva porcentagem das exportações no produto interno bruto (PIB), “[...] a oferta global de força de trabalho real se quadruplicou entre 1980 e 2005, e a maior parte deste aumento aconteceu logo depois de 1990. O leste asiático contribuiu com a metade deste incremento, [...] enquanto a Ásia do Sul e os países do ex-bloco do Leste dão conta de aumentos menores” (“la oferta global de fuerza de trabajo real se cuadruplicó entre 1980 y 2005, y la mayor parte de este aumento tuvo lugar luego de 1990. El este asiático contribuyó con la mitad de este incremento, [...] mientras que Asia del Sur y los países del ex bloque del Este dan cuenta de aumentos menores.”) (Jaumotte e Tytell *apud* Chingo, 2007-2008, p. 34, tradução nossa).

Portanto, o processo de restauração capitalista da China foi fundamental para a superação da crise capitalista internacional da década de 1970 – embora Ho-fung Hung (2018) esclareça que a orientação exportadora da economia chinesa só irá se consolidar nos anos 1990. Crises dessas proporções são sempre fenômenos multifacetados, e as facetas da crise dos anos 1970 incluem: o choque do petróleo; a ruptura do padrão monetário internacional de Bretton-Woods; o acirramento da concorrência manufatureira entre os EUA, a Europa e o Japão, terminada a reconstrução destes dois últimos, após a Segunda Guerra Mundial, e o conseqüente acúmulo de capacidade ociosa na indústria; além de um debilitamento da hegemonia estadunidense e um recrudescimento da luta de classes mundialmente. Porém, uma dimensão essencial da crise foi a queda das taxas de lucro, em especial, no setor manufatureiro dos países centrais, como assinalam Costa (2014), Hung (2018, 2022), Francisco Luiz Corsi, Agnaldo dos Santos e José Marangoni Camargo (2019), Juan Chingo (2007-2008) e Ruy Mauro Marini (1996). Segundo estes mesmos trabalhos, a reestruturação global do capital que se seguiu à crise foi ensejada pela ofensiva neoliberal, envolvendo desmonte dos Estados de bem-estar social, enfraquecimento dos sindicatos, precarização do trabalho, privatizações, liberalização comercial e financeira. A recuperação parcial das taxas de lucro foi lograda por meio do deslocamento de boa parte da atividade manufatureira global para a Ásia, atividade esta que foi reorganizada sob a forma de cadeias globais de valor, de maneira a possibilitar a arbitragem global do trabalho, como também ressalta Esteban Mercatante (2021d).

Em outras palavras, as causas contra-arrestantes da lei da queda tendencial da taxa de lucro, sublinhadas por Karl Marx (2017), no livro III de *O capital*, estão no cerne da ofensiva neoliberal, causas estas que incluem o comércio exterior, no sentido mais amplo do termo.⁸ As primeiras economias asiáticas para as quais atividades manufatureiras dos países centrais foram terceirizadas, ainda na década de 1970, foram Coréia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan, localidades nas quais a emigração rural também era uma fonte de mão de obra barata, ainda que bastante exígua em comparação com a China continental. A vantagem competitiva que os baixos salários propiciavam a essas economias foi pouco a pouco comprometida pelo próprio crescimento ocasionado por essa relocação de atividades manufatureiras situadas, até então, nos países centrais. Em 1994, uma desvalorização cambial chinesa de 50% permitiu à China beneficiar-se da perda de competitividade dos concorrentes asiáticos deste país no mercado mundial e, enfim, tornar-se a “fábrica do mundo” (Hung, 2018).

A despeito da transformação da Ásia em um polo da acumulação capitalista global, as políticas de industrialização orientadas às exportações prescritas aos países “em desenvolvimento” no transcurso da reestruturação global do capital provocaram uma “corrida ao abismo” entre tais países – uma competição perversa pelos menores custos salariais, fiscais, ambientais, pela legislação mais permissiva, em suma, pelas melhores condições

⁸ Além de ocasionar o fenômeno da arbitragem global do trabalho, a relocação da produção manufatureira global barateou tanto meios de produção quanto de subsistência, reduzindo o valor dos elementos materiais do capital constante e do capital variável, respectivamente (Chingo, 2007-2008).

de atração de investimentos de empresas multinacionais, que, em sua esmagadora maioria, são sediadas nos países centrais. Tais empresas controlam “de cima” as cadeias globais de valor, situando cada etapa do processo produtivo onde quer que esta seja mais rentável e ditando, assim, aos países periféricos o que e como produzir, malogrando a formação de um sistema industrial nacionalmente integrado em tais países. Ademais, a combinação entre alta produtividade e baixos salários de que os capitais do centro gozam ao deslocar atividades manufatureiras para países periféricos pode baratear as exportações manufatureiras destes países de tal modo que a queda do valor unitário destas exportações não seja compensada pelo aumento da quantidade exportada, deteriorando os termos de troca entre esses países periféricos manufatureiro-exportadores e os países centrais (Chingo, 2007-2008; Corsi; Santos; Camargo, 2019; Marini, 1996; Mercatante, 2021d).

Embora os quatro “tigres” tenham sido usados de exemplo para essas prescrições, o sucesso do modelo de desenvolvimento manufatureiro-exportador da Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan explica-se, em grande medida, pelo papel de bastiões contra o “comunismo” desempenhado por estas localidades na geopolítica da Guerra Fria, papel este que implicou, por exemplo, uma tolerância maior dos EUA às políticas desenvolvimentistas e protecionistas dos tigres e um favorecimento das exportações dos tigres no mercado estadunidense (Mercatante, 2021c).

CHINA EM TRANSFORMAÇÃO⁹

De 1990 a 2018, a participação da China nas exportações mundiais de manufaturas saltou de pouco mais de 1% para 14% do total, sobrepujando as da Alemanha, dos EUA, do Japão e da França, países que foram responsáveis, respectivamente, por cerca de 9%, 9%, 5% e 4% das exportações manufatureiras totais de 2018. “A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, foi um ponto de inflexão em matéria de atração de investimento estrangeiro e crescimento das exportações” (Mercatante, 2021b, p. 163 – tradução nossa¹⁰).

A inserção chinesa nas cadeias globais de valor, nas décadas de 1980 e 1990, havia começado por ramos e atividades trabalho-intensivas, como têxtil, vestuário e calçados e montagem de produtos eletrônicos. Mas, ao mesmo tempo em que a participação chinesa no mercado mundial se expandiu, o grau de complexidade e sofisticação tecnológicas da pauta exportadora chinesa também se elevou. Por conseguinte, a economia da China aumentou 50 vezes de tamanho entre 1979 e 2019, perfazendo um ritmo de crescimento anual médio de quase 10% e sobrepujando, em 2014, a dos EUA – caso se mensure o produto interno bruto (PIB) dos dois países em paridade de poder de compra (Cintra; Pinto, 2017; Hiratuka, 2018; Mercatante, 2021; Pautasso *et al.*, 2021).

⁹ O título desta seção foi tomado de empréstimo de Marcos Antonio Macedo Cintra e Eduardo Costa Pinto (2017).

¹⁰ “La entrada de China en la Organización Mundial del Comercio (OMC), en 2001, fue un punto de inflexión en materia de atracción de inversión extranjera y crecimiento de las exportaciones”.

Para Celio Hiratuka (2018), o que possibilitou um crescimento tão acelerado da economia chinesa não foram tanto as exportações, mas o investimento doméstico em infraestrutura suscitado pelo processo de urbanização do país. Tal investimento dinamizou tanto a indústria chinesa de bens de produção, diretamente, quanto a de bens de consumo duráveis, por meio de mudanças do padrão de consumo ocasionadas, de maneira virtuosa, pela própria elevação da renda. Segundo Hiratuka, este efeito dinâmico do investimento em infraestrutura foi potencializado pelo planejamento estatal, enquanto o setor externo foi mais uma fonte de divisas e de tecnologia do que de demanda. Em contrapartida, Hung (2018, 2022) esclarece que essa forte ampliação do investimento doméstico chinês só pôde ocorrer por causa da expansão creditícia viabilizada pelo acúmulo de divisas de exportação da China.

A reestruturação global do capital engendrou uma relação “simbiótica” entre o crescimento econômico da China e dos demais polos asiáticos da acumulação capitalista global e os *déficits* comerciais dos EUA, sustentados por economias superavitárias que aplicam estes *superávits* em títulos do Tesouro estadunidense. Este arranjo, conhecido como “Chinamérica” ou “Chimérica”, motorizou o crescimento econômico mundial até 2008, quando “estoura” a bolha imobiliária estadunidense.¹¹ A subsequente crise mundial provocou uma forte retração do comércio internacional e, conseqüentemente, açodou os esforços da China para transitar a um novo padrão de acumulação, que reduza o papel das exportações e do investimento em favor do consumo e da inovação autóctone. Estes esforços, redobrados desde a crise, para corrigir desequilíbrios estruturais pré-existentes da economia chinesa objetivavam, ademais, reduzir as desigualdades sociais e regionais e os impactos ambientais da intensa atividade econômica da China, além de ampliar a cobertura dos sistemas de saúde e previdência chineses, instituindo um mínimo de “Estado de bem-estar social” no país. Medidas de elevação dos níveis salariais e redução da desigualdade já estavam sendo adotadas desde o começo da década de 2000, sob a política da “sociedade harmoniosa”, motivada por uma crescente proliferação de greves e conflitos sociais em geral. O aumento dos salários chineses foi, ao mesmo tempo, suficiente para deslocar indústrias do país para outros, como Tanzânia e Vietnã, onde os salários são ainda menores, e insuficiente para reorientar a produção chinesa para o mercado interno (Barbieri, 2023; Braga; Nogueira, 2020; Corsi; Santos; Camargo, 2019; Cintra; Pinto, 2017; Conti; Mozias, 2020; Hiratuka, 2018; Hung, 2018, 2022; Mercatante, 2021; Nogueira, 2018).

Embora políticas anticíclicas tenham mitigado parcialmente os efeitos negativos da crise de 2008 sobre o crescimento econômico da China, tais políticas exacerbaram a crise de sobre-acumulação de capital do país, gerando capacidade produtiva ociosa na indústria, elevando os níveis de endividamento e deprimindo as taxas de lucro. Conseqüentemente, os esforços de “rebalanceamento” da economia chinesa acarretaram uma drástica expansão das exportações de capital chinês, tanto na forma de IED quanto de empréstimos, por razões similares às que haviam ocasionado o deslocamento da indústria dos países centrais para a Ásia, quando houve a crise dos anos 1970. Boa parte dessa exportação de capital

¹¹ Corsi, Santos e Camargo (2019), Hung (2022), Mercatante (2021d).

tem sido feita sob a égide da Nova Rota da Seda, também conhecida como Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI), ou Um Cinturão, Uma Rota (*One Belt, One Road*, OBOR): um programa de investimentos em infraestrutura de transporte, energética e de telecomunicações que, originalmente, objetivava melhorar a integração econômica e a conectividade entre Ásia, Europa e África, de maneira a fomentar o comércio internacional (Cintra; Pinto, 2017; Corsi; Santos; Camargo, 2019; Hiratuka, 2018; Hung, 2018, 2022; Mercatante, 2021).¹²

Em 2015, a China se tornou a segunda maior fonte mundial de IED, atrás somente dos EUA. Naquele ano, o fluxo de IED originado da China foi de US\$ 145,7 bilhões, ou 10% do total mundial. Já o estoque de investimentos diretos da China no exterior ultrapassou os US\$ 1 trilhão, tornando-se o 8º maior do mundo e totalizando mais de 4% do estoque mundial de IED (Hiratuka, 2018). Quatro anos mais tarde, esta participação havia aumentado para 6%, tornando a China a detentora do terceiro maior estoque de investimentos diretos em outros países. A proporção entre o estoque do primeiro colocado, os EUA, e o estoque mundial total de IED diminuiu de 36%, em 2000, para 22%, em 2019. Esta participação estadunidense no estoque mundial de investimentos diretos no exterior ainda é, contudo, três vezes maior que a do segundo colocado: os Países Baixos. Mas, nesse mesmo período de 18 anos, o estoque de IED da China em outros países aumentou 71 vezes. Este mesmo estoque era inferior a 1% do total quando o século XX se encerrou (Mercatante, 2021d).¹³

As empresas estatais chinesas são responsáveis pela maior parte do investimento direto que a China destina a outros países, sendo que a participação de estatais neste investimento tenha se reduzido de 90% do total, em 2010, para 60%, em 2020. Todavia, a distinção entre empresas chinesas estatais e privadas deve ser relativizada, pois as estatais são proprietárias de cerca de 1/4 das empresas privadas, mas muitas estatais são empresas de capital aberto, e boa parte do capital das estatais é, portanto, privado. Aproximadamente 2/3 de todos os ativos do setor industrial chinês são de propriedade estatal. Em 1995, as estatais chinesas respondiam por cerca de 2/3 das exportações do país, e as empresas de capital total ou parcialmente estrangeiro, por quase todo o terço restante. Em meados da década de 2010, a parcela estatal das exportações chinesas já tinha caído para cerca de 10%, e os outros 90% dividiam-se de maneira aproximadamente igual entre empresas privadas de capital nacional e estrangeiro. Em outras palavras, a parcela do capital nacional privado nas exportações totais da China saltou de praticamente zero para 45% em cerca de 20 anos. Entretanto, os produtos exportados pelas empresas privadas chinesas ainda são, em geral, bens de consumo de baixa complexidade e baixo valor agregado, enquanto os itens mais sofisticados da pauta exportadora chinesa continuam sendo produzidos por empresas estrangeiras (Mercatante, 2021a, 2021b).

¹² Acerca da BRI, cf. Peter Cai (2017), Maria Adele Carrai (2018), Bruno Martarello de Conti e Petr Mozias (2020), Seiji Seron Miyakawa ([2023]). Sobre as reações estadunidenses à Iniciativa chinesa, cf. especificamente Minghao Zhao (2021).

¹³ Segundo os dados mais recentes da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development*, UNCTAD), a China e o Japão têm se alternado como segunda e terceira maiores fontes de fluxos de IED ao longo dos últimos anos (UNCTAD, 2023).

Empresas coreanas como Samsung ou LG fazem sua própria montagem na China e se situam entre os 10 principais exportadores do país. Mas empresas multinacionais como a Apple operam na China por meio da terceirização. Em 2015, das 10 principais empresas exportadoras, só duas eram de origem chinesa. O principal exportador do país nesse ano foi a Hon Hai Precision Industry (Foxconn), empresa de origem taiwanesa que realiza metade do seu faturamento montando telefones para a Apple. Outras cinco empresas desta origem estiveram também entre os 10 maiores exportadores da China em 2015 e, junto com a Foxconn, somaram 71% do total exportado por este top 10, e 11% das vendas totais do país. As únicas duas empresas chinesas eram a Huawei e a petroleira Sinopec (Mercatante, 2021b, p. 167 – tradução nossa¹⁴).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que, em 2018, 82% das dívidas corporativas não financeiras da China eram de empresas estatais do país. O fato de estas empresas conseguirem se financiar e se expandir a despeito de a razão lucro-ativos das estatais chinesas ser substancialmente menor que o das empresas chinesas privadas evidencia o quanto o Estado chinês é capaz de impedir o funcionamento “normal” da lei do valor na economia do país (Hung, 2022; Mercatante, 2021b). Tal estado possui uma capacidade ímpar de intervir no processo de acumulação capitalista da China, capacidade esta que dimana do que Mercatante (2021d) denomina “dialética revolução-restauração”, isto é, a forma particular como o capitalismo foi restaurado na China, preservando o regime burocrático do PCCh, ao contrário do que aconteceu na URSS e nos demais países do bloco soviético.

A manutenção da propriedade estatal de empresas estratégicas durante o processo de privatizações e reestruturação do setor estatal da economia chinesa, nos anos 1990, encontra-se, portanto, na raiz dessa capacidade ímpar de intervenção econômica do Estado chinês, assim como o rigoroso controle estatal do câmbio, da conta de capitais e do sistema financeiro. É especialmente relevante, no caso deste último, o papel dos cinco grandes bancos estatais: Banco da China, Banco Industrial e Comercial da China, Banco de Construção da China, Banco Agrícola da China e Banco das Comunicações (Cintra; Pinto, 2017; Mercatante, 2021; Nogueira, 2018; Nogueira, Guimarães; Braga, 2019). Em contrapartida, um indicador do quanto a economia chinesa continua, sim, sendo regida pela lei do valor é o patamar de endividamento total, público e privado, desta economia, que quadruplicou, de 2008 a 2020, tornando-se mais de três vezes maior que o PIB chinês (Hung, 2022; Mercatante, 2021b)¹⁵. Ademais, a interdição parcial da lei do valor pelo Estado chinês não impediu a China de se tornar, em 2019,

¹⁴ “Firmas coreanas como Samsung o LG hacen su propio ensamblado en China y se ubican entre los 10 principales exportadores del país. Pero firmas multinacionales como Apple operan en China a través de la subcontratación. En 2015, de las 10 principales firmas exportadoras, solo 2 eran de origen chino. El principal exportador del país fue en ese año *Hon Hai Precision Industry* (Foxconn), empresa de origen taiwanés que realiza la mitad de su facturación ensamblando teléfonos para Apple. Otras cinco empresas de ese origen estuvieron también entre los 10 principales exportadores de China en 2015, y junto con Foxconn sumaron el 71% del total exportado por ese top 10, y el 11% de las ventas totales del país. Las únicas dos firmas chinas entre las 10 más grandes exportadoras eran Huawei y la petrolera Sinopec”.

¹⁵ A crise do setor imobiliário chinês, que se desenrola desde 2020, é essencialmente uma reafirmação da regência da economia chinesa pela lei do valor, ou seja, dos limites absolutos do poder de manejo econômico do Estado chinês. Sobre os aspectos empírico-factuais de tal crise, cf. Taru Ahluwalia (2023).

[...] o país com a maior população dentro dos 10% mais ricos do mundo (ainda que os EUA continuem liderando no 1% mais rico). Ou seja, há um estrato nada desprezível que se encontra nos níveis mais altos da riqueza global, por mais que possa ser “raqúitico” seu peso social na população da China. Em quantidade de bilionários, está no topo da lista, com 799 ultra-ricos que somam uma riqueza de 1,12 trilhões (quase 10% do tamanho de sua economia). Tem mais bilionários que os dois países que a seguem somados: EUA (626) e Índia (137) (Mercatante, 2021, p. 172, tradução nossa¹⁶).

Todavia, o controle estatal da conta de capitais e do sistema financeiro proporcionou à China uma “relativa autonomia em relação à financeirização sob hegemonia do dólar” (Nogueira, 2018, p. 16). Por mais que tenha havido uma “financeirização com características chinesas”, esta difere da do resto do mundo na medida em que “não deslocou as empresas produtivas das suas atividades originais, transferindo uma fatia do seu faturamento diretamente ao mercado financeiro, sem passar pela produção”, nem “veio compensar a queda nos salários por meio do endividamento das famílias, para assim assegurar o consumo mesmo sem massa salarial” (Nogueira, 2018, p. 16-17). Por causa do controle de capitais, boa parte dos fluxos financeiros destinados à China assumem a forma de participação acionária nas estatais do país, seja diretamente, seja por meio de *holdings*, fundos ou seguradoras, tornando-se uma importante fonte de capitalização de tais empresas. No entanto, a “financeirização com características chinesas” tem gerado pressões de “capitalistas vermelhos” por uma liberalização maior, e as disputas entre frações burguesas que se beneficiariam de graus maiores ou menores de liberalização escalaram ao ponto de envolver o próprio aparelho repressivo do Estado em tais disputas (Nogueira, 2018; Nogueira; Guimarães; Braga, 2019). Para Isabela Nogueira (2019), esse envolvimento é evidente na campanha anticorrupção lançada por Xi Jinping em 2012, que acarretou, ao longo dos anos subsequentes, a prisão de capitalistas e até de membros do alto escalão civil e militar da burocracia chinesa, em especial, opositores políticos de Xi.

AS DISPUTAS EUA-CHINA

Sob a presidência estadunidense de Donald Trump (2017-2021), o recrudescimento das tensões geopolíticas sino-estadunidenses foi marcado pela guerra comercial entre os dois países.¹⁷ Como notam Diego Pautasso *et al.* (2021), três rodadas de escalada tarifária e

¹⁶ “[...] el país con más población dentro del 10% más rica [sic] del mundo (aunque en el 1% más rico sigue liderando EE. UU.). Es decir, hay un estrato nada desdeñable que se ubica en los mayores niveles de la riqueza global, aunque este pueda resultar ‘raqúitico’ su peso social en la población de China [sic]. En cantidad de millonarios está al tope de la lista, con 799 ultra-ricos que suman una riqueza de 1,12 billones (casi 10% del tamaño de su economía). Tiene más millonarios que los dos países que la siguen sumados: EE. UU. (626) e India (137)”.

¹⁷ “A rivalidade entre os dois países se tornou aparente pela primeira vez no começo dos anos 2020. Em 2012, Washington lançou a política de ‘Pivô para a Ásia’, que aumentou a presença naval estadunidense no Mar do Sul da China a fim de manter o que os EUA e seus aliados consideram um mar aberto. Isto foi em resposta às reivindicações chinesas de soberania sobre a área e a concentração militar cada vez mais agressiva da China lá. A administração Obama também acelerou a negociação da Parceria Trans-Pacífica [TPP, na sigla em inglês]. Este acordo de livre comércio excluía a China, com a intenção de pressioná-la a mudar seu sistema econômico, atualmente dominado por empresas de propriedade estatal, abrir seus mercados como prometido e evitar o seu tratamento supostamente

retaliações mútuas incidiram sobre um total de US\$ 250 milhões em exportações chinesas para os EUA e US\$ 110 milhões em exportações estadunidenses para a China a partir de julho de 2018. Em janeiro de 2020, os dois países acordaram o sobrestamento de tarifas adicionais e o esforço de aumentar as importações chinesas de produtos estadunidenses em US\$ 200 bilhões, enquanto a Covid-19 se propagava pelo mundo, adquirindo, subsequentemente, as proporções de uma pandemia. Ainda segundo Pautasso *et al.* (2021), a guerra comercial sino-estadunidense possui três dimensões, apenas a mais superficial das quais concerne de fato aos déficits comerciais estadunidenses. Uma segunda dimensão, intermediária, do tensionamento das relações entre os dois países diz respeito ao domínio de tecnologias, como o 5G, que não só são cruciais para a chamada “Indústria 4.0”, como também são majoritariamente de uso dual, isto é, aplicáveis a fins tanto civis quanto militares. Além disso, o que está em jogo em uma terceira dimensão, mais profunda, do conflito é a própria liderança global.

O caráter superficial, de mero pretexto, da dimensão estritamente comercial do conflito em relação à tecnológica e à geopolítico-hegemônica, tem se tornado cada vez mais evidente desde que Biden assumiu a presidência dos EUA. Para Mercatante (2021a), a transformação da China em potência e as tensões que tal transformação tem gerado entre esses dois países perpassam duas controvérsias difíceis de serem dissociadas, mas distintas uma da outra. Uma questão é se a China é um país imperialista; outra é em que medida a China é capaz de competir com os EUA pela hegemonia global. A comparação entre a presente disputa sino-estadunidense e a que culminou na substituição da Grã-Bretanha pelos EUA como *hegemon* contribui, contudo, para a dilucidação de ambas as questões. Segundo Mercatante (2021a, 2021b), o nível de desenvolvimento das forças produtivas da Grã-Bretanha já era inferior ao dos EUA e da Alemanha na década de 1920. Em contrapartida, a produtividade horária da economia da China ainda é só 1/5 das de EUA e Alemanha, e menos de 1/3 da do Japão, a despeito de ter aumentado 15 vezes no decurso de quatro décadas. Embora o tamanho da população chinesa afete negativamente o cálculo desta produtividade horária média da economia do país, o resultado deste cálculo também sintetiza a discrepância existente entre regiões como

[...] a ultramoderna localizada no sudeste, onde se encontram os desenvolvimentos tecnológicos e o “Silicon Valley” chinês (Shenzen) e toda a indústria exportadora, com altos níveis de produtividade e alguns estratos sociais – minoritários – com elevada capacidade de consumo; e outra onde se mescla um desenvolvimento industrial que se apoia e se realiza [sic] aceleradamente, mas sobre bases técnicas obsoletas, com amplas zonas rurais. [...] No agro, a preservação

injusto das empresas americanas e de outras empresas estrangeiras caso o país quisesse se juntar ao acordo” (“The rivalry between the two countries first became apparent in the early 2010s. In 2012, Washington launched the ‘Pivot to Asia’ policy that increased US naval presence in the South China Sea to maintain what the United States and its allies regard as the open sea. This was in response to China’s claim of sovereignty over the area and its increasingly aggressive military buildup there. The Obama administration also sped up the negotiation of the Trans-Pacific Partnership (TPP) trade agreement. This free-trade pact excluded China, with the intention of pressuring it to change its economic system, which is currently dominated by state-owned enterprises, open up its market as promised, and prevent its allegedly unfair treatment of American and other foreign companies should it seek to join.”) (Hung, 2022, p. 1 – tradução nossa). Logo que assumiu a presidência, Trump retirou os EUA do TPP, reduzindo o isolamento chinês que a administração estadunidense anterior havia tentado concertar, redução esta que beneficiou apenas a própria China, em detrimento do recrudescimento da política externa estadunidense em relação à China tencionado pelo governo Trump (Mercatante, 2021d; Pautasso *et al.*, 2021).

da produção em parcelas individuais (submetidas a pressões à mercantilização completa da terra e sua concentração) se choca com o desenvolvimento da produção capitalista em grande escala, que busca açambarcar mais território (Mercatante, 2021b, p. 171, tradução nossa¹⁸).

A extrema heterogeneidade da China implica ainda que o país conserva várias debilidades em comparação com as atuais potências imperialistas e, em particular, com os EUA, que permanece na posição de *hegemon* global. Ao mesmo tempo, a China já se equipara e até ultrapassa tais potências em uma série de outros quesitos, como, por exemplo, quantidade de empresas no *Global 500*, o *ranking* das 500 maiores empresas do mundo divulgado anualmente pela *Fortune* (Mercatante, 2021a, 2021b; Pautasso *et al.*, 2021). Em 2019, a China se tornou, pela primeira vez, o país-sede da maioria das empresas do *ranking*, enquanto os EUA ocuparam a segunda colocação. Porém, a receita total das 99 empresas estadunidenses foi superior à das 119 chinesas, a despeito de o valor total dos ativos das empresas estadunidenses ser inferior ao das chinesas (Mercatante, 2021a).

Para cada Huawei que compete no mundo, há cinco empresas chinesas no *ranking* com poucos negócios fora do país. No caso dos EUA, do Japão ou da UE [(União Europeia)], a relação é quase inversa: entre as empresas da *Global 500* nestes países, predominam as que têm negócios internacionais muito extensos e dominam cadeias globais de valor ou as finanças internacionais (Mercatante, 2021a, p. 192, tradução nossa¹⁹).

Dois anos mais tarde, já havia 130 empresas chinesas dentre as 500 maiores do mundo. A maioria dessas 130 empresas ainda são estatais, mas, de 2015 a 2021, o número de *Global 500* chinesas privadas e estatais subiu de 9 para 32, e de 83 para 98, respectivamente. No *ranking* de 2021, as empresas privadas foram responsáveis por 48% do valor de mercado e 19% da receita das *Global 500* chinesas (Barbieri, 2023).

Ademais, 2019 foi o primeiro ano em que a China foi a responsável pelo maior número de novas patentes, sendo seguida por EUA, Japão, Alemanha e Coreia do Sul, respectivamente. No mesmo ano, a Comissão Europeia publicou um *ranking* das 2500 empresas que mais investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Classificando-se os países por quantidade de empresas neste *ranking*, a China fica em segundo lugar, à frente do Japão e da Alemanha e atrás somente dos EUA. Se o critério de classificação for o gasto total em P&D das empresas de cada país, a China cai para o terceiro lugar. Entre as 50 primeiras indústrias do ranking da Comissão Europeia, 22 são estadunidenses, oito são alemãs,

¹⁸ “[...] la ultramoderna localizada en el sudeste, donde se radican los desarrollos tecnológicos y el ‘Silicon Valley’ chino (Shenzhen) y toda la industria exportadora, con altos niveles de productividad y algunos estratos sociales – minoritarios – con elevada capacidad de consumo; y otra donde se entremezcla un desarrollo industrial que se apoya se realiza [sic] aceleradamente pero sobre bases técnicas obsoletas, con amplias zonas rurales. [...] En el agro, la preservación de la producción en parcelas individuales (sometida a las presiones hacia la mercantilización completa de la tierra y su concentración) se choca con el desarrollo de la producción capitalista en gran escala, que busca acaparar más territorio”.

¹⁹ “Por cada Huawei que compite en el mundo, hay 5 firmas chinas en el ranking con pocos negocios fuera del país. En el caso de EE. UU., de Japón o de la UE, la relación es casi inversa: entre las firmas de estos países en el Global 500, priman las que tienen negocios internacionales muy extendidos y dominan cadenas globales de valor o las finanzas internacionales”.

seis são japonesas e somente duas são chinesas: Huawei e Alibaba, ocupando a 5ª e a 28ª posição, respectivamente (Mercatante, 2021a). Um relatório do Instituto Australiano de Política Estratégica também situa a China na liderança da P&D em 37 de 44 segmentos tecnológicos (Barbieri, 2023). Estes indicadores são importantes porque os países que monopolizam as tecnologias mais avançadas podem não só se apropriar da renda de patentes etc., como também controlar a difusão internacional das tecnologias monopolizadas e, por conseguinte, das atividades manufatureiras, de modo que tais países ditam aos demais o que e como produzir, conforme adiantou-se acima (Marini, 1996; Mercatante, 2021a). Hung (2022), entretanto, argumenta que muitas das novas patentes chinesas não são comercialmente viáveis.

A transformação da China em uma das maiores fontes mundiais de IED também já foi frisada acima. Tal transformação acarretou uma significativa diminuição da diferença de valor entre o IED emitido e recebido pela China (Mercatante, 2021d; UNCTAD, 2023).

Embora, há 50 anos atrás, o investimento estrangeiro fosse realizado quase exclusivamente por capitais dos países imperialistas, que se dirigiam ao resto do mundo para obter lucros – indo não só para os países dependentes, como também, em boa medida, de um país imperialista a outro –, durante as últimas décadas, isto se modificou. Como resultado da maior abertura econômica geral, da liberação dos fluxos de capitais e também da maior escala alcançada por algumas empresas de países dependentes, os movimentos de investimento global se complexificaram. Hoje, muitos países “emergentes” e “em desenvolvimento” também exportam capitais”, ou seja, seus residentes também fazem investimentos estrangeiros diretos. A maioria destes investimentos se destina a outros países “emergentes” e “em desenvolvimento, mas uma parte também se dirige a economias desenvolvidas.

Por isso, a hierarquia entre os países hoje não passa por exportar ou não capitais, e sim pelo grau desta exportação e pelo resultado líquido entre capitais “exportados” e capitais recebidos. Aquele país que recebe mais investimentos estrangeiros do que emite estará gerando em seu interior mais mais-valia para o capital estrangeiro do que a que seus capitais obtêm no exterior. As economias dependentes, como regra geral, recebem investimento estrangeiro mais do que emitem ao exterior, enquanto os países imperialistas tendem a ter uma situação equilibrada entre o volume de capitais exportados e o que recebem (Mercatante, 2021c, p. 60-61, tradução nossa²⁰²¹).

²⁰ “Si bien hasta hace 50 años la inversión extranjera era realizada casi exclusivamente por capitales de los países imperialistas, que se dirigían al resto del mundo a obtener ganancias – yendo no solo hacia los países dependientes, sino en buena medida de un país imperialista a otro –, durante las últimas décadas, esto se modificó. Como resultado de la mayor apertura económica general, de la liberación de los flujos de capitales y también de la mayor escala alcanzada por algunas firmas de países dependientes, los movimientos de inversión global se han complejizado. Hoy muchos países ‘emergentes’ y ‘en desarrollo’ también exportan capitales, es decir, que sus residentes realizan inversión extranjera directa. La mayor parte de ella tiene lugar en otros países ‘emergentes’ y ‘en desarrollo’, pero también se dirige hacia las economías desarrolladas.

“Por eso la jerarquía entre los países no pasa hoy por si exportan o no capitales, sino por el grado de esta exportación y el resultado neto entre capitales ‘exportados’ y capitales recibidos. Aquel país que tiene más inversiones extranjeras de las que emite estará generando en su interior más plusvalor para el capital extranjero de la que sus capitales obtienen en el exterior. Las economías dependientes reciben, por regla general, más inversión extranjera de la que emiten al exterior, mientras que los países imperialistas tienden a tener una situación equilibrada entre el volumen de capitales exportado y el que reciben”.

²¹ É óbvio que a quantidade de mais-valia apropriada por um país por meio de investimentos no exterior é determinada não só pela magnitude, mas também pela taxa de lucro, destes investimentos (Mercatante, 2021c).

O hodierno *hegemon* estadunidense é uma exceção à tal regra. Os EUA apresentam não só um crônico *déficit* das contas externas, como também uma posição líquida de IED bastante negativa, assemelhando-se mais, neste aspecto, aos países dependentes. Ainda assim, o dólar e a praça financeira de Nova Iorque dotam os EUA de um poder, por ora, inigualável (Mercatante, 2021a). A internacionalização da moeda chinesa, o renminbi, e a ampliação do poder financeiro chinês, de maneira mais geral, têm avançado por diversos meios, como: o estabelecimento de acordos de *swap* cambial entre os bancos centrais da China e de outros 30 países; a criação do *China International Payment System* (CIPS), um novo sistema de pagamentos alternativo ao *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* (SWIFT); a fundação de novos organismos multilaterais, como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); a inclusão do renminbi nos Direitos Especiais de Saque (*Special Drawing Rights*, SDR) do Fundo Monetário Internacional (FMI); a criação de um mercado *offshore* de renminbi em Hong Kong e a tentativa de transformar Xangai em uma praça financeira de importância global; entre outros. No entanto, este avanço é lento, pois a China intenta, de modo inédito, internacionalizar o renminbi, restringindo, ao mesmo tempo, a conversibilidade de tal moeda, a fim de manter o controle sobre a conta de capitais do país. Portanto, a hegemonia estadunidense não deverá ser desafiada pela China tão cedo, no âmbito das finanças globais.²² Aliás, a preeminência do dólar nas reservas internacionais da China e a demanda chinesa por títulos do Tesouro estadunidense sustentam esse poder financeiro dos EUA e tornam um colapso da moeda estadunidense desinteressante para própria a China, ao menos, por enquanto (Cintra; Pinto, 2017; Hung, 2022; Mercatante, 2021a).

Ademais, a superioridade militar dos EUA sobre qualquer outro país do mundo ainda é incontestada, a despeito de o poderio militar chinês ser cada vez maior, inclusive superando o de outras potências imperialistas. A marinha militar chinesa já é maior que a estadunidense, em número de embarcações, e uma importante fonte de tensões internacionais, ao longo dos últimos anos, tem sido a projeção internacional crescente desse poderio naval chinês, em particular, na região do Mar do Sul da China (Magramo, 2023; Mercatante, 2021a). Entretanto, a discrepância entre o poder militar da China e dos EUA é mensurada de maneira mais exata, e mais macabra, quando se compara o tamanho do arsenal militar dos dois países: os EUA têm 6800 ogivas nucleares, 34 vezes mais que a China. Uma vulnerabilidade estratégica adicional deste país é a existência do regime independentista de Taiwan, que lesa a unidade nacional e a integridade territorial da China. O arranjo de “um país, dois sistemas”, sob o qual se estabelecem as relações entre Hong Kong e o governo central chinês, acarreta a este riscos de segurança nacional de natureza análoga aos decorrentes de Taiwan. Por fim, a China ainda não parece poder exportar um

²² A exclusão da Rússia do SWIFT, o congelamento de ativos russos públicos e privados no exterior e as demais sanções impostas à Rússia desde que este país invadiu a Ucrânia demonstram quanto poder os EUA ainda exercem sobre as finanças globais. cf. Barry Eichengreen (2022) acerca dos esforços da China para desenvolver um sistema de pagamentos próprio que seja alternativa viável ao SWIFT e, assim, escapar do alcance desse poder estadunidense.

“*Chinese way of life*”, que seja universalmente atrativo e permita à China, assim, contestar a hegemonia cultural e ideológica dos EUA (Mercatante, 2021a).

Em suma, a caracterização da China como um “imperialismo em construção” é, para Mercatante (2021a), a que melhor apreende essa combinação extraordinária de fortalezas e fraquezas da China em relação aos demais países imperialistas. Tal caracterização implica que o país ainda não rivaliza em pé de igualdade com, nem pode pretender sobrepujar, os EUA, mas também não pode se contentar em ser só uma potência a mais entre outras tantas, pois a interrupção desse processo de construção do imperialismo chinês necessariamente ameaça os logros que as etapas anteriores do processo propiciaram ao país. Em contrapartida, os outros países imperialistas não podem permitir à China continuar ascendendo na hierarquia do poder mundial, pois essa ascensão ocasiona o declínio, pelo menos, relativo desses outros países em tal hierarquia. Portanto, a consolidação da posição internacional que a China já conquistou, e a conquista de posições superiores pelo país, terá de provocar choques cada vez maiores entre a China e as demais potências mundiais, em especial, os EUA, sempre segundo Mercatante (2021a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A restauração do capitalismo na China foi essencial para a reestruturação global do capital por meio da qual o declínio da lucratividade do capital foi contido, possibilitando a superação da crise dos anos 1970. Tal reestruturação implicou o deslocamento de boa parte da atividade manufatureira global para a Ásia, sobretudo, por causa do baixo custo da mão de obra, ofertada majoritariamente por emigrantes rurais, nas localidades para as quais tais atividades foram deslocadas. A desvalorização do renminbi, em 1994, e a perda de competitividade de outras economias manufatureiro-exportadoras da Ásia permitiram à China tornar-se, na década de 1990, a principal beneficiária desse deslocamento. O esquema “Chinamérica”, que motorizou o crescimento econômico mundial até 2008, acelerou o crescimento da própria economia chinesa de modo extraordinário, transformando o país no maior produtor e exportador mundial de manufaturas e ensejando uma progressiva elevação do grau de sofisticação tecnológica da pauta exportadora chinesa.

A crise deflagrada pelo estouro da bolha imobiliária estadunidense, que ocasionou uma forte retração do comércio internacional, suscitou um açodamento da transição da China a um novo padrão de acumulação, cujo dinamismo provenha mais de inovações e do consumo doméstico das famílias do que das exportações e do investimento. A crise ocasionou também uma drástica expansão das exportações de capital chinesas, seja na forma de empréstimos ou de IED, visando a mitigar a crise de sobreacumulação do capital chinês. Assim, a China se tornou uma das maiores fontes mundiais de IED e o país que mais sedia empresas ranqueadas entre as 500 maiores do mundo pela *Fortune*, além de uma das maiores depositantes mundiais de patentes. Esse aumento da internacionalização do capital chinês, assim como das capacidades tecnológicas da China, contrasta com

a baixa produtividade da economia chinesa e com vulnerabilidades que o país conserva nos âmbitos financeiro, militar e até cultural e ideológico. Todavia, a posição internacional que a China ocupa hoje justifica a caracterização do país como um “imperialismo em construção”. A impossibilidade, por um lado, das demais potências imperialistas de se acomodarem a esta ascensão chinesa na hierarquia do poder mundial e, por outro, da própria China de deter tal ascensão preservando, entretanto, a posição já adquirida, subjaz às crescentes disputas entre este país e os EUA, que deverão se acirrar ainda mais no futuro, portanto.

REFERÊNCIAS

AHLUWALIA, Taru. From Boom to Bust: China's Housing Bubble and Economic Crisis. **Orca**, 2023. Disponível em: <https://orcasia.org/article/503/from-boom-to-bust>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BARBIERI, André. Xi Jinping e o setor privado na China. **Ideias de Esquerda**, 2023. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Xi-Jinping-e-o-setor-privado-na-China>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRAGA, João Pedro; NOGUEIRA, Isabela. Mercado de trabalho e salário mínimo na China. **Geosul**, [s. l.], v. 35, n. 77, p. 49-72, dez. 2020.

CAI, Peter. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute**, 2017. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/publications/understanding-china-s-belt-road-initiative/>. Acesso em: 18. jan. 2024.

CARRAI, Maria Adele. It is Not the End of History: The Financing Institutions of the Belt and Road Initiative and the Bretton Woods System. **The Belt and Road Initiative**, [s. l.], 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/34551249/It_is_not_the_end_of_History_The_Financing_Institutions_of_the_Belt_and_Road_Initiative_and_the_Bretton_Woods_System. 2017. Acesso em: 18 jan. 2024.

CHINGO, Juan. Crisis y contradicciones del “capitalismo del siglo XXI”. **Estrategia Internacional**, [s. l.], n. 24, p. 11-75, dez 2007/jan. 2008.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 381-400, abr./jun. 2017.

CONTI, Bruno Martarello de; MOZIAS, Petr. “Belt and Road Initiative”: Challenges and Opportunities for China and for the World/A “Iniciativa do Cinturão e Rota”: desafios e oportunidades para a China e para o mundo. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations/Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [s. l.], v. 9, n. 17, jan./jul. 2020.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo dos; CAMARGO, José Marangoni. Latin America: Commodities Cycle and the Crisis of Global Capitalism/A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations/Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [s. l.], v. 8, n. 15, jan./jun. 2019.

COSTA, Simone Kawakami Gonçalves. **Uma análise da ascensão chinesa a partir da teoria do imperialismo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

EICHENGREEN, Barry. Sanctions, SWIFT, and China's Cross-Border Interbank Payments System. **The Marshall Papers**, [s. l.], n. 1, maio 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/sanctions-swift-and-chinas-cross-border-interbank-payments-system>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FIORI, José Luís. Ucrânia, Rússia e China. **A Terra é redonda**, 18 fev. 2022. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/ucrania-russia-e-china/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=ucrania-russia-e-china&utm_term=2022-02-18. Acesso em: 18 jan. 2024.

HIRATUKA, Celio. Changes in the Chinese Development Strategy After the Global Crisis and its Impacts in Latin America. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2018.

HUNG, Ho-fung. A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2018.

HUNG, Ho-fung. **Clash of Empires**: From “Chimerica” to the “New Cold War”. Cambridge/Nova Dehli/Nova Iorque/Melbourne/Singapura: Cambridge University Press, 2022.

MACIEL, Cleiton Ferreira; MOURA, Jeanne Mariel Brito de. “De Mao a pior?” A questão trabalhista na China contemporânea. **Novos Cadernos NAEA**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 141-166, 2014.

MAGRAMO, Kathleen. Tensions are flaring once more in the South China Sea. Here's why it matters for the world. **CNN**, 29 set. 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/09/29/asia/south-china-sea-tensions-philippines-china-us-explainer-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MANNING, Robert A. Is Biden's chip ban a tipping point in US-China relations?. **The Hill**, 26 out 2022. Disponível em: <https://thehill.com/opinion/national-security/3704850-is-bidens-chip-ban-a-tipping-point-in-us-china-relations/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

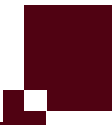
- MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. *In*: MILLÁN, Mária (coord.). **La teoría social latinoamericana**, t. IV: Cuestiones contemporáneas. México: UNAM, FCPyS, CELA, 1996. p. 49-68.
- MARX, Karl. **O capital**: livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MERCATANTE, Esteban. **El imperialismo en tiempos de desorden mundial**. Buenos Aires: IPS, 2021.
- MIYAKAWA, Seiji Seron. The Rise of China and the Belt and Road Initiative. 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/105684247/The_rise_of_China_and_the_Belt_and_Road_Initiative?sm=b. 2023. Acesso em: 18 jan. 2024.
- NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, [s. l.], v. 22, n. 1, jan./abr. 2018. Acesso em: 18 jan. 2024.
- GUIMARÃES, João Victor; BRAGA, João Pedro. Inequalities and Capital Accumulation in China. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 39, n. 3, p. 449-469, jul./set. 2019.
- PAUTASSO, Diego; NOGARA, Thiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; RABELO, Ana Maria Prestes. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2021. Acesso em: 18 jan. 2024.
- SAICH, Tony. The Fourteenth Party Congress: A Programme for Authoritarian Rule. **The China Quarterly**, [s. l.], n. 132, p. 1.136-1.160, 1992.
- SALVADOR CHAMORRO, Ana I. El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC. **Pecunia**, [s. l.], n. 7, p. 257-284, jul./dez. 2008.
- TRÓTSKI, Leon. **A revolução traída**: O que é e para onde vai a URSS? São Paulo: Iskra, 2023.
- UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Foreign direct investment**: Inward and outward flows and stock, annual. 2023. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/dataviewer/US.FdiFlowsStock>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- ZHAO, Minghao. The Belt and Road Initiative and US-China Strategic Competition. **China International Strategy Review**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 248-260, 2021.

ALGUNS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO RECENTE DA CLASSE TRABALHADORA CHINESA E SEUS DESAFIOS ORGANIZACIONAIS

SOME ASPECTS OF THE RECENT EVOLUTION AND ORGANIZATIONAL CHALLENGES OF THE CHINESE WORKING CLASS

Edison Urbano¹

<http://orcid.org/0009-0002-5256-3449>



RESUMO

A ascensão da China ao status de potência econômica de impacto global constitui há anos um fato em torno do qual existe amplo consenso entre pesquisadores, analistas e até mesmo entre o público geral. Ao mesmo tempo, muitos ainda parecem concordar que seu desenvolvimento para o status de grande potência econômica se deu sem anular a existência de desproporções e inclusive a permanência de atraso relativo em certos âmbitos. A seu modo, a situação dos trabalhadores chineses, tomada em conjunto e apesar de significativa heterogeneidade, parece refletir uma dinâmica semelhante. De acordo com pesquisadores chineses e estrangeiros, na última década teria ocorrido um duplo movimento, em que não apenas os trabalhadores buscaram diversas formas de organização paralela aos sindicatos, mas em alguns casos os próprios empregadores teriam lançado mão de formas alternativas de mediação, frente à incapacidade dos sindicatos oficiais de resolver os conflitos laborais. O presente artigo busca apresentar um breve panorama de todo esse processo, concentrando-se em sua seção final em estudos que apontam a província de Guangdong como epicentro de experiências relevantes de resistência, organização e procura por solidariedade para as lutas dos trabalhadores no país.

Palavras-chave: China contemporânea; relações trabalhistas; divisão internacional do trabalho; movimento operário.

¹ Doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC. Email: edison.menezes@ufabc.edu.br

ABSTRACT

China's rise to the status of an economic power with global impact has been for several years now a topic about which there is broad consensus among researchers, analysts and even the general public. At the same time, many still seem to agree that its development towards the status of a great economic power took place without eliminating the existence of disproportions and the persistence of relative backwardness in certain areas. In its own way, the situation of Chinese workers, despite significant heterogeneity, seems to reflect a similar dynamic. According to Chinese and foreign researchers, in the last decade there has been a double movement, in which not only workers have sought different forms of organization parallel to unions, but in some cases employers themselves have resorted to alternative forms of mediation, in the face of inability of official unions to resolve labor conflicts. This article seeks to present a brief overview of this process, focusing in its final section on studies that point to the province of Guangdong as the epicenter of relevant experiences of resistance, organization and the search for solidarity for workers' struggles in the country.

Keywords: Contemporary China; labor relations; international division of labor; labor movement.

INTRODUÇÃO

A constatação do novo papel que a China vem desempenhando no contexto internacional é um dos consensos que se pode encontrar na literatura especializada das diversas áreas relacionadas à economia, à geopolítica e às relações internacionais. Um olhar sobre os desenvolvimentos internos a esse grande país constitui provavelmente tema menos comum.

De fato, tornou-se lugar comum afirmar que a economia chinesa cumpriu um papel decisivo na redefinição do mundo do trabalho e do mercado mundial, desde sua plena reinserção na economia global capitalista. Até anos ainda relativamente recentes, dois dos signos fundamentais desse impacto foram: a pressão à alta dos produtos que o país consome em grande escala, especialmente as matérias-primas “commoditizadas”; e a pressão à baixa do preço da mercadoria força de trabalho, que o país oferece em abundância. Contudo, no período dos últimos anos, especialmente de menos de uma década para cá, temos visto algumas alterações importantes.

Por um lado, a China tem se destacado nos últimos anos em diversos âmbitos econômicos, sociais e geoestratégicos, inclusive em alguns dos quais parecia que seu processo de *catching up* seria menos provável, ou pelo menos muito mais lento. Se há pouco tempo era possível utilizar a ausência de marcas chinesas conhecidas internacionalmente como indício do seu atraso e de seu papel de “mera” fábrica do mundo, hoje

não apenas as marcas como Huawei, Xiaomi, TikTok, etc., são amplamente conhecidas e respeitadas, mas de fato a China se aproxima cada vez mais da “fronteira tecnológica”, chegando a disputar a dianteira na competição internacional em alguns ramos como o 5G e pesquisas em IA.

Por outro lado, no mesmo período, temos visto um deslocamento nas estatísticas no tocante aos custos da força de trabalho na China, processo que evidentemente possui enormes consequências nos mais diversos terrenos. De que maneira as transformações em suas relações sociais internas, e mais especificamente no mundo do trabalho chinês, se relacionam com esse processo?

Segundo diversos autores, entre os quais alguns dos estudos que iremos abordar neste trabalho, a relativa melhora nos índices socioeconômicos relacionados a parcelas da classe trabalhadora não significa que tenham deixado de ser registrados inúmeros casos de abusos, provocando respostas que vão desde protestos e greves, até experiências de organização e busca por solidariedade em outras camadas sociais.

O presente artigo busca contribuir para fixar a importância dessa ordem de questões e oferecer elementos, ainda que parciais, para a reflexão.

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA EM MEIO À ASCENSÃO CHINESA

No prefácio a seu livro de 2007, Ching Kwan Lee afirmava que “no alvorecer do século XXI, a China vem sendo aclamada como a ‘oficina do mundo’, preparada para assumir um papel fundamental na economia política global”. Ao mesmo tempo, a autora também já chamava a atenção para o fato de que “as condições de trabalho chinesas também geraram intenso interesse entre os legisladores americanos e internacionais, ativistas do movimento trabalhista e agências de desenvolvimento” (Ching, 2007).

O livro de Ching, cujo mérito nos parece desnecessário ressaltar, deu em grande medida as coordenadas básicas para compreender aquele momento de inflexão, através da análise comparativa, baseada em dados quantitativos e pesquisa qualitativa “etnográfica”, entre o processo de declínio da velha classe operária da região nordeste do país, e a ascensão da nova classe operária no sul a partir das grandes migrações camponesas.

Seria valioso dispor hoje em dia de uma obra única que cumprisse papel semelhante, para o diagnóstico e o traçado de perspectivas da situação da classe trabalhadora na China atual, quase duas décadas depois do trabalho de Ching. Se ela já existe, ainda não tivemos a sorte de encontrá-la. Por outro lado, constatamos a existência de um volume considerável de pesquisa sendo feita nessa direção, mesmo levando em conta apenas a escassa porção que nos chega a ser acessível, seja por questões de idioma seja por outras questões diversas. Em todo caso, por estarmos diante de um processo em curso, a investigação nesse campo tem certamente um amplo terreno a desbravar.

Sobre o período anterior, diversos autores destacaram a substituição do modelo exportador vigente até o início dos anos 2000, baseado no fluxo migratório de trabalhadores

não qualificados que iam dos bolsões rurais nas regiões centrais e oeste do país para os centros industriais localizados na região costeira. As fábricas costeiras teriam passado a encontrar dificuldades crescentes em manter esse padrão, especialmente devido à pressão ao aumento salarial, ao lado de crescentes custos de energia e matérias-primas, o que resultou numa grande pressão para uma mudança profunda na distribuição do aparelho produtivo chinês, seja com as empresas migrando para o interior, seja deslocando sua produção para outros países asiáticos em que os níveis salariais se mantinham mais baixos, como Vietnã, Bangladesh e Índia (Zhu; Pickles, 2014).

Junto com um aprofundamento das relações econômicas que a tornaram um dos principais parceiros comerciais de quase todos os países do planeta, a China procurou estabelecer um espaço próprio de influência e presença econômica, apelando aos acordos bilaterais tanto comercialmente, em investimentos, em diplomacia e mesmo em instalação de infraestruturas ligadas à segurança.

Esse último processo (deslocalizações partindo da China) já havia começado em meados dos anos 2000, mas ganhou maior dimensão na década passada. No contexto atual, do mundo mergulhado na guerra comercial-tecnológica entre EUA e China, e sob os impactos da pandemia, outras dimensões se agregaram ao processo, com políticas deliberadas de tentativa de diminuição da dependência da manufatura chinesa por parte de países como Japão, além de Taiwan, entre outros.

Extrapolando os limites deste trabalho abordar os alcances e limites dessa nova onda de “deslocalizações”, desta vez não dos países desenvolvidos para a China, mas desta para outros países de mão de obra ainda mais barata, como o Vietnã, Bangladesh ou Myanmar, entre diversos outros especialmente no sudeste asiático. De todo modo, são questões a ter em mente como pano de fundo para os assuntos que iremos abordar nos próximos tópicos.

ELEMENTOS SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DAS CONDIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA NA CHINA

Nesse contexto, fica evidente a importância de acompanhar as transformações na situação da classe trabalhadora, tanto em seu aspecto econômico como do ponto de vista social e político mais amplos. Um aspecto do processo remete às mudanças observadas quanto à natureza dos protestos operários na China, se tomamos como parâmetro a explosão da crise estrutural do capitalismo em 2008. De acordo, por exemplo, com um estudo do tema publicado em 2014, uma mudança qualitativa vem sendo observada desde aquele momento de inflexão (o ano de 2008). Enquanto a literatura anterior caracterizava amplamente a natureza meramente defensiva das greves operárias na China, os autores do estudo chamam a atenção para o que denominam um “processo político”, em que os trabalhadores percebem “pistas cognitivas” na realidade que os alentam a ampliar e

mudar o caráter de suas reivindicações, que passam a incluir prioritariamente o aumento de salários, a melhoria das condições de trabalho e um tratamento mais respeitoso por parte dos chefes (Elfstrom; Kuruvilla, 2014).

No passo atual da economia, desenvolvimento tecnológico, mas também crescente na disputa geopolítica e, em alguns casos, até bélica, pela hegemonia em uma possível nova ordem mundial, os ritmos se aceleram e as próprias noções do que seria recente ou passado por vezes se misturam. Um estudo publicado em agosto de 2017 aponta que a China teria se tornado o maior mercado mundial para robôs industriais a partir de 2013. Os autores ali destacavam novamente o ano de 2008 e a crise financeira como sendo o ponto de inflexão, que teria feito com que as corporações buscassem responder aos custos salariais e ao aumento da pressão pública sobre a segurança do trabalho através do incremento da utilização de alta tecnologia, dando lugar ao que denominaram como “revolução robótica”. Ao mesmo tempo, a introdução dos robôs abre novos desafios aos trabalhadores, num contexto em que, diferentemente de países ocidentais com alto grau de organização operária, a repressão e desorganização prevalecentes na China poderiam criar novas dificuldades (Huang; Sharif, 2017). Em certo sentido, a forma particular chinesa de atravessar os anos da pandemia global, vista de hoje, parece corroborar o acerto daquela tendência.

Em paralelo com esse processo, especialmente durante a pandemia do coronavírus, a economia de plataforma digital ascendeu em escala global. Não surpreende então que na China, como em tantos outros aspectos, também a escala da economia de plataforma seja de magnitude de difícil comparação. Entre as empresas mais dinâmicas em atividade no país, encontramos gigantes como a Taobao e a Jindong no ramo do comércio digital, a Meituan no setor de delivery de alimentos, ou a Didi no setor de transporte de passageiros, com atuação inclusive no Brasil, através da 99 Táxis, concorrente da Uber, líder do setor.

Nesse contexto, com a ampliação desse setor econômico, o número de trabalhadores de plataforma (entregadores, empregados de logística, entre outros) teria crescido, segundo dados da OIT, de 50 milhões para 84 milhões entre 2015 e 2020, alcançando então quase dez por cento da população empregada no país. Outro dado que parece apontar no mesmo sentido é o do percentual de trabalhadores na informalidade, que teria ido de 31% em 2003 para 60% em 2019 (Nogueira, 2023).

Assim, ao mesmo tempo em que os dados da última década mostram claramente a elevação sustentada da média salarial em todas as categorias (em patamar significativo, descontados os efeitos inflacionários), é importante contrabalançar a tendência, tendo em mente o padrão ainda baixo do salário mínimo. Segundo dados da mesma OIT, o último dado sobre salário mínimo para Hong Kong é de 2016: US\$ 798. Já para a China continental, em 2019: US\$ 217 (apenas para comparação, Brasil em 2019: US\$ 253).

Existe um grande debate em curso acerca da explicação para essa consistente elevação do patamar salarial na China. Infelizmente, não dispomos aqui do espaço necessário sequer para esboçar os temas da discussão, porém, dada a sua importância, nos parece essencial ao menos nomear o tema.

De fato, para tentar entender em que momento estaria a China do ponto de vista dos custos associados à força de trabalho, alguns analistas usam o chamado “ponto de

inflexão de Lewis” (*Lewis turning point*), utilizado para descrever o momento em que países economicamente atrasados ou em desenvolvimento atingem um limite na utilização da mão de obra barata migrante das áreas rurais. Segundo estudo divulgado pelo FMI em 2013, a China encontraria esse ponto de mutação entre 2020 e 2025; analistas do *Financial Times*, no entanto, situam o alcance desse ponto em 2015, enquanto outros autores afirmam que a China já o teria ultrapassado desde 2011. Diferenças à parte, todos apontam a tendência como inelutável, e o trabalho do *Financial Times* citado afirma que a média salarial na China teria nada menos do que triplicado entre 2005 e 2016, estando situada agora acima de países como Brasil, Argentina e México (Bulloch, 2017).

No entanto, estudos mais recentes têm questionado tal abordagem ancorada numa visão econômica neoclássica, e até mesmo apontado incongruências no próprio conceito do *Lewis turning point*, ou pelo menos a sua aplicação ao caso chinês (Majerowicz, 2022).

Retomando o ponto anterior, dois outros pesquisadores destacaram o aumento na frequência e no padrão reivindicativo dos conflitos trabalhistas na China, porém problematizando o caráter da reação governamental a esse processo, quanto ao caráter predominantemente reformista ou conservador dessa reação (Wang; Elfstrom, 2016). Os autores afirmam que não se pode dar uma resposta definitiva a essa questão, mas apontam a hipótese de que, ao lado do incremento dos conflitos laborais, também poderia estar aumentando o número de oficiais que passaram a ver uma reforma favorável aos trabalhadores como necessária.

Um estudo publicado no mês de agosto de 2019 vai mais longe e sugere que existiria um aumento generalizado do bem-estar subjetivo entre a população chinesa, levando em conta não apenas fatores relacionados à renda, mas a sensação de segurança e pertencimento à comunidade, entre outros elementos (Clark; Yi; Huang, 2019). Outros estudos, no entanto, parecem apontar para conclusões opostas, ao situar a desaceleração econômica como fonte de um aumento dos protestos laborais na China (Shelton; Fang, 2019). Caracterizar e avaliar essa dimensão do “bem estar subjetivo” envolve um conjunto de aspectos complexos e de difícil quantificação, incluindo as dimensões culturais e ambientais, cuja análise demandaria uma série de pesquisas complementares.

De todo modo, em agudo contraste com os estudos que tratam os avanços obtidos pelos trabalhadores em matéria salarial e de condições de trabalho, os exemplos tratados nas seções finais do presente trabalho mostram que segue existindo um profundo mal-estar em importantes contingentes de trabalhadores, o que se revela inclusive em protestos, greves e diversas tentativas de organização.

Um estudo emblemático foi a profunda investigação encabeçada por Jenny Chan acerca da Foxconn (Chan; Selden; Ngai, 2020). Nas palavras de um pesquisador brasileiro de referência:

O caso da Foxconn, que fabrica produtos da Apple, Nokia, Dell, Sony, Nintendo, onde o suicídio de 10 trabalhadores e a tentativa de outros três, todos eles jovens de 18 a 24 anos que tinham de trabalhar até 16 horas por dia, foi paradigmático da situação das relações de trabalho dez anos atrás, o que constitui precisamente a linha inicial de nosso estudo (Antunes, 2019).

Em conexão com tal ordem de problemas, diversos autores assinalaram, sobretudo na metade final da década passada, a ocorrência de modificações moleculares em curso na estrutura sindical chinesa, na qual indícios relevantes de flexibilização interna vêm sendo descritos, em comparação com a estrutura oficial monolítica até então prevalecente. Não apenas os trabalhadores buscaram diversas formas de organização paralela aos sindicatos, mas os próprios empregadores lançam mão de formas alternativas de mediação, frente à incapacidade dos sindicatos oficiais de resolver os conflitos laborais (Brown; Kai, 2017).

Em contrapartida, uma variedade de estudos de viés mais crítico assinala como um dos objetivos primários da ACFTU (a central sindical única atrelada ao estado, na sigla em inglês amplamente utilizada na literatura) como sendo o de impedir o desenvolvimento de sindicatos independentes por fora do partido-Estado.

Ligado a isso, nos parece adequado finalizar esta seção com uma incursão maior no último relatório publicado pelo China Labour Bulletin, em janeiro de 2024. O trabalho desse importante Centro é amplamente conhecido pelos estudiosos do tema; de todo modo, para os interessados sem conhecimento prévio, vale repetir que simplesmente não existem estatísticas oficiais sobre o número de greves e protestos de trabalhadores na China. Nesse contexto, o mapa de greves do CLB é atualmente o único banco de dados acessível publicamente que contém informações detalhadas (em inglês e chinês) sobre mais de 16 mil ações coletivas de trabalhadores na China desde 2011.

Nesse sentido, é importante notar que os números apresentados ali não constituem “estatística” no sentido estrito do termo, pois não são dados globais obtidos de maneira oficial para todo o território, e sim uma somatória de diversas fontes oficiais e não oficiais, através da qual se perfaz, mediante um esforço além da imaginação comum, uma espécie de reconstituição que se aproxime o máximo possível da realidade; ainda assim, seguramente deixando de fora uma parcela considerável do total.

Dito isso, é impressionante observar que o mapa de greves de 2023 coletou 1.794 incidentes, mais que o dobro do total de 2022 (831 incidentes) e ultrapassando os níveis pré-pandemia de ações coletivas dos trabalhadores.

Entre essas greves e protestos registrados em 2023, o setor da indústria de transformação registrou o maior aumento relativo em comparação com o ano anterior, tendo se multiplicado em dez vezes para atingir o número de 438 incidentes (24% do total). Já como proporção do total, a construção civil seguiu encabeçando a lista, com 53% do total de incidentes. Em outros setores, o volume de incidentes teria acompanhado aproximadamente os resultados dos últimos anos.

Em contrapartida, grande parte dos trabalhadores desempregados da indústria de transformação e da construção estão migrando para o setor dos transportes e logística, que começam a apresentar sinais de supersaturação. Tomando como exemplo o serviço de transporte privado *on-line*, os departamentos de transportes de Shenzhen e Chongqing, entre outros, chegaram a emitir alertas de risco a potenciais novos condutores em meados do ano passado, dado o afluxo de novas plataformas e motoristas sem um aumento correspondente da demanda.

Na área do transporte de cargas também ocorreu algo semelhante, com a entrada de novos motoristas e empresas de transporte acirrando a concorrência no setor. Segundo um relato que o CLB destaca como emblemático, um caminhoneiro que trabalha há 10 anos disse numa entrevista que, como as fábricas estão produzindo menos, tornou-se mais difícil para os motoristas encontrarem mercadorias para transportar e os transportadores aproveitaram esta tendência para reduzir ainda mais as taxas de frete. Isto coloca grande pressão sobre os motoristas que contraíram empréstimos para comprar seus caminhões, e agora não têm escolha a não ser dormir dentro deles. Alguns caminhoneiros querem vender seus veículos, mas também não há compradores (CLB, 2024).

De todo modo, sem termos a possibilidade de analisarmos mais a fundo todos esses dados, concluímos esta seção ratificando o que dissemos no início deste trabalho, e fazendo ressaltar entre o conjunto de dados, a percepção de que, para a indústria de transformação, as informações coletadas reforçam que grande parte dos incidentes se relacionam a fábricas costeiras que fecharam ou se deslocaram.

GUANGDONG COMO CASO PARTICULAR

No intuito de problematizar o alcance e as desigualdades internas ao processo já bem estabelecido de aumento da média salarial na China, é digno de nota que na província de Guangdong tenha se iniciado a tendência a desrespeitar a orientação governamental nacional que preconizava o aumento do salário mínimo a cada dois anos em todo o país.

Segundo uma pesquisa realizada anos atrás, pelo mesmo citado *China Labour Bulletin*:

A política de Guangdong de apenas aumentar o salário mínimo uma vez a cada três anos teve um impacto severo nas vidas dos trabalhadores de baixa remuneração de lá, de acordo com uma pesquisa de 2017 (...) A maioria dos trabalhadores pesquisados ganhava não muito mais do que um salário mínimo e, como resultado, lutava para manter até mesmo uma existência básica. Eles foram forçados a viver em casas de aluguel barato e de baixa qualidade, gastando a maior parte de sua renda com comida e muitos indo e voltando do trabalho à pé para evitar custos de transporte (CLB, 2023, tradução nossa)².

Essa particularidade, que nos remete diretamente para as questões abordadas na parte final deste estudo, trazem à mente a investigação levada a cabo por Ching Kwan Lee.

Na conclusão da sua obra, a autora afirmava ter buscado captar a heterogeneidade da acentuada desigualdade das mudanças ocorridas na China entre os anos 1980 e 1990, através da comparação entre duas províncias que representavam casos extremos,

² Guangdong's policy of only increasing the minimum wage once every three years has severely impacted the lives of low-paid workers there, according to a 2017 survey conducted by the Hong Kong-based group Worker Empowerment. The majority of workers surveyed earned not much more than the minimum wage and, as a result, struggled to maintain even a basic existence. They were forced to live in low-rent, poor quality housing, spend most of their income on food, and many walked to and from work to avoid transport costs.

simbolizando o que a autora chamou de morte do socialismo e nascimento do capitalismo no país; a saber, Liaoning no nordeste e Guangdong no sul (Ching, 2007).

Somos levados a afirmar, inspirados por esse exemplo, que assim como há quase duas décadas, a observação dos processos econômicos e sociais em curso em Guangdong - assim como, na medida do possível, a comparação com outras regiões das quais é ainda mais difícil obter dados diretos a partir de nossa posição particular como pesquisadores brasileiros - pode encerrar a chave para a compreensão de amplos processos em curso. Quiçá tanto daqueles já visíveis, quanto de outros dos quais hoje podemos, no melhor dos casos, ter alguma intuição, mas que podem ser igualmente determinantes para moldar o futuro não só da China, mas em outras latitudes.

APONTAMENTOS SOBRE EXEMPLOS DE RESISTÊNCIA E TENTATIVAS DE ORGANIZAÇÃO NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Retomando o que foi dito acima sobre o papel da ACFTU, e analisando a trajetória das últimas duas décadas, mesmo sem contar com os dados atualizados a respeito, podemos concluir que o esforço da burocracia estatal nesse sentido não passou em vão, já que de 2005 a 2016 o número de trabalhadores de empresas privadas com representação sindical oficial passou de cerca de 150 milhões a 302 milhões de membros, registrados em algo em torno de 2,8 milhões de sindicatos ao nível de empresa, tornando a China a maior força de trabalho sindicalizada do mundo (CLSY, 2018). No entanto, uma série de experiências emblemáticas, sobretudo registradas na província de Guangdong, parecem oferecer um ângulo especialmente favorável para vermos as linhas de falha do discurso oficial.

O acúmulo de evidências colhidas nos últimos anos aparece a tal ponto avassalador, que vale a pena retomar a avaliação formada quase duas décadas atrás por nossa primeira autora de referência aqui citada. Com efeito, já no trabalho de Ching, emerge uma quase dualidade que se mantém, modificada, até os dias de hoje:

Apesar da onipresença do capitalismo selvagem nas suas fábricas, Shenzhen é também a fronteira da legislação trabalhista e da reforma da arbitragem laboral, tornando-a uma cidade muito controversa nas relações de trabalho. Quase um quinto dos litígios laborais arbitrados na China ocorrem em Shenzhen (Ching, 2007, p. 162, tradução nossa)³.

Fazendo recordar ao leitor que Shenzhen é justamente a principal cidade industrial da província de Guangdong (que nos registros ocidentais do passado aparecia como Cantão), e lembrando ainda a fronteira geográfica direta entre Guangdong e Hong Kong, prossigamos assim para as seções conclusivas deste trabalho.

³ “Despite the ubiquity of savage industrial capitalism in its factories, Shenzhen is also the frontier of labor law and labor arbitration reform, making it a most contentious city in labor relations. Almost one-fifth of China’s arbitrated labor disputes occur in Shenzhen”.

UM PERÍODO DE LUTAS ECONÔMICAS COLETIVAS ENTRE 2007-2014 EM GUANGDONG

Em artigo publicado no final de 2023, um pesquisador chinês de Hong Kong buscou fazer um estudo de como o “discurso de classe” (*class discourse*) emergiu em diferentes momentos e experiências da luta dos trabalhadores na China. Para isso, utilizou dados extraídos das expressões faladas e escritas de ativistas envolvidos nas próprias lutas. Embora se trate de casos seletivos e que possam não abranger a totalidade do processo, oferecem certamente um vislumbre do domínio do discurso de classe que ocorreu no meio das ações de protesto. Não podemos aqui seguir toda a argumentação do autor, que procura compreender a intrincada interação entre experiências, discursos e papéis distintos dos ativistas em diversos contextos (Chen, 2023).

De todo modo, antes de entrar na análise dos dados e relatos fornecidos pelo autor, parece-nos importante ressaltar um comentário feito por ele mesmo:

Embora o termo “classe” tenha desaparecido em grande parte do discurso público da China, o discurso de classe perdurou nas lutas laborais do país ao longo das últimas quatro décadas. No entanto, o discurso de classe tem sido articulado de formas distintas em três instâncias de ativismo operário: a oposição dos trabalhadores estatais à reestruturação industrial, a negociação coletiva iniciada pelos trabalhadores e a agitação de inspiração marxista, manifestando-se como nostalgia, direitos coletivos e emancipação laboral, respectivamente (Chen, 2023, p. 493, tradução nossa)⁴.

No mesmo estudo, o autor destaca o período de 2007 a 2014 como um auge nos conflitos e negociações coletivas em Guangdong.

Um caso particular analisado em pormenor é o da Laowei, uma firma de advogados que se tornou ONG em Shenzhen, juntamente com outras ONGs que desempenharam um papel fundamental na promoção da negociação coletiva dos trabalhadores. Segundo Chen, apesar de grande parte dos ativistas afiliados a tais grupos criticarem a exploração capitalista, o seu foco estava no aumento da influência do trabalho face ao capital, defendendo os direitos coletivos e não apelando à eliminação da economia de mercado. Centrando seu discurso nos direitos coletivos, incorporavam uma dinâmica colaborativa entre os trabalhadores e outros atores da sociedade civil, criando assim algo que o autor enquadra naquilo que denomina como “modelo simbiótico” de elaboração discursiva (Chen, 2023).

O autor estabelece um interessante contraste com o antecedente histórico das antigas fábricas estatais privatizadas na viragem neoliberal do início dos anos 1990, que utilizavam um discurso nostálgico do período maoísta prévio às reformas iniciadas por

⁴ “While the term “class” has largely vanished from China’s public discourse, class discourse has endured within the country’s labor struggles over the last four decades. Nevertheless, class discourse has been articulated in distinct ways across three instances of labor activism: state workers’ opposition to industrial restructuring, worker-initiated collective bargaining, and Marxist-inspired agitation, manifesting as nostalgia, collective rights, and labor emancipation, respectively”.

Deng Xiaoping em 1978. Em todo caso, retornando ao período ora analisado, que o autor demarca como tendo início a partir de 2007, denominado por ele como uma era de lutas reivindicativas dos trabalhadores, caberia assinalar com destaque o papel das “ONGs laborais” (*labor NGO*), que teriam sido fundamentais para o avanço da negociação coletiva, contando com ativistas intelectuais dispostos a assumir um papel crítico na formulação do discurso em torno dos direitos coletivos.

Um dos modelos desse tipo de interação foram os casos baseados na premissa de compromisso de classe da social-democracia. Feng Chen oferece como exemplo o estudo da postura do sr. Wang, um defensor resolutivo do trabalho e um estudioso do trabalho, defendendo narrativas alinhadas com este ponto de vista (Chen, 2023).

No entanto, precisamente por conta da concepção social-democrata abertamente assumida, Wang não acreditava que a contradição de classe culminasse necessariamente no antagonismo de classe, dada a intrincada interdependência entre trabalho e capital nos sistemas industriais modernos. Esta complexidade resulta na coexistência da luta de classes e do compromisso de classes, gerando cooperação.

Ampliando para além desse caso individual, Chen observa como os ativistas da Laowei foram capazes de estabelecer ligações diretas com os trabalhadores. O pessoal da Laowei treinou mais de 2 mil trabalhadores na arte da “representação laboral” e da negociação coletiva, uma parte dos quais transitou para ativistas que catalisam esforços coletivos.

Além disso, a organização facilitou a colaboração com ONGs orientadas para o trabalho, transmitindo-lhes compreensão conceitual e competências práticas para reforçar o seu apoio à negociação coletiva. A Laowei também lançou a sua própria revista em 2010, intitulada “Fórum de Negociação Coletiva”, que apresentava artigos sobre o contexto histórico, fundamentos e estudos de caso da negociação coletiva. Também organizaram fóruns e workshops. Essas plataformas reuniram acadêmicos, dirigentes sindicais e ativistas de ONGs, fomentando discussões sobre a viabilidade e eficácia da negociação coletiva.

UMA INFLEXÃO NO PROCESSO ANTERIOR?

Jenny Chan, a autora principal de “Dying for an iPhone”, já citada, faz o relato mostrando como a luta na Jasic, que começou com demandas por melhores condições de trabalho e por garantir seu direito constitucional a ter uma representação sindical própria eleita a partir do local de trabalho, redundou em perseguições e demissões de ativistas por parte da empresa. A partir daí, o caso se transformou num emblema para a conformação de uma impressionante experiência de aliança operário-estudantil. Foge ao escopo deste artigo entrar nos pormenores do processo, como o papel de uma jovem geração de estudantes cuja abnegação e heroísmo está bem descrita nos artigos de Chan, que retrata o perfil individual de diversos desses jovens (Chan, 2020). Segundo outro relato:

Em maio de 2018, uma disputa trabalhista decorrente de regulamentações irracionais eclodiu na *Jasic Company* em Shenzhen. Vários operários ativistas lideraram uma exigência de sindicalização, resultando em demissões e subsequente detenção devido aos protestos. À medida que mais trabalhadores se juntaram à luta, procurando a libertação destes ativistas e a melhoria das condições de trabalho, um grupo de estudantes maoístas transformou o conflito num protesto com forte carga ideológica (Chen, 2023, p. 506, tradução nossa)⁵.

Ou então, retomando as palavras de Jenny Chan:

Em julho de 2018, a disputa trabalhista na *Shenzhen Jasic Technology* tornou-se politicamente importante. A agência de notícias oficial Xinhua alegou que o conflito era instigado por “uma organização ilegal não registrada” de trabalhadores da Jasic, que estaria tomando “ações radicais”. Mas permaneceu em silêncio sobre o crescente apoio público por parte de estudantes universitários e recém-formados da China continental aos trabalhadores da Jasic detidos. O Grupo de Apoio aos Trabalhadores da Jasic, composto principalmente por membros de jovens estudantes marxistas e maoístas, virou de cabeça para baixo a retórica do partido-Estado. A disparidade entre as ideologias oficiais de classe e as práticas reais do Estado nunca foi tão clara (Chan, 2020, p. 166, tradução nossa)⁶.

No mesmo ensaio, a autora parte de um apanhado acerca da experiência de defesa estudantil para a melhoria dos trabalhadores na atual fase de transformação socioeconômica chinesa para, em seguida, investigar o pensamento e as ações de diversos membros do Grupo de Apoio aos Trabalhadores da Jasic.

Na visão de Feng Chen, uma marca do conflito teria sido dada por uma parcela desses estudantes especialmente identificada com o maoísmo, que teriam transformado a disputa num protesto “ideologicamente carregado”. Chen também chama a atenção para a natureza secreta das suas estratégias de apoio e parece sugerir que, devido à falta de mobilização efetiva entre os trabalhadores, os protestos foram predominantemente conduzidos por estudantes e enquadrados nos contornos do discurso de classe marxista.

Segundo o autor, conflitos semelhantes surgiram esporadicamente em manifestações operárias anteriores. No entanto, raramente estas foram expressas numa ideologia marxista/maoísta. Paralelamente à referência ao Artigo 3º da Lei Sindical, que prevê o direito dos trabalhadores de se envolverem e estabelecerem sindicatos de acordo com a lei, os ativistas do Jasic exigiram direitos de sindicalização. Uma postagem no site “Jasic Solidarity” enfatizou:

⁵ “In May 2018, a labor dispute stemming from unreasonable regulations erupted at the Jasic Company in Shenzhen. Several worker activists spearheaded a demand for unionization, resulting in their dismissal and subsequent arrest while protesting. As additional workers joined the fray, seeking the release of these activists and an enhancement of management conditions, a group of Maoist students transformed this dispute into an ideologically charged protest”.

⁶ “In July 2018, the labor dispute at Shenzhen Jasic Technology became politically consequential. Xinhua alleged that it involved instigation of “an unregistered illegal organization” of Jasic workers into taking “radical actions.”¹ But it remained silent about growing public support by mainland Chinese university students and recent graduates for the arrested Jasic workers. The Jasic Workers Support Group, composed primarily of members of young Marxist and Maoist students, turned the party-state rhetoric on its head. e disparity between social class ideologies and the state’s actual practices has never been clearer”.

A luta contínua pela formação de sindicatos tem imensas implicações. Ela está sendo observada de perto pelos trabalhadores e capitalistas em toda Guangdong. Um sucesso seria um exemplo para os trabalhadores de outras fábricas; um fracasso envolveria a classe trabalhadora nas trevas mais uma vez. Tanto os trabalhadores como os empregadores consideram que não podem perder a batalha (Jasic Solidarity *apud* Chen, 2023, p. 507, tradução nossa)⁷.

Abraçando este ponto de vista, uma carta aberta de estudantes da Universidade de Pequim, endossada por mais 1.600 signatários de várias universidades, descreveu o protesto de Jasic como uma personificação da “organização disciplinada da classe trabalhadora e do destemido espírito de sacrifício”, anunciando uma transformação histórica e a busca de libertação de classe. As pesquisas registram outras cartas a partir de outros centros urbanos, como Xangai e outras cidades.

Tendo reunido uma série impressionante de testemunhos escritos e orais, Jenny Chan nos brinda um relato que ilustra as suas trajetórias pessoais e os diversos níveis de encontro que cada um deles teve com versões do marxismo e do maoísmo, entre outras correntes intelectuais, bem como tentativas de resposta estratégica às lutas dos trabalhadores. As táticas de protesto e mobilização social demonstram as severas restrições à sindicalização, ao ativismo estudantil e à solidariedade proletária.

Interessante notar que, em possível contraste com a interpretação oferecida por Feng Chen, a questão da extensão e profundidade da aliança entre estudantes e operários, tanto com respeito à experiência como aos objetivos da interação - e ainda que a periodização sugerida por Chen seja útil -, talvez diga menos sobre uma diferença cronológica e mais sobre momentos ou dimensões que ocorrem em paralelo em distintos lugares. Ou às vezes com uma distância entre si bem menor do que a referência anterior sugeriria.

Assim, por exemplo, Jenny Chan faz notar diversos outros exemplos de adesão estudantil apaixonada às lutas dos trabalhadores, algumas das quais remontando a quase duas décadas atrás. Como a própria autora chama a atenção, estudantes universitários de uma vasta gama de disciplinas, incluindo Direito, História, Antropologia, Sociologia, Serviço Social, além de estudos de gênero, meios de comunicação social e jornalismo, e medicina, há muito tempo se envolvem com os trabalhadores, especialmente mulheres migrantes e trabalhadores feridos.

Alguns estagiaram em centros de trabalhadores patrocinados por Hong Kong, outros em organizações de direitos trabalhistas geridas pela China continental para oferecer consultoria jurídica, exames de saúde, formação de sensibilização feminista e outros programas de assistência a grupos marginalizados. Outros ainda levaram a cabo investigações independentes e projetos culturais de multimeios, entre diversos exemplos citados (Chan, 2020).

Em todo caso, a literatura registra o surgimento de grupos de estudantes marxistas ou maoístas nos campi chineses na década de 2000, em meio à ascensão da “nova

⁷ “The ongoing struggle for trade union formation holds immense implications. It’s being closely observed by workers and capitalists across Guangdong. A success would set an example for workers in other factories; a failure would shroud the working class in darkness once more. Both workers and employers think that they cannot afford to lose the battle”.

esquerda” nos círculos intelectuais da China (Chen, 2023). Já a partir de 2012 e, contraditoriamente, o mesmo regime de Xi Jinping que aumentou a repressão, parece também ter fornecido elementos de uma revitalização de certa ideologia comunista “ortodoxa”, encorajando os estudantes a abraçarem o marxismo e/ou o legado maoísta para criticar o capitalismo contemporâneo. Para uma parcela de estudantes não comprometidos com o regime oficial, não foi difícil passar da crítica ideológica à denúncia das políticas neoliberais, por intensificarem a desigualdade econômica, a exploração dos trabalhadores e os danos ambientais. Os estudantes organizaram sociedades de estudo marxistas em diversas universidades em todo o país, como por exemplo, na Universidade de Pequim, na Universidade Renmin e na Universidade de Línguas de Pequim, para citar algumas das mais conhecidas. Outros divulgaram ideias marxistas e maoístas em meios digitais, nos quais discutiram problemas socioeconômicos que vão desde a desigualdade, a pobreza e a exploração do trabalho até à mercantilização da educação e dos cuidados de saúde.

Ainda assim, retomando aqui o relato de Feng Chen, não foi senão em 2018 que o nível de engajamento de estudantes com a luta operária deu um salto de proporção, precisamente na luta da Jasic. Apesar de assinalar antecedentes históricos dignos de nota, como uma greve dos trabalhadores da limpeza na Cidade Universitária de Guangzhou que contou com apoio substancial dos estudantes, para Chen o caso da Jasic constituiu um fenômeno em certa medida único (Chen, 2023).

Finalmente, a seção conclusiva reflete sobre o controle cada vez maior do regime de Xi sobre a sociedade civil e o espaço cada vez menor em que a interação entre estudantes e trabalhadores pode ocorrer. Conforme o relato de Chan, diversas organizações de direitos trabalhistas encarregadas de apoiar a luta da Jasic também foram fechadas por funcionários do governo. No distrito de Pingshan, em Shenzhen, por exemplo, pelo menos dois grupos, o Centro de Trabalhadores Migrantes (打工工者中心心 Dagongzhe Zhongxin), e o Centro de Assistentes Sociais Qingying Dreamworks (青青鷹夢工工場 Qingying Menggongchang), foram fechados.

No primeiro, Fu Changguo, o principal funcionário acusado de “incitar” os protestos na Jasic, foi detido por mais de um ano, começando em 10 de agosto de 2018, antes de ser finalmente libertado. No último, seis funcionários, incluindo He Pengchao, ex-aluno da Universidade de Pequim, foram detidos em novembro de 2018, tiveram acesso negado a advogados e a familiares e foram vistos apenas meses depois, obrigados a fazer “confissões” em vídeo.

Conseqüentemente, qualquer tipo de ativismo operário ou em favor dos trabalhadores, qualquer que seja a sua base teórica e discursiva, será provavelmente reprimido enquanto o PCCh e o Estado o considerarem perturbador da ordem social. Os protestos liderados por trabalhadores demitidos são frequentemente dispersados à força e os seus líderes são detidos e processados. As ONGs de apoio aos trabalhadores foram implacavelmente esmagadas em 2015 e 2019, tendo seus líderes sido detidos e encarcerados, levando ao encerramento da maioria desse tipo de organização. O protesto na Jasic culminou também com a detenção de ativistas estudantis, alguns dos quais foram coagidos a fazer confissões na televisão.

Em face à repressão do regime, alguns atores-chave adotam compreensivelmente uma linguagem, em certo sentido, ambivalente. Exemplo maior disso talvez seja o próprio CLB. Como vemos na conclusão do relatório sobre o mapa de greves do ano passado, citado na seção anterior, por um lado ali se afirma:

Nestas circunstâncias, os trabalhadores da China precisam de sindicatos que possam representá-los antes e depois de os seus direitos serem violados. Um tal mecanismo, funcionando adequadamente, apoiaria os objetivos econômicos e sociais do país, garantindo que tanto os direitos públicos como privados fossem protegidos e que os cidadãos pudessem ter uma oportunidade justa de ganhar uma vida digna (CLB, 2024, tradução nossa)⁸.

Ao mesmo tempo, em outro trecho a seguir, o relatório declara:

Enquanto os trabalhadores lutam pelos seus direitos, e o CLB há muito que defende que o sindicato oficial da China assuma o seu mandato de representar os trabalhadores, ainda reconhecemos que são necessárias novas ferramentas e estratégias para apoiar o movimento dos trabalhadores na China. Em 2023, a CLB começou a procurar o envolvimento com intervenientes ao longo da cadeia de abastecimento no meio de mudanças dramáticas na indústria de transformação da China (CLB, 2024, tradução nossa)⁹.

Apontamos essa aparente ambiguidade como sinal da força de opressão (“repressão preventiva”) exercida pelo regime de Xi, já que está fora de questão a coragem e tenacidade dessa organização na defesa intransigente dos trabalhadores chineses e seus direitos. A mesma conclusão citada anuncia com letras grandes que “os trabalhadores precisam de representação e de novas ferramentas em face às violações de direitos generalizadas”.

Poderíamos concluir, de novo, com as palavras de Jenny Chan:

A ‘repressão de 24/8’ do movimento da Jasic em 2018, e as suas consequências em 2019, constituem a maior ação repressiva desde dezembro de 2015 (quando mais de duas dezenas de ativistas sindicais foram detidos pelas autoridades na província de Guangdong). Em retrospectiva, quando os líderes operários da Jasic foram despedidos, não ocorreu nenhuma greve, limitando as oportunidades de educar, agitar e organizar a nível do local de trabalho (Chan, 2020, p. 179, tradução nossa)¹⁰.

A autora prossegue constatando que, por mais importante que tenha sido o engajamento público de ativistas, tanto mais velhos quanto mais jovens, bem como de

⁸ “Under such circumstances, China’s workers need trade unions that can represent them before and after rights are violated. Such a mechanism, functioning properly, would support the country’s economic and social goals by ensuring both public and private rights are protected, and citizens can have a fair chance at earning a decent livelihood”.

⁹ As workers are fighting for their rights, and CLB has long advocated for China’s official trade union to take up its mandate to represent workers, we still recognise that new tools and strategies are needed to support the workers’ movement in China. In 2023, CLB began to seek engagement with actors along the supply chain in the midst of dramatic changes to China’s manufacturing industry.

¹⁰ “The ‘8.24 crackdown’ of the Jasic movement in 2018, and its fallout in 2019, was the largest repressive action since December 2015 (when more than two dozen labor activists were rounded up by the authorities in Guangdong province).⁶⁸ In retrospect, when the Jasic worker leaders were laid off, no strike occurred, limiting the opportunities to educate, agitate, and organize at the workplace level”.

associações de estudantes universitários, o apoio moral por si só não poderia suprir tudo o que seria necessário para a vitória. Chan (2020) nota que o Estado chinês apregoa um discurso marxista e de Estado de direito nos seus discursos, enquanto as restrições aos direitos coletivos dos trabalhadores permanecem muito rigorosas.

Como vimos anteriormente, em diversos locais de trabalho em Guangdong, marcadamente após ondas de greves no rescaldo da crise financeira global de 2008, as autoridades supostamente tentaram facilitar a resolução de conflitos trabalhistas e a negociação coletiva sobre salários para conter a insatisfação. Porém, segundo Chan (2020), tal forma de gestão da crise, liderada pelo partido-Estado, resultou em ganhos econômicos apenas modestos para os trabalhadores prejudicados.

CONCLUSÃO

Caberia então perguntar: seriam então sombrias as perspectivas para o ativismo operário chinês? Numa avaliação ousada, a ativista acadêmica Pun Ngai vê que a geração mais jovem está explorando ativamente “qual caminho a China deve seguir”, envolvendo um desafio à “sociedade capitalista neoliberal” e uma tentativa de construir “uma sociedade verdadeiramente socialista” (Chan, 2020).

Jenny Chan conclui seu estudo afirmando que a aliança entre estudantes e trabalhadores é precária face ao poder estatal irrestrito. De fato, à medida que o regime de Xi procura reforçar o seu controle absoluto sobre a sociedade civil, muitos acadêmicos na China e no exterior compartilham uma perspectiva pessimista sobre a possibilidade de concretizar os direitos associativos dos trabalhadores.

Contudo, como a própria autora ressalta, o que se mostrou historicamente, na China e no mundo, é que uma aliança entre trabalhadores e estudantes pode ser uma força poderosa para a transformação. Nesse sentido, nós agregamos, parafraseando um velho sábio europeu, a luta operária age em geral de forma lenta, como a velha toupeira que, embora acumulando derrotas e derrotas, constrói de maneira subterrânea o seu caminho para a liberdade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019. v. 4.

BROWN, William; KAI, Chang (org.). **The Emerging Industrial Relations of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BULLOCH, Douglas. China is running out of cheap rural labor and it's because of failed reforms. **Forbes**, 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/douglasbulloch/2017/03/03/china-is-running-out-of-cheap-rural-labor-and-its-because-of-failed-reforms>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHAN, Jenny; SELDEN, Mark; NGAI, Pun. **Dying for an iPhone**: Apple, Foxconn, and The Lives of China's Workers. Chicago: Haymarket Books, 2020.

CHAN, Jenny. A Precarious Worker-Student Alliance in Xi's China. **The China Review**, [s. l.], v. 20, n. 1, fev. 2020.

CHEN, Feng; YANG, Xuehui. Movement-oriented labour NGOs in South China: Exit with voice and displaced unionism. **Sage Journals**, [s. l.], v. 31, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0920203X17698447>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHEN, Feng. Unveiling Class Discourse: Its Articulation and Generation in Chinese Labor Struggles. **Critical Asian Studies**. [s. l.], v. 55, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14672715.2023.2258889>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CLB. China Labour Bulletin 2023. **Employment and Wages**. 2023. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/employment-and-wages>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CLB. China Labour Bulletin 2024. **China Labour Bulletin Strike Map data analysis: 2023 year in review for workers' rights**. 2024. Disponível em: <https://clb.org.hk/en/content/china-labour-bulletin-strike-map-data-analysis-2023-year-review-workers-rights>. Acesso em: 18.fev.2024.

CLSY. China Labour Statistical Yearbook 2017. **China Statistics Press**, 2018. Disponível em: <http://www.mohrss.gov.cn/2017/zk/indexeh.htm>. Acesso em: 18 fev. 2024.

CHING, Kuan Lee. **Against the Law**: Labor protests in China's rustbelt and sunbelt. California: University of California Press, 2007.

CHUANG, Julia. **Beneath the China boom**: labor, citizenship and the making of a rural land market. California: University of California Press, 2020.

CLARK, William; YI, Daichun; HUANG, Youqin. Subjective well-being in China's changing society. **PNAS**, [s. l.], v. 116, n. 34, p. 16.799-16.804, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/116/34/16799>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ELFSTROM, Manfred; KURUVILLA, Sarosh. The Changing Nature of Labor Unrest in China, **Sage Journals**, [s. l.], v. 67, n. 2, 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001979391406700207>. Acesso em: 18 fev. 2024.

HUANG, Yu; SHARIE, Naubahar. From 'Labour Dividend' to 'Robot Dividend': Technological Change and Workers' Power in South China, **Sage Journals**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2277976017721284>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MAJEROWICZ, Esther. Do campesinato ao exército industrial de reserva: proletarização e determinação salarial na China. In: MAJEROWICZ, Esther; PARANÁ, Edemilson (org.). **A China no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 149-222.

NGAI, Pun. The New Chinese Working Class in Struggle. **Forum Statement**, [s. l.], v. 44, p. 319-329, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10624-019-09559-0>. Acesso em: 18 fev. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. Apresentação no VI Encontro da RBChina ocorrido na UFABC. **Youtube**, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/22RtDE4pJXM>. Acesso em 18 fev. 2024.

SHELTON, Tracey; FANG, Jason. China's economic downturn leads to increased worker protests and strikes across the country. **News**, 2019. Disponível em: https://www.abc.net.au/news/2019-02-16/workers-protests-on-the-rise-as-chinas-economy-slows/10793204?utm_campaign=abc_news_web&utm_content=link&utm_medium=content_shared&utm_source=abc_news_web. Acesso em: 18 fev. 2024.


WANG, Kan; ELFSTROM, Manfred. Worker unrest and institutional change: perceptions of local trade union leaders in China. **Sage Journals**, [s. l.], v. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0920203X16682491>. Acesso em: 18 fev. 2024.

ZHU, Shengjun; PICKLES, John. Bring In, Go Up, Go West, Go Out: Upgrading, Regionalisation and Delocalisation in China's Apparel Production Networks. **Journal of Contemporary Asia**, [s. l.], v. 44, p. 36-63, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00472336.2013.801166>. Acesso em: 18 fev. 2024.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DE ADAM SMITH EM PEQUIM

A CRITICAL ANALYSIS OF ADAM SMITH IN BEIJING

Simone Kawakami Gonçalves Costa¹
<http://orcid.org/0000-0002-3528-6796>



RESUMO

Giovanni Arrighi, economista e historiador italiano, foi, sem dúvida, um dos mais importantes expoentes da corrente teórica conhecida como sistema-mundo. Sua última obra, intitulada *Adam Smith em Pequim Origens e Fundamentos do Século XXI*, de 2007, um ano antes de seu falecimento, foi publicada em um momento em que a situação internacional estava – e vale dizer, segue estando – marcada por novas tensões. Ainda que Giovanni Arrighi não tenha vivido para ver os desdobramentos da crise econômica de 2008, o recrudescimento das tensões entre a China e os Estados Unidos, ou ainda o surgimento de uma nova direita internacional, os questionamentos postos em sua última obra são úteis para pensar em que direção pode se dar um reordenamento do sistema internacional. Neste artigo, a tese de ascensão pacífica chinesa como potencial novo *hegemon* e provável promotor de uma nova ordem, multipolar e menos belicosa é analisada criticamente a partir de considerações postas pelas vertentes derivadas da teoria do imperialismo, além de uma avaliação da constituição de classes da China moderna.

Palavras-chave: China; Estados Unidos; hegemonia; imperialismo; sistema internacional.

ABSTRACT

Giovanni Arrighi, Italian economist and historian, was undoubtedly one of the most important exponents of the theoretical current known as world-system. His last work, entitled *Adam Smith in Beijing Origins and Foundations of the 21st Century*, in 2007, a year before his death, was published at a time when the international situation was and that is to say, continues to be marked by new tensions. Even though Giovanni Arrighi did not live to see the consequences of the 2008 economic crisis, the resurgence of tensions

¹ Doutora em Economia Política Internacional pela UFRJ. Email: etrualis@gmail.com.

between China and the United States, or even the emergence of a new international right, the questions raised in his latest work are useful for thinking in which direction the international system can be reordered. In this article, the thesis of Chinese peaceful rise as a potential new hegemon and likely promoter of a new, multipolar, and less bellicose order is critically analyzed based on considerations posed by the strands derived from the theory of imperialism, in addition to an assessment of the class constitution of the Modern China.

Keywords: China; United States; hegemony; imperialism; international system.

GIOVANNI ARRIGHI E A TEORIA DO IMPERIALISMO

Os primeiros anos do século XXI suscitaram diversos debates acerca da possibilidade de uma nova ordem internacional. Giovanni Arrighi (2007), economista e historiador italiano, em sua última obra intitulada *Adam Smith em Pequim Origens e Fundamentos do Século XXI*, busca analisar os traços fundamentais da decadência dos Estados Unidos como potência hegemônica, elaborando a tese de que esse processo daria espaço à ascensão pacífica chinesa. Para Giovanni Arrighi, a decadência da hegemonia norte-americana teria se iniciado com a crise de acumulação capitalista em 1970; e assumiria um caráter mais acentuado com a crise do governo de George W. Bush, apoiado no projeto dos neoconservadores de guerras unilaterais e preventivas, acelerando o questionamento do exercício de poder global por parte dos Estados Unidos. Tal percepção haveria se generalizado devido à falência dos objetivos almejados pela administração de George W. Bush com a guerra do Iraque e do Afeganistão no plano internacional. Porém, o processo de decadência da hegemonia norte-americana não assume, para o autor, o sentido de que os Estados Unidos já não mais exerceriam o papel de principal potência dominante. Essa dominação demonstraria sua vigência, sobretudo na esfera militar e cultural. Para defender essa tese, Giovanni Arrighi resgata o conceito de hegemonia tal como Gramsci o concebera para os Estados nacionais, e o adapta para analisar as relações interestatais.

Grosso modo, o conceito de hegemonia em Gramsci engloba a relação entre a sociedade civil e a sociedade política. Quando determinado grupo ou classe social torna-se hegemônico, assume não apenas o exercício de uma dominação econômica como ainda necessita deter a capacidade para dirigir o conjunto da sociedade moral, cultural e intelectualmente. Portanto, para Gramsci, dominar não equivale a exercer hegemonia, já que, para isso, os setores dominantes devem integrar as classes subalternas, gerando e apoiando-se em certo consenso constituído a partir das instituições da sociedade civil.

Dessa forma, a supremacia de um grupo social assume duas formas: “dominação” e direção moral e intelectual. Um grupo social é dominante sobre os grupos inimigos aos quais tende a “liquidar” ou submeter com a força armada, e é dirigente sobre os grupos aliados. De acordo com essa interpretação, a hegemonia está determinada pela dialética entre força e consenso. Quando a força prevalece, o que se tem é a preponderância da dominação; e quando é o consenso, há o exercício de hegemonia (Anderson, 2018).

Nesse marco, na leitura de Giovanni Arrighi (2007), há um processo a partir do qual a crescente corrosão da capacidade dos Estados Unidos em exercer hegemonia por consenso anuncia a irrupção do que se caracterizaria como “crise terminal do grande século norte-americano”. A crise capitalista internacional, iniciada nos anos 1970, cuja resolução se dará mediante uma financeirização sem precedentes da economia, combinada à retirada de direitos da classe trabalhadora dos países de economia desenvolvida (Husson, 2006), marcando o início da era do neoliberalismo, é sugerida na análise de Giovanni Arrighi (2007) como uma crise sinalizadora da decadência histórica dos Estados Unidos como potência hegemônica. Por sinalizadora, entende-se como aquela que inaugura o processo de decadência hegemônico, não se tratando necessariamente de uma crise culminante. A administração de George W. Bush, e mais especificamente a sua reação após o atentado de 11 de setembro de 2001 com a deflagração de sua agenda de guerras unilaterais, precipitou a crise terminal da hegemonia dos Estados Unidos, que estaria em processo até os dias presentes.

Sobre esse pano de fundo, as dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas que emergem nos primeiros anos do século XXI forçosamente recolocam para a análise das relações internacionais o dilema sobre qual nação, ou distribuição de poder, reuniria as condições necessárias para substituir o papel dos Estados Unidos. Decerto existem muitas interpretações que negam que a hegemonia norte-americana estaria em decadência. Há ainda as que sugerem que a situação atual seria marcada por uma “não mais” hegemonia norte-americana, que se combina com um “ainda não” da ascensão de outra potência, levando teóricos e analistas a definirem que estaríamos diante de um mundo não polar, que poderia dar lugar ao caos sistêmico ou a uma ordem multilateral (Hass, 2008).

Adentrando esse debate, Giovanni Arrighi (2007) oferece outra aposta: a de que a ascensão chinesa seria não apenas a variante mais provável para sanar a lacuna deixada pelo *hegemon* anterior, os Estados Unidos, sendo o novo centro ordenador de uma nova ordem mundial frente à *débâcle* norte-americana, como ainda abriria um momento histórico marcado por um concerto de forças mais equilibrado entre as nações que o predecessor, marcado pela hegemonia norte-americana. O que nos interessa, nesse caso, é elaborar um diálogo com o pressuposto teórico da leitura cíclica do desenvolvimento da acumulação capitalista traçado por Giovanni Arrighi, que permite sustentar sua hipótese de ascensão pacífica à qualidade de nova potência hegemônica por parte da China, e elencar algumas contradições desta para o cumprimento desse papel.

GIOVANNI ARRIGHI E OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Sempre tomando seu *Adam Smith em Pequim*, podemos dizer que o marco teórico de Giovanni Arrighi se fundamenta no fato de que o capitalismo havia se desenvolvido com base em ciclos sistêmicos de acumulação. Assim, o autor parte de uma tentativa de captar a dinâmica de desenvolvimento internacional do capitalismo, nascido em fins da Idade

Média quando tem lugar a primeira grande crise financeira do século XVI, até se constituir como um sistema planetário, que se distingue em cada momento histórico pela existência de um centro, uma periferia e uma semiperiferia sistêmica. Isso implica uma distinção dos papéis que cada nação cumpre no sistema internacional, no qual há uma economia hegemônica que articula o conjunto do sistema. Cada momento marcado pela dominação de determinado ciclo hegemônico se caracteriza por um ordenamento social, político, cultural e ideológico orientado pelas feições próprias dessa economia determinada, que estende seus valores e ideais por todo o mundo. Cada um dos ciclos econômicos, que perfazem para os teóricos do sistema-mundo “séculos longos”, encontra suas fases declinantes na crescente predominância do capital especulativo e financeiro, levando a crises de proporções históricas no âmbito da economia, que fatalmente se fazem sentir na esfera política de dominação mundial. Assim, Giovanni Arrighi resgata os ciclos de desenvolvimento capitalista desde o século XVI, e estabelece um padrão que se repete até os nossos dias.

[...] quatro ciclos deste tipo, cada um deles englobando um século longo: o ciclo holandês, do fim do século XVI ao fim do XVII; o ciclo britânico, de meados do século XVIII ao início do XX, o ciclo norte-americano do fim do século XIX até a mais recente expansão financeira. Cada ciclo recebe o nome do complexo específico que o definiu e conduziu o sistema capitalista mundial rumo à expansão material e, em seguida, à expansão financeira. Os sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação sobrepõem-se uns aos outros no início e no fim, porque as fases de expansão financeira foram não apenas o ‘outono’ e evoluções importantes do capitalismo mundial, como também períodos em que um novo complexo governamental e empresarial dominante surgiu e, com o tempo reorganizou o sistema, tornando possível nova expansão (Arrighi, 2007, p. 240).

O momento presente estaria então determinado pela sobreposição de ciclos sistêmicos. Para Giovanni Arrighi, a China emerge como o novo complexo dominante não apenas pelo crescimento experimentado desde a abertura promovida por Deng Xiaoping nos anos 1980 mas também pela sua própria trajetória histórica. Apropriando-se de alguns dos conceitos elaborados sobre o desenvolvimento econômico legado por Adam Smith, Giovanni Arrighi aponta que o país asiático teria trilhado o caminho “natural” de desenvolvimento. Esse deveria ser entendido como aquele em que “a maior parte do capital é em primeiro lugar dirigido para a agricultura, depois para a manufatura, e por último para o comércio exterior” (Arrighi, 2007, p. 51). Assim, Arrighi, inspirando-se em Adam Smith, distingue o desenvolvimento da economia de mercado e o desenvolvimento capitalista como duas vias distintas e particulares. Isso teria levado a que o Oriente se caracterizasse por Estados fortes, mas não beligerantes, ao contrário do Ocidente, cuja dominação econômico-estatal capitalista levou à expansão territorial e à disputa pelo mundo com base em guerras. De acordo com o autor:

A extroversão da luta de poder europeia foi um dos principais determinantes para a combinação peculiar entre capitalismo, militarismo, e territorialismo que impulsionou a globalização do sistema europeu. A dinâmica oposta do sistema asiático-oriental, no qual a introversão crescente da luta pelo poder gerou uma combinação de forças políticas e econômicas sem tendências à expansão territorial “interminável” (Arrighi, 2007, p. 54).

Tendo em vista que cada nação hegemônica em ascensão transforma suas peculiaridades econômicas, culturais e sociais em universais, a decorrência da ascensão chinesa seria, portanto, para o autor, a irrupção de um equilíbrio de forças internacionais mais equitativo, marcado pelo predomínio do consenso em detrimento da força, proveniente do próprio caráter do desenvolvimento histórico oriental.

Quando comparamos sua dinâmica [do sistema Ocidental com o Oriental] duas diferenças fundamentais tornam-se evidentes. Em primeiro lugar, a dinâmica do sistema europeu caracterizava-se pela incessante competição militar entre seus componentes nacionais e pela tendência à expansão geográfica tanto do sistema quanto de seu centro mutável. Longos períodos de paz entre as potências europeias eram a exceção, não a regra [...]. Em forte contraste com esta dinâmica, o sistema de Estados nacionais da Ásia oriental destacou-se pela quase ausência de competição militar interna, e expansão geográfica externa. Assim, com exceção das guerras de fronteiras da China, [...] os estados nacionais do sistema asiático-oriental, antes de sua incorporação subordinada ao sistema europeu, viveram em paz durante trezentos anos (Arrighi, 2007, p. 240).

Um dos grandes problemas teóricos que suscita interesse a partir dessa afirmação encontra-se na relação existente entre a análise do desenvolvimento histórico da Ásia Oriental como um processo predominantemente pacífico, e sua relação com a tese de renovação cíclica do capital, presente nas principais obras de Giovanni Arrighi. Apesar de ter afirmado que todas as vezes que os processos de acumulação de capital em escala mundial, tal como instituídos em dada época, atingiram seus limites, seguiram-se longos períodos de luta interestatal (Arrighi, 1999), e a noção de que a China poderia emergir pacificamente parece indicar outro sentido. No caso, o de uma preponderância da sua constituição histórica mais pacífica se comparada às formações das potências ocidentais. Essa concepção vem imbuída da ideia de um movimento de repetição de um ciclo de declinação-emergência das potências hegemônicas. A aposta de Giovanni Arrighi pela ascensão pacífica chinesa, e os seus efeitos no sistema internacional, pode ser otimista, porquanto prevê uma hegemonia pacífica, que venha equilibrar os poderes. Sua leitura indica que o “caos sistêmico” não deve ser apreendido de uma perspectiva catastrófica. As crises que se abrem quando um momento de acumulação capitalista atinge seu fim e se inicia a expansão financeira de uma nova potência hegemônica, apesar de gerar um aprofundamento da competição interestatal entre as potências do centro e os processos sociais, sempre são resolvidas pela substituição da antiga hegemonia por um novo poder estatal e econômico emergente.

O ponto crítico dessa análise é que não está posta a possibilidade teórica de uma ruptura, ou transformação qualitativa pensada em termos históricos, como, por exemplo, foram as revoluções do início do século XX, ou ainda as grandes guerras envolvidas na substituição da hegemonia britânica pela norte-americana. Ainda que tenha dado destaque para o papel das guerras nos processos de mudança hegemônica, em especial em *O longo século XX*, Arrighi (2007) tende a dissipar esse fator. As transformações entre as distintas hegemonias fazem com que complexidades se agreguem a cada novo ciclo, por conta do incremento constante de tamanho e poder alcançado pelos *hegemons*.

Nessa perspectiva, a análise, mesmo sendo extremamente rica em elementos históricos, não apreende as implicações do processo de complexificação das relações interestatais, e seus impactos, em termos sociais e políticos, são para além dos econômicos, envolvidos nos processos de ascensão e queda das potências hegemônicas. Basta notar que o crepúsculo da hegemonia britânica e a ascensão dos Estados Unidos em seu lugar foram marcados por duas guerras mundiais e tantos outros processos revolucionários que se imbricam em meio àquelas e que transformaram o mapa do sistema. Ainda que em suas obras Giovanni Arrighi nomeie esses processos, a hipótese de uma ascensão absolutamente pacífica da China à qualidade de um novo *hegemon* parece ser questionável, na medida em que o padrão das recentes potências hegemônicas foi marcado pelas maiores convulsões sociais da história contemporânea.

Em outras palavras, esse método que parte de que haveria uma hierarquia dinâmica entre o poder estatal e a empresa capitalista acaba fornecendo linhas de uma abordagem histórica e da estrutura do mercado mundial capitalista que ignora a possibilidade de existência de relações de produção distintas. Assim, oferece uma análise de que os traços assumidos pelo desenvolvimento do mercado mundial criado pelo capital mercantil, há cinco séculos, atenderam aos mesmos padrões que o capitalismo atualmente. Tal leitura pode revelar, com muita riqueza de elementos históricos, momentos fundamentais da constituição capitalista, mas sem que se dê a devida importância aos processos sociais e conflitivos que moldaram os ciclos de acumulação ao longo dos séculos, e que foram responsáveis por transformar suas feições.

Tais teses poderiam encontrar bases em orientações nas diretrizes apresentadas pela China sobre a sua posição no sistema internacional após a revolução maoísta de 1949, em especial, pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. No imbricado contexto da Guerra Fria, a China e a URSS intercalavam momentos de colaboração com outros de tensão aberta, evidenciando que, no caso de tais relações, não se tratava de uma cooperação automática orientada pelo objetivo estratégico de expandir o socialismo, mas de aspirações tipicamente nacionais. Abordar em profundidade todos os reverses da relação sino-soviética na década de 1950 supera os objetivos do presente trabalho. Porém, cabe ressaltar que a definição acima posta fora crucial para a elaboração da política externa chinesa nas décadas seguintes, que levaria a um aumento das tensões entre ambos os países até chegar ao ponto culminante da ruptura de relações. Kissinger relata o período observando a movimentação em torno da guerra da Coreia em 1950:

Em 19 de outubro, depois de vários dias de protelação à espera de uma garantia de suprimentos soviéticos, Mao ordenou que o exército entrasse na Coreia. Stalin prometeu apoio logístico substancial, contanto apenas que não envolvesse confronto direto com os Estados Unidos (por exemplo, cobertura aérea sobre a Manchúria, mas não sobre a Coreia). A desconfiança mútua era tão desenfreada que Zhou nem bem regressara a Moscou, de onde podia se comunicar com Pequim, e Stalin aparentemente já voltara atrás [...]. Ambos os líderes comunistas haviam explorado as necessidades e inseguranças um do outro. Mao conseguira obter os suprimentos militares soviéticos para modernizar seu exército [...] e Stalin amarrara as mãos da China num conflito com os Estados Unidos na Coreia (Kissinger, 2011, p. 135).

Zhou Enlai, o proeminente primeiro-ministro da República Popular da China de 1949 até sua morte em 1976, e o responsável pelo delineamento de uma nova orientação diplomática, que visava primeiramente a sedimentar o prestígio internacional do país, esteve no funeral de Stalin e foi o responsável por estreitar as relações com a União Soviética (URSS). No decorrer do ano de 1954, as negociações com Nikita Krushev prosperaram e, pela primeira vez naquele ano, o principal dirigente soviético visitou Pequim, seguido de uma cooperação para a fabricação de armamentos que se prolongou até o ano de 1955. Essa reaproximação não se constituía como um acontecimento fortuito, mas estava relacionada à elaboração das diretrizes oficiais contidas nos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica*, elaboradas por Zhou Enlai no ano de 1955. De acordo com essas orientações – que foram adotadas como uma espécie de normatização oficial das relações internacionais após a guerra entre o Vietnã e a França em 1954 –, a atuação dos países na esfera internacional deveria se caracterizar pelos princípios de respeito mútuo e não agressão da soberania nacional, não agressão entre as nações, não intervenção nos assuntos internos de um país, igualdade e benefícios recíprocos e, por fim, coexistência pacífica entre os Estados de determinação de classe distintos. Ou em outros termos, coexistência pacífica entre países capitalistas e os do “socialismo real”.

Tais princípios adotados a partir da Conferência de Bandung pelos países conhecidos como parte do Movimento dos Não Alinhados² teve como principais expoentes o Egito, a China e a Iugoslávia. Buscava oferecer uma agenda em favor da descolonização, salvaguardando-se, no entanto, da possibilidade de que isso se desse a partir de levantes anticolonialistas. Dessa maneira, buscavam adotar uma política de descolonização pactuada, que se combinava com uma reivindicação de desenvolvimento econômico. Em certo sentido, pode-se considerar que o Movimento dos Não Alinhados era uma tentativa de resposta por parte das classes dominantes de tais nações à ascensão da ordem instaurada pela época imperialista, segundo a qual a disputa se daria no momento atual pela exportação e extração de capitais provenientes das nações imperialistas, e não mais da exploração tipicamente colonialista. Mas sua existência não atendia apenas à aspiração das classes dominantes como também teria o objetivo de controlar os intensos movimentos populares nacionalistas nos países outrora coloniais, que tiveram seu ápice durante a década de 1950.

Dessa maneira, em troca da aceitação da conformação de Estados formalmente independentes, seriam estabelecidos os pactos responsáveis pela normatização das relações econômicas correspondentes. Na esfera das relações interestatais, portanto, o Movimento dos Não Alinhados assumiria também a feição de uma independência discursiva em relação aos blocos da Guerra Fria, pois como desenvolveremos a seguir, a política internacional dos países Não Alinhados não foi marcada por uma real independência em relação às principais potências mundiais. No que se refere à China, a adoção dos *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica* atendia a uma necessidade de garantir alguma salvaguarda frente

² Movimento composto pelas nações semicoloniais e dependentes, para usar a categorização contida na teoria do imperialismo dos tipos de Estados existentes.

às duas principais potências do sistema internacional, os Estados Unidos e a URSS, constituindo assim um movimento defensivo, em meio a uma realidade marcada por um equilíbrio instável.

Ainda que a diplomacia chinesa jamais tenha abandonado os *Cinco Princípios*, e esses se constituam como a diretriz vigente até o momento, sua execução não se deu literalmente, o que denota a diferenciação entre as movimentações diplomáticas das políticas concretizadas efetivamente em cada momento. Esses preceitos, quando aplicados concretamente à análise das relações sino-soviéticas, oferecem algumas indicações de relevância para a apreensão da política externa de ambos os países a partir de 1961. Primeiramente, pode-se retomar que o ano de 1961 foi de grande relevância para as tensões internacionais, porquanto marcou a construção do Muro de Berlim, em uma tentativa de conter a evasão dos alemães da República Democrática da Alemanha para a parte Ocidental do país, e já anunciava a Crise dos Mísseis em Cuba, que ocorreria um ano depois. Nesse sentido, tratou-se de um período marcado pelo agravamento das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos, que impactou o conjunto da geopolítica mundial de então, contexto que como resposta daria lugar a uma crescente e contínua aproximação da China com os Estados Unidos em detrimento da URSS. Tal aproximação apenas recentemente entrou em questionamento, em especial, após a crise econômica internacional de 2008, em que esta começou a ser questionada abertamente, seja na plataforma do ex-presidente estadunidense Donald Trump, que buscou redirecionar o centro da política externa estadunidense do Oriente Médio para a China, seja nas aproximações diplomáticas desta com a Rússia. No entanto, cabe ressaltar que a plataforma chinesa de ascensão pacífica serviu antes a interesses defensivos – pavimentando o caminho para uma aproximação dos Estados Unidos de modo a que assim pudesse fazer frente à URSS, em uma movimentação típica das relações interestatais – do que a um desenvolvimento distinto, como sugere Arrighi (2007).

A TEORIA DO IMPERIALISMO E A CRÍTICA DA REPETIÇÃO CÍCLICA

Para o exame dessa questão é interessante, portanto, traçar um contraponto com as vertentes encontradas nas leituras marxistas sobre os ciclos de acumulação e de formação histórica das potências, sua relação com a periferia do sistema e inserção na divisão internacional do trabalho. Como se sabe, na teoria marxiana, a luta de classes assume o papel de atuar como o “motor da história”. Ou seja, o enfoque preponderante no modo de produção como elemento determinante e ordenador do conjunto das relações econômicas, políticas e sociais não se descola dos sujeitos históricos que atuam em cada momento particular. Afirmar que a luta de classes é o motor da história é algo que se poderia traduzir pela noção de que os conflitos constantes – em primeiro lugar, entre as classes no interior de cada nação, mas também entre os distintos Estados, pela apropriação do excedente da produção – moldaram distintas feições do processo de acumulação capitalista. A correlação

de forças de uma classe em determinado momento histórico, bem como a existente entre os países centrais em relação aos periféricos, e, acima de tudo, a possibilidade de ruptura da ordem existente, são determinantes para que se compreenda o desenvolvimento e as transformações do capitalismo e de seu padrão de acumulação. Dessa maneira, mesmo que possa haver elementos que sugiram um padrão cíclico de acumulação de capital, não se pode tomá-los como preponderantes em relação aos conflitos.

A esse respeito, Marx não desenvolveu as reflexões que previa tratar em profundidade em *O Capital*, isto é, as consequências disso para os conflitos entre as nações, as guerras e sua relação com as revoluções, a natureza das crises capitalistas e uma teoria do Estado pós-revolução socialista. Isso ocorreu não apenas pelas imensas dificuldades materiais que são amplamente conhecidas nos momentos em que elaborou *O Capital* mas também porque o próprio avanço do capitalismo em escala mundial ainda não havia atingido sua maturidade, o que fora uma condição fundamental para a análise do surgimento do imperialismo. Coube à literatura marxista, da virada do século XIX para o século XX, o exame mais aprofundado da natureza do imperialismo. Nas tradições típicas das correntes teóricas referenciadas no marxismo, o conceito de *imperialismo* é essencial para a reflexão da distribuição de poder entre os Estados, e para a própria caracterização da natureza de cada um deles.

A primeira formulação de cunho integral deu-se a partir da obra do economista marxista húngaro Rudolf Hilferding (1981), com a publicação de *O capital financeiro*. Embora a obra *Imperialismo*, de John Atkison Hobson (1965), seja datado em 1902 e já abordasse o nascimento do monopólio, esse não considerava que se trataria de uma mudança de época do capitalismo. Nesse escrito, Hilferding (1981) sintetizaria diversos conceitos que posteriormente seriam integrados à leitura de Lênin em relação às transformações mais importantes que operam no capitalismo mundial desde a morte de Marx. Dentre estas transformações, Hilferding (1981) assinala a importância crescente dos cartéis e dos trustes, isto é, da concentração monopólica como o fundamento do imperialismo. Como parte indissociável desse processo, analisa também o novo papel dos bancos que crescentemente se fundiram com o capital industrial. Para lançar luz sobre esse processo, Hilferding realiza um exame bastante aprofundado sobre o papel do crédito e do próprio dinheiro, sem o qual não se podem apreender as transformações econômicas que marcaram a virada do século XIX para o século XX.

Para o economista austríaco, a transformação fundamental do capitalismo vigente naquele momento era a existência e a crescente importância de um mercado acionário. Dessa forma, o capitalista que outrora empregava seus recursos na produção industrial passa a dispor crescentemente do volume total de capital-dinheiro disponível na economia em seu conjunto, sendo esse um aspecto essencial que levaria à fusão do capital bancário e industrial. Combinado a isso, têm lugar os cada vez mais significativos acordos de créditos às sociedades por ações, o que, por sua vez, torna mais fácil a supervisão da gestão do capital empregado. Nesse contexto, tal movimento de capital estabeleceria o nexos existente entre tais organizações, favorecendo a busca pela definição de preços no mercado, de modo a garantir o lucro dos grandes conglomerados:

Os termos de um acordo que estabelece um consórcio monopolista são definidos pelo seu objetivo, que é aumentar o lucro através do aumento dos preços. A maneira mais simples de fazer isso é firmar um acordo de preços. Mas os preços não são arbitrários; eles dependem da oferta e da demanda. Um mero acordo de preços só será eficaz em períodos de prosperidade, quando os preços tendem a subir, e mesmo assim apenas até certo ponto. Os preços mais elevados incentivam a expansão da produção, a oferta aumenta e, no final, o acordo de preços não pode ser mantido, de modo que este tipo de cartel normalmente entra em colapso, o mais tardar quando chega uma depressão. Para que o cartel perdure, o acordo deve ir mais longe e estabelecer uma relação entre a oferta e a procura, de modo a que o preço de mercado acordado possa ser mantido. Deve, portanto, regular o abastecimento e fixar quotas de produção. A prossecução de uma tal política é certamente do interesse do cartel como um todo, mas nem sempre dos membros individuais, que poderiam reduzir os seus custos de produção através da expansão da produção e são constantemente tentados a contornar os regulamentos do cartel. A melhor proteção contra tais evasões é retirar dos membros a função de vender o produto e atribuí-la a uma agência central de vendas do cartel (Hilferding, 1981, p. 205, tradução nossa³).

De acordo com as conclusões às quais chega acerca do desenvolvimento dos monopólios, a competição seria desfavorável na medida em que se daria entre grandes conglomerados igualitários, que já teriam eliminado as empresas de pequeno e médio porte. Nesse sentido, Giovanni Arrighi (1999), em *O Longo Século XX*, traça um breve diálogo com Hilferding, para, em seguida, refutá-lo, ao afirmar que:

Hilferding contempla o mundo do capital como uma série de possibilidades, dentro das quais a variedade financeira, um resultado muito recente de acordo com o que ele considera, tende a predominar sobre as demais, penetrando-as desde dentro. É uma opinião com a qual eu estaria disposto a estar de acordo, com a salvaguarda de que eu entendo que a pluralidade do capitalismo data de tremendamente atrás. O capitalismo financeiro não era nenhum recém-nascido em princípios do século XX; sustentava inclusive que no passado, digamos em Gênova ou Amsterdã [...] o capital financeiro se encontrava já em condições de ter o controle e dominar, durante um tempo pelo menos, todas as atividades do mundo empresarial. (Arrighi, 1999, p. 195).

Dessa forma, Giovanni Arrighi reafirma sua visão de ciclos sistêmicos da acumulação capitalista contra a de Hilferding, realizando uma espécie de justaposição de épocas. O fundamento, e principal lacuna dessa abordagem, reside em que é difícil equiparar o capital-dinheiro acumulado pelos comerciantes das cidades-estados italianas ao capital-dinheiro da Holanda, que foi utilizado para conceder empréstimos às distintas casas reais da Europa, com o excedente de capital alcançado, o que, por sua vez, possibilitou o

³ “The terms of an agreement establishing a monopolistic consortium are defined by its purpose, which is to increase profit by raising prices. The simplest way of doing this is to enter into a price agreement. But prices are not arbitrary; they depend upon supply and demand. A mere price agreement will only be effective in periods of prosperity when prices tend to rise, and even then only to a limited extent. Higher prices encourage an expansion of production, the supply increases, and in the end the price agreement cannot be maintained, so that this type of cartel usually collapses, at the very latest when a depression arrives. If the cartel is to endure the agreement must go further and bring about a relationship between supply and demand such that the agreed market price can be maintained. It must therefore regulate the supply and set production quotas. The pursuit of such a policy is certainly in the interest of the cartel as a whole, but not always in that of the individual members, who could lower their production costs by expanding production, and are constantly tempted to circumvent the cartel regulations. The best protection against such evasions is to remove the function of selling the product from the members, and to assign it to a central sales agency of the cartel”.

desenvolvimento da grande indústria. Nesse sentido, mais dificultosa ainda resulta ser a tentativa de compreender como teria se dado a extensão do capital industrial por todo o globo, que atuou como responsável pela conseqüente exacerbação da competição entre as nações por recursos, que seria, em seguida, substituída por mercados para exportação de capitais, e atualmente pela financeirização que assume formas absolutamente particulares.

Por sua vez, quem dará conta desse processo combinando suas dimensões, partindo de Hilferding, mas extrapolando seus limites, é Lênin. Como assinala Wilfred Dotschalch:

Lênin também critica quando escreve a propósito da definição do capital financeiro por Hilferding como “capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam”: Essa definição é incompleta na medida em que não indica um dos momentos mais importantes: a concentração sempre maior da produção e do capital a um ponto tal que a concentração conduz e conduziu ao monopólio. Lênin coloca a gênese do capital financeiro, e o conteúdo desse conceito, na concentração da produção, nos monopólios nascidos dessa concentração e no domínio dos bancos sobre a indústria [...]. Em Hilferding (há) uma suposição: um cartel geral poderia regular conscientemente toda a produção capitalista. Admitir essa hipótese torna supérflua a solução revolucionária das contradições de ordem social existentes. Ela suscita a esperança de estabelecer uma ordem socialista por reformas pacíficas (Dotschalch, 2011, p. 62).

Lênin (1984) oferecerá outra interpretação do fenômeno do imperialismo. Em sua obra *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916, sintetiza alguns dos fundamentos que o levam a defender que o imperialismo não seria apenas uma nova fase da acumulação capitalista. De acordo com suas teses, o imperialismo inaugurou uma nova época, em que a concentração de capital e o advento dos monopólios se traduziriam no âmbito das relações entre as classes e os Estados, em uma época de “crises, guerras e revoluções”.

Um primeiro elemento constitutivo das transformações do capitalismo seria a passagem do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopólico, cuja expressão mais significativa encontra-se na concentração de capital. Para ilustrar esse movimento, Lênin recorre a dados econômicos de países como a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, na busca por captar como se dera essa transformação. Ele comparou o nível de concentração de capital durante a década de 1880 do século XIX com os índices existentes durante a primeira década do século XX:

Na Alemanha, por exemplo, em cada 1000 empresas industriais no ano de 1882, apenas 3 eram grandes empresas, isto é, empregavam mais de 50 operários assalariados. Em 1894 eram 6, e 9 em 1907. De cada 100 operários correspondiam-lhes respectivamente, 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como indicam os dados relativos às máquinas a vapor, e aos motores elétricos. [...] Noutro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, na acepção estrita da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904 havia 1900 grandes empresas (num total de 216180, isto é, 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares e mais; estas empresas empregavam 1400 000 operários (num total de 5500000, ou seja, 25,6%) e o valor da produção ascendia a 5600 milhões (em 14800 milhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3060 empresas (num total de 268491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6600 000, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (Lênin, 1984).

Lênin aponta que quanto mais intensa for a competição capitalista, mais profundamente operam as tendências à concentração da produção o que, por sua vez, abre caminho para a formação dos monopólios. Com o avanço da industrialização, dão-se também acirradas disputas entre as burguesias industriais de cada um dos países mais avançados, que buscam organizar-se para disputar mercados de forma organizada. Assim, o modo de produção capitalista passou por importantes transformações até alcançar, no final do século XIX, a forma de cartéis, que se originaram a partir da necessidade dos grandes grupos capitalistas nacionais em estabelecer determinados acordos entre si. Tais acordos deveriam viabilizar sua existência em meio às crises econômicas, que com o próprio avanço do capitalismo se tornam mais recorrentes. Posteriormente, os cartéis passaram a ser parte orgânica da economia capitalista, sobretudo nos países avançados, como pilares que passam a estruturar a base econômica da sociedade.

Nas palavras de Lênin, isso resulta em um “gigantesco progresso na socialização da produção”, e consequentes avanços tecnológicos. Essa evolução se opera porque a partir da concentração da produção permite-se saber, por exemplo, “uma estimativa aproximada de todas as fontes de matérias-primas de um país, ou de vários países de todo mundo”, questão que se estende para as inovações tecnológicas (Lênin, 1984). Nesse sentido:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas contra sua vontade e sem que disso tenha consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção permanecem sob a forma da propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, que se reconhece nominalmente subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o restante da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável (Lênin, 1984).

Assim, os detentores do capital monopólico voltam-se contra os pequenos e médios produtores, fixando preços de matérias-primas de modo a aniquilar outros competidores; impedem que os capitalistas menores lhes façam concorrência; fusionam-se para ampliar o seu domínio sobre os mercados. Portanto, os monopólios não eliminam a concorrência, pelo contrário, elevam-na a um grau máximo, que envolve não somente as frações da classe burguesa no interior de cada país como ainda a competição entre os Estados. Quanto mais um país reúne grupos monopólicos em seu interior, mais capital detém, constituindo-se, dessa maneira, em um país imperialista. Como resultante desse processo, a época imperialista é entendida, portanto, como o fim do capitalismo de livre concorrência.

As transformações do capitalismo terminam levando também a mudanças no papel das instituições financeiras. Durante a época do capitalismo de livre-concorrência, o papel do crédito e dos bancos restringia-se, grosso modo, a ser mero intermediário de pagamentos. Quando a concentração da produção tem lugar, o volume de capital necessário para alimentar os monopólios aumenta. O crédito amplia sua importância para a realização de capital, o que leva a que o lucro dos grandes bancos aumente igualmente. A emergência

de operações baseadas em capitais futuros também se amplifica, ainda que de maneira completamente distinta da proliferação do capital especulativo típico da segunda metade do século XX.

Ao monopólio produtivo segue-se o surgimento do monopólio bancário. Os bancos deixam de atuar como meros intermediários, e passam a subordinar, a partir de um punhado de operações, a sociedade como um todo, já que conhecem o segredo comercial das indústrias. Dessa maneira, dominam a economia de conjunto, controlando o crédito às empresas, passando a determinar sua sorte ao se transformarem em fornecedores de capitais. Com base na contabilidade dos grandes bancos é que se conhece a realidade de toda a classe capitalista, bem como de empresários médios e dos trabalhadores. Dessa maneira, os bancos são as instituições que conhecem materialmente o estado geral da economia não apenas de determinados ramos da produção mas também de toda uma nação, e atualmente, pela interligação da rede bancária, de vários países do mundo.

Essa transformação do papel dos bancos, exacerbada no presente, é o fundamento da fusão do capital industrial com o capital bancário, responsável por criar as condições para o domínio inquestionável do capital financeiro. O conceito de *capital financeiro*, para Lênin, não está circunscrito ao capital especulativo. Por *capital financeiro*, Lênin compreende a junção de dois ramos capitalistas, a saber, o capital produtivo, ou industrial, e o capital bancário.

Isso eleva ainda mais a dominação dos monopólios, a partir da compra de ações de outros grandes bancos e conglomerados produtivos, abrindo uma época de intensa simbiose entre os altos executivos bancários – pelo conhecimento que detêm acerca do estado da economia e dos vários monopólios – e os membros dos altos escalões dos governos. De acordo com Lênin:

A união pessoal dos bancos e das indústrias é completada pela “união pessoal” de uns e outros com o governo. Lugares nos conselhos fiscais, escreve Jeidels, são livremente oferecidos a personalidades do Estado que possam facilitar consideravelmente as relações com as autoridades... Geralmente no conselho fiscal de um grande banco encontra-se um membro do Parlamento ou membro da municipalidade de Berlim. Portanto, a estruturação e, por assim dizer, e o pôr em marcha dos grandes monopólios capitalistas, prosseguem a todo vapor por todos os meios “naturais” e “sobrenaturais”. Daí resulta uma divisão sistemática do trabalho entre algumas centenas de reis das finanças da moderna sociedade capitalista (Lenin, 1984).

Esse processo exacerbou a competição interestatal e a divisão internacional do trabalho. Essa competição entre os países imperialistas para dominar os negócios e mercados de países semicoloniais define a partilha do mundo. Mas essa partilha concretizada na exportação de capitais imperialistas não se dá apenas sob a forma de investimento direto, isto é, na produção e na construção de grandes obras nos países da periferia do sistema. Ocorre também sob a forma de empréstimos a juros exorbitantes entre países distintos, que criam as condições para a ingerência capitalista sobre as nações, tanto política quanto economicamente.

Dessa forma, a ascensão da época imperialista resulta igualmente em uma nova caracterização das nações de acordo com distintos graus de dependência que manteriam em relação aos imperialismos mais importantes. Lênin assinala sobre isso que:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países os que possuem colônias e as colônias, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, indicamo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina. “A América do Sul e, sobretudo a Argentina diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico encontra-se em tal dependência financeira frente a Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa”. Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 875 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro e à sua fiel “amiga”, a diplomacia da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial (Lênin, 1984).

Essa definição sobre o caráter dos Estados deve ser apreendida, portanto, não a partir de uma definição de suas bases econômicas e políticas encerradas em suas próprias fronteiras. Antes de tudo, trata-se de uma relação estabelecida entre os Estados, que se desenvolve na arena internacional. São relações interestatais de natureza conflitante, definidas em essência na submissão de certos Estados por outros. A partilha do mundo, entendida como transformações profundas na divisão internacional do trabalho não são pacíficas, e aqueles Estados que nela chegaram atrasados estão em más condições para pleitear um lugar mais destacado:

[...] em fins do século XIX e princípios do século XX a partilha do mundo já havia “terminado” [...] A época do capitalismo moderno mostra-nos que entre os grupos capitalistas se estabelecem certas relações baseadas sobre a partilha econômica do mundo e que paralela e conseqüentemente se estabeleceram entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelos territórios econômicos (Lênin, 1984).

Ainda que a teoria do imperialismo traçada por essa perspectiva não exclua conjunturas marcadas pelo predomínio da estabilidade, em que os acordos diplomáticos assumem a dianteira do concerto de forças entre as nações, é evidente que seu pressuposto se localiza em oposição às análises segundo as quais se poderia rumar para a ascensão pacífica de um novo *hegemon*.

O “longo século XX” – para retomar a nomenclatura de Giovanni Arrighi com suas duas guerras mundiais e diversas revoluções – parece confirmar essa hipótese de Lênin, pelo menos no que se remete à dinâmica assumida naquele contexto histórico. Transcorridas as primeiras duas décadas e meia do século XXI, ainda existem muitas interrogantes sobre quais rumos este século tomará. O que se pode notar, com contornos algo mais nítidos que em seus primeiros anos, é que a hipótese de ascensão chinesa à qualidade de nova potência hegemônica não é tão isenta de contradições. Se, por um lado, seu papel de fornecedora de manufaturas baratas para o mercado mundial tem dado lugar crescentemente ao polo de desenvolvimento de tecnologias avançadas, completando-se com exportação de capitais para diversas áreas da América do Sul e da África, por outro, a transformação de sua localização em potência hegemônica exigiria outras inovações, em outros campos. Em primeiro lugar, inovações em suas posições militares, que apesar de terem passado por um incremento, deveriam sair da atual posição defensiva para uma ofensiva. Isso não apenas em sua área de influência, mas junto ao conjunto do globo.

Em segundo lugar, que também poderia ser o objeto de outro estudo próprio, o exercício da hegemonia mundial por uma potência oriental encontra diversas dificuldades culturais e de ordens semelhantes. Dessa forma, a concepção de Giovanni Arrighi de um novo reordenamento da ordem mundial em torno da China implica fatores mais complexos que a ascendência econômica, e mesmo em importância geopolítica, já que as tendências às guerras não apenas seguem vigentes, como ainda estão se manifestando mais próximas ao centro do sistema internacional, como é o caso da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Por sua vez, ainda que em decadência, os Estados Unidos conservaram sua posição de potência hegemônica assumindo para si o papel de atuar como interventor mundial.

Portanto, a noção de ascensão pacífica propalada pela China como norte das relações internacionais desde a era de Zhou Enlai torna-se uma hipótese de difícil confirmação se tem como objetivo não apenas emergir como uma potência de fundamental importância mas também como a potência hegemônica. Se forem tomados os fundamentos contidos na teoria leninista do imperialismo, se a movimentação chinesa no plano das relações internacionais não se pautou por enfrentamentos com as principais potências, ou mesmo por se postular como um substituto hegemônico aos Estados Unidos, isso se deve mais às debilidades chinesas para emergir como potência imperialista, que podem ter encontrado expressão política e ideológica nas diretrizes da ascensão pacíficas, mas que encontram sua determinação fundamental na sua estrutura econômica, política e social (Ching, 2004). Isso não descarta, porém, movimentações militares defensivas, represálias discursivas em relação a aspectos dissonantes envolvendo os Estados Unidos e a China.

Ademais, conforme a crise capitalista internacional se iniciou, ocorreu um movimento de indagações sobre a possibilidade de uma ascensão pacífica da China. O debate nacional no interior do país encontrou-se marcado pelo questionamento dessa noção, na medida em que o encontro da China com o sistema internacional gerado pelas potências imperialistas ocidentais lançava de maneira explícita a autopercepção chinesa sobre as vias de seu ascenso. Inicia-se a era em que as discussões sobre a relação da China com o conjunto das potências, e mundialmente, estão pautadas não pela sua fragilidade ou

seus temores mas justamente pela sua fortaleza e seu papel de primeira importância no sistema internacional. Sistema esse que, não é demasiado reforçar, não foi elaborado pelos preceitos chineses, nem de acordo aos seus valores.

Nesse sentido, o debate onipresente desde a modernização chinesa das últimas décadas, e que perpassa tanto o seu modelo econômico como os contornos de sua inserção nas relações internacionais, continua girando em torno da disjuntiva entre voltar-se para o seu vasto interior, ou ascender ainda mais como uma nação que, do ponto de vista geopolítico, não apenas seja de primeira importância mas também ocupe o papel de ser o ator central. Assim, emergem vozes no interior da China que debatem a impossibilidade de o país seguir emergindo pacificamente, em grande parte pela ação das potências imperialistas ocidentais. Como definiu o autor chinês Song Xiaojun, citado por Henry Kissinger:

Incontáveis fatos já demonstraram que o Ocidente nunca vai abandonar sua estimada técnica de ‘negociar na ponta da baioneta’, que refinou ao longo de vários séculos. Vocês acham possível que se devolverem suas armas ao depósito e levarem os cavalos de batalha para o pasto isso vai convencer (o Ocidente) a simplesmente abaixar as armas e comercializar pacificamente? (Xiaojun *apud* Kissinger, 2011, p. 485).

Ainda que a China seja o segundo país que mais investe em arsenal militar, a questão de se estaria disposta a substituir os Estados Unidos no papel de interventor constituiu uma incógnita. Igualmente segue sendo uma questão aberta se seria realmente factível do ponto de vista teórico separar os processos de inovação e acumulação cíclica de capital como condição primordial para habilitar uma nação a emergir como potência hegemônica.

Tais leituras partem de uma visão mais afinada com algumas das teses clássicas da teoria do imperialismo, sobretudo a de que a época se caracterizaria por uma encarniçada e constante disputa entre as nações. As nações imperialistas, para manterem a sua posição, e as demais para tentarem emergir – se não reúnem as condições necessárias para tal, que envolve poderio econômico, político, mas também militar –, ao menos negociam por algum espaço, muitas vezes como sócias menores das nações centrais. Esse debate concretamente na China pós-crise econômica internacional, com ascensão da plataforma ultradireitista de Donald Trump e em meio a novas tensões como as da guerra na Ucrânia, está se reacendendo, e opondo aqueles que defendem um país mais aberto ao Ocidente e os que, por sua vez, retomam uma postura mais inspirada no sentido nacionalista, muito embora remodelado pelas temáticas presentes, não sendo apenas uma proposta de reedição do passado.

A EMERGÊNCIA DE UMA CHINA MARCADA POR DIVISÕES DE CLASSE

A República Popular da China inicia seu processo de abertura econômica já nos anos de Mao Tsé Tung. Mas essa trajetória está se dando como um longo percurso, com distintos momentos. O processo de edificação do capitalismo tampouco havia sido concluído na China até 1992, quando há um salto de qualidade nas reformas econômicas. Nesse

ano, durante a viagem de Deng Xiaoping às cidades costeiras do Sul, que já haviam se conformado como zonas de maior desenvolvimento das reformas, pela primeira vez, expressaram-se o apoio e o incentivo aos setores da cúpula partidária que defendiam uma abertura mais radical, e menor controle estatal sobre a economia. No XIV Congresso do Partido Comunista chinês, como consequência disso, adota-se de maneira inédita uma resolução que não incluía qualquer menção à planificação, e se estabelecia como objetivo final a construção de uma “economia socialista de mercado” (Martí, 2007).

Essa fórmula híbrida em verdade assume o conteúdo de uma orientação de clara aceleração das reformas que resultam no processo de restauração do capitalismo. Ou seja, se, anteriormente, os objetivos fundamentais da alta cúpula do Partido Comunista eram dinamizar a economia, sem, no entanto, anular suas bases planejadas, agora isso passaria paulatinamente a ser substituído por uma política que terminaria levando a economia de conjunto a se subordinar ao mercado. Isso daria início à edificação do capitalismo chinês, em um ritmo mais acelerado e claro. Tais diretrizes se traduziriam nas votações do Politburo, que, em sua sessão plenária de março de 1992, distribuiu ao conjunto do partido o Documento Central de número 2, contendo os pronunciamentos de Deng Xiaoping feitos em janeiro e fevereiro do mesmo ano. Nesse documento a orientação elaborada por Deng Xiaoping tomaria a forma de diretrizes políticas para todo o partido, fazendo com que a partir de então, pela primeira vez, se declarasse que os principais perigos para a China adviriam não da ala considerada direitista no interior do próprio partido, mas justamente dos setores que poderiam ser considerados os maoístas ortodoxos. Era uma necessidade da cúpula dirigente chinesa forjar uma nova combinação entre as medidas de abertura de mercado e a manutenção do poder político, cuja dominação jamais esteve colocada em questão. A isso deveria corresponder uma nova formação e discurso ideológico. A China, berço da revolução cultural de outrora, daria cada vez mais lugar a uma concepção crescentemente orientada pela noção de eficácia. Dessa forma, Deng Xiaoping separa a devida determinação de classe, que atua como critério último para o marxismo, da noção de que haveria que perseguir o desenvolvimento das forças produtivas como finalidade primordial:

Não há contradições fundamentais entre um sistema socialista e uma economia de mercado [...]. A questão é que métodos devemos usar para desenvolver as forças sociais de produção de uma maneira mais eficaz. O velho método era bom, porque é bom ter um plano, mas de acordo com nossas experiências dos anos passados concluímos que se apostamos somente na planificação, o desenvolvimento das forças produtivas se atrasaria. Assim, se podemos combinar a planificação com a economia de mercado, creio que ajudaremos a libertar as forças sociais de produção e contribuiremos com a sua aceleração. A experiência nos diz que se nos baseássemos para sempre unicamente no sistema econômico do passado, não seríamos capazes de desenvolver a produção social, assim que o que fizemos foi adotar as coisas úteis do sistema capitalista (Poch-de-Feliu, 2009, p. 54, tradução nossa)⁴.

⁴ “No existen contradicciones fundamentales entre un sistema socialista y una economía de mercado [...]. La pregunta es qué métodos deberíamos utilizar para desarrollar las fuerzas sociales de producción de una manera más efectiva. El método antiguo era bueno, porque es bueno tener un plan, pero según nuestras experiencias de los últimos años, llegamos a la conclusión de que si nos centramos sólo en la planificación, el desarrollo de las fuerzas productivas se retrasaría. Por tanto, sí podemos combinar la planificación con la economía de mercado, creo que ayudaremos a liberar las fuerzas sociales de producción y contribuiremos a su aceleración. La experiencia nos dice que si siempre nos basamos únicamente en el sistema económico del pasado, no podríamos desarrollar la producción social, así que lo que hicimos fue adoptar las cosas útiles del sistema capitalista”.

Já no campo, o início das reformas que colocaram em xeque a coletivização da terra data de quase uma década antes, 1982. É desse período que data o desmantelamento das Comunas do Povo. Ainda que oficialmente elas tenham se mantido sob propriedade coletiva, tornava-se cada vez mais claro o crescimento das empresas rurais privadas.

Da mesma maneira, como produto da aceleração das reformas de 1992, tem lugar a elevação da associação entre empresas estatais e privadas, em sua maioria estrangeiras. Segundo Martí (2007), a aceleração da edificação do capitalismo se expressaria em outro documento adotado pelo Partido Comunista, intitulado “O Documento n 4 Entendimento do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre Reforma Acelerada, abertura mais ampla para o patamar superior e como trabalhar para elevar a economia a um patamar superior seguindo um processo melhor e mais rápido”, que pretendia ser a síntese das vias de modernização do país pelo século seguinte, fundamentada, em especial, na abertura mais ampla para o exterior, dando, inclusive, autonomia para a maioria das províncias do país para receber investimento estrangeiro:

Xangai passaria agora a ser a cabeça de um longo dragão, que estenderia terra adentro ao longo do Rio Yangtze, abarcando Wuhu, Jiujiang, Yueyang e Chongqing. Além de regiões interiores, as áreas fronteiriças receberam status de Zonas Econômicas Especiais num esforço para ao aproveitamento de situações especiais. Tratava-se claramente de uma jogada para tirar vantagem da desintegração da União Soviética, cujas antigas repúblicas situadas na fronteira com a China mantinham laços comerciais mais estreitos com seus vizinhos que com Moscou. Propiciou também à China crescente alavancagem tanto política como econômica em relação às suas minorias e respectivas parentelas do outro lado das fronteiras (Martí, 2007, p. 150).

A transformação nas empresas chinesas abarcava tanto o setor não estatal como o estatal. Ocorre, assim, um movimento na política econômica segundo o qual as empresas estatais passariam a ter mais liberdade para definir sua orientação, sendo avaliadas de acordo com o critério de eficácia. Dessa maneira, empresas consideradas ineficientes poderiam ser fechadas, mas as consideradas produtivas receberiam estabilidade a partir de um sistema de contratos, podendo formar corporações, negociações internacionais e instituir elementos de sistema acionário (Martí, 2007).

Deng defendia princípios capitalistas para as indústrias estatais. Lembremos que ele já concedera ao exército liberdade de ação para sair em busca da integração vertical do seu setor industrial. Somente os fortes sobreviveriam à competição. Isso não era medido por rótulos, mas por índices da economia. Deng mais de uma vez declarou que um desenvolvimento econômico moroso equivalia à estagnação, e estagnação levava ao retrocesso (Martí, 2007, p. 155).

Como resultado, o investimento estrangeiro direto avançou mais rapidamente em comparação com as décadas precedentes. Se, em 1978, o montante proveniente de investimento direto na China perfazia cinco bilhões de dólares, a partir de 1992, alcançaria a média de 40 bilhões de dólares. Dessa maneira, pode-se definir que:

A abertura ao exterior foi se dando ao longo de três fases. A primeira (1979-85) desenvolveu-se através da formação de *joint ventures*, isto é, de uma associação entre os conglomerados estrangeiros e as empresas de origem chinesa. Na segunda (1986-91) suspendeu-se a restrição ao limite da participação do capital estrangeiro que ficou autorizado a participar em quantidades superiores a 50%, além de melhorar o já favorável tratamento fiscal, garantir aos *joint ventures* exportadores e tecnologicamente mais avançados um tratamento mais vantajoso, como, por exemplo, o acesso privilegiado ao abastecimento de água e eletricidade, infraestruturas e diversas facilidades de transporte. Na terceira fase de 1992 em diante, depois da derrota da Praça Tiananmen e uma vez assentado o curso restauracionista, a chegada do capital estrangeiro à economia superou todas as expectativas: de 1990 a 2003 ingressaram mais de 480 trilhões de dólares, o que constitui 97% do IED desde 1979/85 (Chingo, 2004, p. 70, tradução nossa⁵).

Nesse sentido, a modernização chinesa se deu a partir de um duplo movimento. Se, por um lado, a China de Deng Xiaoping passaria a adotar um modelo pautado na abertura de seu mercado, enxergando nessa via os caminhos para a tão almejada modernização, internacionalmente, o capitalismo como sistema econômico global também se via obrigado a buscar novas vias de realização de capital. A confluência dessas duas condições explica as formas concretas e determinadas sob as quais a constituição da China tal como hoje conhecemos se deu. Essa variável resulta ser de extrema importância, pois de nada adiantariam os esforços de Deng Xiaoping em atrair um volume considerável de capital estrangeiro se internacionalmente não houvesse uma extrema necessidade por parte dos monopólios em buscar novos nichos de acumulação.

Do ponto de vista da formação das classes sociais, esse processo teve um grande impacto. A edificação do capitalismo em países como a China, a Índia, a Rússia e o bloco do Leste durante as décadas de 1980 e 1990 contribuiu para alterar radicalmente as condições da força de trabalho mundial. De conjunto, acrescentaram cerca de um bilhão e quinhentos milhões de novos trabalhadores, o que, por sua vez, dobrou a força de trabalho mundial até então existente (Poch-de-Feliu, 2009). Essa transformação alterou, de conjunto, a relação entre o capital e a força de trabalho, favoravelmente ao primeiro, na medida em que se aprofunda imensamente o processo conhecido como a desterritorialização. Sob esse termo, designa-se a saída dos grandes monopólios dos países centrais, em que os salários eram qualitativamente mais elevados, em direção aos países outrora vedados ao acesso do capital. Como consequência, isso fez com que os baixos salários pagos pela força de trabalho chinesa terminassem por depreciar a massa salarial mundial. Portanto, a inserção da China no capitalismo transformou-se desde o início em uma questão de relevância mundial.

⁵ “La apertura al exterior se fue dando a lo largo de tres fases. La primera (1979-1985) se desarrolló a través de la formación de ‘joint ventures’, es decir, de una asociación entre los conglomerados extranjeros y las empresas de origen chino. En la segunda (1986-1991) se levantó la restricción al límite de la participación del capital extranjero que quedó autorizado a participar en cantidades superiores al 50%, aparte de mejorar el ya de por sí favorable tratamiento fiscal, garantizar a los *joint ventures* exportadores y tecnológicamente más avanzados un tratamiento más ventajoso, como, por ejemplo, el acceso privilegiado al suministro de agua y electricidad, infraestructuras y diversas facilidades de transporte. En la tercera fase, de 1992 en adelante, después de la derrota de la Plaza Tiananmen y una vez asentado el curso restauracionista, la llegada del capital extranjero a la economía superó todas las expectativas: desde 1990 a 2003 ingresaron más de 480.000 millones de dólares, lo que constituye el 97% de la IED desde 1979”.

No plano interno, tentando orientar um programa que abarcasse as reformas econômicas em seu conjunto, em consonância com a orientação delineada por Deng Xiaoping, elaboraram-se diretrizes que, em sua totalidade, aceleravam a substituição do modo de produção anterior pelo capitalismo. Primeiramente, assinalava-se que a aceleração do desenvolvimento econômico deveria se assentar na melhora dos índices de desempenho, entendido num sentido de reestruturação produtiva, e não apenas de novos investimentos. Pela primeira vez, anuncia-se que as empresas estatais que não fossem consideradas eficazes seriam fechadas.

A China combinou duas transformações de grande relevância, de modo a abrir o caminho para a tão almejada modernização. De um lado, iniciou a reconversão da indústria estatal e, de outro, estimulou um amplo processo de liberalização de sua economia, financiado por investimentos diretos estrangeiros. A entrada da China na Organização Mundial de Comércio marcaria o início de anos de turbulência, resultantes da política de fim de benefícios sociais exigidos por aquela organização internacional, dentre os quais se destacavam o fechamento de empresas, ou então suas reconversões. Isso transformou radicalmente a estrutura da classe trabalhadora no interior do país, que passou a se dividir em duas classes trabalhadoras, uma tradicional e detentora de direitos alocada nas empresas estatais, e outra proveniente da mão de obra rural, que se instalaria como força de trabalho dos grandes monopólios, e que seria a protagonista da transformação da China. Esse processo de conjunto, denominado por Rafael Poch-de-Feliu (2009) como a grande reconversão, foi o que fez com que as empresas estatais cedessem espaço na economia do país, quando paulatinamente após o ano de 1998 seriam substituídas pelas empresas privadas, que, nos primeiros anos do século XXI, passaram a constituir-se como responsáveis por mais de 65% do PIB do país e 80% do seu crescimento econômico.

Enquanto a classe trabalhadora chinesa socialista minguava, aparecia pujante, outra classe trabalhadora: um exército de cem a duzentos milhões de emigrantes camponeses muito mais parecidos a uma ‘classe trabalhadora’ no sentido de Marx, por carecer de privilégios e sofrer uma exploração sem paliativos. Durante a grande expansão econômica chinesa dos anos 1990, essa classe não conheceu aumentos de salários, nem horários de trabalho, e sofreu uma grande quantidade de abusos e estafas em suas condições de trabalho. Essa classe trabalhadora rural foi chave para atrair o investimento estrangeiro à China, ocupou os postos nas fábricas de manufaturas para a exportação e os andaimes da grande urbanização e obras de infraestruturas (Poch-de-Feliu, 2009, p. 96, tradução nossa)⁶.

Essas diferenças entre as duas classes trabalhadoras terminaram por moldar as desigualdades geoeconômicas, com a maioria das empresas estatais localizando-se no

⁶ “Mientras la clase obrera socialista china menguaba, otra clase obrera apareció vigorosamente: un ejército de cien a doscientos millones de campesinos emigrantes mucho más parecido a una “clase obrera” en el sentido de Marx, ya que carecían de privilegios y sufrían una explotación sin paliativos. Durante la gran expansión económica china de la década de 1990, esta clase no experimentó aumentos salariales ni de jornada laboral, y sufrió una gran cantidad de abusos y abusos en sus condiciones laborales. Esta clase trabajadora rural fue clave para atraer inversión extranjera a China, ocupó puestos en fábricas manufactureras para la exportación y el andamiaje de grandes obras de urbanización e infraestructuras”.

noroeste do país. Em algumas regiões, como em Liaoning, o desemprego aumentou numa progressão extremamente rápida, aliado a uma proliferação dos casos de corrupção por parte das autoridades locais, responsáveis por levar adiante o processo de reestruturação local. Isso fez com que de um centro pujante no noroeste do país passasse a ser o berço da instabilidade, das greves e manifestações iniciadas logo após a adoção das reformas de 1997, seguindo até o momento atual.

Ainda que o desemprego e a reconversão dos antigos setores estatais tenham sido feitos paulatinamente, tendo ainda mantido localidades em que estes subsistem, os planos de reestruturação das empresas estatais maoístas foram responsáveis pelo aumento da pobreza urbana, com uma média de quarenta e sete milhões de demitidos ao longo das últimas duas décadas. Ademais, é também nessa região que se instalaram, ao longo da década de 1990, as fábricas chinesas privadas, nas quais a mão de obra atuava sazonalmente, criando uma parcela da classe trabalhadora que é sujeita ao desemprego constantemente, e ainda mais precária que os demais setores. A jornada de trabalho durante as duas últimas décadas excede as quatorze horas diárias, com uma legislação trabalhista que não é seguida nem submetida à fiscalização (Poch-de-Feliu, 2009).

Do ponto de vista da classe capitalista que se forja, sobretudo os que se tornaram proprietários de parte de ativos outrora estatais, e que muitos dos quais, cabe lembrar, estavam diretamente ligados ao Partido Comunista, o processo de restauração foi extremamente bem-sucedido:

Para os novos capitalistas que se tornaram proprietários dos ex-ativos estatais, as privatizações (ou as políticas de “reestruturação”) foram feitas de maneira absolutamente favoráveis, num processo que muitas vezes se pareceu mais com a transferência de ativos do que propriamente com a venda. Os beneficiários foram agentes com conexões prévias com as empresas, sobretudo ex-gerentes das fábricas e lideranças políticas locais. Geralmente, eles próprios precificavam o valor dos ativos, o que implicava em preços irrisórios ou muito baixos, perdão de dívidas e crédito subsidiado para os compradores sem capital prévio –um processo que, na literatura, foi resumido como uma “privatização para os de dentro”. Há inclusive inúmeros registros de ex-gerentes ou lideranças que não desembolsaram nada, tendo levado a compra adiante por meio de empréstimos a serem pagos com a lucratividade futura da própria empresa privatizada (Nogueira, 2017, p. 8).

Desde então, a participação internacional das empresas chinesas em determinados ramos elevou-se significativamente. Atualmente, a China não pode ser considerada apenas como uma montadora de componentes dos grandes monopólios estadunidenses e europeus:

Atualmente, a China começa a disputar a liderança em tecnologias da informação e comunicação (as gigantes Huawei, Xiaomi e ZTE estão entre as maiores empresas do setor), trens de alta velocidade (*China South Locomotive* e *Rolling Stock*), energias renováveis (*Trina Solar* e *Yingli Green Energy*), energia solar e eólica (*Goldwind*, *United Power* e *Ming Yang*) e supercomputadores (com tecnologia 100% chinesa, o *TaihuLight*, da empresa *Sunway Systems*, está no topo da lista de computadores mais rápidos do mundo). A formação desses grandes conglomerados acompanhou o surgimento de empresas em segmentos não tradicionais, como a Baidu (motor de busca na *web*, com forte investimento em inteligência artificial e *veículos autônomos*), a *Tencent* (criadora do *WeChat*), a Alibaba (*e-commerce*) e Didi (serviços tipo Uber) (Arbix; Miranda; Toledo; Zancu, 2018, p. 145).

Como efeito direto desse processo, há a formação de uma forte classe capitalista, inicialmente conectada ao Partido Comunista, mas já não mais exclusivamente ligada a este, que disputa no mercado internacional em terrenos nada secundários do mercado tecnológico, com projetos de exportação de capital pelo investimento estrangeiro direto, das quais a Nova Rota da Seda figura como mais relevante. Isso tem legado altos índices de desigualdade social. Atualmente, na China, houve um crescimento no número de bilionários. Em 2020, o país contava com 456 bilionários, e, apenas um ano depois, esse número salta para 698, diminuindo a diferença com os Estados Unidos, que no mesmo período contava com 724 bilionários. No ano de 2022, o PIB *per capita* chinês alcançou US\$ 12.741, o que equivale a um quinto das economias desenvolvidas, e um sexto dos Estados Unidos. Em 2021, o PIB *per capita* da China ocupou o 68º lugar no mundo, enquanto seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ficou em 79º lugar (Min, 2023).

Dessa forma, o crescimento chinês que tanto suscitou debates ao longo das últimas décadas não resultou em uma constituição social sequer aproximada do Estado de Bem-Estar promovido nos países centrais após a Segunda Guerra Mundial. O debate sobre a permanência de certo controle estatal na economia chinesa, que esteve na base da tese de Arrighi de que haveria ali uma “economia de mercado não capitalista”, embora ainda tenha defensores, encontra um contraponto justamente nesses dados, que indicam que, apesar disso e de uma maior regulação financeira quando se compara a situação chinesa com a dos países centrais europeus, e nem falar dos Estados Unidos, o que se teceu no país foi uma economia capitalista com características específicas, mas ainda assim capitalista. Ao remeter-se a uma leitura de Adam Smith – que enfoca na riqueza das nações e nos processos de acumulação de capital, que indubitavelmente se aceleraram durante as reformas iniciadas por Deng Xiaoping –, Arrighi realiza uma análise demasiadamente otimista das perspectivas abertas. Isso vale, também, para o plano da projeção internacional chinesa e sua potencialidade para ocupar o papel de novo *hegemon*. Como o próprio Arrighi destacou em diversas obras anteriores, o processo de declínio das potências hegemônicas e a ascensão de novas é algo que historicamente gesta enfrentamentos conflituosos e até mesmo belicosos, exigindo do postulante a novo *hegemon* uma plataforma ofensiva e direta, em escalas muito superiores às que a China tem se postulado até o momento na geopolítica internacional e militar, bem como no plano interno.

Em contrapartida, a China, que se transformou na segunda economia mundial e segue em plena e constante mudança, ainda que tenha características específicas, não parece ter escapado à apropriação privada dos meios de produção e da riqueza produzida, o que gerou não apenas uma burocracia governante, como uma classe capitalista numerosa e forte e, mais importante, não exclusivamente aderente às diretrizes, tal como destacou recentemente Jack Ma, da Alibaba, quando criticou publicamente o governo chinês pelas regulamentações vigentes. As indagações sobre como serão respondidas essas pressões, mais importantes que as vindas da classe capitalista nativa, as da classe trabalhadora, selarão os destinos da China. A esse respeito, já é possível atestar que suas contradições atualmente são capitalistas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Las antinomías de Antonio Gramsci**. Buenos Aires: Ediciones Akal, 2018.
- ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCU, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0. A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 143-170, 2018.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- CHINGO, Juan. Mitos y realidades de la China actual. **Revista Estrategia Internacional**, Buenos Aires, v. 1, n. 21, 2004. Disponível em: <https://www.ft-ci.org/Mitos-y-realidades-de-la-China-actual?lang=es>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- DOTTSCHALCH, Wilfried. Desenvolvimento e crise do capitalismo no pensamento de Rudolf Hilferding. In: GRANJA, Sergio; ROBAIMA, Roberto. **Economia & Dialética**: seleção de textos marxistas. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2011. (Coleção Marxismo Aberto). p. 60-84.
- HAAS, Richard N. “The Age of Non-Polarity: What Will Follow U.S. Dominance?”. **Foreign Affairs**, 3 maio 2008. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2008-05-03/age-nonpolarity>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- HILFERDING, Rudolf. **Finance Capital**. A Study of the Latest Phase of Capitalist Development. London: Ed. Tom Bottomore. 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hilferding/1910/finkap>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- HOBSON, John Atkison. **Imperialism**: A Study. Ann Harbor: University of Michigan Press, 1965.
- HUSSON, Michel. **Finança, hiper-concorrência e reprodução de capital**. Paris: PUF, 2006.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. São Paulo: Editora Objetiva, 2011.
- MARTÍ, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2007.

MIN, Tian. China sempre pertence ao grupo dos países em desenvolvimento. **Consulado geral da república popular da China no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://riodejaneiro.china-consulate.gov.cn/pot/zlgxw/202308/t20230831_11136341.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e capital em uma China com classes. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Yw5R7FYckMDNF9Nq8pGYZbT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2024.

LÊNIN, Vladimir. O imperialismo, fase superior do capitalismo. *In*: LÊNIN, Vladimir. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Progresso, 1984. Disponível em: www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo. Acesso em: 12 fev. 2024.

POCH-DE-FELIU, Rafael. **La actualidad de China**: un mundo en crisis, una sociedad en gestación. Madrid: Editora Crítica, 2009.

ENTREVISTA COM CARLOS EDUARDO MARTINS¹ “HÁ CONTRADIÇÕES PROFUNDAS NO PRÓPRIO SISTEMA-MUNDO: A CHINA COLOCA EM QUESTÃO O PROTAGONISMO DAS POTÊNCIAS ATLANTISTAS”²

André Augusto de Paula Barbieri³
<http://orcid.org/0000-0002-1300-791X>

1) *Em meio à crise da ordem neoliberal, a economia mundial testemunha uma das suas transformações mais chamativas com a desaceleração das taxas de crescimento da China. Trata-se de uma tendência surgida com a Grande Recessão de 2008 e agravada pelos efeitos da pandemia da COVID-19 a partir de 2020. Como podemos enxergar esse panorama de longo prazo da transformação no padrão de crescimento chinês?*

Tudo indica que o sistema-mundo capitalista entrou desde 2008 em um ciclo de Kondratieff recessivo que se consolidou a partir de 2015. A inflexão se iniciou nos centros do imperialismo ocidental em 2008, mas só ganhou solidez quando se estendeu à China na segunda metade dos anos 2010. Dados da UNCTAD mostram que entre 1994-2007 a taxa de expansão do PIB per capital mundial foi o dobro da alcançada entre 1973-93, de 1,1% a.a., havendo sido reduzida para 1,3% a.a. a partir de 2008. Se trata de uma fase de expansão do ciclo de Kondratieff extremamente curta, como alertamos, que provavelmente seria, em nosso livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (Martins, 2011). A razão para isso é que sobre ela atuam dois movimentos de longa duração mais amplos e profundos que a restringem: a fase b do ciclo sistêmico estadunidense, de declínio dessa hegemonia, e o avanço da revolução científico-técnica que coloca na ordem do dia a

¹ Carlos Eduardo Martins (<http://orcid.org/0000-0003-1333-6737>) é Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2003). É membro do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ), Professor e Pesquisador Visitante no *Arrighi Center for Global Studies* (2022), sediado na *Johns Hopkins University*. Editor-chefe da *Reorient: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*. Coordenador do *Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia* do LEHC/UFRJ, pesquisador do CLACSO nos grupos de trabalho de *Estudos sobre Estados Unidos e China e o Mapa do Poder Mundial*. Editor do blog *Recortes da Conjuntura Mundial*. Coordenou o GT de CLACSO *Integração Regional e Unidade Latino-americana*, entre 2010-2016. É autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, publicada pela Boitempo, em 2011, e em inglês, em 2020, pelas editoras Brill e Haymarket, em versão atualizada e ampliada.

² A entrevista foi realizada por email, em fevereiro de 2024.

³ Doutor e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da rede pública estadual em São Paulo, e editor do semanário teórico *Ideias de Esquerda*. Email: andreapbarbieri@gmail.com.

transição para um novo paradigma tecnológico baseado em tecnologias verdes, energias limpas e etapas inéditas de automação da produção e dos serviços. Essa transição requer uma elevação significativa do papel do Estado e dos gastos públicos, principalmente em ciência, educação, saúde, cultura e lazer.

Desde o início do século XX, o Estado tem elevado sistematicamente sua participação na economia, medida seja em termos nacionais ou globais. Isso é um resultado da socialização da produção que a economia capitalista e seus principais representantes se veem obrigados a impulsionar para elevar a produtividade, o mais-valor e o lucro, ou para garanti-lo por meio da acumulação por despossessão e do rentismo. Cada novo padrão de acumulação tem gerado níveis superiores de gastos públicos, que podem ser conjunturalmente agudizados caso se estabeleça uma situação de guerra generalizada e competição extrema entre polos organizadores das forças produtivas, como em 1939-1945. Entre 1900-1913, os gastos públicos nos países centrais giravam em torno de 10% do PIB, em 1937 alcançaram 20%, atingiram mais de 45% do PIB na Alemanha e nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, se reduziram a 27% no pós-guerra, por volta dos anos 1960, e no período neoliberal, de 1990-2020, se situaram entre 40% a 50% do PIB nos países da OCDE.

Estabilizar o novo padrão de acumulação requer, portanto, forte elevação do gasto e do investimento público e um incremento da tributação que os Estados Unidos e o imperialismo ocidental têm muitas dificuldades e resistências em fazer. Podemos estar falando de algo na faixa de 60% a 70% do PIB para os próximos 20 anos, ou ainda mais. A China parece muito mais vocacionada para isso que as potências capitalistas do Ocidente. Embora China e Estados Unidos tenham níveis de endividamento semelhantes em relação ao PIB, cerca de 270% do mesmo, a sua composição é muito diferente. A dívida chinesa está concentrada no setor produtivo não-financeiro estatal e apesar da acusação de má alocação de recursos feita pelos economistas liberais, os resultados positivos se manifestam nas altas taxas de crescimento do país, na liderança por faturamento das empresas chinesas na lista das 500 globais da Fortune e na sua aproximação do país da fronteira tecnológica. O governo possui alta capacidade de alavancagem e o desafio para os próximos anos será manter a solvência e a capacidade de investimento dessas empresas em um contexto de redução do crescimento global. Isso requer reorientar capacidades e eliminar a sobreprodução em setores como aço, cimento e energia. O financiamento basicamente estatal e nacional dessas firmas, a orientação para a produção e oferta de serviços e não para o lucro, e a crescente competitividade da China na economia mundial são fatores que respaldam a possibilidade de realização dessas metas. Embora as taxas de crescimento econômico na China tenham caído dos 10% e 9% alcançados durante o Kondratieff expansivo, situam-se ainda em torno aos 5%, bastante expressivos e muito superiores às dos Estados Unidos e os demais centros do imperialismo ocidental. O Estado chinês deverá financiar e organizar nos próximos anos o salto do país para o domínio da fronteira tecnológica, o que requer reorientar prioridades e alto grau de controle público da parceria entre o setor estatal,

universidades, centros de pesquisa e os setores corporativos estatal, coletivo e privado. A dívida nos Estados Unidos, Reino Unido e na zona do euro é parasitária, rentista e tem por objetivo garantir lucros extraordinários e fictícios do grande capital, com baixa contrapartida material, levando ao crescente endividamento público do Estado. A alta dívida do setor privado nesses países se vincula à perda de competitividade e às baixas taxas de investimento do setor corporativo.

2) *Essas transformações na economia mundial se refletem na geopolítica, em que se discute o retorno da era de competição entre grandes potências. Dentro disso, a disputa estratégica entre Estados Unidos e China ganha preeminência. Quais fundamentos explicam essa relação de competição estratégica?*

Em primeiro lugar apontaria que apesar da competição interestatal ser um elemento importante da conjuntura que vivemos, não creio que seja o predominante. Penso que estão em cena contradições muito profundas que podem colocar em questão o próprio sistema-mundo em que estamos vivendo. Estamos entrando em um período de caos sistêmico e cada um desses períodos que ocorreram na história do sistema-mundo capitalista teve características específicas. Normalmente períodos de caos sistêmico são aqueles em que potências decadentes escolhem um sucessor a quem se vinculam para estabelecer o prolongamento do sistema de poder mundial e garantir nele um lugar privilegiado. Foi assim quando as Províncias Unidas, em declínio, se vincularam ao Reino Unido, e este aos Estados Unidos, aceitando um papel subordinado. A razão é que há uma identidade básica na defesa do liberalismo global entre estes Estados. Não foi o caso da Espanha dos Habsburgos que tentou submeter a Europa ao seu poder imperial. Não é o caso dos Estados Unidos que não encontra na China uma sucessora do seu projeto de liberalismo global.

Diferentemente da Espanha dos Habsburgos que criou uma forma de poder que sintetizava o capitalismo e o poder político medieval, trazendo contradições de origem sem as quais o próprio sistema-mundo capitalista seria impossível, as que impedem a busca de uma solução pacífica para a crise do sistema-mundo atual são distintas e se referem ao declínio do próprio sistema capitalista como modo de produção e como processo civilizatório. Não se trata apenas da competição entre potências distintas, mas entre projetos sistêmicos que vão se definindo à medida em que os confrontos globais forem se agudizando.

A China coloca em questão o protagonismo no mundo das potências marítimas e atlantistas, o domínio global das ilhas peninsulares e costeiras. Traz grandes massas demográficas e a articulação de espaços continentais e vocações marítimas. Classe e geopolítica se combinam abrindo o espaço para as potências anfíbias como eixo da emergência de um poder global multipolar. Isso deve estar no centro de uma teoria marxista geopolítica tal como apresento em meu artigo publicado no livro *Hacia la Tercera Guerra Mundial*, que

organizei com Francisco Lopez Segrera e Manolo Monereo (Monereo; Martins; Segrera, 2024). Este projeto assume não apenas forte vocação eurásiana, mas se estende para o Sul Global por meio do BRICS e sua ampliação. O anti-imperialismo torna-se um eixo de unidade e de articulação da imensa diversidade de sistemas políticos, econômicos e sociais que se reúnem em torno do bloco emergente, uma vez que o imperialismo ultramarino das potências atlantistas, liderado pelos Estados Unidos, busca impor o cerco e o desmonte deste bloco e das iniciativas de fortalecimento da soberania nacional ou regional.

Há no bloco liderado pelos Estados Unidos uma tendência a substituir o imperialismo informal liberal pelo imperialismo *tout-court*, como Arrighi o denominava, pela incapacidade crescente de aceitar o declínio do poder atlantista impulsionado pelas tendências competitivas da economia mundial. Trata-se de tentar submetê-las por meio da força estatal do imperialismo. Trump não foi um acidente na política norte-americana. Elevou a um novo patamar a economia política das sanções, rompeu com o multilateralismo e em diversos aspectos com o neoliberalismo. Biden abandonou o unilateralismo de Trump em favor de uma política de coalizão, mas não pode mais voltar ao globalismo neoliberal. As barreiras internas colocadas pelo grande capital para a redução das desigualdades criadas nos últimos 40 anos, somam-se à política externa de confronto, cerco e ameaça e abrem espaços para a emergência do fascismo. Este atribui às populações de origem periférica, aos movimentos sociais organizados, à expansão dos gastos públicos para incluir as grandes massas, à transnacionalização produtiva e às potências emergentes do Sul global as razões da crise econômica, política e social.

Importante mencionar que na raiz do declínio dos Estados Unidos está o neoliberalismo. O neoliberalismo estabeleceu a financeirização e a deslocalização produtiva como os pilares de um novo padrão de reprodução do capital para rebaixar os preços da força de trabalho por debaixo de seu valor. Erigiu-se a dívida pública como o elemento mais dinâmico da acumulação de capital nos Estados Unidos e países da OTAN, impulsionando o parasitismo e rebaixando o investimento produtivo, e regulou os preços da força de trabalho pelos estabelecidos em países da periferia e semiperiferia por meio da deslocalização produtiva. O resultado foi de um lado, de forma mais imediata uma ampla vitória do grande capital sobre a classe trabalhadora de origem fordista, mas também de forma mais lenta um profundo declínio do Estado norte-americano na economia mundial.

No bloco de poder do Sul global há ambiguidades e contradições internas em relação ao imperialismo ocidental e imensas diversidades, mas o aprofundamento dos conflitos geopolíticos atua como um combustível para reforçar a unidade anti-imperialista. Abre-se a questão sobre se o avanço desses conflitos tende a formular alguma síntese que aproxime esta diversidade de marcos de unidade mais profundos, ou se o poder multipolar se definirá como a articulação de um conjunto multitudinário de forças locais, em grande parte reativas ao imperialismo liberal, mas também a avanços sociais e democráticos

mais profundos. Entretanto, a ampliação das escalas das lutas globais tende a favorecer os conflitos internos e um salto de qualidade na afirmação do poder popular. As guerras criam alto grau de mobilização e tendem a favorecer o nivelamento social se vencidas pelas forças progressistas.

3) *A guerra da Ucrânia é um fenômeno novo no teatro europeu, que rearticula indiretamente, em termos militares, muitos componentes da rivalidade entre Washington e Pequim. Você poderia nos comentar algo sobre o curso da política de Xi Jinping diante da guerra, e quais interesses busca defender?*

A guerra na Ucrânia entre OTAN e Rússia é o resultado de um projeto estadunidense de expansão para o Leste desta organização e de cerco e fragmentação da Rússia para impedir a materialização do grande fantasma dos teóricos geopolíticos anglo-saxões: a criação do que Nicholas Spykman (1944, 2007) chamou de uma ilha-mundo na Eurásia, que conectasse Alemanha, Rússia e China e fosse capaz de superar a centralidade e o domínio ultramarino das ilhas peninsulares no planeta. O deslocamento do dinamismo produtivo para a China e a substituição da ideologia da modernização pela de austeridade na política externa norte-americana inclinaram a balança de poder para a Eurásia, em particular, para a China e a Rússia. Tornou-se extremamente necessário para os Estados Unidos impedirem que a Rússia pudesse atuar como uma fonte de suprimentos para a Europa e um corredor logístico entre ela e a China, tornando-se uma dimensão estratégica da construção de um espaço geoeconômico e geopolítico eurasiático. A “revolução laranja” buscou limitar ou impedir que a Rússia utilizasse o território ucraniano como corredor de exportação para a Europa, mas seu fracasso e a construção dos gasodutos Nord Stream I e II levaram à articulação de um golpe de Estado em 2014, ao impedimento da participação da Ucrânia no estabelecimento da União Alfandegária Eurasiana e à escalada de sanções contra a Rússia e as empresas envolvidas nos projetos dos gasodutos. As sanções contra a Rússia se agravaram com a anexação da Crimeia em reação ao Golpe de Estado e à perseguição da população russófila que contra este se colocou. Entretanto não foram capazes de impedir a expansão geoeconômica da Eurásia e o papel estratégico da Rússia neste processo. Para fazê-lo foi necessário criar uma guerra aberta com a Rússia. Para isso aumentara-se as pressões militares sobre as suas fronteiras e violou-se o Protocolo de Minsk, colocando em risco a população russófila em Donbass. A cimeira da OTAN de 2021 reiterou o convite à Ucrânia para se integrar à organização e poucos meses depois os Estados Unidos assinaram um documento com o país de maioria eslava denunciando a anexação da Crimeia e comprometendo-se com a defesa da soberania do país.

A guerra atende assim ao objetivo de bloquear a construção geoeconômica da Eurásia e para isso deve ser crônica e ampliada para criar uma situação de exceção permanente, uma vez que a tentativa de derrotar a Rússia através da combinação de ajuda militar e bloqueio

financeiro, comercial e diplomático revelou-se um fiasco. O acordo de cooperação e parceria sem limites para a entrada em uma nova era de desenvolvimento sustentável, multipolaridade e democratização das relações internacionais, entre Xi Jinping e Putin, em fevereiro de 2022, foi uma resposta ao acordo entre Estados Unidos e Ucrânia. A Rússia ampliou o intercâmbio comercial com a Ásia, em especial com a Índia e a China, substituindo o mercado da União Europeia e em grande parte compensando a retração de suas relações comerciais com esse. A Índia dirigiu 36% de suas importações de petróleo para a Rússia em 2023, que ultrapassou o Iraque como o seu principal fornecedor - mesmo partindo de um patamar inexpressivo em 2021 -, e reduziu suas importações de países da OPEP para menos de 50% em 2023, desde aproximadamente 70% em 2021. A China acelerou e ampliou o seu intercâmbio com a Rússia e em 2023 passou a representar 54% das exportações deste país. 95% do comércio entre esses países é realizado em yuan e permite a Rússia adquirir materiais de importância logística que são indispensáveis para sustentar o seu esforço de guerra, como caminhões superpesados, escavadeiras, chips de silício ou rolamentos de esferas para uso de tanques. O superávit comercial obtido com a China e a Índia possibilitou à Rússia enfrentar as sanções econômicas, estabilizar o rublo e aprofundar o intercâmbio com a Ásia, em particular com o Irã, de quem adquire equipamentos militares.

A liderança da China foi essencial para a ampliação do BRICS, com o ingresso de Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Irã e Arábia Saudita, fortalecendo o respaldo diplomático à Rússia. O desenvolvimento da concertação política no Sul Global tem sido chave para estabelecer um colchão de resistência às condenações à Rússia na ONU que engloba a representação política estatal de mais da metade da população do planeta. A política de Xi Jinping busca favorecer as tendências multipolares e a transição para uma ordem multipolar e isso implica fortalecer a resistência ao imperialismo norte-americano e a seus aliados locais subimperialistas.

4) *Giovanni Arrighi afirmava em seu Adam Smith em Pequim (Arrighi, 2008) que a ascensão-surgimento da China, em função de suas particularidades históricas milenares, poderia se dar através de um desenvolvimento pacífico, atenuando as tendências militaristas num mundo até então dominado pela unipolaridade do imperialismo norte-americano. A guerra da Ucrânia, a militarização do Mar do Sul da China e os exercícios militares ao redor de Taiwan (tanto pelos EUA, quanto pela China) denotam, entretanto, tendências a confrontos mais clássicos. Como podemos entender essa relação político-militar na disputa hegemônica hoje?*

Da parte da China não há nenhuma indicação de aposta em uma direção militarista, mas isso não é em si mesmo suficiente para determinar a direção do processo ou da transição em curso para o longo século XXI, caso se complete. A política externa chinesa desde

Zhou Enlai tem entre os seus pilares a defesa da soberania e do direito à autodeterminação dos povos. Essa direção tem sido reforçada por avanços mais recentes materializados na defesa da paz como um bem coletivo, do desenvolvimento como um processo cooperativo e global e da civilização como uma construção plural, diversificada, interativa e planetária. Os esforços militares chineses são eminentemente defensivos e voltados para responder à crescente agressividade do imperialismo dos Estados Unidos e da OTAN.

Além disso as visões que procuram caracterizar a China como imperialista ou capitalista para sinalizar uma repetição de padrões históricos agressivos de disputas mundiais me parecem bastante frágeis. Se baseiam em elemento conjunturais de relevância limitada. É verdade que houve um aumento da desigualdade na China desde os anos 1990, como resultado da hibridização do socialismo chinês com a economia mundial capitalista, mas a direção política do processo parece estar nas mãos do PCCh que desde 2008 reorientou o curso da economia chinesa, reforçando o setor estatal, a proteção social e o vínculo com o Sul global. O capitalismo é um sistema que se impôs nos grandes centros simultaneamente à sua expansão ultramarina e gerou períodos de liderança através do antigo colonialismo, do imperialismo ou de reestruturações hegemônicas e não por meio de um capitalismo endógeno que se desdobrou posteriormente ao exterior. A acumulação de capital na China é limitada pela centralidade do Estado no padrão de reprodução material e ela não assenta sua política externa no unilateralismo, não dirige uma aliança militar de ocupação, dominação e ingerência, não centra sua expansão econômica em empresas privadas motivadas por altas taxas de lucro e não possui a moeda mundial de referência. Não dispõe de um sistema mundial de exploração das periferias e está fortemente pressionada pela hostilidade norte-americana a restituir certas dimensões históricas do império do meio, isto é, transferir recursos a Estados estratégicos em troca de aliança política, agindo na direção oposta do imperialismo ocidental. Tal analogia é reconhecida no pensamento chinês que defende a formulação de um novo Tianxia.

Penso que estamos em uma situação de empate catastrófico no sistema-mundo, onde a hegemonia dos Estados Unidos colapsou e tampouco este país consegue através do recurso à dominação restabelecer qualquer ordem global. O poder norte-americano e o imperialismo ocidental não são mais capazes de impedir a expansão do novo polo emergente, centrado em potências anfíbias, e a proliferação de tendências multipolares. Entretanto, são ainda capazes de impedir uma nova ordem multipolar, mas não de obstar as tendências multipolares. Evidentemente, há uma estrutura de poder que permanece em âmbito regional e que está apoiada em estruturas seculares como as da dependência ou em protetorados militares. Mas mesmo aí há um forte desgaste, seja no caso de países dependentes por seus modelos economicamente subordinados e socialmente excludentes, seja no caso dos protetorados pela resistência ao seu expansionismo e poder regional. O abandono da ideologia da modernização pela de austeridade, como eixo econômico da política externa dos Estados Unidos, e o declínio do neoliberalismo aprofundam a

desigualdade, a superexploração dos trabalhadores e desgastam fortemente a democracia liberal, cada vez mais vista como instrumento retórico de defesa do poder de oligarquias rentistas, parasitárias e que restringem o pluralismo para muito poucos, inclusive nos centros ocidentais. O ressurgimento do fascismo é expressão deste declínio, das limitações de organização das esquerdas e da captura da insatisfação popular por frações da burguesia que buscam utilizá-la em seu favor nas disputas intercapitalistas e nos grandes conflitos mundiais.

Se descartamos a alternativa militar e imperialista como a carta jogada pela política externa chinesa, a solução pacífica dependeria de duas vias hipotéticas: a) um acordo entre os blocos liderados pela China e pelos Estados Unidos sobre a reorganização do sistema-mundo; b) a derrota do bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos nos conflitos globais e internos.

A primeira alternativa me parece ilusória por bastante tempo tendo em vista a distribuição de forças políticas nos Estados Unidos e nos países da OTAN. Será provavelmente necessário derrotar o bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos e a OTAN, o que exigirá conflitos sociais, políticos e militares para desmontar as estruturas de poder do imperialismo e da dependência que estão de pé. Como isso será possível sem gerar uma nova catástrofe global, ainda muito pior que a Segunda Guerra Mundial?

A guerra do Vietnã pode dar pistas para uma resposta. Esta foi uma guerra vencida politicamente muito mais que militarmente. Os custos humanos e econômicos do imperialismo no mundo contemporâneo podem se tornar demasiadamente altos, desgastar as forças dominantes nos grandes centros ocidentais e suscitar movimentos insurrecionais que criem uma inflexão política nestes espaços do mundo. Isso exige um forte ativismo em todas as dimensões da vida social e política.

5) *Recentemente, a 15ª cúpula dos BRICS, realizada na África do Sul, aprovou a expansão do bloco, incluindo nações como Irã, Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia e Emirados Árabes Unidos. Essa inclusão é parte central da política chinesa, que busca criar organismos do "Sul Global" que se oponham às instituições tradicionais dominadas pelos Estados Unidos. No entanto, não parece existir um princípio coeso que fundamenta o objetivo dos BRICS. De que maneira essa configuração contraditória se encaixa no plano de Xi Jinping?*

Creio que o objetivo é fazer frente ao poder econômico, financeiro, militar e diplomático do imperialismo estadunidense. Para isso há que se ganhar escala, amplitude e espacialidade. São todos países com inserção no sistema-mundo bem definida: são Estados da periferia ou semiperiferia, com localização geopolítica privilegiada no Mar Vermelho ou Golfo Pérsico e detentores de recursos estratégicos, excetuando a Argentina, que se

retirou, mas possui inserção importante no triângulo do lítio e no fornecimento mundial de grãos e cereais. O possível ingresso da Venezuela, que já solicitou adesão, em futuro próximo, reforça a condição do BRICS como potência petroleira e dinamita o monopólio do dólar sobre as transações de petróleo e gás, vulnerabilizando fortemente a moeda norte-americana.

Trata-se um realismo político do Sul em sua luta por espaços e poder no sistema-mundo em que vivemos: uma guerra de posição no tabuleiro mundial do poder. Divergências de regimes políticos são para isso relativamente secundárias desde que convirjam no objetivo central de reduzir as margens de manobra do imperialismo ocidental. Tais avanços no cenário mais global tendem a repercutir a médio e longo prazo nos espaços nacionais favorecendo o fortalecimento dos movimentos sociais

6) *A viagem de Lula à China e seu encontro com Xi Jinping foi um dos principais acontecimentos na política externa do novo governo. Sua política exterior, de não alinhamento automático, está baseada numa espécie de dupla dependência, em relação aos EUA e a China. Essa dupla dependência obriga o governo a se equilibrar entre rivais, numa situação de desordem global. De que maneira essa aproximação insere o Brasil e a América Latina na arena das disputas globais?*

Não diria que há dependência do Brasil em relação à China. A dependência envolve a construção de estruturas de classe internas articuladas ao imperialismo, onde este penetra no espaço nacional, funde-se parcialmente com essas frações de classe e condiciona fortemente o aparato repressivo e ideológico para respaldar as transferências de internacionais e internas de mais-valor das quais se beneficiam. Não é o caso da relação entre China e Brasil. Há uma forte vinculação brasileira à China no comércio exterior que beneficia principalmente o agronegócio local e o extrativismo, mas esses segmentos são extremamente vinculados à liderança política e ideológica norte-americana, principalmente de sua extrema-direita, e refratários à agenda geopolítica de integração ao BRICS e à China, sustentada pela centro-esquerda e as esquerdas brasileiras, a quem se opõem.

Lula exerce uma política externa centrista, com viés favorável ao Sul Global e ao novo eixo geopolítico emergente, mas tomando o cuidado para manter as relações de boa vizinhança com os Estados Unidos e as frações internas da dependência e do imperialismo. Por isso não nomeia a sua política externa de independente e nem de soberana, mas de ativa e ativa, o que designa basicamente um comportamento individual e não uma condição ou um paradigma que se busca atingir ou implementar. Evita movimentos mais radicais, que possam identificar o governo brasileiro com o anti-imperialismo, restringindo-se à defesa de um multilateralismo pragmático. Navega e colabora com desenvoltura em espaços internacionais abertos pela China, como o BRICS e sua ampliação, mas evita o desgaste

de chamar para si a posição de fronteira, de líder. Assim, não assume um protagonismo regional que seja capaz de dar consistência e solidez à recriação da Unasul, ainda um ato mais performático do que gerador de avanços institucionais. Oscila nas posições internacionais, defendendo a retirada das tropas russas da Ucrânia na ONU e descrevendo inicialmente os ataques do Hamas como terroristas para, posteriormente, assumir posições mais contundentes de crítica a Israel, à Ucrânia e à OTAN.

O Brasil de Lula parece oscilar entre a dependência em que se assenta, mas onde busca aumentar a sua margem de autonomia sem a pretensão de promover rupturas, e o novo eixo emergente no qual se apoia para isso. Esse conflito é visto sobretudo nas diretrizes de política externa, por meio da contraposição ao imperialismo *tout-court* estadunidense, mas muito menos em relação ao imperialismo liberal e sua face interna no Brasil. Como o espaço para promover reformas na ordem internacional promovida pelo imperialismo é mínimo, os avanços se dão a partir de novos espaços institucionais impulsionados pela China, exercendo o Brasil um papel muito superficial e limitado de contraposição no hemisfério ocidental, em particular na América do Sul, o que se verifica, por exemplo, pela estagnação da Unasul e do Mercosul, que não aprofundam suas bases institucionais de cooperação. O Banco do Sul continua uma peça de ficção e o Brasil ainda não aderiu à Telesur, permanecendo sem desafiar o monopólio midiático privado no país e sua ampla hegemonia ideológica, profundamente vinculado ao poder norte-americano.

A vinculação do Brasil ao BRICS e ao novo eixo geopolítico emergente é uma força de renovação político-ideológica da região, ainda que seu alcance seja limitado pela relação de compromisso do governo Lula com o capital financeiro, o agronegócio, o Estado norte-americano, a União Europeia e suas frações capitalistas, de quem estabelece autonomia relativa, muito mais freando suas conquistas do que as revertendo e estabelecendo novos paradigmas de desenvolvimento, centradas na soberania do Estado e em uma democracia popular.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do Século XX. São Paulo, Boitempo, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONEREO, Manolo; MARTINS, Carlos Eduardo; SEGRERA, Francisco López. ¿Hacia la tercera guerra mundial? Barcelona: El Viejo Topo, 2024.

SPYKMAN, Nicholas John. **The Geography of Peace**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics**: The United States and the Balance of Power. New Jersey: Transaction Publishers, 2007.

DEPRESSÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

DEPRESSION IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE: SOCIAL WORK INTERVENTIONS

Sylmara Teixeira Pereira Mendes¹
<http://orcid.org/0009-0009-5775-5061>



RESUMO

A depressão é um dos transtornos mentais que afeta crianças e adolescentes e atualmente se tornou um agravante de saúde pública mundial. A doença é uma patologia que deve ser tratada desde o início dos sintomas e envolve a participação de uma equipe multiprofissional, composta por médicos, terapeutas, psicólogos e assistentes sociais. Tendo em vista esses aspectos, este estudo objetivou apresentar quais as intervenções do Serviço Social em crianças e adolescentes com depressão. Nessa direção, utilizou-se como método a pesquisa exploratória, com o intuito de mapear a quantidade de estudos científicos disponíveis no Brasil acerca da temática. Para sistematização e operacionalização dos dados coletados, aplicou-se a análise temática como procedimento analítico, seguindo os passos metodológicos propostos por Minayo (2007) e Severino (2013). Por fim, os resultados da pesquisa apontaram um aumento significativo de estudos sobre a depressão na infância e na adolescência, bem como evidenciaram as contribuições dos assistentes sociais na política de saúde mental.

Palavras-chave: depressão; assistente social; crianças e adolescentes.

ABSTRACT

Depression is one of the mental disorders that affects children and adolescents and has now become a worldwide public health problem. The disease is a pathology that must be treated from the onset of symptoms and involves the participation of a multi-professional team made up of doctors, therapists, psychologists, and social workers. With these aspects

¹ Graduação em Serviço Social (Universidade Estácio de Sá). Pós- Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social (Faculdade Laboro). Email: sylmaratp@gmail.com

in mind, the aim of this study was to present the interventions of the Social Work in children and adolescents with depression. With this in mind, the method used was exploratory research, with the aim of mapping the number of scientific studies available in Brazil on the subject. To systematize and operationalize the data collected, we used thematic analysis as an analytical procedure, following the methodological steps proposed by Minayo (2007) and Severino (2013). Finally, the results of the research pointed to a significant increase in studies on depression in childhood and adolescence, as well as highlighting the contributions of social workers in mental health policy.

Keywords: Depression; Social Worker; Children and Adolescents.

1 INTRODUÇÃO

A depressão é um dos transtornos mentais que atinge, mundialmente, crianças e adolescentes e tornou-se um agravante de saúde pública mundial, afetando as mais variadas idades e classes sociais. De acordo com Carmo e Santos (2020), a criança é um ser que se encontra em fase de desenvolvimento e evolução. Assim, durante a infância é fundamental que ela esteja inserida em ambientes favoráveis e adequados para que haja um bom amadurecimento do seu estado psicológico.

Com base nisso, a inexistência desse meio pode comprometer o amadurecimento afetivo da criança e, conseqüentemente, trazer alguns problemas, tais como dificuldades em relacionar-se na escola e na família. Barbosa (2006) afirma que a depressão é uma patologia que deve ser tratada desde a fase inicial dos sintomas por uma equipe multiprofissional, que envolve a participação de profissionais da área da saúde, tais como psicólogos, psiquiatras e terapeutas.

Nesse âmbito, a atuação dos assistentes sociais é de grande relevância, uma vez que a saúde da população é um fator que está diretamente ligado ao contexto social e às condições econômicas e culturais. Assim, a participação e o envolvimento desse grupo de profissionais no tratamento de crianças e adolescentes com depressão implica a existência de instrumentos, métodos e ações que permitem a operacionalização de intervenções para diminuir a incidência dessa patologia.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, [2019?]), a prevalência da depressão ao longo dos anos, no Brasil, está em torno de 15,5%. Na rede de atenção primária de saúde, esse percentual gira em torno de 10,4%. Isoladamente ou associada a um transtorno físico, a depressão situa-se em 4º lugar entre as principais causas de ônus. Diante desses dados, este estudo aborda as intervenções do assistente social no que se refere ao tratamento da depressão em crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, o estudo justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, o processo de atuação desses profissionais no combate à depressão infantojuvenil.

Com base nisso, esta pesquisa objetivou apresentar quais as intervenções do Serviço Social no tratamento de crianças e adolescentes diagnosticados com depressão. Tendo como objetivos específicos: conhecer o quadro clínico da depressão, mapear os impactos dessa patologia na infância e na adolescência e evidenciar a intervenção do Serviço Social na vida de crianças e adolescentes diagnosticados com esse transtorno.

Para alcançar esses objetivos, utilizou-se como método a pesquisa exploratória, com o intuito de mapear o capital teórico-metodológico disponível no Brasil acerca do tema. A busca foi realizada durante o ano de 2023 a partir da consulta eletrônica nas bases de dados on-line Google Acadêmico, Scielo e Periódicos Capes, utilizando-se os seguintes descritores: “depressão na infância e na adolescência”, “atuação do assistente social” e “saúde mental”.

Os critérios de inclusão foram publicações brasileiras, indexadas e disponibilizadas no idioma português, e artigos que trouxessem abordagens relevantes sobre o tema. Os critérios de exclusão foram: publicações incompletas, artigos não disponíveis e estudos que não estivessem diretamente envolvidos com as categorias determinadas. Após essa ação, realizou-se um levantamento quantitativo para mensurar quanto de material teórico acerca da temática se tem disponível nas bases de dados. E, logo após, foi feita uma análise qualitativa com o intuito de examinar, em profundidade, o corpo teórico-metodológico das pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos.

Com a finalidade de apresentar e discutir aspectos sobre esse tema, desenvolvem-se as seguintes seções: “Depressão na infância e adolescência”, “Repercussões da depressão na vida dos adolescentes e crianças” e “Intervenção do Serviço Social no combate à depressão”. A primeira seção apresenta uma descrição da patologia e seu quadro clínico, bem como evidencia os fatores de risco que aumentam as chances do aparecimento do transtorno na fase da infância e da adolescência. Já a segunda seção traz um apanhado teórico relacionado às interferências diretas e indiretas da depressão nessa faixa etária. Aponta também como os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) interferem diretamente nesse processo.

A terceira seção, por sua vez, debruça-se sobre o exercício profissional do assistente social no âmbito da Política de Saúde Mental, bem como aborda as particularidades das ações e das práticas adotadas por esse profissional no que diz respeito às necessidades de acompanhamento e atendimento especializado a crianças e adolescentes que procuram tratamento nas unidades de saúde especializadas para tratar do transtorno depressivo. Por fim, a quarta seção detalha os métodos utilizados no estudo, enquanto a quinta e a sexta seção apresentam os resultados e as conclusões da pesquisa, respectivamente.

2 DEPRESSÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: QUADRO CLÍNICO

Segundo Cruvinel e Boruchovitch (2009), o transtorno depressivo é um conjunto de sintomas e comportamentos que causam sofrimento ao indivíduo e conduzem à desestruturação de seu cotidiano, ocasionando comprometimentos cognitivos, comportamentais, motivacionais e fisiológicos.

De acordo com Abramovitch e Aragão (2011), as manifestações clínicas de quadros depressivos em crianças e adolescentes são causadas, em alguns casos, por punições e críticas direcionadas às crianças e aos adolescentes. Segundo os autores, as mudanças podem ocorrer de acordo com a idade. Em crianças com quadros agudos da patologia, observam-se sintomas bem definidos. Já nos pré-púberes os sintomas mais presentes são: queixas somáticas com incidência de cefaleia, alterações psicomotoras e alucinações.

Na perspectiva de Cruvinel e Boruchovitch (2008, p. 79) “assim como na literatura internacional, os estudos epidemiológicos brasileiros mostram que a incidência de depressão na criança tem se revelado bastante variável”. Concordando com essa perspectiva, Baptista e Oliveira (2004) afirmam que a depressão pode se manifestar em qualquer etapa do desenvolvimento humano e só recentemente a patologia vem apresentando uma incidência maior na fase da infância e da adolescência.

Acrescentando-se a isso, Crujo e Marques (2009) apontam que a depressão infantil apresenta quadros relativamente diferentes dos quadros depressivos de adultos e idosos. Até faz pouco tempo, os sintomas depressivos em adolescentes e crianças eram pouco reconhecidos e, por vezes, a sintomatologia depressiva era confundida ou justificada com as crises que perpassam a fase adolescente. No período atual, essa concepção encontra-se ultrapassada, uma vez que o transtorno depressivo, comprovadamente, pode afetar todas as faixas etárias.

Além disso, existem fatores de risco que aumentam as chances do aparecimento da doença na fase da infância e da adolescência, são eles: individuais, familiares, sociais ou do meio (Crujo; Marques, 2009). Tendo em vista a problemática deste estudo, debruçamo-nos, em especial, sobre os fatores familiares, haja vista que, dentro do contexto e do sistema familiar, são encontrados, constantemente, padrões de comportamento que podem contribuir, direta ou indiretamente, para o aparecimento dos sintomas da doença.

As pesquisas disponíveis na literatura especializada mostram que crianças diagnosticadas com o transtorno apresentam mudanças de humor e são tendenciosas a ver a realidade de forma negativa e deturpada. Nos adolescentes, por sua vez, os sintomas manifestam-se, sobretudo, por meio da mudança de comportamento. Entretanto, cabe salientar que as manifestações dos sinais e sintomas em ambas as fases são diversas, por isso é fundamental que as famílias se atentem para as sintomatologias do transtorno depressivo (Cruvinel; Boruchovitch, 2009). O Quadro 1 apresenta uma síntese com os principais indícios da doença em crianças:

Quadro 1 – Sintomas de depressão em crianças em idade escolar

SINTOMAS DEPRESSIVOS EM CRIANÇAS
Tristeza, irritabilidade e/ou tédio
Falta de habilidade em se divertir
Aparência triste
Choro fácil
Fadiga
Isolamento com fraco relacionamento com seus pares
Baixa autoestima
Declínio ou desempenho escolar fraco
Ansiedade de separação, fobias
Desejo ou fantasias de morte

Fonte: Bahls (2002)

No que se refere ao comportamento familiar, há padrões extremamente difíceis de serem detectados, pois, em muitos casos, a família camufla atitudes que são confundidas com sentimentos de hiper proteção e preocupação excessiva.

Para Crujo e Marques (2009, p. 579), “nestes casos as relações costumam girar em torno de atitudes desnarcisantes (de rejeição e hostilidade) e de uma exigência extrema da mãe ou do pai”. Uma vez inseridas dentro desse contexto, as crianças e os adolescentes acabam se submetendo às pressões impostas e, diante das dificuldades de lidar com essas perturbações afetivas, deprimem-se.

Cabe frisar que a presença do transtorno nos pais é outra variável que possibilita o desenvolvimento da doença nos filhos, evidenciando, assim, a influência dos fatores genéticos nesse processo. Todavia, apesar desses fatores comprovadamente terem um peso no que se refere ao aparecimento da doença, é a interação deles, do meio social e dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) que impactam diretamente no aumento das taxas de crianças e adolescentes diagnosticados com a patologia (Crujo; Marques, 2009).

Como já dito anteriormente, existem algumas diferenças no quadro clínico das crianças e dos adolescentes. Segundo Baptista e Oliveira (2004, p. 54) “a adolescência pode ser considerada como o período da vida humana que sucede à infância, quando ocorre uma série de mudanças corporais, físicas, hormonais e psicológicas”.

Dessa forma, esse período de transformações pode estimular o aparecimento de transtornos psicológicos. Na Quadro 2 são apresentados os sintomas que mais se manifestam nessa faixa etária:

Quadro 2 – Sintomas de depressão em adolescentes

SINTOMAS DEPRESSIVOS DETECTADOS EM ADOLESCENTES
Irritabilidade e instabilidade
Humor deprimido
Perda de energia
Desmotivação e desinteresse importante
Retardo psicomotor
Sentimentos de desesperança e/ou culpa
Alterações do sono
Isolamento
Dificuldade de concentração
Prejuízo no desempenho escolar
Baixa autoestima
Ideias e tentativas de suicídio

Fonte: Bahls (2002)

Cabe salientar que, no Brasil, até pouco tempo atrás, as pesquisas sobre o transtorno depressivo em crianças e adolescentes eram insuficientes. Para Bahls (2002), até a década de 70 a depressão nessas faixas etárias era inexistente, passando a ser reconhecida e diagnosticada apenas em 1975. De acordo com o autor, o transtorno, quando acometido na infância e na adolescência, possui natureza pervasiva e duradoura, bem como ocasiona diversos danos.

A doença atualmente tornou-se um dos problemas de saúde mental mais diagnosticados pelos profissionais da área da saúde. Os dados e as pesquisas estatísticas mostram que os transtornos mentais representam 12% das patologias a nível mundial e correspondem a 75% das internações. Por fim, corroborando com essa perspectiva, Baptista e Oliveira (2004) apontam que é de suma importância que a família e os responsáveis fiquem atentos às sintomatologias depressivas que acometem crianças e adolescentes, para, assim, intervir e tratar precocemente a doença, de modo a evitar agravos e outras complicações.

3 REPERCUSSÕES DA DEPRESSÃO NA VIDA DOS ADOLESCENTES E CRIANÇAS

Para Rotondaro (2002), o distúrbio depressivo na infância e na adolescência afeta o desenvolvimento das competências e habilidades na medida em que compromete os aspectos emocionais, cognitivos e sociais. A criança e o adolescente que possui esse transtorno sentem-se, na maioria das vezes, deprimidos e sem vontade de construir relacionamentos interpessoais. Conseqüentemente, atitudes de isolamento social e desinteresse pelas atividades escolares são frequentes.

Além disso, esses comportamentos acabam por afetar, direta ou indiretamente, o desempenho escolar, a alimentação e o sono. Assim, a presença de sintomas depressivos afeta de maneira negativa a vida das crianças e dos adolescentes, provocando agitação, retardo psicomotor e adoção de posturas inadequadas, que são repercutidas por meio de sentimentos de inutilidade e falta de concentração (Cruvinel; Boruchovitch, 2011).

Nesse processo, a família exerce um papel de grande relevância como coadjuvante etiológico para detectar a depressão. Ademais, a existência de problemas, tais como divórcios, enfermidades nos pais, disputas dentro da família e pais autoritários, pode ser crucial para provocar o desenvolvimento de comportamentos depressivos (Barbosa; Lucena, 1995).

De acordo com Rotondaro (2002), alguns fatores são de grande importância para que as crianças e os adolescentes tenham um desenvolvimento emocional saudável. Por isso, é necessário que exista um ambiente familiar propício e adequado para atender as necessidades básicas dessas faixas etárias.

Na ausência desses fatores, esses indivíduos procuram outros meios e saídas para suprir tais necessidades. É essa busca que, na maioria das vezes, gera a incidência de comportamentos e ações que culminam na ocorrência de quadros depressivos. Acrescentando-se a isso, Barbosa e Lucena (1995) apontam que os fatores estressantes podem provocar o aparecimento de transtornos psicológicos e síndromes.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, mais de 300 milhões de indivíduos, de todas as faixas etárias, são acometidos pela depressão. Além disso, o grau e a duração são singulares em cada pessoa, uma vez que os sintomas da patologia são multifatoriais (Brasil, 2022). A Organização Mundial de Saúde (OMS), por sua vez, aponta que a pandemia da covid-19² acentuou os índices de transtornos mentais, especialmente, de depressão e ansiedade. Em todo o mundo, registrou-se um aumento significativo da prevalência desses transtornos em grupos etários mais jovens do que nos mais velhos, reflexos potencialmente profundos do impacto do fechamento das escolas e das restrições sociais.

O relatório intitulado Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental (IEPS, 2022, p. 5), produzido pelo Instituto Cactus, afirma que “um dos principais desafios para as políticas públicas de Saúde Mental se relaciona à falta de informações qualificadas sobre disponibilidade de serviços”. Assim, esse cenário limita o desenvolvimento de ações de prevenção e tratamento, bem como reduz o acesso primário aos cuidados médicos, terapêuticos e psicológicos, por parte da população de crianças e adolescentes.

² Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada acerca do aumento de casos de pneumonia de etiologia desconhecida detectada na cidade de Wuhan, na China, posteriormente, esses casos foram reconhecidos como uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (COVID19). Pela gravidade e rapidez de contaminação do vírus pelo mundo, em 11 de março de 2020 foi decretado estado de pandemia.

É para intervir nesses problemas que os assistentes sociais são incluídos nas equipes de saúde mental. Consequentemente, não só a equipe médica atua nas ações intervencionistas e na orientação dos serviços, mas também outros profissionais ganham destaque no tratamento de crianças e adolescentes com transtornos depressivos. Dessa forma, “muitos hospitais psiquiátricos, centros de atenção psicossocial (CAPS) e unidades de saúde passam a ser coordenadas por equipes constituídas por multiprofissionais e não apenas por médicos em sua maioria” (Rosa; Melo, 2009, p. 83).

Para Silva e Krüger (2018), os assistentes sociais desempenham suas competências e atribuições na área da saúde dentro das equipes de atenção psicossocial, que trabalham de modo integrado, objetivando, assim, atenuar os fatores de risco e, consequentemente, o agravamento das condições que levam ao aparecimento e ao desenvolvimento do transtorno depressivo.

De fato, a Política de Saúde Mental reconhece a necessidade de articulação de equipes multiprofissionais, compostas por profissionais da Medicina, da Enfermagem, do Serviço Social, da Psicologia e de outros campos, haja vista que a área da Saúde não consegue, por si só, enfrentar os determinantes sociais que influenciam diretamente na Saúde Mental da população.

Na perspectiva de Buss e Pellegrini Filho (2007), o conceito de Determinantes Sociais da Saúde (DSS) apresenta diversas definições, de modo que grande parte delas parte da ideia de que o processo saúde-doença está para além das questões patológicas. Logo, fatores externos relacionados às condições de vida dos indivíduos mantêm estreitas relações com as origens das doenças e dos problemas de saúde (Buss; Pellegrini Filho, 2007; Gonzalez, 2015).

Em 2005, foi criada a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS) com o intuito de promover, na realidade brasileira, políticas públicas nacionais que levassem em consideração os determinantes sociais e as iniquidades por eles gerados à saúde da população (Gonzalez, 2015). Assim, essa Comissão definiu que:

Os determinantes sociais de saúde são os fatores socioeconômicos, culturais, políticos, étnico-raciais, biológicos, psicoemocionais e de comportamento que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 78).

Nessa direção, quando se analisa os DSS à luz do Serviço Social, observa-se que as contribuições do campo surgem para viabilizar e promover a efetivação dos direitos, tendo como base as competências descritas na Lei nº 8.662/93 e no Projeto Ético-Político Crítico da profissão, de modo a combater as condições degradantes de vida que possuem influência direta no processo de saúde dos indivíduos (Lopes *et al.*, 2019).

No que se refere às interferências dos DSS na saúde mental de crianças e adolescentes, estudos revelam que as condições degradantes de vida às quais as crianças são expostas afetam o desenvolvimento psicossocial e podem levar ao aparecimento de doenças e transtornos mentais. Na fase da infância e da adolescência, os indivíduos sofrem

grande influência de fatores externos, uma vez que essas etapas são atravessadas por mudanças no comportamento e nos hábitos de vida que podem ser prejudiciais à saúde (Lopes *et al.*, 2019; Pedrosa *et al.*, 2022).

Um estudo realizado por Pedrosa *et al.* (2022) apontou que o sofrimento mental das crianças estava intimamente ligado à dimensão familiar e às condições de vida e de trabalho dos pais. Assim, os dados da pesquisa revelaram que as crianças, uma vez à mercê de fatores negativos, apresentam maiores chances de desenvolver comportamentos de risco e transtornos mentais, tais como ansiedade e depressão.

4 INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEPRESSÃO

O assistente social é o profissional que atua no processo das relações sociais, possuindo como objeto de intervenção, dessa forma, as diversas expressões da questão social. O exercício dessa profissão é caracterizado pela atuação no âmbito teórico e prático, além da realização de interferências no cotidiano e na rotina dos indivíduos. Atualmente, a participação e o envolvimento direto dos assistentes sociais em equipes multiprofissionais com foco na saúde mental são de extrema importância (Mota; Rodrigues, 2016).

De acordo com Barbosa (1987), as pessoas que sofrem com depressão precisam de atendimento multiprofissional. É nessa equipe que estão enquadrados os profissionais do Serviço Social, de modo a favorecerem e intervirem no tratamento, no diagnóstico e na prevenção dos transtornos psicológicos.

É importante ressaltar também que o profissional do Serviço Social atua em várias áreas, bem como realiza ações de acolhimento, visitas domiciliares e atendimentos específicos, orientados à família e à inserção dos indivíduos que sofrem com a depressão (Mota; Rodrigues, 2016). Diante disso, observa-se que o Serviço Social é uma área que exige dos profissionais o desenvolvimento de ações voltadas para os problemas reais que necessitam de soluções objetivas.

Dessa forma, é fundamental reconhecer que o exercício profissional dos assistentes sociais implica a existência de instrumentos e ações que permitem a operacionalização das propostas de intervenções. Nesse âmbito, a atuação dessa categoria de profissionais no tratamento da depressão em crianças e adolescentes é crucial para possibilitar um acompanhamento mais direto com esse grupo etário (Pontes, 2010; Sarmiento, 2012).

Tendo em vista esses aspectos, os estudos presentes na literatura apontam, cada vez mais, as contribuições dos assistentes sociais na área de saúde mental, bem como evidenciam a atuação desses profissionais, desde a chegada dos pacientes aos centros especializados até o momento final do tratamento (Robaina, 2010).

Entretanto, cabe frisar que não é competência do/a assistente social investigar ou diagnosticar o quadro clínico da depressão em crianças e adolescentes. Nos últimos

anos, as pesquisas do campo do Serviço Social, relacionadas, sobretudo, às contribuições dos assistentes sociais na Política Nacional de Saúde Mental, têm voltado sua atenção para os componentes estruturais da sociedade que interferem nas condições de saúde, na tentativa de possibilitar caminhos que contribuam para a compreensão do processo saúde-doença para além do modelo biomédico e do acesso aos serviços e tratamentos. (Grah; Silva; Dal Prá, 2015).

Corroborando com essa perspectiva, os *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde* (Conselho Federal de Serviço Social, 2010, p. 33) apontam que:

As atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras.

Segundo esse mesmo documento, cabe ao Serviço Social desenvolver estratégias que caminhem em direção aos princípios do SUS, de modo que se efetivem as garantias de acesso à saúde e promovam a melhoria da qualidade dos serviços de saúde. No que diz respeito à Saúde mental, o Serviço Social visa contribuir para o alcance dos objetivos e das metas presentes no projeto ético-político da Reforma Psiquiátrica (Conselho Federal de Serviço Social, 2010).

Nessa direção, os profissionais do campo tendem a levar em consideração os aspectos presentes na questão social enquanto elemento de análise para entender as variáveis que impactam na prevalência de enfermidades na saúde mental da população. Assim, as principais contribuições dessa categoria profissional giram em torno de ações socioassistenciais, de articulação interdisciplinar e de ações socioeducativas (Conselho Federal de Serviço Social, 2010).

Vale salientar que essas práticas não acontecem de modo isolado, mas se desenvolvem, sobretudo, pelo trabalho coletivo, por meio de métodos de investigação, que evidenciam os aspectos determinantes da situação de saúde dos indivíduos, e de práticas de planejamento, que visam o desenvolvimento de intervenções e estratégias para lidar com os DSS, bem como para auxiliar no trabalho das demais categorias de profissionais da saúde.

Nesse contexto, o assistente social possui enfoques particulares e específicos que diferem das concepções do médico, do enfermeiro e dos demais trabalhadores que atuam na área da saúde. Concordando com essa perspectiva, Machado (2009, p. 246) evidencia que “o assistente social se ‘diferencia’ e se legitima na equipe a partir dos seus conhecimentos acerca das políticas públicas e dos direitos sociais”. Logo, esse profissional desenvolve suas atribuições tendo como foco os fatores sociais envolvidos nos processos patológicos.

Tendo em vista suas especificidades nesse contexto, é válido salientar que o assistente social é reconhecido como profissional de saúde de acordo com a resolução do Conselho Nacional da Saúde/CNS nº 218/1997 (Brasil, 1997). Para Barbosa (1987), o papel desses profissionais no que se refere ao tratamento dos transtornos psicológicos que

acometem crianças e adolescentes é o de conhecer, em profundidade, o ambiente familiar no qual a criança ou o adolescente está inserido. Por meio de um acompanhamento, esse profissional busca orientar a família ou os responsáveis, a fim de possibilitar tratamentos adequados e, conseqüentemente, uma melhora na qualidade de vida dessas crianças e desses jovens.

De fato, os desafios para aplicação de estratégias sociais voltadas a esse grupo são diversos. Um desses desafios está relacionado à formulação de ações para efetivar redes de acompanhamento com os indivíduos diagnosticados com transtornos. Assim, o trabalho conjunto com outros profissionais é essencial para tornar viáveis as ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento (Figueiredo; Jardim, 2001).

Convém ressaltar que as ações orientadas à área da saúde são efetivadas de modo conjunto. Esse trabalho coletivo é fundamental para desenvolver as habilidades de cada um dos membros da equipe, uma vez que a correlação de forças internas e externas entre os profissionais influi, diretamente, na efetivação das ações de combate, prevenção e tratamento de transtornos depressivos (Rosa; Melo, 2009).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que os assistentes sociais têm sido convocados para trabalharem conjuntamente com outros profissionais, a fim de participarem ativamente na implementação das políticas públicas voltadas à saúde mental. Assim, os desafios impostos a essa categoria são diversos, tais como: pressões relacionadas à alta demanda, falta de recursos orçamentários e precárias condições de trabalho presentes nas unidades de saúde. Vale salientar que as conseqüências humanas, sociais e econômicas acarretadas pelo transtorno depressivo são de longo prazo e afetam diretamente o convívio social e familiar.

Segundo o Relatório *Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental* (2022), a atuação dos assistentes sociais nas unidades de saúde é essencial para efetivar as atividades de prevenção e tratamento em indivíduos e famílias que já apresentam problemas psicológicos ou que podem, posteriormente, desenvolver problemas de saúde mental. Exemplos dessas ações incluem intervenções básicas e acompanhamento individual e em grupo.

Além disso, um dos grandes desafios enfrentados pelos assistentes sociais é o do desenvolvimento de ações que assegurem a efetivação dos direitos individuais e do acesso à saúde. De acordo com Alcantara e Vieira (2013, p. 339), “é por meio da compreensão da realidade social na qual a profissão está inserida que é possível compreender o ‘como’ e o ‘em quê’ consiste na atuação do assistente social”.

De acordo com Knopp (2012), os assistentes sociais podem atuar nos diferentes espaços de Saúde. No âmbito da Saúde Mental desempenham suas funções, especificamente, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), nas Residências Terapêuticas e nos Hospitais Psiquiátricos. As ações desenvolvidas por eles giram em torno da garantia dos direitos dos pacientes com transtorno mental, bem como envolvem processos de mediação e acolhimento.

No que tange às particularidades do campo da Saúde Mental Infantojuvenil, esses profissionais atuam dentro dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), desempenhando não só atividades de atendimento individualizado, mas também de investigação da realidade desses indivíduos.

De acordo com Pereira (2012), a fase da infância e da adolescência apresenta diversas singularidades. Logo, requer cuidados e ações específicas para lidar com essa faixa etária (Ribeiro, 2019). Nessa direção, os profissionais do Serviço Social buscam desempenhar suas atribuições, tendo em vista as demandas e as necessidades dos indivíduos que buscam os serviços de saúde para tratamento.

Além dessas ações, os assistentes sociais procuram, dentro dos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), atender às necessidades de cuidado da saúde mental de crianças e adolescentes, levando em consideração o exercício da cidadania e o direito ao acesso a serviços de saúde de qualidade.

Assim, ao desempenhar suas funções nos diferentes espaços de atendimento psicossocial é de suma importância que esse profissional desenvolva ações de orientação familiar, bem como direcione os usuários acerca do recebimento de benefícios, tendo em vista os DSS que interferem na qualidade da saúde mental do público Infantojuvenil. Com base nessa premissa, percebe-se que a atuação desse profissional na área da saúde consiste na efetivação do acesso populacional às redes de tratamento e aos canais de informações.

Nessa perspectiva, Alcantara e Vieira (2013, p. 346) argumentam que:

O assistente social, ao atuar na identificação dos determinantes sociais que interferem nas condições de vida e de saúde dos usuários, tem como premissa a integralidade das ações na elaboração de estratégias para o enfrentamento das demandas apresentadas. Com isso, a sua inserção em equipes interdisciplinares é recorrente, dado que contribui para o seu chamado à participação na humanização do atendimento.

De acordo com os *Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde* (Conselho Federal de Serviço Social, 2010), a responsabilização compartilhada entre a equipe de saúde e a equipe de assistentes sociais busca contribuir para a integralidade do cuidado aos indivíduos, principalmente por intermédio da ampliação da oferta de informações e das redes de tratamento, de modo a prestar soluções aos problemas e às necessidades de saúde, tanto em termos clínicos quanto assistenciais.

No documento, são apresentados alguns exemplos de ações de apoio desenvolvidas pelos profissionais do Serviço Social no âmbito da Saúde Mental, tais como ações socioassistenciais, ações de articulação interdisciplinar e ações socioeducativas.

Tendo em vista esses aspectos, os indivíduos acometidos com transtornos depressivos têm maiores possibilidades de tratamento, uma vez que o foco da atenção da equipe de profissionais volta-se para além dos indícios da doença e dos medicamentos. Para Rosa e Melo (2009, p. 82) “o modelo assistencial psiquiátrico brasileiro encontra-se em processo de transição, de um modelo segregador, excludente, para um modelo de serviços aberto, comunitário e preservador da cidadania”.

Diante dessa perspectiva, observa-se que o assistente social oferece contribuições importantes para a área da saúde mental. Isso se dá, evidentemente, pelo reconhecimento das ações e dos serviços prestados por essa categoria profissional dentro das equipes formadas por uma multiplicidade de profissionais.

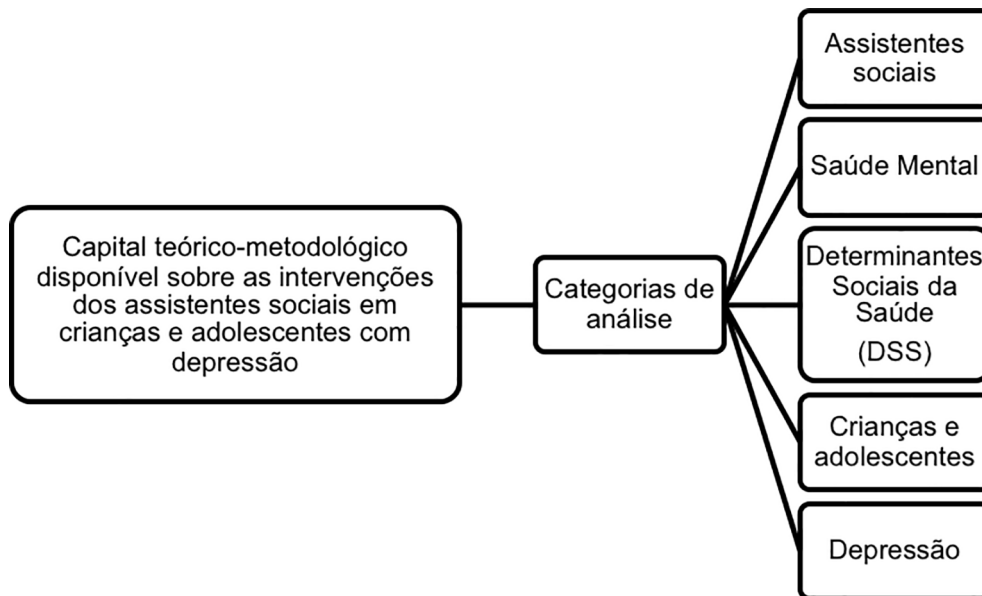
5 METODOLOGIA

Considerando a temática aqui proposta, realizou-se uma pesquisa exploratória com o intuito de mapear, na literatura especializada, pesquisas científicas disponíveis no Brasil acerca das intervenções dos assistentes sociais no tratamento de crianças e adolescentes diagnosticados com o transtorno depressivo. Nessa direção, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como recurso de coleta de dados, uma vez que esse tipo de método possibilita ao pesquisador conhecer o que se tem disponível na literatura especializada sobre determinado assunto (Severino, 2013; Fonseca, 2002).

Tendo em vista a questão norteadora deste estudo: o que e quanto se tem disponível na literatura científica brasileira acerca das intervenções dos assistentes sociais no tratamento de crianças e adolescentes com depressão, realizou-se, primeiramente, um levantamento de dados quantitativos para mensurar a quantidade de material teórico existente sobre a temática nas bases de dados.

Assim, no levantamento quantitativo apurou-se: a) a quantidade de trabalhos presentes nas bases de dados escolhidas e b) a quantidade de trabalhos publicados por ano. Após o levantamento quantitativo, realizou-se uma análise qualitativa, com o intuito de examinar, em profundidade, o corpo teórico-metodológico disponível, tendo em vista as categorias propostas na figura 1:

Figura 1 – Categorias de análise



Fonte: elaboração própria

Após a definição das categorias de análise, estabeleceram-se as questões a serem identificadas nas pesquisas coletadas:

- a) O referencial teórico apresentado pelos autores é relevante para a pesquisa?
- b) A temática acerca dos desafios da atuação dos assistentes sociais no tratamento de crianças e adolescentes é desenvolvida, em profundidade, nos textos?
- c) A metodologia desenvolvida é coerente com o estudo?

Tendo em vista esses aspectos, a busca foi realizada durante o ano de 2023 a partir da consulta eletrônica nas bases de dados Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)* e Periódicos Capes. Nessas bases de dados, buscou-se por artigos e estudos científicos, utilizando os seguintes descritores: “depressão na infância e na adolescência” “atuação do/a assistente social” e “saúde mental”.

A partir da leitura do título e das palavras-chave presentes nas pesquisas, foram eliminados os estudos que não atenderam os critérios de inclusão: publicações brasileiras, publicadas no período de 2018 a 2023, indexadas e disponibilizadas no idioma português e artigos que trouxessem abordagens relevantes sobre o tema. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: publicações incompletas e fora do período definido, artigos não disponíveis e estudos que não estivessem diretamente envolvidos com o tema.

Logo após a utilização desses filtros, foi feita uma sondagem mais aprofundada dos textos, por meio da leitura do resumo e da introdução, resultando, assim, em 48 estudos. Desse número, 32 pesquisas foram excluídas, por não se enquadrarem nos critérios definidos, restando para a análise um total de 16 estudos.

Para sistematização e operacionalização dos dados coletados, aplicou-se a análise temática³ como procedimento analítico, seguindo os passos metodológicos propostos por Minayo (2007) e Severino (2013): (1) Pré-análise: organização dos dados e leitura preliminar; (2) Exploração do material: leitura exploratória com base nas categorias; (3) Tratamento dos resultados: análise e interpretação das informações obtidas à luz da temática.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 DADOS QUANTITATIVOS

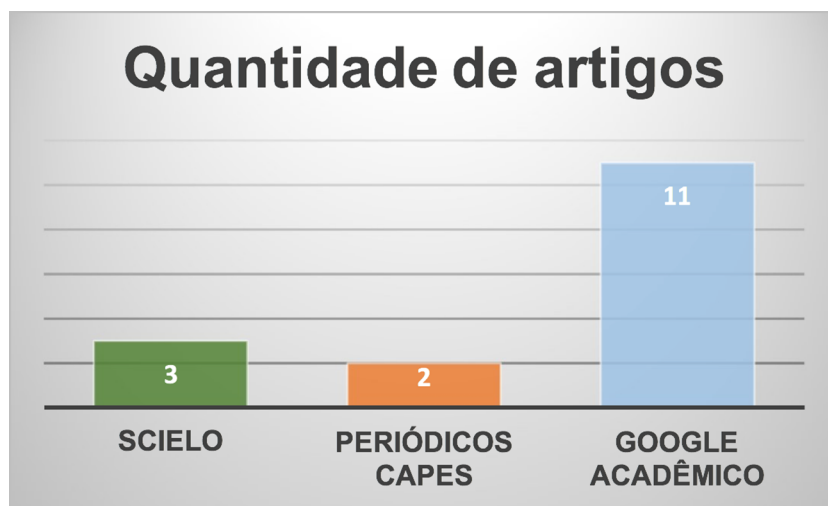
Tendo em vista os objetivos deste trabalho, optou-se por organizar os dados em gráficos com o intuito de proporcionar uma melhor visualização da quantidade de capital teórico-metodológico encontrado. O gráfico 1 mostra a porcentagem das publicações acerca da temática nas bases de dados Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library On-line (SciELO)* e Periódicos Capes.

³ De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a análise temática é adequada para as investigações qualitativas. Para as autoras, “A análise temática trabalha com a noção de tema, o qual está ligado a uma afirmação a respeito de determinado assunto; comporta um feixe de relações e pode ser graficamente representada por meio de uma palavra, frase ou resumo” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 84).

Com base nos dados apresentados no Gráfico 1, percebe-se que o Google Acadêmico possui o maior número de publicações sobre a temática, com um percentual de 69% das pesquisas.

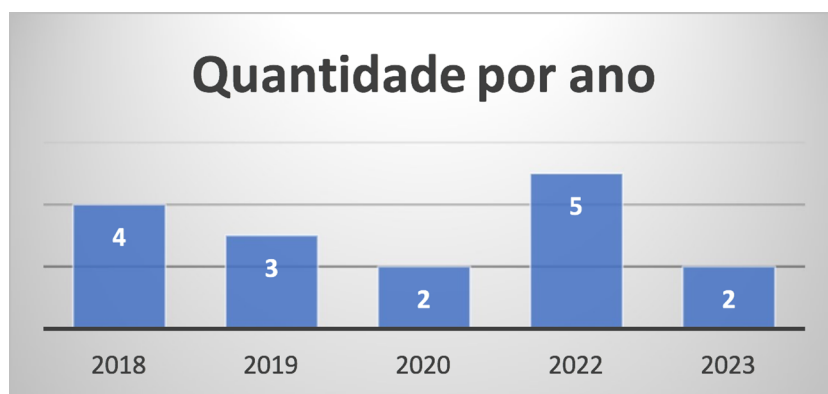
Já o Gráfico 2 mostra a distribuição anual das pesquisas. No recorte anual, percebe-se que no ano de 2022 a quantidade de estudos acerca da temática aqui tratada aumentou, revelando, de certa forma, a relevância que o tema vem ganhando ao longo dos anos.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos por base de dados



Fonte: elaboração própria

Gráfico 2 – Quantidade de artigos por ano



Fonte: elaboração própria

6.2 DADOS QUALITATIVOS

Após a análise dos textos, observou-se que o corpo teórico-metodológico disponível na literatura especializada apontou a depressão como um problema mundial de saúde pública que tem acometido indivíduos de todas as faixas etárias (Crujo; Marques, 2009; Baptista; Oliveira, 2004).

A leitura aprofundada de todas as publicações analisadas neste estudo permitiu perceber as contribuições dos assistentes sociais no âmbito da Saúde Mental, bem como as particularidades das ações desses profissionais no que diz respeito às necessidades de atendimento a crianças e adolescentes com depressão. As pesquisas também apontam desde o quadro clínico da doença até as intervenções dos assistentes sociais no tratamento de crianças e adolescentes diagnosticados com depressão.

Evidenciando as intervenções dos assistentes sociais na área de Saúde Mental, com ênfase nas particularidades do atendimento a crianças e adolescentes, estudos (Pinto, 2020; Fonteles, 2022; Silva; Krüger, 2018) reconhecem a importância e a necessidade do trabalho desenvolvido por essa categoria profissional no apoio ao tratamento da depressão nas faixas etárias aqui analisadas.

Outro estudo nessa temática destacou que o assistente social surge para possibilitar a articulação com a Rede de Atenção Psicossocial e Socioassistencial. No que se refere às especificidades do atendimento a crianças e adolescentes, as ações giram em torno de acompanhamentos individualizados, por meio de uma escuta qualificada e atenta às especificidades desse grupo etário.

Além disso, dependendo das necessidades apresentadas, as intervenções podem envolver práticas de orientação e encaminhamento aos serviços especializados. Cabe salientar que as publicações científicas selecionadas apontaram a preocupação, por parte dos assistentes sociais, quanto à inserção da família no processo de tratamento das crianças e dos adolescentes com sofrimento mental (Pinto, 2020; Crujo; Marques, 2009; Barbosa; Lucena, 1995).

Cabe frisar que os textos apresentam um consenso relacionado à importância do apoio do sistema familiar durante o tratamento. Segundo as pesquisas analisadas, a família apresenta um papel central nesse processo para evitar possíveis agravamentos da patologia. O estudo proposto por Lucena (2018) apontou que o trabalho do assistente social se defronta com uma multiplicidade de demandas próprias da Saúde Mental e esbarra, sobretudo, na falta de investimentos e na carência de políticas públicas, voltadas para promover a efetividade das ações assistenciais a crianças e adolescentes diagnosticados com depressão. Outro ponto abordado no estudo se refere ao papel desse profissional na promoção de informações e conhecimentos que viabilizam o acesso aos serviços de atendimento especializado a cada faixa etária.

Corroborando com essa perspectiva, a pesquisa desenvolvida por Santos (2023) evidenciou as atuações dos assistentes sociais na Saúde Mental. O estudo apontou desde as atividades dos profissionais da área, até as particularidades no atendimento a crianças

e adolescentes nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), de modo a tornar o processo de saúde mais humanizado e integral.

Já o estudo elaborado por Pinto (2020) evidenciou as particularidades das ações dos assistentes sociais no tratamento de crianças e adolescentes que necessitam de suporte especializado, de modo a possibilitar um tratamento adequado. De acordo com a pesquisa, ações de acolhimento com as famílias, acompanhamento individual com os pacientes e a formulação de relatórios são algumas das práticas desenvolvidas para levar assistência integral às crianças e aos adolescentes diagnosticados com o transtorno.

Outrossim, os estudos analisados conseguem tratar a temática em profundidade na medida em que traçam um perfil da depressão em crianças e adolescentes, abordando desde o desenvolvimento do quadro clínico da doença até as formas de tratamento. De acordo com os autores das pesquisas, a prevalência do transtorno tem se intensificado e os efeitos humanos, sociais e econômicos acarretados pela patologia são de longo prazo.

Ao analisar os artigos selecionadas, observou-se que os principais procedimentos metodológicos adotados apresentam uma natureza quanti-qualitativa, com o intuito de auxiliar na explicação da temática. Já em relação aos métodos, a pesquisa de campo e a exploratória são as mais utilizadas.

Os estudos também apresentam diferentes resultados, bem como utilizam instrumentos de avaliação e coleta de dados diversos. Por fim, em relação ao referencial teórico apresentado nos estudos, observa-se que ele é composto por obras de especialistas, estudiosos e autores renomados na área da Saúde e do Serviço Social.

Os referenciais presentes na literatura nacional mostram que o aumento de crianças e adolescentes diagnosticados com depressão se deve a diversos fatores, sejam eles familiares, sociais, biológicos e culturais, bem como trazem alertas às famílias sobre a importância de um ambiente familiar acolhedor e propício ao desenvolvido desse grupo.

7 CONCLUSÕES

Diante dos argumentos supracitados, os objetivos do presente estudo foram alcançados, pois evidenciou-se que a depressão tem afetado consideravelmente crianças e adolescentes, trazendo impactos negativos e complicações que interferem na qualidade de vida dessa população. É nesse processo que ganha espaço o Serviço Social, para auxiliar e intervir no tratamento de crianças e adolescentes diagnosticados com o transtorno depressivo.

As seções apresentadas nesta pesquisa ressaltaram as perspectivas teóricas dos autores, bem como as manifestações clínicas, os sinais e sintomas que acometem crianças e adolescentes. Alertaram também para a importância da inclusão da família no tratamento desse público e mostraram as contribuições dos assistentes sociais na política de saúde mental. Por fim, este estudo delineou os impactos da depressão na infância e adolescência, evidenciando, de maneira abrangente, as intervenções do Serviço Social na vida de crianças e adolescentes diagnosticados com o transtorno depressivo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITCH, Sheila; ARAGÃO, Lilian Oliveira e Cruz. Depressão na infância e adolescência. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, [s. l.], v. 10, 2011. Disponível em :<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/8851/6730>. Acesso em: 3 maio 2023.
- ALCANTARA, Luciana da Silva; VIEIRA, João Marcos Weguelin. Serviço Social e Humanização na Saúde: limites e possibilidades. **Revista Texto & Contexto**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 334-348, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14332/10744>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- BAHLS, Saint Clair. Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 78, n. 5, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/XNZvJXVVDXtP9xm6ddZbsWg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BAPTISTA, Makilim Nunes; OLIVEIRA, Andréia. Sintomatologia de depressão e suporte familiar em adolescentes: um estudo de correlação. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, [s. l.], v. 14, n. 3. p. 53-59, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315530374_sintomatologia_de_depressao_e_suporte_familiar_em_adolescentes_um_estudo_de_correlacao. Acesso em: 4 mai. 2023.
- BARBOSA, Genário Alves; LUCENA, Aline. Depressão Infantil. **Infanto, Revista de Neuropsiquiatria da Infância e adolescência**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 23-30, 1995. Disponível em: http://www.psiquiatriainfantil.com.br/revista/edicoes/Ed_03_2/in_07_07.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.
- BARBOSA, Lúcia Helena Siqueira. Depressão na infância e adolescência- aspectos sociais. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 250-265, jul./set. 1987.
- BARBOSA, Sônia Regina de Cal Seixas. Subjetividade e complexidade Social: contribuições ao estudo da depressão. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 317-350, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2006.v16n2/317-350/pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n° 218, de 06 de março de 1997**. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=d264e22a33f690aeJmltdHM9MTcxMDI4ODAwMCZpZ3VpZD0zNjlmODk5Ni05M2E1LTY5MGItMjFkZS05ZGE3OTJkYzY4YjMmaW5zaWQ9NTE5OQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=369f8996-93a5-690b-21de-9da792dc68b3&psq=Resolu%c3%a7%c3%a3o+n%c2%b0+218%2c+de+06+de+mar%c3%a7o+de+1997&u=a1aHR0cHM6Ly9idnNtcy5zYXVkZS5nb3YuYnIvYnZzL3NhdWRlbGVnaXMvY25zLzE5OTcvcmVzMDIxOF8wNl8wM18xOTk3Lmh0bWw&ntb=1>. Acesso em : 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Brasília, DF: MS, 2022. **Na América Latina, Brasil é o país com maior prevalência de depressão.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/na-america-latina-brasil-e-o-pais-com-maior-prevalencia-de-depressao>. Acesso em: 5 maio 2023.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 7 nov. 2023.

CARMO, Léia Siriaco; SANTOS, Luísa Barbosa. Depressão na infância e adolescência: atuação do enfermeiro frente a essa demanda. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente FAEMA**, Ariquemes, v. 10, p. 32-39, 2020. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1117/1022> .Acesso em: 7 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, DF: CFESS, 2010. (Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

CRUJO, Margarida; MARQUES, Cristina. As perturbações emocionais: ansiedade e depressão na criança e no adolescente. **Rev Port. Clin. Geral**, [s. l.], v. 25, p. 576-82, 2009. Disponível em: rpfmgf,+2009-5-576-582.pdf. Acesso em: 5 nov. 2023.

CRUVINEL, Miriam; BORUCHOVITCH, Evely. Sintomas depressivos em crianças: estudo com duas versões do CDI. **Psicologia Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 574-585, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n3/v28n3a11.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CRUVINEL, Miriam; BORUCHOVITCH, Evely. Sintomas de depressão infantil e ambiente familiar. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 87-100, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v3n1/v3n1a08.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

CRUVINEL, Miriam; BORUCHOVITCH, Evely. Regulação emocional em crianças com e sem sintomas de depressão. **Estudos de psicologia**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26122323003>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FIGUEIREDO, Ana Cristina; JARDIM, Sílvia Rodrigues. Formação de recursos humanos, trabalho e saúde mental. *In*: FIGUEIREDO, Ana Cristina; CAVALCANTI, Maria Tavares (org.). **A reforma psiquiátrica e os desafios da desinstitucionalização**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001. p. 59-68.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTELES, Isabelle Deolinda. **Intervenção Profissional do Assistente Social no CAPS II: Limites e possibilidades**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2022. Disponível em: <http://dspace.unila.edu.br/123456789/7006>. Acesso em: 5 nov. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZALEZ, Virgínia Valiate. **A trajetória da Comissão Nacional sobre determinantes sociais da saúde**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: virginia_valiate_gonzalez_ensp_mest_2014.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.

GRAH, Bruno; SILVA, Adriana; DAL PRÁ, Keli Regina. Considerações sobre doenças crônicas, necessidades de cuidado em saúde e a responsabilização das famílias pelas políticas sociais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. p. 1-8. Disponível em: <https://seminarioservicosocial2015.ufsc.br/> y. Acesso em: 8 nov. 2023.

IEPS. Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. **Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental**. 2022. Disponível em: <https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2022/06/cenario-politicas-programas-nacionais-saude-mental-ieps-instituto-cactus.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

INSTITUTO CACTUS. **Relatório Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental**. Rio de Janeiro: Instituto Cactus, 2022.

KNOPP, Amanda Martins. **Saúde mental, reforma psiquiátrica e os caps centros de atenção psicossocial: a atuação do serviço social**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LOPES, Luana Lisboa *et al.* O Serviço Social e a relação com os determinantes sociais da saúde: algumas reflexões sobre a atuação profissional do Assistente Social. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES, 16., 2019, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/222/217>. Acesso em: 8 nov. 2023.

LUCENA, Fernanda Maria Gomes de. **O trabalho em rede no CAPS I João Paulo II: desafios e possibilidades para sua efetivação.** Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, CCJS/UFCG, 2018. Disponível em:

https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFCG_900b4fde2dd79f7a72d3746e424b7296. Acesso em: 5 nov. 2023.

MACHADO, Graziela Scheffer. O Trabalho do Serviço Social nos CAPSs. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 241-254, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/6342>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOTA, Mirella de Lucena; RODRIGUES, Cleide Maria Batista. Serviço Social e saúde mental: um estudo sobre a prática profissional. **SER Social**, Brasília, DF, v. 18, n. 39, p. 652-671, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231261203.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE-OMS. **Depressão:** causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção.[2019?]. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/programas-projetos-e-aco-es/pro-vida/dicas-de-saude/pilulas-de-saude/depressao-causas-sintomas-tratamentos-diagnostico-e-prevencao>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PEDROSA, Nádia Cristine C. E. P *et al.* Determinantes sociais de saúde que permeiam o sofrimento mental de crianças na fronteira franco-brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l], v. 75, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/HtZ6hjqsY83fDT9pX97DMBc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 8 nov. 2023.

PEREIRA, Rita Ribes. Pesquisa com crianças. *In:* PEREIRA, Rita Ribes; MACEDO, Nélia Mara (org.). **Infância em Pesquisa.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012. p. 59-88. v. 1.

PINTO, Mariana Márcia Dias da Cunha. **A importância do trabalho do (da) assistente social no Caps II Ouro Preto.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, 2020. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2985>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a teoria e sua apropriação pelo serviço social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Cecília Maria Rocha; MIRANDA, Lilian. Demandas a um CAPSI: o que nos dizem os responsáveis por crianças e adolescentes em situação de sofrimento psicossocial. **Semin. Ciênc. Soc. Hum.**, Londrina, v. 40, n. 1, p. 43-62, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-54432019000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 nov. 2023.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do Serviço Social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Revista Serviço Social e Sociedade**, [s. l.], n. 102, p. 339- 351, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/93KsjnBWthCBWJcd7fL57pP/#>. Acesso em: 8 nov. 2023.

ROCHA, Antonia Adriana de Lima. O assistente social na saúde mental: espaços de atuação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 34-51, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/espacos-de-atuacao>. Acesso em: 8 nov. 2023.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; MELO, Tânia Maria Ferreira Silva. Inserções do assistente social em saúde mental: em foco o trabalho com as famílias. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 7, n. 78, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634933>. Acesso em: 5 mar. 2023.

ROTONDARO, Daniela Pacheco. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 8-13, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000300003>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SANTOS, Adriane Amaral dos. **Saúde mental e Serviço Social**: reflexões acerca de suas particularidades. 2023. 46f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/5935>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumental Técnico e o Serviço Social. A dimensão técnico operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJE, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Débora Cristina; KRÜGER, Tânia Regina. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde: o significado no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 35, jan./jun. 2018. Disponível em: Dialnet-ParametrosParaAAtuacaoDeAssistentesSociaisNaPoliti-6580558.pdf. Acesso em: 5 nov. 2023.

FORMAÇÃO CIDADÃ E REFLEXIVIDADE: UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO HISTÓRICO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

CITIZEN EDUCATION AND REFLEXIVITY: A LOOK AT THE HISTORICAL MOVEMENT OF SOCIOLOGY TEACHING IN BRAZIL

Tiago Rodrigo Martins¹
[http://orcid: 0009-0008-5736-3642](http://orcid.org/0009-0008-5736-3642)

Felipe Bueno Amaral²
[http://orcid: 0000-0002-6668-5415](http://orcid.org/0000-0002-6668-5415)

RESUMO

A Sociologia passou e tem passado por diversos avanços e retrocessos na história da educação brasileira. Um retrocesso recente foi o fim da obrigatoriedade da presença da disciplina nos currículos escolares. A partir disso, o artigo teve como objetivo central analisar a importância do ensino de Sociologia para a compreensão e construção da cidadania e de sujeitos reflexivos. Metodologicamente, procedeu-se com a realização de uma pesquisa bibliográfica histórica-documental em livros, artigos científicos e leis que tratam do tema investigado. Muitos são os desafios que se colocam em uma sociedade da técnica em radicalização profunda do processo de modernização; diante desse quadro e olhando para o sistema de ensino nacional, foi possível constatar que a Sociologia é uma das principais disciplinas no que se refere à formação cidadã e de sujeitos reflexivos, na medida em que busca desenvolver nos educandos, de modo construtivo, uma visão crítica de sociedade.

Palavras-chave: ensino de Sociologia; formação cidadã; sujeitos reflexivos.

¹ Licenciado em Sociologia (2022) e Filosofia (2020) pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Licenciado em Pedagogia EPT pelo IFSULDEMINAS (2022). Possui bacharelado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). É professor na escola municipal Doutor Pedro Afonso Junqueira, Poços de Caldas-MG. Email: tiagorodrigom@gmail.com

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019), com período como pesquisador convidado no México, na Universidade *El Colegio de La Frontera Sur* - ECOSUR. É Mestre em Sociologia pela UFPR (2015) e Gestor Ambiental pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (2011). Pesquisador dos grupos Epistemologia e Sociologia ambiental (UFPR/CNPQ) e *Estudios de Migración y Procesos Transfronterizos* (ECOSUR/CONACYT). Atualmente atua como pesquisador visitante na *Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia* - UPTC. Email: amaralfelipeb@gmail.com

ABSTRACT

Sociology has gone and continues to go through several advances and setbacks in the history of Brazilian education. A recent setback was the end of the mandatory presence of the subject in school curricula. From this, the main objective of the article was to analyze the importance of teaching Sociology for the understanding and construction of citizenship and reflective subjects. Methodologically, a historical-documentary bibliographic research was carried out in books, scientific articles and laws that deal with the investigated theme. Many are the challenges that arise in a technical society in deep radicalization of the modernization process; faced with this scenario, and looking at the national education system, it was possible to verify that Sociology is one of the main disciplines with regard to citizenship education and reflective subjects, insofar as it seeks to develop in students, in a constructive way, a critical view of society.

Keywords: Sociology Teaching; Citizenship Training; Reflective subjects.

INTRODUÇÃO

A Sociologia tem passado por constantes avanços e retrocessos em relação à sua presença nos currículos do sistema de ensino nacional. Atualmente, com as últimas reformas que ocorreram, a disciplina de Sociologia deixou de ser obrigatória no Ensino Médio, de modo que apenas os conteúdos e temas sociológicos continuam obrigatórios. Isto significa que não é necessário que haja na escola professores com formação específica em Sociologia e, tampouco, a disciplina de Sociologia, bastando que os conteúdos sejam contemplados.

Nesse sentido, podemos pensar na cidadania e suas relações com o processo de construção de conhecimento por meio da Educação (formal e informal). Países de todo o mundo estão constantemente discutindo a necessidade de uma educação que forme os sujeitos para atuarem criticamente na sociedade e assumirem seus papéis enquanto cidadãos. A proposta aqui é pensar sobre a relação existente entre a formação cidadã e o ensino de Sociologia.

Entendemos neste texto a formação cidadã como preparação do indivíduo para a vida em sociedade enquanto agente transformador da realidade social, crítico e participativo dos processos decisórios (Wieczorkiewicz; Baade; Ogoshi, 2020). De maneira que a formação cidadã é fundamental para a construção de uma sociedade capaz de produzir indivíduos reflexivos – naquele sentido postulado por Giddens (2003) e orientados para construção de estratégias sociais e individuais de melhor convívio frente às muitas adversidades vivenciadas pelos diversos grupos e agentes.

Diante dessas considerações, e sem a pretensão de esgotar o tema, a pergunta que orientou o artigo foi: qual é a importância do ensino de Sociologia para a formação cidadã? A pesquisa teve como objetivo geral discutir a importância do ensino de Sociologia para

a formação dos cidadãos. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: apresentar uma breve história do ensino de Sociologia no Brasil, apresentar como a legislação da educação brasileira compreende a formação para a cidadania e, por fim, discutir as contribuições da Sociologia para a formação cidadã.

Para a realização deste estudo foram utilizados artigos científicos e livros físicos e digitais que abordam a temática da pesquisa. Para isso, utilizaram-se os termos “Sociologia”, “Ensino de Sociologia”, “Cidadania” e “Formação para a cidadania”, sendo selecionados os documentos que permitiam uma discussão em torno da temática proposta. Além disso, este artigo também se valeu das diferentes legislações e documentos educacionais presentes nos sites governamentais. Ademais da análise dos textos utilizados, fez-se uso também da organização das ideias por meio de um quadro que auxiliou na síntese de parte da história do ensino de Sociologia no Brasil.

Assim, no primeiro capítulo, apresentamos a discussão do tema, iniciando-se com uma breve história do ensino de Sociologia no Brasil seguido da apresentação de recortes da legislação educacional brasileira e a formação cidadã e, por último, a discussão em torno das contribuições da Sociologia para a formação do cidadão reflexivo.

1 O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Nesta seção vamos apresentar dados históricos não exaustivos referentes à construção da sociologia como ciência e as tensões da disciplina no Sistema de Ensino Nacional. De modo central, verificamos a importância da disciplina de Sociologia para a formação cidadã e o desenvolvimento do pensamento crítico e de sujeitos reflexivos.

1.1 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

A Sociologia é uma ciência relativamente nova que surgiu na passagem do século XIX para o século XX. O termo foi cunhado apenas no século XIX pelo pensador August Comte. Foi este autor quem deu as primeiras bases para uma Sociologia científica, já que é certo dizer que as bases teóricas do pensamento sociológico são muito mais antigas e reportam-se ao pensamento produzido desde a antiguidade. Vale destacar que o cunho epistêmico das análises sociológicas de então era devedor das chamadas ciências naturais, que pretendia reproduzir o método positivista vinculando os fatores sociais à materialidade objetiva daquelas ciências (Amaral; Muhl, 2017).

Já no final do século XIX, o conhecimento sociológico chegou a solo brasileiro mesmo que ainda carecendo de estudos sistêmicos e caracterizado por seu viés positivista. É o pensamento de August Comte o que mais está presente no início da Sociologia no Brasil, e fatores como o abolicionismo favoreceram a chegada desse conhecimento no país (Feijó, 2012). Deste modo, verifica-se o surgimento da Sociologia no Brasil no mesmo período em que o país se transformava em república e teve-se, então, a difusão do pensamento positivista.

Mas mesmo antes da república, ainda em 1882, final do segundo reinado, houve uma primeira sugestão de inclusão da disciplina de Sociologia proposta pelo deputado Rui Barbosa. O pensamento positivista que se difundia nesse período fazia crer que era possível um novo projeto de sociedade que se realizaria por meio da república (Feijó, 2012). Um exemplo disso é a mensagem da bandeira nacional: Ordem e Progresso.

É claro que temos autores brasileiros de grande renome sem os quais não é possível tratar as relações sociais quando pensamos este território nacional. Sobretudo quando olhamos para a segunda metade do século XX, onde temos pensadores como Gilberto Freire (1900-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Júnior (1907-1990), Octávio Ianni (1926-2004), entre outros, que ajudam a traduzir o Brasil. Aqui, como temos o olhar dirigido para a educação voltada para a cidadania, apoiamos-nos em suas contribuições apenas de modo marginal.

Analisando de maneira geral a presença do pensamento sociológico e do ensino de Sociologia no Brasil, passamos a apresentar alguns eventos importantes ocorridos desde a chegada das ciências sociais no Brasil até a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. O Quadro 1 não visa esgotar todos os acontecimentos importantes ocorridos em mais de dois séculos de história, mas busca resumir alguns fatores importantes que ocorreram dentro do contexto da inclusão do ensino de Sociologia no sistema educacional brasileiro.

Quadro 1 – Da chegada da Sociologia ao Brasil até a promulgação da Constituição Federal de 1988

Ano	Período	Evento Relevante	Descrição
Final século XIX	Segundo Reinado	Chegada do pensamento Sociológico no Brasil.	O pensamento de August Comte passa a ser conhecido, aos poucos, pela elite do país.
1882	Segundo Reinado	Primeira Sugestão de Inclusão da disciplina de Sociologia no ensino brasileiro.	O deputado Rui Barbosa propõe a inclusão da disciplina no ensino brasileiro. Tal proposta surge da difusão do pensamento de August Comte e a crença de um novo projeto de sociedade brasileira que se efetivaria com a República com auxílio do conhecimento do pensamento positivista.
1890	Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca	Proposta de Reforma Educacional que incluía uma formação mais científica em substituição a um caráter extremamente clássico-literário. Previa a inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória no último ano de formação do educando.	O então ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, propôs a reforma educacional, que foi a primeira possibilidade legal de inclusão da disciplina de Sociologia no ensino brasileiro. O objetivo era conferir um caráter mais formativo ao ensino, em substituição ao caráter marcadamente propedêutico. A proposta não foi efetivada em decorrência da morte de Benjamin Constant.
1901	Governo civil no poder	Reforma Epiácio Pessoa.	Esta reforma realizou diversas alterações nas propostas de Benjamin Constant, descaracterizando-as e retirando a obrigatoriedade da Sociologia nas Escolas, de modo que sua inclusão não se efetivou no currículo.

Ano	Período	Evento Relevante	Descrição
Início da década de 1920	Governo civil no poder	Incentivo dos estudos sociais por parte das elites brasileiras. Surgem os primeiros programas de Sociologia implementados inicialmente no Colégio Pedro II.	As elites defendem a importância do ensino dos conhecimentos sociológicos para se compreender os processos sociais para bem governar e evitar as convulsões sociais. O foco estava na formação da classe dirigente. A partir da análise de manuais de Sociologia da época que eram utilizados no Colégio Pedro II, verifica-se que a Sociologia ainda estava em constituição no Brasil, haja vista a dificuldade de conceituação da disciplina, de seus objetivos e metodologias.
1925	Governo civil no poder	Sociologia se torna disciplina do ensino secundário.	Reforma Rocha Vaz inclui a disciplina de Sociologia no ensino secundário buscando a formação dos adolescentes. Sociologia se torna disciplina obrigatória no 6º ano. Ocorre também a Reforma no Colégio Pedro II por um dos maiores difusores da Sociologia no país da época: Delgado de Carvalho.
1928	Governo civil no poder	Inclusão da disciplina em cursos normais.	A disciplina de Sociologia se torna obrigatória no curso Normal do Rio de Janeiro e também em Pernambuco.
Início da década de 1930	Era Vargas	Primeira reforma nacional brasileira em âmbito nacional tornando a Sociologia obrigatória nos anos finais do ensino secundário de todo o país. Formação dos primeiros professores de Sociologia.	A disciplina de Sociologia era vista como necessária para se compreender a sociedade brasileira e como importante para formação básica e a continuidade dos estudos. Os conteúdos de Sociologia eram cobrados nos exames de admissão ao ensino superior. Primeiramente, a disciplina era ministrada por advogados, médicos e militares. Apenas em 1933/1934, com o surgimento dos primeiros cursos superiores, é que ocorre a formação dos primeiros professores da disciplina.
1937	Golpe de Estado – Era Vargas	Reforma Capanema.	Modificações nas concepções pedagógicas e busca de controle das escolas – formação deixa de ter uma concepção laica.
1942	Estado Novo – Era Vargas	Nova legislação dita as diretrizes da educação nacional.	A disciplina de Sociologia deixa de ser obrigatória no ensino secundário. Apenas no curso Normal continua sendo de caráter obrigatório.
Início da década de 1950	Segundo governo Vargas	Avanço nos estudos sociológicos. Realização do I Congresso Brasileiro de Sociologia. Discussões para a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Pensadores como Florestan Fernandes, Antônio Cândido e Costa Pinto realizam pesquisas e fortalecem as discussões em torno da Sociologia e do ensino de Sociologia no país.

Ano	Período	Evento Relevante	Descrição
1961	Governo João Goulart	Aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	A lei compreende concepções de educação defendidas pelos intelectuais brasileiros, mas a disciplina de Sociologia permanece como facultativa. A LDB não promoveu mudanças significativas na estrutura educacional, mas propiciou maior autonomia dos estados quanto aos currículos.
1964	Ditadura Militar	Desarticulação do debate nacional em torno da Sociologia e de seu ensino.	A Sociologia não é retirada completamente do currículo, mas desarticula-se o debate em torno das ciências sociais. Sociologia era vista como sinônimo de comunismo.
1964 – 1985	Ditadura Militar	Redução drástica do espaço das ciências humanas no currículo substituídas por disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil; flexibilização do currículo do ensino brasileiro com a publicação da Lei 7044/82; e a introdução da disciplina de Sociologia nos currículos de vários estados em que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) venceu as eleições para governador.	Nesse período, a educação buscava alienar, com o ensino dividido entre primário e secundário, este voltado para formação profissional e reservado às elites para acesso à universidade. A Sociologia era praticamente excluída dos currículos escolares. Fatores políticos, econômicos e sociais levaram à flexibilização do currículo, retirando a obrigatoriedade do ensino profissionalizante e permitindo a reintrodução da Sociologia, demandada por muitos. O MDB incluiu a disciplina em alguns estados, porém sua reintrodução não tinha objetivos claros e já não era vista como transformadora da realidade, como era na década de 40 e 50, especialmente devido à retração das ciências sociais durante o período da ditadura.
1988	Constituição Federal - 1988	Ocorre a promulgação da Constituição Federal de 1988.	Princípios constitucionais abrem espaço para as novas reformulações educacionais visando uma perspectiva de sociedade democrática.

Fonte: Elaborado a partir de Feijó (2012).

Como se pode ver, antes mesmo da constituição de 1988, o ensino de Sociologia passou por avanços e retrocessos constantes. Vale destacar que o ensino da Sociologia, até a promulgação da Constituição Federal (CF), até existiu, mas não na totalidade das escolas brasileiras.

Conforme assinalam Oliveira e Cigales (2019), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 foi um grande marco para a inclusão mais consistente da Sociologia e da Filosofia no sistema educacional brasileiro, reconhecendo a importância desses conteúdos na formação cidadã. Com base no artigo 36 da referida lei, que exigia tais conteúdos nessa etapa de ensino, em 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 38, publicou parecer favorável à

inclusão dessas disciplinas no Ensino Médio. Este parecer contrastava com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1998, que defendiam a abordagem interdisciplinar, questionando a eficácia dessa abordagem para cumprir os objetivos da LDBEN em preparar os alunos para a cidadania.

As disciplinas de Filosofia e Sociologia, até o início dos anos 2000, não existiam na totalidade das escolas públicas brasileiras. O que havia era apenas a previsão da existência de conteúdos relacionados às duas disciplinas. Conforme destacam Oliveira e Cigales (2019), a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia dar-se-á de maneira obrigatória no sistema educacional brasileiro, mais especificamente na etapa do Ensino Médio, apenas em 2008, a partir da publicação da Lei nº 11.684. A referida Lei altera o artigo 36 da LDBEN, dando a seguinte redação artigo 36, inciso IV “serão incluídas a Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio” (Brasil, 2008, grifo nosso).

Embora a Lei número 11.684 tenha representado um grande avanço, recentemente o caráter obrigatório das disciplinas foi retirado da LDBEN por meio da Lei nº 13.415, de 15 de fevereiro de 2017, que, entre as diversas modificações, deu novo texto ao artigo 36 da Lei maior da educação nacional. A Lei de 2017, após rompimento ilegal da gestão de Dilma Rousseff, anulou o texto dado pela Lei 11.684/08 e deu nova redação ao artigo 36, especificando as áreas de conhecimento que comporão o Ensino Médio a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Lei ainda adiciona o artigo 35-A, de modo a estabelecer que a Sociologia conste na BNCC como obrigatória, mas enquanto conteúdo e não como disciplina (Brasil, 2017).

Em 2018, as DCNEM são atualizadas, por meio da resolução número 3 de 21 de novembro de 2018, contemplando a obrigatoriedade da Sociologia apenas enquanto conteúdos e práticas, assim como já previa a Lei 13.415 (Brasil, 2018b). Portanto, em função da reforma do Ensino Médio gestada pós-golpe de 2016 contra Dilma Rousseff, a Sociologia mais uma vez perdeu espaço nas escolas brasileiras. A não obrigatoriedade da disciplina abre precedentes para mais uma vez a Sociologia desaparecer dos currículos escolares e de ter um ensino superficial tal como se observou no passado desde a chegada das ciências sociais em solo brasileiro.

2 A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA

Conforme nos ensina Reinhard Bendix (1996), a formação do cidadão é de extrema importância para qualquer nação. A fim de organizar melhor as discussões em torno da formação para a cidadania, aqui serão apresentados dois itens: o conceito de cidadania e a cidadania na legislação educacional brasileira. Ao final, apresentam-se algumas reflexões sobre cidadania.

2.1 O CONCEITO DE CIDADANIA

Apesar da concepção contemporânea de cidadania ter sido posta em prática somente após a Revolução Francesa, a ideia de cidadania surgiu na Grécia - numa compreensão muito diferente da atual. Na Grécia Antiga, eram cidadãos apenas os homens livres, de modo que eram excluídos do exercício da cidadania as mulheres, crianças e os escravizados. Conforme assinalam Lopes Filho *et al.* (2018), o filósofo Aristóteles formulou a ideia de que cidadania tem a ver com o olhar do cidadão para o bem comum.

Isto porque, embora cada um busque algo específico que traduza em felicidade, o fim último do Estado deve ser a felicidade geral e, dessa forma, cidadão é aquele que decide visando o bem geral de todos e não apenas de si próprio. Portanto, num sentido geral, cidadania se refere a agir em prol do bem comum, mesmo que este bem não o atinja diretamente num primeiro momento. Ser cidadão é muitas vezes pensar no bem alheio em detrimento exclusivo da subjetividade. Em termos sociológicos, o conceito se refere à orientação da ação social de modo reflexivo, em virtude da qual os agentes atuam sempre em relação a um coletivo, com referências ao que não pode controlar como o idioma ou à classe a que pertence inicialmente, e também a partir de estruturas que pretende alterar ou construir de modo consciente.

Bes *et al.* (2018) destacam que o tema da cidadania no Brasil passou a ser objeto de discussão, sobretudo, no final do regime militar. A partir dessa afirmação, pode-se verificar que embora o termo tenha surgido há mais de 2000 anos na Grécia Antiga, apenas no século XX é que a cidadania passa a ser mais amplamente discutida em solo brasileiro.

Vale destacar que o processo de redemocratização do país levou à promulgação da Constituição Federal, que incorpora o termo cidadania no próprio nome, ficando conhecida como Constituição Cidadã (Bes *et al.*, 2018). Assim, a Constituição Federal do Brasil passou a adotar o adjetivo cidadã por representar os anseios dos brasileiros por uma sociedade justa e democrática, feita de várias mãos.

O conceito clássico de cidadania, de acordo com Vaidergorn (2010), remete ao capítulo “Cidadania e classe social” de Marshall, em que são apresentados três tipos de direitos que apareceram sucessivamente na história, a saber: direitos civis no século XVIII, direitos políticos no século XIX e os direitos sociais do século XX. Embora tal tipologia ainda tenha validade, é importante destacar a ampliação da noção de direitos, que abarca atualmente também os aspectos da cultura, a economia, a diversidade, os direitos coletivos, entre outros (Vaidergorn, 2010).

Bes *et al.* (2018) coadunam com a afirmação anterior, destacando que foi Thomas Marshall quem primeiro definiu as múltiplas dimensões do conceito. Entretanto, conforme destacam os autores a partir de Carvalho (2008 *apud* Bes *et al.*, 2018), o processo histórico no Brasil não seguiu a mesma sequência destacada por Marshall, de modo que apresentou duas diferenças importantes:

A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa lógica

afeta a natureza da cidadania. Quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa (Carvalho, 2008 *apud* Bes *et al.*, 2018, p. 158).

Constata-se que a compreensão de cidadania é muito variada e está sujeita aos eventos históricos que a moldam, como já dissemos. Portanto, embora o significado de cidadania envolva o exercício de direitos e deveres, sua prática está intrinsecamente ligada às estruturas e superestruturas de cada sociedade. Nesse sentido, surge uma ampliação do conceito de cidadania em resposta às transformações sociais e globais, dando origem a termos como cidadania democrática e cidadania global.

Assim, embora seja comum a associação entre cidadania e democracia, e a compreensão de que ambas são interdependentes, conforme destacam Fischman e Hass (2012), essa é uma noção aprendida. Neste sentido é que se podem destacar diferentes perspectivas sobre a cidadania. Muzzatto e Silva (2021) apresentam o conceito de cidadania democrática que deve estar alicerçada em três pilares: o pensamento crítico, a cidadania universal e a capacidade imaginativa.

Outro tipo de cidadania é a multicultural. De acordo com Oliveira (2019 *apud* Bes *et al.*, 2018, p. 160): “a cidadania multi-cultural assinala uma preocupação geral com a reconciliação do universalismo de direitos e da associação de membros em Estados-nações liberais com o desafio da diversidade étnica e demais aspirações de identidade atribuídas [...]”. Neste sentido, ser cidadão afrodescendente é muito diferente de ser cidadão branco. E é neste mesmo sentido que o anseio de movimentos sociais para seus respectivos grupos também pode ser compreendido como cidadania multicultural (Bes *et al.* 2018; Souza, 2003).

Outro conceito é o de cidadania global que, embora sem consenso sobre sua definição, traz a ideia de um cidadão do mundo diante das mudanças globais decorrentes, por exemplo, do processo de globalização.

A noção de cidadania foi ampliada como um conceito de múltiplas perspectivas. Está vinculada a uma crescente interdependência e interconectividade entre países nas áreas econômica, cultural e social, por meio de maior comércio internacional, migração, comunicação etc. Essa noção está vinculada também a nossas preocupações com o bem-estar global além das fronteiras nacionais, assim como se baseia no entendimento de que o bem-estar global influencia o bem-estar nacional e local (Lee; Fouts, 2005 *apud* UNESCO, 2015, p. 14).

É importante compreender que a cidadania global não tem a ver com algum aspecto legal que envolva todos os cidadãos do mundo, mas corresponde ao sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla numa noção de humanidade e sua relação entre local e global, nacional e internacional, em virtude da qual uma dimensão está vinculada necessariamente à outra (Marshall, 2005 *apud* UNESCO, 2015).

Todas essas discussões se relacionam diretamente com uma filosofia política de indivíduos e sociedades, e sua devida participação enquanto atores dos processos de construção e negociação das estratégias sociais. Dentro dessa perspectiva política democrática é que Norberto Bobbio pensa o conceito de cidadania. Para ele,

[...] é através da discussão política que o operário, cujo trabalho é repetitivo e concentrado no horizonte limitado da fábrica, consegue compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles com os quais mantém relações cotidianas, tornando-se assim membro consciente de uma comunidade (Bobbio, 2000, p. 44).

O papel da educação aqui é fundamental para o exercício de uma consciência que se estabelece no entre jogo das dimensões individuais e sociais, onde os atores percebem seu lugar no território e as estratégias disponíveis de ação política. Diante das diversas concepções de cidadania, é importante refletir sobre como a educação e o ensino de Sociologia podem contribuir para a formação cidadã, considerando que a condição de cidadão em uma sociedade está sujeita às mudanças nas estruturas sociais, econômicas e de poder.

2.2 A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Antes de adentrarmos na análise da legislação brasileira, interessa-nos abordar rapidamente as bases sobre as quais elas foram estabelecidas, seus pressupostos. Ter presente a história, as dinâmicas de dominação e os subsequentes projetos de crise são fundamentais para entender os mecanismos através dos quais se configura a instância de nossa democracia representativa.

O modo como se forma essa consciência que há pouco mencionamos se estabelece em um contexto de marginalização dos interesses das classes subalternas, em uma América Latina colonizada e violentamente expropriada (Galeano, 2010). A história particular do Brasil, muito semelhante a dos outros países latino-americanos, entre escravidão e a subsequente imposição de uma matriz espiritual, ganha contornos específicos daquilo que Jessé Souza chama de “destino prefigurado da marginalidade social e da pobreza econômica” (Souza, 2003, p. 55).

Para pensar as dimensões nacionais de dominação e da falta de alinhamento de interesses entre as diferentes classes (e raças!), e as condições de possibilidade da efetiva participação política - sem mencionar o desenvolvimento da consciência -, Jessé Souza mescla as noções de periferia e *habitus*, identificando aí o local social da subcidadania.

Existe, em países periféricos como o Brasil, toda uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, dado que elas não participam do contexto valorativo de fundo – o que Taylor chama de “dignidade” do agente racional – o qual é condição de possibilidade para o efetivo compartilhamento, por todos, da idéia de igualdade nessa dimensão fundamental para a constituição de um *habitus* que, por incorporar as características disciplinadoras, plásticas e adaptativas básicas para o exercício das funções produtivas no contexto do capitalismo moderno, poderíamos chamá-lo de “*habitus primário*” (Souza, 2003, p. 70).

A partir dessas noções, como temos demonstrado ao longo do texto, a educação brasileira passou, e passa, por diversos avanços e retrocessos desde a colonização. As

diversas reformas educacionais que ocorreram na história do país apontam para uma eterna disputa ideológica e de concepções pedagógicas que compreendem, de maneiras diversas, a função da educação na formação dos sujeitos.

Para conhecer a concepção que subjaz à legislação em vigor, primeiramente deve-se consultar a Constituição Federal (CF). A Lei Maior do Brasil considera a educação como um dos principais direitos sociais presentes no artigo 6º e, em seu artigo 205, prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Um dos objetivos da educação presentes na CF é a formação para a cidadania (Brasil, 1988).

Essa compreensão também está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que, em seu artigo 22, destaca: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Tal finalidade dar-se-á por meio da alfabetização plena e a formação de leitores, como indicado no parágrafo único do *caput* parágrafo que foi incluído pela Lei número 14.407 de 12 de julho de 2022 (Brasil, 2022).

O artigo 27 da LDBEN destaca que os conteúdos curriculares da educação básica deverão seguir algumas diretrizes, dentre as quais: “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (Brasil, 1996). Com esses pressupostos, a educação deve formar os sujeitos durante os nove anos do Ensino Fundamental e três anos do Ensino Médio com a função de conhecer os direitos e deveres, bem como de respeitar os demais cidadãos e o Estado Democrático de Direito.

A formação cidadã é prevista em toda a educação básica, não somente no Ensino Médio. Isto pode ser visto no artigo 32 da LDBEN, seja em seu texto anterior de 1996, seja com a redação nova dada pela Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Por outro lado, quando se trata do Ensino Médio, conforme consta das alterações realizadas na LDBEN, foi retirado o inciso III do parágrafo 1º do artigo 36 que compreendia os conhecimentos de Filosofia e Sociologia como sendo necessários ao exercício da cidadania (Brasil, 2006). Deste modo, disciplinas que essencialmente discutem a vida em sociedade foram retiradas, configurando-se como um contrassenso frente aos objetivos da educação nacional.

No que se refere à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que veio trazer uma série de modificações na educação básica tanto na educação pública como privada, pode-se verificar também a perspectiva da educação para a cidadania. As 10 competências que o educando deve desenvolver ao final do ciclo da educação básica têm como um dos panos de fundo a formação cidadã, a partir do desenvolvimento de aspectos importantes tais como: a criticidade, o cuidado de si e do outro, o diálogo, o respeito e valorização da diversidade, os princípios éticos, a responsabilidade, o entendimento mútuo, a cooperação, os direitos humanos, entre outros aspectos que se podem identificar a partir das competências descritas no documento.

O documento ainda apresenta uma perspectiva interessante ao definir cinco campos de atuação da área de linguagens para o Ensino Fundamental, a saber: campo da vida

cotidiana; campo artístico-literário; campo das práticas de estudo e pesquisa; campo jornalístico-midiático, e campo de atuação na vida pública. A partir desses eixos, pode-se vislumbrar a preocupação do documento com a formação cidadã, sobretudo, a partir do campo de atuação na vida pública. Neste ponto, o texto do documento dá um destaque a este respeito: “[...] o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como forma de vislumbrar formas de atuação na vida pública” (Brasil, 2018a, p. 84).

Assim, na área de linguagens se contempla a formação cidadã a partir da contribuição da leitura dos diferentes gêneros textuais e a capacidade de se comunicar com os outros sujeitos, visando a leitura de mundo e a atuação sobre a realidade. O documento traz uma série de habilidades para o campo de atuação na vida pública que considera desde os anos iniciais até os anos finais do Ensino Fundamental, como a compreensão de gêneros textuais diversos, dentre os quais abaixo-assinado, textos de campanhas de conscientização, cartas de reclamação, Estatuto da Criança e do Adolescente etc. (Brasil, 2018a).

Ao longo de todo o documento, na sessão de linguagens, é previsto também habilidades que contemplam o conhecimento acerca de diversos recursos relacionados ao exercício da cidadania, tais como: acesso a sites governamentais, compreensão do funcionamento de instâncias de decisão (grêmios estudantis, conselhos, colegiados etc.), portais de educação e participação política etc.

Além da área de linguagens, a área de Matemática também é considerada no que tange à formação para a cidadania. Na compreensão da BNCC:

[...] todos os cidadãos precisam desenvolver habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos, de maneira a fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões adequadas. Isso inclui raciocinar e utilizar conceitos, representações e índices estatísticos para descrever, explicar e prever fenômenos (Brasil, 2018a, p. 274).

Já a área de Ciências da Natureza também contribui na formação cidadã por meio do letramento científico que permite ao sujeito compreender e interpretar o mundo natural e transformá-lo. Neste sentido, contribui no desenvolvimento de um sujeito capaz de atuar no e sobre o mundo (Brasil, 2018a).

Quanto à área de Ciências Humanas no Ensino Fundamental, sua contribuição para a formação do cidadão se dá na medida em que possibilita o conhecimento de diferentes culturas e modos de comportamento. Além disso, visa valorizar os direitos humanos, os valores éticos e humanísticos, o fortalecimento dos vínculos sociais e a preocupação com as desigualdades sociais. (Brasil, 2018a).

Na área de humanas do Ensino Fundamental, que compreende as disciplinas de Geografia e História, busca-se estabelecer unidades temáticas que contribuam na formação da cidadania e da autonomia dos sujeitos. Na área de Geografia, destaca-se a unidade

“O sujeito e seu lugar no mundo”, que fortalece a noção de identidade e pertencimento, elementos importantes da formação cidadã. Embora seja dado destaque a essa unidade, a própria BNCC enfatiza que todas as cinco unidades temáticas previstas para o Ensino Fundamental compreendem aspectos importantes para a formação do cidadão (Brasil, 2018a). Já em História, busca-se a formação de um indivíduo que se compreenda enquanto sujeito histórico. Além disso, destaca a ideia do conhecimento de si, ‘do outro e do nós’, em função da qual se dão as relações, conflitos e conciliações. Ao contrário do que ocorre com a área de Geografia, estabeleceram-se unidades temáticas específicas para cada ano do Ensino Fundamental, mas sempre buscando articular as habilidades com aspectos importantes da formação cidadã.

Além dessas grandes áreas, a BNCC também prevê a área de Ensino Religioso. Tal área pode suscitar discussões acerca de sua importância para a cidadania. Alguns argumentam pela sua retirada do currículo da educação básica, visto que o Estado Brasileiro é laico. Outros argumentam pela sua manutenção como importante disciplina para promover o diálogo inter-religioso num país extremamente plural em termos de religiosidades e marcado por situações de intolerância religiosa decorrentes do preconceito. Seja como for, a BNCC compreende o Ensino Religioso como área autônoma e importante da formação cidadã. Antes de apresentar tais contribuições para a formação do cidadão, o texto introdutório da área faz uma retomada das legislações que disciplinam o ensino religioso no Brasil de modo a compreender tal área como de oferta obrigatória, embora de matrícula facultativa.

No texto do documento, percebe-se que o ensino religioso é compreendido pela perspectiva cultural das manifestações religiosas, sendo caracterizado como objeto de estudo o conhecimento religioso. Neste sentido, a BNCC traz para o ensino religioso conhecimentos relacionados às diferentes manifestações religiosas, os mitos, os ritos, os símbolos entre outros elementos que compõem as diferentes matrizes religiosas e a religiosidade. Os objetivos da disciplina no Ensino Fundamental visam a problematização das visões preconceituosas em relação ao outro, buscando combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. Deste modo, o texto enfatiza que os princípios pedagógicos que orientam o ensino religioso são a interculturalidade e a ética da alteridade (Brasil, 2018a).

No que tange à etapa do Ensino Médio, a BNCC não compreende uma descrição detalhada das habilidades das diferentes áreas do conhecimento. O texto introdutório do documento prevê como finalidades do Ensino Médio: uma escola que acolhe as juventudes, o comprometimento com a educação integral e a contribuição para com o estudante na construção de seu projeto de vida (Brasil, 2018a).

O texto do documento prevê, ainda, uma série de princípios que devem ser alcançados para garantir a educação integral e o acolhimento das juventudes no sentido da busca de uma formação que possibilite aos jovens exercer seu protagonismo. E nesta perspectiva, em consonância com as modificações promovidas pela Lei número 13.415 de 2017, o currículo do Ensino Médio, conforme destaca a BNCC, será composto pela Base Nacional Comum Curricular e pelos itinerários formativos, de modo que as áreas que compõem o

currículo nesta etapa são: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, e formação técnica e profissional (Brasil, 2018a).

No Ensino Médio, a BNCC prevê a ideia de continuidade e aprofundamento das competências trabalhadas durante o Ensino Fundamental. O documento não traz detalhes sobre cada área de conhecimento, mas apenas competências e habilidades relacionadas a cada grande área do conhecimento, sobretudo porque não é obrigatória a presença das disciplinas de Filosofia e Sociologia nos currículos, apenas que seus conteúdos sejam apresentados.

3 A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DA REFLEXIVIDADE

O conceito de cidadania, como já mencionado, tem diferentes acepções. Quando se discute acerca do ensino da Sociologia e sua contribuição para a formação cidadã, é primordial considerar a cidadania numa perspectiva crítica. Por fim, apresentamos a discussão acerca da relação entre Sociologia e formação cidadã visando a construção da reflexividade.

3.1 A SOCIOLOGIA E A FORMAÇÃO CIDADÃ

Uma vez compreendidas algumas dimensões e sentidos da cidadania e revisados os avanços e retrocessos da legislação educacional brasileira no que tange à presença das ciências humanas no currículo da educação básica, sobretudo a disciplina de Sociologia, cabe refletir sobre as contribuições da disciplina para a formação cidadã e defender sua presença nos sistemas educacionais.

Conforme assinalam Zorzi e Kieling (2013, p. 14):

Teóricos como Émile Durkheim, Peter Berger e Thomas Luckmann, entre outros, consideram a escola o espaço onde ocorre a socialização e, mais especificamente, a socialização secundária, ou seja, nesse espaço transmitem-se as regras, normas e valores sociais, permitindo a construção não só física e biológica, mas também social dos sujeitos.

Portanto, a escola é o espaço primordial para a formação cidadã e a preparação para a vida social, em sentido reflexivo. Fazendo uma relação com o ensino da Sociologia no espaço escolar, Zorzi e Kieling (2013) destaca que a constituição da cidadania e a emancipação dos sujeitos sociais são os principais objetivos da Sociologia no Ensino Médio.

A LDBEN possui diversos artigos que indicam a questão da formação ética e cidadã e o domínio dos conhecimentos de Sociologia no Ensino Médio. É possível também notar em outras normativas o apontamento da importância das Ciências Sociais na educação, como é o caso da BNCC. Deste modo, a Sociologia não tem importância apenas para a

construção de conceitos na área de humanidades, mas também é fundamental para o cumprimento dos preceitos presentes na legislação educacional brasileira (Zorzi, 2013).

O ensino de Sociologia visa a formação para o exercício da cidadania na medida em que sua finalidade está em construir uma sociedade justa, igualitária, participativa, colaborativa, cooperativa e atuante nas relações sociais e na mudança da realidade. Assim, a partir do conhecimento sociológico trabalhado em sala de aula, podem-se transformar as ações práticas diárias (Wieczorkiewicz; Baade; Ogoshi, 2020).

Neste mesmo sentido, Zorzi (2013) argumenta que a Sociologia contribui para o pensamento crítico acerca dos processos históricos que influenciam as ações cotidianas dos indivíduos, possibilitando a desnaturalização das relações sociais, crivadas de preconceitos. Estes preconceitos muitas vezes são também explicitados nas opiniões dos educandos nas aulas de Sociologia nas instituições de ensino. Como destaca Santos (2021), pode ser comum a participação e entusiasmo dos alunos com os temas da Sociologia em decorrência de sua proximidade com as realidades vivenciadas por eles. Entretanto, muitas vezes, as opiniões emitidas pelos educandos estão carregadas de preconceitos.

A Sociologia busca fornecer uma visão conjuntural ao conectar as trajetórias individuais às trajetórias coletivas. Ao estudar temas que já foram nomeados e significados pelos atores sociais, aproxima-se do senso comum para construir um conhecimento científico sobre a sociedade (Santos, 2021, p. 13).

Nesta direção, é que a Sociologia se torna importante para apresentar os conceitos científicos da área e propiciar a reflexão crítica dos estudantes. Assim, conforme assinala Nidelcoff (1979 *apud* Zorzi, 2013, p. 18):

A tarefa do(a) professor(a) das ciências sociais e humanas em geral é auxiliar os estudantes a VER e COMPREENDER a realidade, a EXPRESSAR e SE EXPRESSAR dentro dessa realidade social, bem como DESCOBRIR e ASSUMIR responsabilidade de ser elemento de mudança da realidade social.

Neste sentido, a Sociologia não busca apenas apresentar um conjunto teórico de conceitos, mas visa propiciar a formação da autonomia nos sujeitos para atuarem com protagonismo diante da própria vida e da vida coletiva, tendo compromisso com a alteração da realidade social. Pode-se dizer que a Sociologia é essencialmente engajada, pois tem compromisso com a interpretação e compreensão das mudanças e permanências das práticas sociais.

As modificações na BNCC pautadas no referencial teórico da Pedagogia das Competências (Santos, 2021), embora valorizem a formação para a cidadania na qual os saberes de Sociologia se mostram de grande importância, parecem apontar para uma direção na qual a educação busca satisfazer as exigências de um Estado Neoliberal em que as demandas do mercado devem ser atendidas pelos sistemas educacionais. Assim,

um questionamento se faz presente: que tipo de cidadão se quer formar? A retirada da obrigatoriedade da Sociologia dos currículos coloca uma interrogação sobre qual é a importância do ensino de Sociologia nesse processo, sobretudo diante do entendimento geral sobre as contribuições da Sociologia para o processo de emancipação dos sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia é uma ciência relativamente recente e seu ensino no Brasil sempre permeado de tensões, desde o seu estabelecimento institucional dentro do currículo, mas também em seus enfoques epistemológicos, em um Brasil que pensa a educação dirigida às diferentes classes, como analisado por Paulo Freire (1984). Embora tenha iniciado já no final do século XIX, deu-se sempre de maneira superficial e não contemplando a totalidade das escolas brasileiras. Além disso, embora se reconhecesse, desde a sua chegada no Brasil, que as Ciências Sociais teriam papel importante na constituição de um espírito republicano, sua perspectiva marcada fortemente pelo positivismo não trouxe um olhar mais crítico da Sociologia para a formação dos brasileiros.

Foi somente a partir da Constituição Cidadã de 1988 e a LDBEN que a Sociologia passou a ser considerada como importante disciplina para formação dos cidadãos de modo a contemplar seus conteúdos em todas as escolas brasileiras, embora não se possa falar na presença das disciplinas na totalidade das escolas do Brasil até o início dos anos 2000 sendo obrigatória apenas a partir de 2008 com a aprovação da Lei nº 11.684. É fundamental destacar o retrocesso e vazio da atual reforma do Ensino Médio, que retira esta obrigatoriedade, e na qual passa a ser obrigatória apenas a *presença* dos conteúdos sociológicos, o que suscita questionamentos sobre como o Estado brasileiro enxerga a importância da Sociologia para o cumprimento do preceito constitucional: educar para a cidadania.

Também foi possível constatar que as bases de discussão sobre a cidadania são muito antigas, reportando-se à Grécia Antiga, entretanto a discussão deste tema em solo nacional se deu mais fortemente após o declínio do regime militar. Ademais, essa questão tem sido tratada no mundo todo mais recentemente frente às modificações decorrentes do processo de globalização.

A cidadania pode ser entendida a partir de diversos aspectos, sendo importante destacar que ser cidadão no Brasil é diferente de ser cidadão em outros territórios, como destaca Souza (2003). Essa compreensão fez surgir novos termos para se referir à cidadania, tais como: cidadania democrática, cidadania multicultural, cidadania global, entre outras. Essas diferentes perspectivas em torno da democracia apontam para uma compreensão de que a cidadania se constitui na história e nas experiências de determinado povo.

Neste sentido, uma Sociologia do extremo ocidente se apresenta como fundamental para a formação cidadã, visto que é por meio dos conteúdos sociológicos que se discute de maneira mais aprofundada a relação entre as trajetórias individuais e sociais, a visão crítica da estrutura social e das relações de poder, a noção ampla sobre os diferentes tipos

de direitos, entre outros temas relevantes para a formação cidadã, ou seja, para a formação de indivíduos que tenham capacidade de ação reflexiva e ativa em sociedade.

O ensino de Sociologia, de modo construtivo, pode promover nos estudantes a visão crítica frente aos condicionamentos da sociedade e educar para o protagonismo do jovem, a fim de reelaborar (reflexivamente) sempre suas práticas sociais. E é neste sentido que se pode afirmar a importância da Sociologia para a formação cidadã, ao mesmo tempo em que se questiona como o Estado Brasileiro aprecia tal importância na educação dos jovens brasileiros. Isto porque, embora os documentos educacionais destaquem a importância da formação para a cidadania, como é o caso da BNCC, que prevê tal princípio em todo o documento e em todas as áreas de conhecimento, mais uma vez as reformas educacionais resultaram na retirada da disciplina de Sociologia que se torna opcional nos currículos das escolas brasileiras. Todo o qual deixa em evidência o pensamento técnico e bancário presente historicamente em nossa sociedade. Considerando a retirada da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia e a BNCC, marcada pela referencial da Pedagogia das Competências, vale questionar: qual tipo de cidadania se quer construir?

É certo que nosso modelo de pensamento e de relações institucionais ainda respira na dinâmica da métrica iluminista. A tensão de forças nesse campo institucional pende para um produtivismo alarmante, que está atrelado ao sistema de produção capitalista e que permeia as esferas técnicas e tecnológicas. É um desafio, portanto, que se impõe para a área das humanidades em direção a uma nova cosmopolítica e emancipação que nos permita reconhecer e experimentar novas formas de ser da cidadania.

Propõe-se, por fim, um aprofundamento da pesquisa abarcando as discussões em torno do neoliberalismo e suas implicações na educação brasileira. Essencialmente, pensar a construção de um modelo pedagógico que questione o ensino de viés produtivista, e que estabeleça bases claras da formação cidadã. Nesse movimento, é necessário compreender suas intersecções e sobreposições, mas desde uma premissa dirigida para a autonomia dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Felipe Bueno; MUHL, Camila. **Fundamentos em Ciências Sociais**. 1. ed. Curitiba: InterSaber, 2017.

BES, Pablo *et al.* Cidadania e problemas sociais. *In:* BES, Pablo *et al.* **Sociedade, Cultura e Cidadania**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. p. 157-171. *E-book*.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.

BIZELLI, José Luís. Educação para a cidadania. *In:* DAVID, Célia Maria; SILVA, Hilda Maria Gonçalves da; RIBEIRO, Ricardo; LEMES, Sebastião de Souza (org.). **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 19-31. *E-book*. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/zt9xy/pdf/david-9788579836220.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018a. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=85ba9d33ab2205aaJmltdHM9MTcxMDcyMDAwMCZpZ3VpZD0zNjlmODk5Ni05M2E1LTY5MGIzMjFkZS05ZGE3OTJkYzY4YjMmaW5zaWQ9NTIwMA&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=369f8996-93a5-690b-21de-9da792dc68b3&psq=base+nacional+comum+curricular+pdf&u=a1aHR0cDovL2Rvd25sb2FkLmJhc2VuYWNpb25hbGNvbXVtLm1lYy5nb3YuYnIv&ntb=1>. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=d57d8a9f4173d122JmltdHM9MTcxMDcyMDAwMCZpZ3VpZD0zNjlmODk5Ni05M2E1LTY5MGIzMjFkZS05ZGE3OTJkYzY4YjMmaW5zaWQ9NTE5OA&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=369f8996-93a5-690b-21de-9da792dc68b3&psq=Lei+n%c2%ba+11.274+de+6+de+fevereiro+de+2006&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cucGxhbmFsdG8uZ292LmJyL2NjaXZpbF8wMy9fQXRvMjAwNC0yMDA2LzIwMjYvTGVPLOwxMTI3NC5odG0&ntb=1>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008.** Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/111684.htm. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/113415.htm. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do Leitor e o estímulo à Leitura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14407.htm#art1. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018b.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 1 ago. 2022.

FEIJÓ, Fernanda. Breve histórico do desenvolvimento do ensino de Sociologia no Brasil. **Percursos**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 133-153, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2508/2071>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FISCHMAN, Gustavo E.; HAAS, Eric. Cidadania. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 439-466, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WsfMxWnMT96WfmHHvCWrvJm/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HATUGAI, Érika Rosa. **Metodologia do Ensino de Sociologia**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A, 2017. *E-book*.

KIELING, Francisco dos Santos. O educando no Ensino Médio. *In*: ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos. **Metodologia do ensino em Ciências Sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2013. p. 33-43.

LOPES FILHO, Artur Rodrigo Itaquí *et al.* Ética e cidadania. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*.

MUZZATTO, Egidiane Michelotto; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. Educação para a cidadania democrática: desafios, impasses e perspectivas. **Educação**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v44n1/1981-2582-reveduc-44-01-e32656.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

OLIVEIRA, Amauri; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 42-58, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060/27636>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, Jaqueline Fabeni dos. Identificando a especificidade da Sociologia na proposta da BNCC. *In*: SANTOS, Jaqueline Fabeni dos. **O ensino de Sociologia a partir da BNCC**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais SA, 2021. p. 5-18. *E-book*.

SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, [s. l.], n. 59, p. 51-73, 2003. Disponível em: [https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3a369bded8f73119JmltdHM9MTcxMDcyMDAwMCZpZ3VpZD0zNjlmODk5Ni05M2E1LTY5MGItMjFkZS05ZGE3OTJkYzY4YjMmaW5zaWQ9NTIwMQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=369f8996-93a5-690b-21de-9da792dc68b3&psq=SOUZA%2c+Jess%C3%A9.\(N%C3%A3o\)+Reconhecimento+e+subcidadania%2c+ou+o+que+%c3%A9+%27%27ser+gente%27%27%3f&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cuc2NpZWxvLmJyL2ovbG4vYS9wNEY2NVJaZ1BKSFNHWG40QlRrdlB5ci8&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3a369bded8f73119JmltdHM9MTcxMDcyMDAwMCZpZ3VpZD0zNjlmODk5Ni05M2E1LTY5MGItMjFkZS05ZGE3OTJkYzY4YjMmaW5zaWQ9NTIwMQ&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=369f8996-93a5-690b-21de-9da792dc68b3&psq=SOUZA%2c+Jess%C3%A9.(N%C3%A3o)+Reconhecimento+e+subcidadania%2c+ou+o+que+%c3%A9+%27%27ser+gente%27%27%3f&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cuc2NpZWxvLmJyL2ovbG4vYS9wNEY2NVJaZ1BKSFNHWG40QlRrdlB5ci8&ntb=1). Acesso em: 18 mar. 2024.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília, DF: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 23 ago. 2022.

VAIDERGORN, José. Cidadania e direitos humanos na formação universitária. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 253-256, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ykKJvVt94S5xk3QJqbrC6Rw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

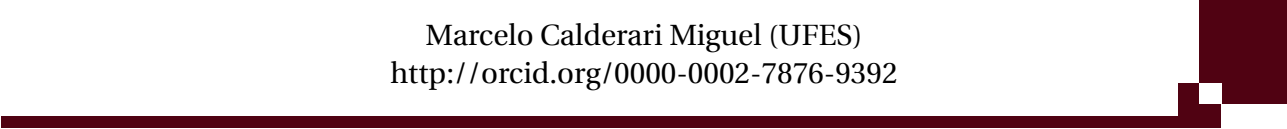
WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss; BAADE, José Haroldo; OGOSHI, Rosana. A contribuição da Sociologia na formação cidadã dos alunos do Ensino Médio na coordenadoria regional de educação de Canoinhas. **Revista Extensão em Foco**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 80-99, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/download/2443/1190/8152>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ZORZI, Analisa. A Sociologia no Ensino Médio: para quê? *In*: ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos. **Metodologia do ensino em Ciências Sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2013. p. 11-20. *E-book*.

ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos. **Metodologia do ensino em Ciências Sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2013. *E-book*.

COROA E O PARAFUSO, ROSCA SEM FIM

Marcelo Calderari Miguel (UFES)
<http://orcid.org/0000-0002-7876-9392>



Quem de nós não desiste?
Quem face a mudanças sobrevive?
À possibilidade realística de ver no copo
Meio cheio, meio vazio ou apenas vê o copo com líquido
Uma gama dividida, ambiental mureta, econômica e social diplomacia

Quem se desmantela?
Sente que desmancha, éticos princípios
Certa vertigem e canalhice,
Motivo daquilo que me constrangia
Zombado do destino e dos mitos

A lógica da vida talvez a superestime,
Certa estranheza e náuseas,
Percebem-se vagas e meias virtudes
Há um abusar de pronomes oblíquos
Da primeira pessoa do singular

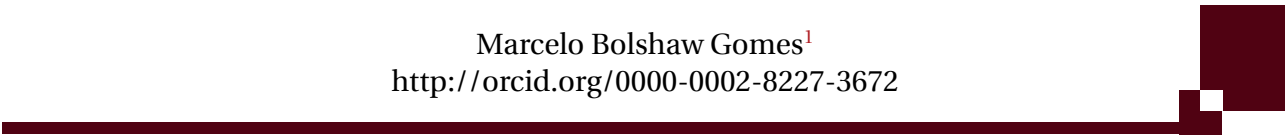
Assim se escapa dos enigmas, pronunciamentos
Um raciocínio lateral, um desgoverno, bases das guaritas
Ingerência mista e pagã molecada, democracia esculachada
Me assombrados e arrepio, transmissão sem sentido
Muitas dores e segredos, uma péssima atuação
Sentou uma última live despedida, decolada lástima
Voa mito e safar-se, tornejando sem número de encostas.

Num enroscar sem fim, derivando em aladeirados, canalize
A função de objeto indireto, risadas e o abismo
Meus enigmas, suas vertigens, um desconsolo frouxo
Entre mim e você devem ficar os dilemas
O não enternecido finda, se rende e desmancha
O deboche e o escapismo, pouco se fala com nós todos.

RISCOS & MONOTONIA: SEMIÓTICA DAS INTERAÇÕES

RISKS & MONOTONY: SEMIOTICS OF INTERACTIONS

Marcelo Bolshaw Gomes¹
<http://orcid.org/0000-0002-8227-3672>



RESUMO

Resenha do livro LANDOWSKI, Eric. **Interações Arriscadas**. Tradução de Luiza Helena Oliveira da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores; Centro de Pesquisa Sociossemióticas, 2014.

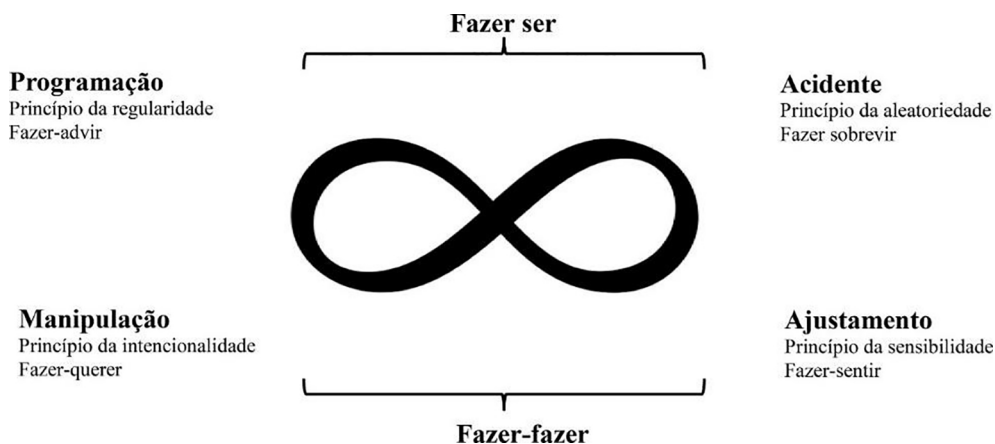
Palavras-chave: comunicação; semiótica; interações.

Landowski foi aluno e colaborador de Greimas. No livro *Com Greimas*, Landowski (2017) nos conta seu aprendizado e sua convivência com seu professor, contextualizando detalhadamente cada livro da obra greimasiana. Sua teoria dos regimes de interação é uma ampliação sociológica da teoria dos regimes de significação, desenvolvida em perspectiva linguística pela Escola de Paris. Greimas e Landowski (1981) escreveram juntos o livro *Semiótica e Ciências Sociais* (1981), clássico fundante da teoria Sociossemiótica.

Interações Arriscadas (Landowski, 2014) apresenta uma versão aperfeiçoada dessa teoria formada por quatro regimes distintos de interações sociais, em relação à noção de “risco”. O metamodelo de Landowski, além de “sair do texto” (e da teoria de significação) para construir ‘uma analítica de vida’, também transforma o quadrado semiótico em uma espiral no formato do símbolo do infinito, alterando o diagrama de Greimas.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) dessa mesma universidade. Email: marcelobolshaw@gmail.com

Figura 1 – Os regimes de interação em conjunto



Fonte: Extraído de Moreira Mendes (2019, p. 135).

A teoria sócio semiótica de Landowski é formada por quatro regimes distintos de interações: a) a **programação** ou operação (a interação sempre constante e contínua, um algoritmo objetivo); b) a **manipulação** ou estratégia (a interação inconstante e contínua em que a intencionalidade se superpõe ao causal, o efeito do narrado sobre o vivido, por exemplo); c) a **interação de ajuste** (constante e descontínua); e **o fator imprevisível das interações** (o aspecto inconstante e descontínuo). Cada regime corresponde a uma lógica semiótica distinta. A programação corresponde à regularidade. A manipulação é regida pela intencionalidade. O ajustamento funciona por sensibilidade. O acidente corresponde à aleatoriedade.

A **programação** é o primeiro regime de interação. A vida pode ser vista como uma programação de eventos irreversíveis: o sol no transcorrer do dia, as estações durante o ano, o envelhecimento dos seres orgânicos. O tempo é constante e contínuo; e essa regularidade forma a dimensão objetiva da existência.

Há dois tipos ideais de interações de programação (que, na prática, no entanto, são sempre indissociáveis): a regularidade causal ou algorítmica (o “automatismo anônimo”) e a reprodução sociocultural, tipo de interação em que as estratégias de manipulação foram assimiladas e naturalizadas como fazendo parte do programa. É o que Bourdieu (2007) chamou de ‘habitus’: uma ação automatizada como prática social que continua a se reproduzir por ‘esquemas de percepção, de julgamento e de comportamento’ incorporados semi conscientemente pelos agentes.

Landowski admite que esses dois regimes de interação não existem de forma independente, que estão sempre intrincados um no outro, mas os distingue metodologicamente como modos de interpretar – o modelo estrutural determinista e abordagem fenomenológica da intencionalidade que hoje podem ser combinados por uma perspectiva teórica mais abrangente. Essa duplicidade teórica produz conceitos gêmeos: há duas regularidades, dois tipos de motivação, duas sensibilidades e até dois tipos de acaso, como apresentado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Tipologia ideal das interações de Landowski

	ESTRUTURA	FENÔMENO
REGULARIDADE	Causal ou Algoritmia (Tempo contínuo)	Reprodução sócio cultural (Tempo narrativo)
MOTIVAÇÃO	Aprender a aprender Responsabilidade	Autoprogramação Entusiasmo criativo
SENSIBILIDADE	Homem x Máquina Cinestesia reativa	Homem x homem Empatia afetiva
ACASO	Acidente programado O aleatório ou sorte/azar	Acidente motivado O ruído ou risco

Fonte: elaborado pelo autor

Observe-se que Landowski utiliza os conceitos weberianos de “Interação” e de ‘Tipo Ideal’ sem defini-los explicitamente. Seus oito tipos ideais de interação, derivados da duplicação dos quatro regimes do sentido, carecem das necessárias comparações de casos concretos para caracterização desses conceitos.

Então, chegou-se a esses oito tipos de interações ideais: a regularidade causal; a reprodução cultural; a disciplina automatizada pela responsabilidade; o entusiasmo da criatividade; a interação cinestésica; a interatividade pessoal; a capacidade de perceber e corrigir os próprios erros; e, finalmente, a habilidade de viver a vida como uma aventura empoderante, de se qualificar através de riscos e superações, de se tornar protagonista da sua história em comunidade e de conquistar autonomia integrada à inteligência coletiva.

Analisa-se, principalmente, como esses oito tipos ideais de interação podem ser aplicados para compreender “objetos sociais” como um processo de diferentes regimes de interação. Como usar a teoria dos regimes de interação? Na educação infantil, por exemplo, a regularidade causal corresponderia ao desenvolvimento cognitivo da criança. As fases de aquisição da linguagem segundo a epistemologia genética do Piaget e/ou as etapas cognitivas do Wallon.

A regularidade intencional corresponde à ação da família, da escola e da mídia. São três camadas de intencionalidade que incidem de modo desigual e combinado sobre o curso histórico dos acontecimentos. Os dois tipos de motivação são competências modais distintas. Por exemplo: uma motivação se alegra em aprender intuitivamente programas e aplicativos como usuário; a outra se entusiasma programando, inventando novos modos a partir dos utilizados, criando. É a diferença, se elevadas a enésima potência, entre a virtuosidade e o gênio.

Os dois tipos de interação de sensibilidade também são polarizados por Landowski e podem ser observados e aferidos. Uma é a capacidade de interação com as máquinas (e também analogicamente com outros objetos sociais abstratos); a outra, é a interatividade entre as pessoas. Seguindo o exemplo: a sensibilidade do *mouse*, dos dedos na tela, do teclado, da máquina como parte do corpo humano; e a sensibilidade empática - a capacidade de promover a sensibilidade empática no outro, mas também de ser mobilizado por ela.

Finalmente, os dois tipos de interações acidentais: o *acaso programado* decorrente das falhas na programação, que, se estudado estatisticamente, pode ser explicado, corrigido e assimilado pelas interações regulares; e o *acaso motivado* reside na crença de que existe um destino (e que “não existem coincidências”), as adversidades inesperadas existem para nos ensinar. Enquanto o primeiro é objetivo e procura descobrir fatores desconhecidos no imprevisível o segundo é subjetivo, extraindo ensinamentos de suas adversidades. Ambas interações acidentais propiciam o desenvolvimento através do risco, do sujeito que se tornar protagonista da sua vida, vencendo conflitos e situações difíceis em uma narrativa de aventuras empoderante.

Também é possível pensar os quatro regimes de interação como um conjunto de elementos simultâneos que se condicionam, uma rede de relações capaz de distinguir o regular, o intencional, o acidental, o afetivo. Um exemplo do próprio Landowski de como regimes de interação funcionam juntos de ‘modo desigual e combinado’ é o das eleições contemporâneas (Landowski, 2014, 35-37). Os votos fisiológicos (regionais, setoriais) e os votos ideológicos (em partidos de direita ou esquerda) são previsíveis. Porém, o sentimento de insegurança crônica promovido pela mídia faz com que eleitores de esquerda votem na direita e vice-versa. O medo ou mesmo a agressividade recorrente contra objetos de ódio grupal, a interação por contágio emocional, passou a ser decisiva em relação à defesa dos interesses naturais de cada um ou às suas preferências políticas. As eleições alimentam o sentimento de risco e são por ele alimentadas. A guerra e a dança, entre outras atividades, exigem que o eu antecipe as reações do outro, também são exemplos de processos envolvendo os três regimes de interação, com ênfase no ajustamento e na sensibilidade. Porém, embora postule a simetria complementar dos regimes de interação, Landowski enfatiza mais os dois primeiros (ressaltando a interação teórica entre estruturalismo e fenomenologia) que os dois últimos – cujo funcionamento conjunto forma o *Actante Joker* (Landowski, 2014, p. 71) – ponto que carece de uma explicação.

Também é importante esclarecer que, em relação ao terceiro regime de interação, Landowski se distancia bastante de Greimas. O ajustamento não representa a contextualização social do enunciador e do destinatário dos discursos, nem pode simplesmente ser reduzida à adaptação recíproca entre o eu e o outro. Ele também não corresponde ao conceito de ação comunicativa (Habermas, 2003) - uma vez que as racionalidades instrumental e estratégica se assemelham aos dois primeiros regimes de interação. É “a capacidade de sentir reciprocamente. Para diferenciar da competência dita modal, nós a batizamos de competência *estésica*” (Landowski, 2014, p. 50).

O regime de interação por ajustamento é constante e descontínuo. Estamos sempre sentindo, mas em intensidade e durações variadas. O regime de interação por acaso é descontínuo e inconstante, é o oposto completo da regularidade. Da forma como é apresentado, sugere que os dois produzem um ao outro.

A noção de risco, tomada de empréstimo de Giddens (Beck; Lash; Giddens, 1997), já foi chamado de “ruído” tanto por clássicos como Wiener (1954), criador da cibernética, como por autores atuais, como Atlan (1992), que considera o ruído como fator central da auto-organização dos sistemas complexos. Há, no entanto, uma diferença fundamental entre essas abordagens. Os autores do risco (Giddens e Greimas) pensam o mundo como ordem e a vida como um processo irreversível. Já os pensadores do ruído (na verdade, da complexidade) acreditam que o universo está “em entropia”, em uma implosão térmica e que a ordem e o sentido são apenas uma pequena ilha de auto-organização em um oceano de desordem. Eles partem da ideia da vida como descontinuidade e caos. Landowski chama essa forma de pensar de “pós-moderna” em oposição à forma clássica; e pretende englobar ambas em seu modelo.

O certo é que vivemos em uma sociedade de risco para promover o máximo de autonomia dos indivíduos. Desafiamos riscos para nos tornar pessoas melhores e não para fugir da monotonia e do tédio (como os personagens sedutores do romance *Ligações perigosas*, nos quais Landowski inspira seus conceitos). Particularmente, não concordo que a monotonia gera o catastrófico. É a morte (a grande descontinuidade constante) que gera a regularidade da vida. Se fosse pensar o aleatório relacionado aos dois primeiros regimes de interação, diria que há o risco objetivo de morte e das perdas (ou de fim da regularidade); e o risco de não ser amado (e de não ser manipulado).

Mas foi o modelo criado por Landowski que me faz pensar assim. Modelo que sistematiza décadas de pesquisa semiótica e séculos de reflexão filosófica. Modelo que incita a novas interpretações de si próprio. Essa parece ser sua principal intenção, em vez de apresentar uma teoria fechada completa. Daí seu valor incontestável.

REFERÊNCIAS

ATLAN, Henri. **Entre o Cristal e a Fumaça**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BECK, Ulrich; LASH, Scott; GIDDENS, Anthony. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

GREIMAS, Algirdas Julien; LANDOWSKI, Eric. **Semiótica e ciências sociais**. São Paulo: Cultrix, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalidade social. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 2.

LANDOWSKI, Eric. **Interações Arriscadas**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, Centro de Pesquisa Sociosemióticas, 2014.

LANDOWSKI, Eric. **Com Greimas**: interações semióticas. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

MOREIRA MENDES, Conrado. Entre o sensível e o inteligível: uma leitura semiótica do episódio Hino nacional, do Seriado Black Mirror. **Bakhtiniana**, Rev. Estud. Discurso, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 128-149, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457337406>. Acesso em: 12 mar. 2024.

WIENER, Norberto. **Cibernética e Sociedade**. São Paulo: Cultrix, 1954.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Prof. José Daniel Diniz Melo

Vice-reitor: Prof. Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

Vice-diretora: Profa. Cândida Maria Bezerra Dantas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

Vicecoordenador: Prof. Gabriel Eduardo Vitullo

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor: Prof. Gabriel Eduardo Vitullo

Assistente Editorial: Letícia Carolina Oliveira de França

**ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “OS DILEMAS DO DRAGÃO:
PASSADO E PRESENTE DA CHINA EM DEBATE”**

Prof. André Augusto de Paula Barbieri

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

Gilmar Santana, UFRN, Brasil

José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil

Lore Fortes, UFRN, Brasil

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

Ozaias Antônio Batista, UFRSA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes - USP - Brasil

António Correia e Silva - Universidade de Cabo Verde - Cabo Verde

Atilio Boron - *Universidad de Buenos Aires* - Argentina

Boaventura de Sousa Santos - Universidade de Coimbra - Portugal

Céli Regina Jardim Pinto - UFRGS - Brasil

Denise Machado Cardoso - UFPA - Brasil

Edgard de Assis Carvalho - PUC-SP - Brasil

Evaldo Vieira - USP - Brasil

Jessé Souza - UFABC - Brasil

João Emanuel Evangelista - UFRN - Brasil

John D. Lemons - *New England University* - EUA

Jorge Acanda - *Universidad Central del Ecuador* - Equador

José Manuel Pureza - Universidade de Coimbra - Portugal

Juan Carlos Monedero - *Universidad Complutense de Madrid* - Espanha

Maria da Conceição Almeida - UFRN - Brasil

Michel Zaidan Filho - UFPE - Brasil

Teresa Sales - UNICAMP - Brasil

Vincenzo Pace - *Università di Padova* - Itália

Vincent de Gaulejac - *Université Paris 7* - França

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN

Secretária: Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Revisora de Língua Portuguesa: Fabíola Barreto

Revisora de ABNT: Edineide Marques

Diagramador: Ian Medeiros

IMAGEM DE CAPA

Joaci de Paula

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros continentes. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN,
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (jan./jun. 2000)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino
– Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos.
6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronospoggcs@gmail.com
NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da
UFRN – SEDIS
Abril de 2024
